



Documento 1/85

001.3.54.0

Sessão Ordinária - CD

05/02/2013-15:22

Publ.: DCD - 06/02/2013 - 440

ARTUR BRUNO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO**Sumário**

Urgente realização da reforma político-eleitoral no Brasil.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2010, durante a nossa campanha, quase todos os Parlamentares assumiram o compromisso com seus eleitores de aprovarem nesta Casa a reforma político-eleitoral.

No primeiro ano, em 2011, a Mesa Diretora compôs uma Comissão Especial que escolheu como Relator o Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que fez até agora um belíssimo trabalho. Em 2012, houve uma tentativa de votação, aqui no Plenário desta Casa, dos pontos que foram elencados e até muitos deles consensuados pela Comissão, mas lamentavelmente nós não tivemos condição de votá-los.

Nós já estamos, colegas Parlamentares, em 2013. No ano que vem, 2014, teremos eleições estaduais e federais. Portanto, muitos de nós, se não todos nós, estaremos bastante consumidos pelas eleições vindouras, e a nossa tentativa poderá não ocorrer. E a sociedade brasileira, mais uma vez, ficará frustrada com uma nova legislatura que se colocou com esse objetivo, mas que não conseguiu cumprir. Como justificar para a sociedade brasileira que nós não queremos realizar a reforma política?

É preciso destacar que o Relator Henrique Fontana elencou pontos fundamentais, com os quais concordo, mas, evidentemente, no debate poderão ser modificados pelos colegas Parlamentares. Uma questão fulcral é o financiamento público de campanha. Todos nós, todos os dias, acompanhamos o noticiário, municipal, estadual ou nacional. Todos os dias neste País há denúncias novas de financiamento ilegal, de improbidade administrativa, de desvio de recursos, de caixa dois. E a grande causa é a forma como as campanhas são financiadas. Penso que nós deveríamos nos deter sobre o financiamento público de campanha.

A segunda questão é como fazer uma reforma eleitoral e política que, ao mesmo tempo, fortaleça os partidos políticos com as suas propostas, com o seu programa e que também faça valer a vontade do eleitor. Dessa forma, o Relator propôs uma votação com uma lista mista, onde se votaria no partido ou na lista escolhida e, ao mesmo tempo, nós mantivéssemos a cultura política brasileira de o eleitor também poder votar no seu candidato de predileção.

Também a Comissão tem pensado, e o Reator traz mecanismos de fortalecimento da democracia direta. O Brasil é uma democracia, mas é uma democracia que não cumpre o que está na Constituição, quando diz que o poder emana do povo e que é exercido de forma indireta através dos seus representantes, mas também de forma direta, de acordo com a Constituição.



A Constituição prevê plebiscitos, referendos. Na história brasileira, só utilizamos três vezes esses mecanismos de democracia direta, enquanto na Europa, nos Estados Unidos e até em países com uma cultura democrática menor do que a nossa há plebiscitos e referendos a cada eleição que ocorre no país. Portanto, penso que nós temos que facilitar a utilização dos instrumentos de democracia direta.

Traz-se também a ideia, com a qual concordo, da proibição de coligação proporcional. Vereadores, Deputados Estaduais e Federais têm que ser eleitos pelos seus partidos, pela votação proporcional de suas agremiações partidárias. E, lamentavelmente, hoje nós temos mais de 30 partidos neste País que, penso, não têm trabalhado para fazer evoluir o nosso espírito democrático.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria também de destacar que o Relator Henrique Fontana atende à bancada feminina e também à bancada masculina, porque muitos de nós defendemos o aumento da participação das mulheres nas eleições e na ocupação de cargos no Legislativo, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas ou aqui na Câmara dos Deputados. Esse princípio do aumento da participação feminina tem que ser defendido e deliberado por esta Casa na reforma política.

Finalmente, nós não podemos continuar tendo eleições de 2 em 2 anos. Não é bom para o eleitor, não é bom para os candidatos e, sobretudo, não é o melhor para a sociedade brasileira. Temos que pensar em um ano no qual possamos ter eleições municipais, estaduais e federais. Evidentemente, podemos até colocá-las em datas diferenciadas, mas dentro do mesmo ano.

Portanto, colegas Parlamentares, esse debate o Brasil está fazendo, um debate ansiado por boa parte da população brasileira, e esta Casa não pode dar as costas para o que boa parte da sociedade brasileira exige de nós, uma reforma político-eleitoral.

Peço a cada Parlamentar desta Casa que, em suas bancadas, requeira que a reforma política seja uma prioridade na agenda, na pauta de votação nas nossas sessões. Penso que não dá mais, não há desculpa, não há motivo para nós deixarmos a reforma político-eleitoral para a próxima legislatura. É isso que o Brasil exige de todos nós.



Debates - CD

Publ.: DCD - 15/02/2013 - NILMÁRIO MIRANDA-PT -MG
1205CÂMARA
DEPUTADOS

DOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO**Sumário**

Dedicação do orador à causa dos direitos humanos. Conquistas do povo brasileiro nos últimos 10 anos. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais. Necessidade de aprovação da proposta de criação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Compromisso do orador com a luta do Movimento de Reintegração dos Hansenianos - MORHAN. Viabilidade da erradicação da hanseníase no Brasil. Importância dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão da Anistia e pela Comissão Nacional da Verdade, no âmbito do Poder Executivo. Inconformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal de manutenção da impunidade de responsáveis pelo desaparecimento de militantes políticos. Estabelecimento de novo marco regulatório da comunicação. Apoio à diversidade e democratização do acesso à cultura no Brasil. Associação aos Parlamentares engajados na luta a favor da juventude.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna depois de 10 anos. Eu saí daqui no dia 31 de dezembro de 2002, para, no dia seguinte, tomar posse como o primeiro Ministro de Direitos Humanos da história do Brasil escolhido pelo Presidente Lula. Foi um honroso mandato que eu cumprí com muita dedicação.

Nesses 10 anos em que estive fora do Parlamento, o Brasil passou por um período extraordinário de mudanças, de transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e de avanço da democracia.

Venho de uma geração, Presidente, que teve sonhos de reformas, as chamadas reformas de base. Em agosto do ano passado completei 50 anos de opção política e a fiz em torno dessas reformas, que foram abafadas em uma longa ditadura civil e militar. Após o golpe militar, engajei-me de corpo e alma na resistência e na luta por uma verdadeira história da democracia no Brasil. Hoje, felizmente, vejo grande parte desses sonhos da minha geração realizados.

Acho muito gratificante ver, sentir e participar de uma revolução pacífica. Uma revolução de grandes massas sem um único tiro, sem guerra civil, sem terrorismo, 120 milhões de pessoas escolherem seu destino sem violência. Em poucas horas o resultado de uma eleição é conhecido sem contestação. Isso destaca o Brasil em todo o mundo.

Também temos outras formas de participação. Por exemplo, tivemos nestes últimos anos cerca de 5 milhões de pessoas participando de 73 conferências nacionais, precedidas de conferências municipais e estaduais, nas quais se discute políticas públicas para universalizar direitos no País. Como defensor histórico dos direitos humanos, dediquei minha vida a essa questão nas últimas décadas, tenho a visão holística desses direitos, de ver em cada cidadão um portador de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Eu vejo a redução da miséria que aconteceu nestes 10 anos, da pobreza, da desigualdade. Em apenas 1 década foram conquistas muito grandes. Não são mais



quimeras falar do direito à alimentação. Até há alguns anos muitos milhões de brasileiros, quase 50 milhões, não tinham o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. Esse direito, ainda que de forma longe da adequada, foi alcançado. Como também o trabalho decente, a carteira assinada, um salário que permite a previsibilidade, a moradia adequada. Tudo isso em construção, claro que não atende o conjunto da nossa população. O direito à seguridade social está na nossa Constituição, seguridade compreendendo a previdência, um direito de todos a partir de certa época da vida, a saúde e assistência social cidadã. Todas essas conquistas aconteceram em ambiente de liberdade. Isso é muito importante.

Quando aqui estava, Presidente, até 2002, eu me alegrava com o fato de que cem indígenas frequentavam universidades no Brasil - a gente monitorava isso na Comissão de Direitos Humanos. Hoje são milhares de indígenas e quilombolas. Aumentou de modo significativo a presença também de negros, graças a políticas de igualdade racial, cotas, políticas inclusivas realizadas nesse período.

Sou de Teófilo Otoni, que fica na entrada do Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri. No próximo ano vai haver vestibular para a Faculdade Federal de Medicina. Pessoas de famílias pobres, camponeses ou das periferias vão fazer vestibular e, com certeza, vão cursar uma faculdade de medicina. Isso parecia impensável há alguns anos. São sinais das mudanças que estão ocorrendo em nosso País.

Todos os indicadores caros aos defensores de direitos humanos melhoraram nesta década, nestes 10 anos: a mortalidade infantil, a mortalidade materna e o sub-registro.

Quando assumi o Ministério de Direitos Humanos, o Presidente Lula não acreditou, quando eu lhe disse, que 3 milhões de pessoas não tinham registro civil, ou seja, não teriam atestado de óbito quando morressem, jamais teriam título de propriedade, não se aposentariam, porque não tinham assistência civil. O número é muito maior, na verdade. Eu pensava que eram 3 milhões, eram visíveis, mas hoje é uma minoria que ainda permanece, digamos, na obscuridade do sub-registro.

O acesso à creche, o ensino infantil, o combate ao trabalho escravo e degradante e o enfrentamento da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes estavam banalizados naquela época. Todos os indicadores cresceram, até mesmo o acesso à energia elétrica.

O Brasil não sabia, mas havia 3 milhões de famílias que, em pleno século XXI, utilizavam a lamparina, a vela, o lampião. Não tinham acesso a um direito humano básico: a energia, que abre as portas para outros direitos.

Militante de direitos humanos, no entanto, Presidente, tem que ser exigente, não pode se contentar com o que já foi conquistado. Na geração de 1968 a gente dizia assim: *"Sejamos realistas, exijamos o impossível"*. É assim que tem de ser. Sempre estabelecer metas novas para avançar no combate às desigualdades.

Então, nesse curto mandato de 2 anos, vou procurar cumprir tudo a que me propus quando recebi o voto de quase 70 mil mineiros, em 2010. Em primeiro lugar, avançar na democracia. Nós aprendemos que a democracia não tem ponto de chegada, agora alcançamos. É uma construção permanente, complexa e contraditória. E hoje ela passa por uma reforma política.

Sr. Presidente, nesses anos em que passei fora do Parlamento, pude observar no



meio da sociedade que o financiamento privado das eleições e da atividade política tornou-se um sistema político eleitoral apodrecido, putrefato, trouxe uma exclusão. Por exemplo, afasta as mulheres, afasta lideranças populares autênticas, afasta a juventude da participação eleitoral, que é o principal momento, digamos, do exercício da democracia no País.

Então, tem que passar por uma mudança, instituindo financiamento público a par de outras medidas, mas, pelo menos, o financiamento público tem que ser alcançado.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Pois não, Deputado Átila Lins. É um prazer ouvir V.Exa.

O Sr. Átila Lins - Deputado Nilmário Miranda, quero cumprimentá-lo pelo retorno à Câmara dos Deputados, dando-lhe as boas-vindas. V.Exa. retoma o seu mandato como Deputado Federal depois de breve período de licença desta Casa. V.Exa. fala que terá apenas 2 anos deste mandato. É evidente que poderá ter muito mais tempo de permanência nesta Casa, desde que dispute novamente o mandato de Deputado Federal, porque todos nós sabemos que V.Exa., no ano 2002, deixou de ser Deputado Federal para ser Ministro dos Direitos Humanos no primeiro Governo do Presidente Lula e se houve com muita determinação, com muito espírito público e com muita competência. V.Exa., como Ministro dos Direitos Humanos, implantou todos os alicerces desse Ministério, que era uma Secretaria com *status* de Ministério. Todo o alicerce dessa Secretaria de Direitos Humanos em âmbito de Ministério foi V.Exa. quem implementou no ano 2002/2003. De forma que, voltando agora a esta Casa, V.Exa. traz na sua bagagem um grau elevadíssimo de conhecimento de todo esse quadro dos direitos humanos que desejamos seja equacionado em nosso País. V.Exa. abordou agora um tópico que me animou a aparteá-lo: a questão do financiamento público das campanhas políticas. Quero lhe dizer que ela não foi implementada - pelo menos é o que a gente sabe - em função de não ter sido encontrado um mecanismo em que o financiamento público das campanhas políticas não venha atrelado à chapa fechada, ao sistema fechado de escolha dos candidatos. Há realmente, por parte dos Parlamentares, uma preocupação muito grande com o sistema fechado. Não seria eleição proporcional, os partidos fariam uma lista fechada de candidatos e a população votaria nos partidos políticos. Nessa lista, de repente, o partido teria xis votos e elegeria dez Deputados. Na lista estaria o nome dos primeiros dez Deputados que o partido relacionou. Aí é que vem a preocupação: como seria elaborada essa lista fechada? Quem os partidos vão colocar nos primeiros nomes para serem contemplados com o mandato, porque a população não votaria mais no Nilmário Miranda, no Átila Lins, no Izalci, mas no PT, no PSD e no PSDB do Deputado Izalci. E aí a preocupação: se encontrássemos o mecanismo de dissociar o financiamento público de campanha da lista fechada, quero crer que esse sistema já teria sido implementado. A gente percebe, nesta Casa, com a minha experiência por estar no sexto mandato, quase 23 anos de mandato como Deputado Federal, que há um nítido desejo de os Deputados implementarem o financiamento público de campanha para acabar com os problemas de compra de votos, do poder econômico muito ativo. Enfim, essa questão da lista fechada, em que ainda estão atuando muito em sintonia, tem impedido que o financiamento entre em vigor. Mas as discussões continuam, Deputado Nilmário. Eu quero, mais uma vez, reafirmar a minha alegria de tê-lo aqui conosco, de ser seu colega há muito tempo. Sei que a Câmara dos Deputados terá mais um valoroso Parlamentar para defender suas bandeiras, para defender as suas ideias e dar aqui o seu voto consciente nas coisas que interessam ao País e ao povo brasileiro. Muito obrigado pelo aparte.



O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Obrigado, Deputado, pelas palavras gentis.

Deputado, já visitei países, até como observador, onde milhões de pessoas participam de primárias para escolher as listas. Há métodos para isso. Nós estamos chegando perto. O fundo partidário já é um financiamento público parcial - não para as eleições, mas para a atividade política - como também o horário gratuito na televisão e no rádio. Nós estamos caminhando para isso. Falta incluir agora o financiamento público. E nós saberemos fazê-lo. V.Exa. tem razão, não há como fazer financiamento público individual, tem que ser aos partidos, preservando também a democracia na escolha e impedindo a oligarquização e o apoderamento da política por máquinas partidárias. Seria sair da brasa e cair na chapa quente.

Nas últimas décadas, eu me dediquei à utopia dos direitos humanos, da igualdade de todos os seres humanos, a partir da dignidade das pessoas. Todos os seres humanos nascem livres e iguais. E tive o privilégio de ter sido o autor do projeto de resolução que criou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 31 de janeiro de 1995, há 18 anos. O Deputado Inocêncio Oliveira, de onde V.Exa. está, presidia a sessão, no último dia do ano legislativo. No dia seguinte, foi eleito o Deputado Luis Eduardo Magalhães. O Deputado Átila Lins estava aqui e participou desses eventos.

E agora estou voltando para me somar aos companheiros daqui, da Comissão de Direitos Humanos e de todos os partidos e seguir em frente.

Nós precisamos aprovar o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que há 15 anos tramita no Congresso, chamado Princípios de Paris. As democracias modernas têm conselhos desse tipo que atuam na prevenção e na promoção dos direitos humanos, com muita independência, sem estar atreladas aos Executivos, com participação forte da sociedade civil. Isso já foi aprovado no Senado; agora, precisamos aprová-lo na Câmara.

O nosso País tem que aprovar uma legislação moderna e eficaz para o enfrentamento da tortura. Nós aprovamos aqui, há alguns anos, uma tipificação do crime da tortura, mas ainda é uma lei que tem de ser modernizada. Ela não deu conta do desafio da erradicação da tortura.

Precisamos aperfeiçoar a legislação para integrar a proteção de adolescentes ameaçados de morte com a de vítima, testemunha e defensor de direitos humanos. Queremos um sistema de proteção de pessoas.

Estou vendo aqui a Deputada Erika Kokay, que tem uma dívida histórica com o segmento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Eles têm seus direitos cada vez mais reconhecidos no Judiciário e no Executivo, e no Legislativo brasileiro não. Setenta e seis países já têm leis que criminalizam a homofobia, o nosso ainda reluta em reconhecer direitos já reconhecidos pela Justiça ou já em prática pelo Executivo. O Parlamento tem essa dívida - ela tem que ser saldada - com esse segmento tão importante da nossa sociedade.

Ouço a Deputada Erika.

A Sra. Erika Kokay - Deputado Nilmário Miranda, eu venho aqui - e falo, tenho absoluta certeza, representando milhares de pessoas que não têm voz no dia a dia e que ainda têm cíndida ou ferida a possibilidade da vida plena como seres humanos - dizer que esta Casa se engrandece com a sua participação. V.Exa. foi um grande



construtor da Comissão Permanente em defesa dos direitos humanos e minorias desta Casa, que carrega uma biografia que significa o conjunto deste Parlamento. Por isso me sinto extremamente feliz de poder contar com V.Exa. nessa construção, uma construção muito árdua, uma construção que pressupõe que façamos todos os dias os lutos dos períodos traumáticos da nossa história, períodos de profunda desumanização, como o colonialismo, a escravidão e a ditadura. O Parlamento brasileiro fica mais nobre e mais vivo, mais coadunado com os interesses da pessoa humana com a sua participação no seu cotidiano. O Brasil inteiro aprendeu com V.Exa. Eu me considero uma discípula dos seus ensinamentos e do seu comprometimento na luta pela dignidade humana. Quando falamos de cidadania, falamos de deveres e direitos, mas, quando falamos de direitos humanos, falamos de dignidade humana, de uma condição ou um direito de viver enquanto seres humanos que nos é atribuído simplesmente porque somos seres humanos. Temos necessidade de romper essa invisibilização na nossa sociedade. Que os seres humanos possam ser vistos, sentidos, pensados como seres humanos. Penso que o Brasil ganha de forma absolutamente substancial com a sua participação neste Parlamento. Eu diria que todos os Parlamentares desta Casa, independentemente da concepção partidária que têm ou dos projetos de sociedade que defendem, reconhecem em V.Exa. a grandeza daqueles que fizeram uma opção muitas vezes doída, muitas vezes sem resultados imediatos. Mas com ela vão sendo tecidos, puxados os fios de vida que vão tecer o novo amanhã. Por isso, sinto-me extremamente feliz - e encerro como comecei, tendo absoluta certeza de que não falo apenas em meu nome - por tê-lo aqui, mais uma vez, neste Parlamento, para que possamos fazer a política que pode ser ouvida, pensada, sentida e feita pelos seres humanos. Parabéns a todas e todos nós, que contamos com V.Exa. neste Parlamento. Seja bem-vindo.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Obrigado, Deputada.

Eu também tenho um compromisso com a causa dos hansenianos e, portanto, com o Movimento de Reintegração dos Hansenianos - MORHAN, que é um exemplo de luta para os brasileiros. Eles querem a erradicação da hanseníase, das assim chamadas doenças negligenciadas, como a doença de Chagas, a tuberculose, a leishmaniose.

A hanseníase pode ser erradicada, e o MORHAN se dedica a isso com extraordinário empenho, tornando-se um exemplo. E já conseguiu vitórias como, por exemplo, o reconhecimento e a reparação, pelo Estado brasileiro, em relação a milhares de pessoas confinadas em hospitais colônias. Agora, estamos lutando para que as crianças apartadas à força dos pais naquelas colônias sejam reparadas, moral, histórica e financeiramente, pelo Estado brasileiro.

Sr. Presidente, Deputado Izalci, o Brasil está vivendo um momento importante para a democracia com o trabalho da Comissão de Anistia e com o trabalho da Comissão da Verdade. A Comissão da Anistia percorre o País em caravanas e já julgou mais de 60 mil petições. Ela está edificando o Memorial da Anistia em Belo Horizonte, a exemplo dos memoriais relativos ao holocausto e daqueles construídos na Argentina, no Chile, no México, enfim, de toda a rede mundial de memoriais de direitos humanos.

A Comissão da Verdade, com o auxílio da Lei de Acesso à Informação, desencadeou um rico processo de instituição de comissões da verdade em Estados, Municípios, universidades, categorias profissionais, comissões que vão ter uma repercussão enorme na qualidade de nossa democracia. Mas não posso deixar de expressar a minha inconformidade com a decisão do STF de manter a impunidade para os que praticaram o desaparecimento de pessoas, crime contra a humanidade. Eu espero que o STF reveja essa decisão.



Quando eu cheguei a esta Casa, em 1991, fui um dos primeiros signatários da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Vinte e dois anos depois, isso continua sendo um dos maiores *deficits* da nossa democracia: não ter transformado em leis e políticas públicas o direito à comunicação, à liberdade de expressão para todos os segmentos e classes sociais, previsto na Constituição. E coloco-me ao lado dos que querem um novo marco regulatório da comunicação. A nossa Lei de Radiodifusão é de 1962, tem 50 anos. E com toda a transformação ocorrida na sociedade, nós ficamos defasados e precisamos desse marco regulatório novo. Recuperar o direito de resposta, que se foi junto com a Lei de Imprensa; impedir a propriedade cruzada de meios de comunicação, como todas as grandes democracias praticam; impedir a concentração excessiva de meios de comunicação em poucas mãos, para assegurar uma distribuição mais igualitária; resgatar o diploma de jornalista, matéria que já foi aprovada em outra Casa e temos que aprová-la aqui também; viabilizar a regionalização dos conteúdos para impedir essa padronização, que não faz bem à cultura brasileira; e também coloco como importante o marco civil da Internet, realmente democrático.

Reafirmo, Presidente, o meu compromisso com o direito à cultura para todos, respeitando a diversidade, e a cultura com uma política universalizante, tal como foi iniciada por Gilberto Gil, a cultura como fim em si mesmo, como direito.

Por fim, mas não por último, vou usar, Deputada Erika, toda a minha energia para me associar aos que, como V.Exa., lutam por um pacto nacional para reverter o extermínio da juventude, principalmente dos negros e pardos, mas também dos jovens indígenas, dos jovens camponeses, dos moradores de rua, das vítimas do crack. Não podemos aceitar a banalização da morte, as pessoas não podem morrer antes da hora. Jovens negros e pobres que saem das escolas antes do tempo não podem abarrotar prisões que não reinternam.

Neste carnaval, em minha cidade, Belo Horizonte, e em várias partes do Brasil, dezenas de milhares de jovens organizaram-se em blocos para expressar seu direito ao protagonismo da própria alegria. Jovem é para viver, é para celebrar a vida e não para morrer de fome, à bala ou de vício.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores da TV Câmara, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Câmara, senhoras e senhores presentes, volto a esta tribuna depois de 10 anos. Daqui saí no dia 31 de dezembro de 2002, após exercer três mandatos, para assumir o honroso cargo de primeiro Ministro dos Direitos Humanos da nossa história, escolhido pelo Presidente Lula.

1. Nestes 10 anos o Brasil passou por um período extraordinário de desenvolvimento econômico, social, cultural e de avanço da democracia.
2. Venho de uma geração que teve seus sonhos de reformas democráticas abafadas pela longa ditadura civil militar. Engagei-me de corpo e alma na resistência e na luta por uma verdadeira e sólida democracia.



3. Hoje vejo grande parte de meus sonhos sendo realizados.
4. É gratificante ver, sentir e participar dessa revolução pacífica em que 120 milhões de pessoas escolhem seu destino sem violência. Em poucas horas o resultado é proclamado. O mundo inteiro assiste com admiração as transformações sociais, obtidas com participação popular. Nada menos que 5 milhões de pessoas participaram das 73 conferências nacionais que chancelaram políticas públicas distributivas universais.
5. Como defensor histórico dos direitos humanos, na visão holística dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, vejo a redução da miséria, da pobreza, da desigualdade em apenas 1 década. Não são mais quimeras o direito à alimentação, ao trabalho decente, à moradia adequada, à segurança, sendo conquistados em ambiente de liberdade.
6. Quando aqui estava, até 2002, alegrava-me com o fato de cem indígenas estarem nas universidades, hoje são milhares. Índios, quilombolas, negros têm acesso sem precedentes ao ensino técnico e às universidades.
7. Em minha querida Teófilo Otoni, em 2014, filhos de pobres da cidade e do campo entrarão na faculdade de Medicina - impensável anos atrás.
8. Todos os indicadores caros aos defensores de direitos humanos melhoraram nestes 10 anos: mortalidade infantil e materna; sub-registro civil; acesso à creche e ao ensino infantil; combate ao trabalho escravo e degradante; enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; acesso à energia elétrica para 3 milhões de famílias, a título de exemplo.
9. Militante de direitos humanos tem que ser exigente como os estudantes de 1968: sejamos realistas, exijamos o impossível.
10. Neste curto mandato vou procurar cumprir tudo que me propus quando recebi quase 70 mil votos dos mineiros.
11. Avançar a democracia, construção permanente, passa pela reforma política, especialmente para abater o apodrecido mecanismo do financiamento privado das eleições e da atividade política, que distorce a representação política, afasta as mulheres, os jovens e as lideranças populares.
12. Nas últimas décadas dediquei-me à utopia dos direitos humanos, da igualdade de todos os seres humanos a partir da dignidade da pessoa humana. Tive o privilégio de ter sido o autor do projeto de resolução que criou a Comissão de Direitos Humanos. Presidiu aquela histórica sessão o Deputado Inocêncio de Oliveira, no dia 31 de janeiro de 1995.
13. Volto agora a me somar aos valorosos companheiros para seguir em frente.
14. Precisamos aprovar a criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos que há 15 anos tramita pelo Congresso. Já aprovado pelo Senado, será um valioso instrumento para a prevenção de violações e para a promoção de direitos.
15. Nosso País tem o dever de aprovar uma legislação moderna e eficaz para o enfrentamento da tortura.



16. Precisamos aperfeiçoar a legislação para integrar a proteção de adolescentes ameaçados de morte, das vítimas e testemunhas e dos defensores de direitos humanos.

17. O Parlamento brasileiro tem uma dívida histórica com o segmento LGBT, que tem seus direitos cada vez mais reconhecidos pelo Judiciário e Executivo.

18. Tenho compromisso com a causa dos hansenianos, com o extraordinário MORHAN, exemplo de luta para os brasileiros, que querem a erradicação da hanseníase, doença negligenciada, e a separação dos filhos apartados dos pais no infeliz período da internação compulsória em hospitais colônias.

19. O Brasil está vivendo um momento histórico importante para a democracia com o trabalho da Comissão de Anistia e da Comissão da Verdade. A Comissão de Anistia percorre o País em caravanas, julgou mais de 60 mil petições e está edificando o Memorial da Anistia em Belo Horizonte. A Comissão da Verdade, com o auxílio da Lei de Acesso à Informação, desencadeou um rico processo de instituição de comissões de verdade nos Estados, Municípios, universidades e sociedade civil. Mas não posso deixar de expressar minha inconformidade com a decisão do STF de manter a impunidade para os que praticaram o desaparecimento de opositores, crime contra a humanidade. Espero que o STF reveja essa decisão.

20. Quando cheguei a esta Casa, em 1991, fui um dos primeiros signatários da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Vinte e dois anos depois, este continua a ser um dos maiores *deficits* de nossa democracia. Não ter transformado em leis e políticas públicas o direito à comunicação, à liberdade de expressão para todos os segmentos e classes sociais, previsto na Constituição. Coloco-me ao lado dos que querem um novo marco regulatório da comunicação, recuperar o direito de resposta, impedir a propriedade cruzada, a concentração de meios, resgatar a dispensa e viabilizar a regionalização dos conteúdos. Assim coloco um Marco Civil da Internet realmente democrático.

21. Reafirmo meu compromisso com o direito à cultura para todos, respeitando a diversidade, como uma política pública universalizante, tal como foi iniciada por Gilberto Gil.

22. Por fim, mas não por último, vou usar toda minha energia para me associar aos que lutaram por um pacto nacional para reverter o extermínio da juventude, principalmente dos negros e pardos, mas também dos jovens indígenas, dos camponeses, dos moradores de rua, das vítimas do crack. Não podemos aceitar a banalização da morte, as pessoas não podem morrer antes da hora. Jovens negros e pobres que saem das escolas antes do tempo não podem abarrotar prisões que não reinternam.

Neste carnaval, em Belo Horizonte e em várias partes do Brasil, dezenas de milhares de jovens organizaram-se em blocos, para expressar seu direito ao protagonismo da própria alegria e para viver, celebrar a vida e não para morrer de fome, à bala ou de vício.



Documento 3/85

012.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 21/02/2013-14:03
Debates - CD
Publ.: DCD - 22/02/2013 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
2211
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Desgaste da atividade política no País. Imediata realização da reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Meu colega de bancada, que muito honra o mandato que recebeu do povo baiano nesta Casa e que preside os trabalhos neste momento; prezados colegas Deputadas e Deputados, entre eles a Deputada Carmen Zanotto, que usará a palavra a seguir e representa aqui, de forma muito digna, o Estado de Santa Catarina, como nós estamos, Sr. Presidente, num momento que chamamos de pinga-fogo, ou seja, de falas muito curtas, e é a primeira vez que uso a tribuna neste ano, depois da posse do Presidente Henrique Eduardo Alves, eu quero chamar todos os colegas para aquele que eu considero o momento mais importante, desejado e estratégico deste Parlamento neste ano de 2013.

Eu não estou aqui, evidentemente, para convocar os colegas; eu estou aqui para convidar os colegas a fazermos uma profunda reflexão sobre, como penso eu, este ambiente em que vivemos, de desgaste em torno da política no nosso País, no qual, muitas vezes, estamos nas fronteiras da criminalização da política, da "deslegitimação" da política e do trabalho fundamental e estratégico que exercem os Parlamentares - Deputados Federais, Estaduais, Senadores - e também aqueles que dirigem os Executivos, muitos dos quais passam por esses bancos e vão às Prefeituras, aos Governos de Estados.

Será que não temos, todos nós, Deputado Ubiali, independentemente das diferenças de ideias que tenhamos sobre o assunto A, B ou C que compõem a pauta da reforma política, que fazer um grande pacto para que neste primeiro semestre de 2013 a votação mais importante a ser feita nesta Casa seja a reforma política?

Conversei com o Presidente Henrique Alves, e S.Exa. confirma o seu compromisso de colocar em votação a matéria. E eu reafirmo a todos os Srs. Deputados, a todas as Sras. Deputadas, também à sociedade que se mobiliza e começa a coletar assinaturas, inclusive para um projeto de iniciativa popular de reforma política, que o compromisso que tenho, como Relator, é de estabelecer, junto com o Presidente Henrique Alves, um formato de votação que garanta a todos os Deputados a possibilidade de se posicionarem sobre cada um dos assuntos que vamos votar nesta Casa.

Ganhar ou perder uma votação dessas é o que eu mais quero, e sinto que o Presidente Amauri Teixeira também o quer, porque o que nós não podemos mais é postergar o ato de votar e alterar o sistema político para melhor, para que deste novo sistema político nasça uma credibilidade maior para os nossos mandatos.



O esteio da reforma que eu proponho é o financiamento público exclusivo de campanha, com a forte redução dos custos de campanha, para mandatos mais independentes, para que aqueles que detêm o grande poder econômico que hoje financia a política e cada vez mais domina a política percam esse poder, e para que todos nós, povo brasileiro, sejamos de fato iguais perante a democracia.

Sr. Presidente, encerro dizendo que o meu convite e a minha disposição são: vamos todos ao plenário e ao voto, para dar ao País um novo sistema político.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - V.Exa. tem nossa confiança. Esta Casa tem uma missão: precisamos alterar o funcionamento do sistema eleitoral e fazer uma profunda reforma política.

Documento 4/85

018.3.54.0

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2013-17:26

Publ.: DCD - 28/02/2013 - 3049 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL favorável à extinção do 14º e do 15º salários dos Parlamentares. Apelo à Casa para apreciação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição relativa à extinção do voto secreto das deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. Realização da reforma política, com ênfase no financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O que eu queria dizer é o seguinte: esta votação inicia, Sr. Presidente Henrique Alves, o momento em que o Parlamento quer dialogar com a sociedade. E já é tarde! Já é tarde!

Aqui nós temos feito um papel: ao não votar o 14º e o 15º, ao não votar o fim do voto secreto nesta Casa, a Câmara dos Deputados tem se colocado de forma a ser contra todo o anseio da população, que é o anseio de transparência, de ética na política, para que nós possamos ter a sociedade conectada com o Congresso Nacional.

O PSOL, logicamente, é favorável à extinção do 14º e do 15º salários. Nós temos pautado isso há muito tempo na reunião de Líderes. Entendemos que já devia ter sido votado há muito tempo. Não há trabalhador que comprehenda por que só nós seríamos os privilegiados a receber esses salários - o 13º é justo.

Mas, mais do que isso, eu quero um compromisso, neste momento histórico em que nós dialogamos com a sociedade, e peço a votação da emenda constitucional - já



aprovada no Senado também! - pelo fim do voto secreto.

E que nós tenhamos a hombridade de tocar a reforma política nesta Casa. A reforma política não pode ser apenas colocar cláusula de barreiras à formação de partido ou se dignar a mexer em um ou outro aspecto, porque o povo brasileiro quer entender o que se passa nesta Casa.

Não é o problema dos dois salários anuais que faz a corrupção no nosso País. O que faz a corrupção no nosso País é o financiamento privado de campanha. Não há reforma política sem financiamento público de campanha. A base da corrupção está no financiamento dos bancos, do agronegócio, das grandes empresas e, depois, pagar a conta para isso.

O povo brasileiro precisa entender que, apesar de nós sermos favoráveis ao fim do 14º e do 15º salários, esta Casa acaba votando questões que têm a ver, sim, com corrupção também. É o caso da medida provisória que foi votada na semana passada, com o interesse de desoneras vários setores da economia, como é o caso da grande mídia, dos agrotóxicos, das armas, financiadores contundentes de campanha. É preciso que isso também fique claro ao povo brasileiro.

Não basta extinguir o 14º e o 15º. Isso é necessário, isso é fundamental, mas quero dizer, Deputado Henrique Eduardo Alves - que começa a gestão neste momento dialogando com a sociedade, com apoio do Congresso, com apoio da sociedade -, que V.Exa. paute, na semana que vem, o fim do voto secreto nesta Casa. Converse com os Líderes, para que a gente o liquide de vez. O Senado tem dado um banho na Câmara! É uma vergonha que o Senado tenha aprovado isso lá e nós estejamos aqui empurrando com a barriga essa questão.

Em terceiro lugar, a discussão da reforma política a sério, em cima do relatório produzido pela Comissão Especial, que é a reforma política que fala no financiamento partidário, no financiamento público exclusivo de campanha; que fala no fim do financiamento privado; que fala em punição para doadores e receptores. E que fique caracterizado para sociedade brasileira que, uma vez estabelecido o financiamento público de campanha, as campanhas custarão, segundo dados do próprio TSE, cem vezes menos para a sociedade brasileira.

Então, para combater a corrupção e para garantir que nós tenhamos liberdade, diálogo com a sociedade, transparência, ética, vamos votar por unanimidade o fim do 14º e do 15º e o fim do voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado, Deputado.



024.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 06/03/2013-14:14
CDPubl.: DCD - 07/03/2013 - ARNALDO JARDIM-PPS -SP
3736CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Votos de sucesso aos novos membros das Mesas Diretoras das Comissões Permanentes da Casa, especialmente ao Deputado Eduardo da Fonte, eleito Presidente da Comissão de Minas e Energia. Inconveniência da edição de medida provisória sobre a regulamentação do setor de mineração. Avaliação das políticas do Governo Federal destinadas à promoção do desenvolvimento do País. Realização das reformas política, previdenciária e tributária.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje elegemos as Mesas Diretoras das Comissões Permanentes da Casa. Quero desejar a todos muito sucesso.

No caso específico da Comissão de Minas e Energia elegemos o Presidente Eduardo da Fonte. Nessa ocasião eu levantei a questão do Código de Mineração. O Poder Executivo há 4 anos anuncia que está preparando uma proposta no sentido da reorganização do DNPM, de um novo marco regulatório para mineração. Há 4 anos, e ainda não chegou a um final! E agora diz que finalmente tem uma proposta que será enviada sob a forma de medida provisória. É um verdadeiro acinte ao Poder Legislativo.

Ora, o Executivo leva anos para chegar a uma proposta, e teremos de tratar de uma medida provisória, com prazo exíguo?!

Precisamos mudar isso!

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, crescimento para valer só vai acontecer com mudanças estruturais. A sociedade e o Governo constatam a insuficiência das medidas localizadas e pontuais. O modelo sustentado no consumo revelou seus limites, e as taxas de ocupação de mão de obra e de emprego vão, inexoravelmente, cair, e muito.

Ao lado das necessárias reformas estruturais - tributária, previdenciária etc. -, é imperativo ampliar o grau de investimento, especialmente na área da infraestrutura.

Do ponto de vista do investimento público, é prioritário avançar na melhoria da qualidade na contratação de serviços e obras e na efetivação do dispêndio orçamentário. No ano passado mais uma vez tivemos uma baixa execução orçamentária, e ampliaram-se ainda mais os "restos a pagar". Ou seja, trocando em miúdos, o Governo não conseguiu gastar, e isso precisa mudar.

Reformular a Lei 8.666 e aprovar a Lei Geral das Agências Reguladoras são também



passos necessários, e ainda mais agora, quando algumas atitudes do Executivo geram insegurança jurídica.

Do ponto de vista do investimento privado, precisamos de ousadia na implementação de PPPs, parcerias público-privadas, e concessões. O pacote de infraestrutura lançado em 2012, que prevê um aporte de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões em 5 anos para melhorar as condições de rodovias, portos, aeroportos e ainda o setor de energia, pode ser o indutor para que a economia não fique estagnada. O conjunto das medidas é audacioso, como a guinada que o Banco Central deu no ano passado, ao reduzir a taxa de juros e mudar o tratamento da questão cambial. Portanto, essa é uma iniciativa louvável e caminha no rumo das propostas defendidas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, da qual sou presidente, mas precisa ser de fato implementada.

Levantamento feito pelo Observatório PPP Brasil mostra que hoje existem 18 contratos de PPPs em execução - prontos ou em obras - por parte de Governos estaduais, embora apenas um contrato tenha sido assinado, em Alagoas, no ano passado.

De acordo com a PPP Brasil, atualmente existem 24 projetos em consulta ou em licitação. Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo concentram o maior número de projetos, com cinco e três, respectivamente. São Paulo conta até com um Comitê Gestor de PPPs, tamanha é a relevância desse mecanismo para o Estado.

Mas, enquanto a maioria dos Estados lança mão de PPPs prioritariamente para o setor de infraestrutura, o Governo Federal, segundo dados da PPP Brasil, tem projetos nesse formato para irrigação (oito), defesa (seis), manutenção de parques (seis), e apenas uma PPP contratada.

Além de ampliar o leque de PPPs, é preciso também diminuir a burocracia dos projetos e garantir a desoneração dos principais tributos que incidem sobre esse dispositivo, um dos maiores obstáculos para que se tornem mais efetivos no País.

A Medida Provisória nº 575/2012, transformada na Lei 12.766, tornou os projetos de PPPs mais atrativos ao permitir que o Poder Público faça os pagamentos por obras e pela diluição do pagamento de impostos e tributos ao longo do contrato. Como membro da Comissão Especial que analisou a matéria, contribuí para esse avanço. A alteração promovida na legislação, no entanto, carece de aperfeiçoamento, sobretudo no que diz respeito à desoneração de IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS para que os projetos possam de fato sair do papel.

Esse conjunto de regras trará agilidade e permitirá que as PPPs e as concessões possam efetivamente produzir os resultados que todos nós esperamos e de que o País precisa.

Sr. Presidente, o ano de 2013 é a oportunidade para um avanço da agenda legislativa, ocasião para entrarmos na análise e na deliberação de temas mais polêmicos e estratégicos, como as reformas estruturais. Sem eleições neste período, poderá o Parlamento ter um ano bastante produtivo, desenvolvendo uma pauta que trate de questões fundamentais para o crescimento do País.

Políticas de curto prazo e imediatistas têm dominado as ações do Executivo. O



Legislativo, ao tratar das reformas de base, poderá reestabelecer uma visão de longo prazo, que fixe a base para políticas públicas duradouras, trazendo segurança jurídica, animando o investimento, construindo um projeto de Nação.

Está praticamente abandonado o debate sobre as reformas estruturais. O Executivo tem-se limitado a transferir essa iniciativa ao Congresso Nacional, e o Legislativo, submisso aos interesses do Governo, tendo seu dia a dia dominado pela enxurrada de medidas provisórias, não consegue fazer avançar essa discussão.

Há uma série de reformas que são fundamentais para estruturar definitivamente uma política de crescimento econômico e consolidar as instituições. A lista de reformas é imensa: sindical, trabalhista, do Judiciário, previdenciária, política, tributária etc. Mas, diante da escassez de tempo e para que realmente deliberemos, considero que deveríamos concentrar-nos na reforma política ainda no primeiro semestre de 2013, e fazer isso antes que o debate eleitoral do próximo ano esquente, porque, quando isso acontece, sempre se alega que uma ou outra proposta de mudança favorece candidaturas de um lado ou outro. A antecipação é o melhor caminho para não nos deixarmos contaminar pelo clima eleitoral.

Nessa questão eu defendo voto distrital misto, as listas partidárias e o financiamento público de campanhas.

Outra prioridade que eu sugiro é a questão da reforma previdenciária. O perfil da vida de população está mudando, as pessoas estão vivendo mais tempo, e isso significa uma alteração da pirâmide social. Não podemos ficar esperando o que ocorreu com os países europeus, que já não dão conta de pagar aos trabalhadores aposentados os compromissos previdenciários assumidos no passado. Portanto, é imperiosa a decisão de alterarmos as regras previdenciárias para preparamos a necessária mudança, para que não tenhamos de fazer isso depois, em clima de emergência.

Por fim, a agenda legislativa deste ano deve avançar na questão tributária. Em 2012 tivemos algumas mudanças, particularmente com iniciativas localizadas e setoriais de desoneração da folha de pagamento das empresas, embora insuficientes para uma alteração mais significativa do atual quadro de tributos, em torno de 36% do PIB.

O Brasil tem uma crescente arrecadação tributária, que aumenta mais do que o PIB, é burocrática e um convite para a evasão fiscal. A simplificação de regras, a reafirmação da Federação e o estabelecimento de critérios de justiça tributária devem ser os principais pontos da reforma tributária. As mudanças poderiam começar pela alteração da legislação do ICMS, com sua unificação para acabar com a chamada guerra fiscal entre os Estados.

Em 2013 o Brasil vai precisar ir além das políticas localizadas e setoriais. Precisará buscar regras estáveis, melhorar a capacidade de execução orçamentária e garantir o aumento do grau do investimento privado.

O ano que começa precisa ser de arrumação da casa para construirmos um futuro melhor. O Legislativo terá um grande papel, ao avançarmos nas reformas estruturais de que o País precisa.



Documento 6/85

028.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - 11/03/2013-15:57
Publ.: DCD - 12/03/2013 - ALBERTO FILHO-PMDB -MA
4259
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
DEPUTADOS

Sumário

Desafios administrativos impostos ao Prefeito José Alberto Veloso, do Município de Bacabal, Estado do Maranhão. Compromissos assumidos pelo orador com Municípios maranhenses. Imediata realização da reforma política. Contrariedade às propostas de exclusão de aborto da lista de crimes e à regulamentação da prática da eutanásia, constantes no Projeto de Lei nº 236, de 2012, do Senado Federal, sobre a reforma do Código Penal. Solicitação ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, de indicação de peemedebista para a rerepresentação, perante a Comissão de Finanças e Tributação, de parecer a favor do Projeto de Lei nº 478, de 2007, sobre a criação do Estatuto do Nascituro.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que, pela terceira vez, em 2 anos de mandato, assomo à tribuna, no Grande Expediente, período no qual são disponibilizados 25 minutos para conversarmos com nossos eleitores dos nossos Estados e também debatermos assuntos de interesse de âmbito não apenas do nosso Estado, o Maranhão, mas também nacional.

Inicialmente, saúdo o povo brasileiro, particularmente os maranhenses, que porventura, neste momento, estão nos assistindo pela *TV Câmara*, importante veículo de comunicação da Casa, que, espero, seja, cada vez mais, democratizado, para que todos os Deputados e Deputadas tenham espaço garantido para levar ao povo brasileiro suas ações, seu trabalho, no Parlamento brasileiro.

Aproveito a oportunidade para agradecer às emissoras do meu Município de Bacabal, que estão, neste momento, ao vivo, transmitindo nosso pronunciamento direto da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nas eleições municipais, do ano passado, obtivemos uma vitória muito importante na nossa cidade natal de Bacabal. Elegemos o atual Prefeito, Zé Alberto, meu pai, um homem sério, digno desse mandato, firme e, acima de tudo, um homem do bem que decidiu ser prefeito daquele Município não porque alimentou essa possibilidade ao longo de sua vida. Na verdade, Zé Alberto tornou-se prefeito da cidade de Bacabal porque entendeu que estava na hora de mudar a forma de fazer política naquela cidade central do Estado do Maranhão, cujo objetivo agora é trabalhar para melhorar a vida dos bacabalenses que, ainda hoje, em sua maioria, lutam por construir uma vida melhor, mais digna e mais humana.

Como Deputado Federal, Sr. Presidente Luiz Couto, um dos grandes desafios que tenho é exatamente ajudar Zé Alberto a fazer uma gestão municipal para atender ao



objetivo de possibilitar uma vida melhor para a população de Bacabal. Empreenderei, portanto, todos os esforços possíveis para ajudar a minha cidade, neste momento novo de sua trajetória política. Também quero aqui firmar meu compromisso com os demais 23 Municípios do Maranhão, cujos prefeitos saíram vitoriosos e fazem parte da nossa base eleitoral, bem como as demais lideranças de outros Municípios que, no conjunto, formam a minha base eleitoral no Estado do Maranhão. Todos podem ter certeza de que terão, no meu mandato, toda a atenção especial e necessária para que possam realizar uma gestão pública que dê respostas aos principais desafios que estão postos no momento, em seus Municípios.

Sr. Presidente, feitas essas considerações iniciais, digamos, de cunho pessoal, porque entendi oportunas neste momento, passo agora a tratar de tema muito importante que há muito tempo vem patinando no âmbito do Congresso Nacional. Trata-se da reforma política.

Fala-se nessa reforma, no mínimo, há uma década, sem que efetivamente saia do âmbito das discussões para vir para as decisões em plenário.

É do conhecimento de todos nós que estamos longe de alcançar um consenso sobre todos os pontos importantes de uma verdadeira reforma do sistema político eleitoral brasileiro, mas é igualmente do conhecimento de todos que se deve buscar a definição pelo voto da maioria deste Parlamento, pelo menos, de uma reforma possível, já que uma reforma ampla parece não ser possível no horizonte desta Legislatura.

Quero aqui, portanto, expressar o que entendo de definitivo, ainda este ano, com possibilidade de valer para as eleições gerais já do ano que vem, de 2014.

Inicio falando do financiamento público exclusivo de campanha. Não há outro caminho melhor do que esse, frente à problemática existente em torno do financiamento livre de campanhas em que o peso do poder econômico retira a natureza realmente democrática dos pleitos eleitorais. Todos nós sabemos que os resultados eleitorais, hoje, no Brasil são diretamente vinculados à quantidade de dinheiro que se tem para investir, seja oriundo de recursos próprios ou advindos da arrecadação de pessoa física ou jurídica. O fato é que hoje o peso do poder econômico numa campanha é o que define as eleições e não o debate em torno de proposições programáticas para o País, para o Estado ou para determinado Município no momento das eleições majoritárias e proporcionais.

Com o financiamento público de campanha nos livraremos desse dilema que tanto incomoda o País a cada eleição. Entendo que só faz sentido falar em financiamento público de campanha compreendendo que se estabelecerá um fundo único para receber os aportes de recursos do Orçamento Geral da União e também das pessoas físicas e jurídicas.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, nobre Deputado?

O SR. ALBERTO FILHO - Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Alberto Filho, cumprimento-o pelo pronunciamento que faz no Grande Expediente da sessão de hoje, defendendo a reforma política naquele seu lineamento que objetiva estabelecer parâmetros éticos para que cumpramos o nosso dever de representantes do povo. Eu diria a V.Exa., sem que isso signifique qualquer incredulidade em relação ao êxito desta campanha



em favor da reforma política, que participei de 3 Comissões. A primeira tinha como Relator o então Deputado João Almeida, da Bahia; a segunda, o Deputado Ronaldo Caiado, do Democratas do Goiás; e agora, representando também o PMDB nessa Comissão o Relator é o nobre Deputado Henrique Fontana. Diria a V.Exa. que, se houver um malogro nessa nossa investida, ficaremos pessimamente situados diante da opinião pública do País. V.Exa. está exatamente em seu discurso defendendo prioritariamente o financiamento público de campanha, fundamental para termos condições de escoimar a interferência do poder econômico, sem o que descharacterizará a manifestação da soberania popular. V.Exa. terá o nosso apoio, não apenas para esse item mas para todo aquele elenco de alterações que o Relator Henrique Fontana se propõe a fazer em seu parecer. Pelo que sei, as Lideranças já combinaram, já acertaram e até definiram um calendário para 2 ou 3 de abril, a fim de que possamos votar essa matéria. Queira Deus que se cumpra esse roteiro de trabalho. Acredito que nesse momento a Câmara dos Deputados terá o apoio de V.Exa. que agora, neste Grande Expediente, aborda o tema e o meu próprio apoio já demonstrado inequivocamente nas oportunidades por mim referenciadas há poucos instantes. Cumprimento V.Exa. pelo discurso que faz.

O SR. ALBERTO FILHO - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado Mauro Benevides, nosso decano nesta Casa, que certamente enriquece o nosso discurso, pois é uma forma de cobrar do Presidente desta Casa, Henrique Eduardo Alves, do PMDB, a discussão logo desse tema no plenário desta Casa.

Sr. Presidente, há que se esclarecer ao povo brasileiro de que, uma vez aprovado o financiamento público de campanha, o repasse será feito para os partidos e não para um candidato em particular.

Nessa linha de raciocínio estou de acordo com o que o Deputado Henrique Fontana vem defendendo no debate que se estabeleceu nesta Casa, cujos aspectos incorporo a este meu pronunciamento, a saber:

"...As campanhas serão financiadas exclusivamente com recursos do fundo único, sendo vedada a contribuição de pessoas jurídicas e físicas diretamente a partidos ou candidatos. Também fica vedada a utilização de recursos próprios de candidatos".

Além disso, o referido Deputado gaúcho assevera:

"O montante dos recursos públicos destinados ao fundo de financiamento das campanhas será proposto pela Justiça Eleitoral, podendo o Congresso Nacional ajustá-lo por ocasião da feitura do Orçamento anual".

E mais:

"Os gastos de campanha serão realizados exclusivamente pelos partidos políticos a partir de contas bancárias abertas especificamente para registro de movimentações financeiras relativas a campanhas eleitorais. Não serão distribuídos recursos diretamente aos candidatos. Assim, apenas os partidos e os comitês financeiros de campanha prestarão contas à Justiça Eleitoral".

Outro aspecto importante que decorre dessa proposta de financiamento público das campanhas eleitorais é que:

"a prestação de contas de campanha assumirá significativa importância, e poderá ser acompanhada por toda a sociedade brasileira pela Internet, além de que se deve



estabelecer severas punições de natureza administrativa, eleitoral e criminal nos casos de comprovados desvios de recursos ou arrecadação ilícita como o famoso caixa 2, por exemplo."

Em suma, esses são os principais pontos do financiamento público de campanha. Dessa forma, daremos um passo imenso para tornar nossos pleitos eleitorais cada vez mais transparentes e democráticos, levando o nosso povo a ter gosto pela participação política direta na vida do nosso País.

Outro ponto que considero importante para a reforma política é o fim das coligações proporcionais. Se quisermos tornar a disputa eleitoral mais transparente, mais democrática, faz-se necessário acabar com as coligações proporcionais, permitindo-as somente para os cargos majoritários, a saber: Presidente, Governador e Prefeito. A disputa em torno dos cargos de Senador, Deputado Federal, Estadual e Vereador serão restritos a cada partido, não permitindo mais a coligação de partidos para estes cargos, e, desta forma, obrigará os partidos a trabalharem por sua afirmação perante o eleitorado e não ficar na dependência da votação do partido coligado para eleger seus representantes.

Neste ponto, Sr. Presidente, devemos avançar no que diz respeito à questão do voto em lista. Aqui também estou de acordo com as propostas do Deputado Relator da reforma política, Deputado Henrique Fontana, que tem expressado publicamente. Primeiro, o sistema eleitoral que ele propõe mantém o critério da proporcionalidade de votos obtidos em relação ao número de cadeiras em disputa.

Segundo, o partido apresentará aos eleitores uma lista preordenada de candidatos, elaborada em conformidade com regras que fortalecem a democracia interna nos partidos.

Como no sistema atual, o eleitor disporá de um voto: no candidato de sua preferência ou na legenda partidária. Como o tamanho dos partidos nos Parlamentos dependerá do somatório dos votos nominais e dos votos de legenda, a adoção da lista flexível será neutra em relação às dimensões das bancadas partidárias. Por sua vez, o número de cadeiras conquistadas pelos partidos ou coligações será calculado por meio do sistema das maiores médias;

Depois do cálculo do número de cadeiras conquistadas pelos partidos, trata-se de definir quem são os eleitos dentro do partido. A nova versão do projeto estabelece um mecanismo no qual o eleitor decide o peso e a importância que gostaria de conferir à lista partidária, por meio da lista flexível. O eleitor terá total autonomia para decidir sobre a importância que deseja conferir ao partido ou ao candidato individual de sua preferência: se todos os eleitores votarem nominalmente nos candidatos, o sistema funciona como uma lista aberta; se todos os eleitores votarem na legenda, o sistema funciona como uma lista fechada tradicional.

Dependendo das estratégias do partido e das preferências dos eleitores, haverá diferenças na composição dos votos dos partidos. E nesse sistema não haverá cláusula de exclusão: todos os partidos participarão da disputa de todas as cadeiras na circunscrição eleitoral.

Outro ponto que queremos abordar sobre a reforma política é o fim da suplência de Senador da República.

Ainda com relação à reforma política precisa-se acabar com o instituto da Suplência



de Senador na forma que existe hoje. É preciso encontrar outro caminho para a posse no cargo de Senador. Penso que seria melhor a convocação do segundo mais votado, o que atenderia igualmente à vontade popular. O que não se pode mais admitir é que assumam a suplência pessoas que não receberam um voto sequer e, portanto, são nomes completamente desconhecidos do eleitorado. Isso é um absurdo e tem que acabar. Qualquer outra proposta é melhor do que a manutenção do que existe hoje em relação ao preenchimento da vacância do cargo de Senador em razão de renúncia, morte ou perda de mandato.

Manutenção do voto obrigatório.

Sr. Presidente, sei que existem Deputados e Senadores que advogam o fim do voto obrigatório. Sou absolutamente contra. Não temos ainda amadurecimento político suficiente para isso, correndo o risco de o País ver-se diante de impasses políticos por falta de legitimidade do resultado das eleições. Há quem advogue experiência de outros países que já tem isso implantado. Mas lembremos que trata-se de nações com um alto índice de consciência política onde as eleições são mais um espaço de participação do povo nos destinos de sua nação. Pode ser, Sr. Presidente, que no futuro isso seja possível, quando tivermos uma democracia consolidada e um sistema político-eleitoral moderno em que o peso do poder econômico não seja determinante para a eleição dos governantes e representantes do povo nos Parlamentos nos 3 níveis de governo, municipal, estadual e federal.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que tinha a fazer sobre o tema da reforma política, uma modesta contribuição da minha parte ao debate sobre esse tema, que passa a fazer parte da agenda da Câmara dos Deputados, uma vez que o nosso Presidente Henrique Eduardo Alves, do PMDB, assumiu um compromisso público de levar ao plenário desta Casa, ainda neste semestre, essa questão tão importante para o aprimoramento da democracia brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o início do meu mandato que sou Secretário Executivo da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, aqui no Congresso Nacional. Esta Frente tem a adesão de 220 Parlamentares, dentre eles 12 Senadores da República. Portanto, é uma Frente que reúne um percentual significativo do Congresso Nacional.

Preocupa-me, neste momento, o Projeto de Lei do Senado Federal, nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro. Este projeto de lei, que tem o Senador Pedro Taques como Relator na Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição e Justiça, tem recebido inúmeras críticas de setores importantes da sociedade brasileira, dentre eles, a própria Ordem dos Advogados do Brasil e juristas renomados. Este projeto de lei trata de vários temas polêmicos que não podem ser aprovados sem um amplo debate com a sociedade brasileira e não só com determinados setores, ainda que legítimos e com capacidade para manifestar suas opiniões.

Dentre os temas polêmicos quero ressaltar aqui dois deles. O primeiro refere-se à desriminalização do aborto, proposta que já foi derrotada por esta Casa nas duas Comissões de Mérito - Comissão de Seguridade Social e de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde tramitou o Projeto de Lei 1.135/1991.

Esse resultado, Sr. Presidente, correspondeu aos anseios populares manifestados nas diversas mobilizações de rua realizadas pelo Movimento Nacional da Cidadania



pela Vida (Brasil Sem Aborto) em todo o País.

Para ilustrar o pensamento do povo brasileiro, destacamos a pesquisa DataFolha realizada em 20 de outubro de 2010, na qual 71% dos entrevistados afirmam que a legislação sobre o aborto deve ficar como está, contra 11% que defendem a ampliação das hipóteses em que a prática é permitida e 7% que apoiam a descriminalização. Além disso, a pesquisa mostra que essa opinião contrária à mudança do Código nesse aspecto vem crescendo nos últimos anos.

Então, Sr. Presidente, vejamos agora o que afirma o art. 128 do referido projeto de lei de reforma do Código Penal, atualmente em tramitação no Senado Federal.

Sobre a exclusão do crime de aborto, diz o artigo:

"Art. 128. Não há crime se:

I - se houver risco à vida ou à saúde da gestante.

II - a gravidez resulta de violação da dignidade sexual, ou do emprego não consentido de técnica de reprodução assistida;

III - comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida independente, em ambos os casos atestado por dois médicos.

IV - por vontade da gestante até a 12ª semana da gestação, quando o médico constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar com a maternidade.

§ 1º Nos casos dos incisos II e III, e da segunda parte do inciso I, o aborto deve ser precedido de consentimento da gestante, ou quando menor, incapaz ou impossibilitada de consentir, de seu representante legal, do cônjuge ou de seu companheiro."

Poderíamos tecer inúmeras críticas a cada um dos pontos apresentados. Entretanto, optamos por trazer alguns argumentos que fazem referência à prática do aborto em si, e aos argumentos que têm sido usados pelos que desejam a sua descriminalização.

Os defensores da descriminalização do aborto tratam este assunto como um problema de saúde pública, o que levaria à redução de mortes maternas. Entretanto, temos que considerar:

1. não existe aborto sem morte, pois o aborto é, por essência, a eliminação da vida de uma criança em gestação. Para negar isso, fazem-se malabarismos que tentam mostrar que não se trata (ainda) de um ser humano. A tese é insustentável, e por isso os defensores do dito "direito ao aborto" têm pavor das imagens desses pequenos bebês de poucos centímetros, mas já totalmente formados, movendo-se em vídeos na Internet ou estraçalhados pelos instrumentos usados no aborto. Estas últimas imagens também eu não gosto de ver, mas constituem um eficaz choque de realidade. Qualquer criança identifica ali um semelhante. E, certamente, é a ciência (e não a religião) que demonstra que ele é um ser vivo, em desenvolvimento, dependente da mãe para sua nutrição, mas totalmente diferenciado dela. Tem a sua



própria carga genética, irrepetível, estabelecida na sua concepção. Já está definido, nesse momento, se é menino ou menina, a cor dos olhos e dos cabelos, e até tendências de temperamento;

2. as mortes maternas em decorrência do aborto estão muito abaixo dos números que geralmente são apresentados no debate. Recentemente, a ONU disse que seriam 200 mil por ano, no Brasil. O próprio Ministro da Saúde veio a público negar esses números. O site do DataSUS permite-nos ver os dados reais, que, no ano de 2010 apresentou, foram os seguintes: faleceram 486.045 mulheres; os óbitos de mulheres em idade fértil, por todas as causas, somam 66.323. Destes, os devidos a gravidez, parto ou aborto foram 1.161. Restringindo-nos apenas a aborto, temos 83 mortes. Portanto, o aborto corresponde a 7% das mortes maternas, 0,1% das mortes de mulheres em idade fértil, e 0,017% das mortes de mulheres em geral;

3. a legalização do aborto não favorece a saúde da mulher, e isso também pode ser demonstrado com estudos científicos. A longo prazo, o aborto é, para a mulher que o realiza, fator de morbidade e mortalidade. Em artigo publicado em setembro de 2011 pelo *Jornal Britânico de Psiquiatria*, importante publicação científica internacional na área de Psiquiatria, ficou evidenciado o risco de doenças mentais em 81% maior nas mulheres que realizaram aborto legal em seus países, em comparação com as que nunca fizeram aborto. O artigo mostra ainda que 10% desses problemas mentais podem ser diretamente atribuídos ao aborto, que há apenas 34% mais ansiedade, 37% mais depressão, 110% mais alcoolismo, 220% mais uso de maconha e 155% mais suicídios.

Então, Sr. Presidente, esta reforma do Código Penal que tramita no Senado Federal propõe mudanças também em outros temas polêmicos, como a Eutanásia, que, no atual Código Penal, é tipificado como crime.

O que diz o PLS 236, de 2012?

"Art. 122. Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave:

Pena - Detenção, de dois a quatro anos.

§ 1º O juiz deixará de aplicar a pena avaliando as circunstâncias do caso, bem como a relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente com a vítima."

Sr. Presidente, embora, nesta proposta de reforma do Código Penal, em tese a eutanásia seja proibida, deixar para o juiz a possibilidade de não puni-la abre perigosíssimas possibilidades para a realização desse crime. Os filhos podem ter estreitos laços de afeição, mas são também os herdeiros diretos do doente. Valham como exemplo os tristes casos de assassinato dos pais pelos filhos, ou a seu mando, que temos visto nos últimos anos.

O atual Código de Ética Médica, recentemente reformulado, diz:

"É vedado ao médico:

Art. 66 - Utilizar, em qualquer caso, meios destinados a abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu responsável legal."



A mudança proposta, portanto, não atende a desejo da classe médica, nem da população brasileira, que consideram antiética a eutanásia em qualquer caso. Vale lembrar, nesse contexto, o caso da médica Virgínia Soares, que coordenava a UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, Paraná, que comandava um esquema de eutanásia naquele hospital. Ou seja, ela matava os pacientes para liberar a Unidade de Tratamento Intensivo. Este caso chocou a opinião pública brasileira, o que aponta para que o Relator do PLS 236/2012 mantenha o que está disposto no atual Código Penal Brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, quero chamar a atenção de todos que neste momento acompanham este nosso pronunciamento pela TV Câmara para o fato importante que tramita, nesta Casa: o Projeto de Lei nº 478/2007, denominado de Estatuto do Nascituro. Esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e hoje tramita na Comissão de Finanças e Tributação, cujo novo Relator será designado em breve. Quero aqui, solicitar ao nobre Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB, que foi o Relator do Estatuto do Nascituro, nessa Comissão, na sessão legislativa do ano passado, cujo parecer foi pela adequação financeira e orçamentária, que empreenda todos os esforços como Líder do PMDB para que seja designado um Parlamentar do nosso partido, o PMDB, naquela Comissão que possa rerepresentar o seu parecer nos termos apresentados pelo nobre Líder peemedebista.

Sr. Presidente, quero aqui agradecer a V.Exa. pela oportunidade; agradecer ao povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara e dizer que, aqui desta Casa, nós, Deputados Federais, iremos fazer o Parlamento brasileiro cada dia mais funcionar democraticamente em prol do desenvolvimento do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Alberto Filho.

Documento 7/85

035.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 18/03/2013-
CD 15:00
Publ.: DCD - 19/03/2013 - ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC
5174
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDE
DEPUTADOS

Sumário

Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Expectativa de votação da proposta de reforma política.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o financiamento público de campanhas eleitorais figura como um dos principais temas em debate no Congresso Nacional, em especial com a intensificação das discussões em torno dos diversos aspectos da reforma política.

Especificamente quanto às campanhas, especialistas em legislação eleitoral apontam, com extrema propriedade, o efeito equalizador a ser encontrado com a adoção do modelo de financiamento público. Essa equalização é evidenciada a partir da sensível redução de vantagens que candidatos vinculados a elites econômicas teriam em relação aos demais, o que seguramente resultaria em reais benefícios para a consolidação de nossa cultura política democrática.

Tal item da reforma política suscita grande preocupação, pois, diante de campanhas com custos cada vez mais elevados, com frequência vemos, na dinâmica eleitoral, grupos financiadores fortalecendo plataformas de interesse e ampliando, de maneira considerável, o campo de influência política exercido. Ou seja, o financiamento privado de campanhas eleitorais desvirtua o sistema, com grupos de interesse detentores de poder econômico exercendo forte influência na agenda política após o período de eleições.

Para dificultar o desvirtuamento mencionado, o financiamento público exclusivo é meritório justamente por evitar o recebimento de valores que não sejam advindos do próprio Estado. Além disso, com as ferramentas de divisão dos valores de financiamento, será garantida a tão desejada isonomia entre partidos e candidatos, o que conferirá nítido aperfeiçoamento de nosso sistema político.

De fato, com a aprovação, no contexto mais amplo da reforma política, do financiamento público de campanhas eleitorais, também teríamos maior controle dos gastos realizados nas eleições, com positivo reflexo nas ações de combate à corrupção.

Para muitos estudiosos, a relação entre financiamento público e índices menores de corrupção representa complexa temática. Em que pese essa constatação, temos certeza de que, ao avançarmos no modelo de financiamento público, fortaleceremos tanto a democracia representativa quanto a transparência de processos eleitorais, com os órgãos fiscalizatórios encontrando condições efetivas de atuação.

Com efeito, vemos que a mesma relevância conferida à origem dos recursos para o financiamento eleitoral deve incidir na transparência de todo o processo. Transparência potencializada, Sras. e Srs. Deputados, seja no estabelecimento de regras relativas ao controle de gastos, seja no contínuo exercício dos órgãos de fiscalização.

Por todas essas razões, faço a firme defesa do financiamento público de campanhas eleitorais e aproveito para reafirmar a centralidade dessa temática no conjunto da reforma política hoje em debate. Sim! Centralidade presente no diálogo estabelecido com a democracia representativa e com os mecanismos institucionais de combate à corrupção.

Sei, é claro, que o aperfeiçoamento do quadro legal que regula a eleição não é tarefa fácil. Além das dificuldades técnicas inerentes à tramitação legislativa de matéria de grande complexidade e amplitude, sobressaem as dificuldades políticas para formar maioria numa área da legislação que afeta diretamente os interesses das agremiações partidárias e dos próprios Parlamentares. Todos estão conscientes de

que um erro de avaliação pode ter complicações perigosas para a manutenção do espaço político futuro.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que alguma coisa tem de ser feita. Do jeito que está não é possível continuar, porque continua o poder dos detentores do poder econômico, em detrimento daqueles que prestam relevantes serviços à sociedade.

Por isso, como disse o Relator Henrique Fontana, se Deus quiser, em abril vamos votar a reforma política para o bem do Brasil, não tenha dúvida nenhuma, mas, principalmente, para o bem do povo.

Solicito a V.Exa. que determine aos órgãos competentes desta Casa que deem plena divulgação a este pronunciamento, para começarmos o debate. Nós precisamos debater. Já que em abril vamos votar a reforma política, temos que começar a debatê-la. Por isso, a divulgação deste pronunciamento nos órgãos competentes é importante, para que o povo comece a se inteirar e discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido.

Convido V.Exa. a assumir a Presidência dos trabalhos.

Documento 8/85

041.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 21/03/2013-16:30
Debates - CD
Publ.: DCD - 22/03/2013 - AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
6343
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Elevação do índice de popularidade da Presidente Dilma Rousseff. Crise na gestão das políticas de saúde e de segurança pública pelos Estados e Municípios brasileiros. Pedido de inclusão na pauta do projeto de lei sobre a tipificação do crime de corrupção ativa das pessoas jurídicas em face da administração pública. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais e da unificação das eleições brasileiras no processo de reforma política. Expectativa de votação da matéria pela Casa. Interferência econômica no sistema político-eleitoral brasileiro.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Grande Expediente, vou tratar da reforma política. Antes, quero dizer que a Oposição insiste em desprezar a inteligência do povo brasileiro. A Presidente Dilma Rousseff está com altos índice de aceitação. A Oposição argumentou: "Como a Presidenta tem



os melhores índices de aceitação - em toda a série histórica de aceitações de Presidente -, e a saúde está sendo criticada por 70%, assim como a segurança?"

Ora, o povo não é bobo. Quem é responsável por ofertar saúde à população são principalmente os Municípios e os Estados. A União não é órgão executor de política de saúde; é cofinanciador quase que exclusivamente.

A segurança também foi citada. Não é a União a responsável pela segurança centralmente, são os Estados. A União entra com ações complementares, com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal.

Então, não há nenhuma contradição entre os índices de 79% de aceitação da Presidenta Dilma Rousseff e a crítica a esse segmento, à fragilidade desse segmento. E nós temos que reverter - todos estão envolvidos entes federativos, Municípios, Estado e União - essa insatisfação. Mas a insatisfação não é em função da gestão da Presidenta Dilma Rousseff porque ela não faz gestão, como eu disse, desses setores.

Sr. Presidente, nós estamos aí com a promessa de votação da reforma política para o mês de abril. O Presidente da Casa já anunciou, e nós queremos parabenizá-lo por isso. O Presidente da Casa tem colocado matérias importantes para que votemos aqui e já se comprometeu com o Relator, o nosso amigo Henrique Fontana, que colocará em pauta, em abril, nos dias 8 e 9 de abril, a votação da reforma política.

E há um elemento central: nós não conseguiremos, eu tenho certeza, fazer uma ampla reforma política, pelas divergências que nós temos nesta Casa. Mas há alguns itens da reforma política que são fundamentais. E, para que possamos avançar, eles precisam ser aprovados.

Um dos itens é o financiamento público. Nós ouvimos aqui discursos de quem não quer combater a corrupção, só denuncia a corrupção. Não adianta denunciar a corrupção. Nós temos que ir à raiz dela. Nós temos que combatê-la pela raiz. O que faz com que tenhamos um índice de corrupção tão alto em algumas questões? Nós pedimos, inclusive, que esta Casa inclua na pauta o projeto de lei que criminaliza as empresas que praticam corrupção ativa. É preciso combater a corrupção ativa. Porque neste País parece que só há um lado corrupto. Não existe corrupção de um lado só. Se o servidor público está sendo beneficiado pela corrupção, se o gestor é corrupto, tem outro lado: alguém o corrompeu também para se beneficiar. E é preciso punir ambos com o mesmo rigor: desestimular a corrupção na máquina pública, pelo lado da gestão e do servidor público, desestimular a corrupção nas empresas que, muitas vezes, utilizam-se de mecanismos ilegais para obter vantagens, contratos, etc.

E um dos males centrais, a nosso ver, que alimenta a corrupção neste País é o financiamento privado. Nós temos que acabar com o financiamento privado. E aí a sociedade tem de ter clareza de que é caro. Vocês financiam as campanhas públicas; vocês financiam os candidatos; você, meu amigo, que paga tributo financia, financia e muito caro. Sabe por quê? Porque a empresa que faz doações em alta monta a um candidato, posteriormente ela vai fazer contratos superfaturados com o Estado, como o Município e com a União. Para recuperar essa doação, ela vai ter naquele que ela financiou um aliado dentro da máquina do Estado, seja o Prefeito, seja o Vereador, seja o Deputado Estadual, seja o Deputado Federal, seja o Governador, seja o Presidente da República. Quem é financiado, termina sendo aprisionado por aqueles que o financiaram, porque vão cobrar a fatura. Não existe almoço de graça. Nada é de graça, como diz Zeca Baleiro. Nem o pão, nem a cachaça. Quem paga, quem



financia quer o retorno. E o retorno é o superfaturamento, é o contrato ganho de forma indevida, superfaturado, consequentemente é um prejuízo para a sociedade.

Concedo um aparte ao nosso amigo Praciano, do PT do Amazonas.

O Sr. Francisco Praciano - Meu companheiro Amauri Teixeira, do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, eu fico feliz ao ver V.Exa. abordar em sua fala o tema da corrupção. Nós temos aqui nesta Casa, por iniciativa de vários Parlamentares, de vários partidos, 120 projetos, propostas de emendas à Constituição e projetos de lei, todos com o objetivo de dificultar a corrupção, de facilitar a fiscalização, de estruturar as instituições para evitar a corrupção. Essa corrupção de que falamos todo dia representa, tão somente, a bagatela de 80 bilhões de reais de prejuízo à Nação brasileira. Parabenizo-o pelo tema, próprio do seu perfil, da sua personalidade, da sua seriedade. Parabéns pelo discurso! Eu só gostaria de complementar rapidamente com o seguinte: acabo de ler na Internet uma tese de doutorado feita numa universidade do Canadá. Em resumo, sabe o que diz essa tese? Que no Canadá, um país de bom nível, onde há menos corruptos no mundo, a cada dólar doado, a título de financiamento, pelas empresas para um político em uma campanha, essas empresas recebem, em média, 8 reais de retorno. Ou seja, se não eliminarmos essa prática, acabando com o financiamento privado, transformaremos Câmaras Municipais, Assembleias de Estado e esta própria Casa na casa dos financiadores, na casa dos empreiteiros, não numa Casa de representação popular, lamentavelmente. E só para encerrar, nós temos alguns projetos de iniciativa desta Casa que estão dormitando nas gavetas de muita gente nesta Casa. Uma delas é essa que proíbe o financiamento público de campanha, a iniciativa que está sendo discutida. Mas por que financiar? Porque é mais fácil, para muita gente, em vez de buscar uma representação no povo, buscar uma representação nos escritórios das empreiteiras. Está bom. Há um outro projeto - hoje, ao Relator desse projeto, Deputado Zarattini, numa Comissão Especial, não sei se V.Exa. se referiu - que dispõe exatamente sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, de empresas que corrompem há anos. Há meses, quase 1 ano, essa Comissão Especial não consegue *quorum* para a leitura, para a aprovação ou rejeição desse relatório. Sabem por quê? Porque há gente que não quer matar a "galinha dos ovos de ouro". Portanto, parabéns pelo discurso! E peço que esta Casa coloque em pauta, na agenda desta o tema combate à corrupção. Que seja esse um tema do dia a dia desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Eu sempre ouço, sempre dialogo com o senhor e me inspiro também na sua militância contra a corrupção.

Ano passado ou retrasado, demos entrada a um requerimento para se colocar em votação diversos projetos. Elencamos esses cento e poucos projetos e pedimos que viesse a plenário cada um deles, porque há diversos projetos importantes que, certamente, minimizariam a prática da corrupção pelo Estado ou pelos agentes do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, vou ler parte de meu discurso, depois dessa introdução, seguindo essa linha central do término do financiamento privado.

O término do financiamento privado das eleições é crucial. Qualquer outra pauta é secundária e só atrapalha o debate central. É preciso banir a ingerência econômica das decisões públicas, mas, especialmente, do processo eleitoral. Se, por um lado, o Parlamentar não pode legislar em causa própria; por outro, não serve de nada a suposta isenção de quem, originalmente, deve menos ao povo e mais a quem o



financiou.

Vai pairar sobre qualquer democracia a sombra da dúvida, caso continue nas mãos de uma pequena fatia da população o poder de destinar mais dinheiro a este ou àquele candidato. Por maiores que sejam os avanços dos Governos petistas, ao longo desses 10 anos, tendo como marco histórico essencial a eleição de um operário e de uma mulher para a Presidência da República, nenhum deles conseguiu apagar ainda a sensação de democracia pela metade.

Há uma pedra no meio do caminho. Mas não será um homem nem uma mulher sozinhos que vão retirar a pedra do meio do caminho. A pedra do suborno, do tráfico de influência e da lavagem de dinheiro não sairá do meio do caminho pela força de nenhum Hercules ou Sansão. A pedra, para sair do caminho, precisa do esforço pessoal de cada um de nós, mas, sobretudo, de cada brasileiro, para o seu próprio bem e de sua família, no sentido de contribuir de alguma forma para terminar, de uma vez por todas, o financiamento privado das campanhas.

Sem demagogia, sem lero-lero, sem conversa fiada, quem defende a doação de campanha não é necessariamente corrupto, mas é cúmplice, nem que seja indireta ou inconscientemente, da corrupção. Porque, se existe um mal na raiz do sistema político brasileiro, ele é o financiamento privado de campanha.

Enfrentei, por duas vezes, pessoalmente, as eleições, ainda sob o atual modelo. Senti na pele as dificuldades de enfrentar concorrentes abraçados com o poder econômico de grandes corporações. De cesta básica até a compra de votos enfrentei. Infelizmente, não importa de onde vem o dinheiro, mas como é justificado. Isso tudo ocorreu porque a lei protege quem consegue maquiar seus gastos de campanha e esconder os malfeitos na prestação de contas. Afinal, a lei permite a "doação" de campanha. O que é dado, ao contrário do que alguns querem fazer parecer, tem troco. Como diria Milton Friedman, Prêmio Nobel da Economia, não existe almoço de graça.

Se a participação feminina na política continua tímida, não é apenas uma questão de gênero, nem tampouco uma mera distração das mulheres. É uma questão também econômica e dos interesses econômicos. Se a participação da juventude continua pequena no Parlamento, não é apenas uma questão de interesse de uma geração, mas uma imposição econômica. Se os negros e índios continuam sendo minoria secundária no Congresso Nacional, não é simplesmente uma questão de racismo institucional impregnado no Estado o seu algoz, mas força econômica eurocêntrica e dotada de poder para diminuir a diversidade em nome de um Parlamento homogêneo e, portanto, facilmente manipulado.

O episódio recente da eleição do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias é um bom exemplo. Não é a manutenção da base aliada, nem são os acordos entre os Parlamentares que movem as bandeiras de luta histórica de um lado para o outro do Congresso Nacional. É a força da grana que ergue e destrói coisas belas.

A bancada ruralista, por exemplo, entra com ação pública contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas no País. Sem dúvida nenhuma é o maior exemplo de como o poder econômico interfere diretamente nas decisões do Parlamento.

O Sr. Dudimar Paxiuba - V.Exa. me concede um aparte, nobre Deputado?



O SR. AMAURI TEIXEIRA - Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Deputado Dudimar Paxiuba.

O Sr. Dudimar Paxiuba - Nobre colega, parabenizo-o pela tema abordado da tribuna. Só para que V.Exa. enfatize mais ainda o tema abordado, na semana passada, na sexta-feira, reunido com os Vereadores da minha cidade, o Município de Itaituba, todos, sem exceção, os 15 Vereadores se manifestaram nessa sua linha de raciocínio. De fato, o financiamento privado de campanha é a origem de todo esse processo de corrupção que infelizmente permeia toda a atividade político-administrativa do nosso País. É inadmissível que se continue avaliando e avalizando esse sistema corrupto de se captar votos através do financiamento privado. Isso tem ocorrido no Brasil de ponta a ponta: nas Prefeituras, como V.Exa. bem abordou, nos Governos dos Estados e também na esfera federal. É por isso que, infelizmente, os nossos Parlamentos têm-se tornado casas de longo curso. Quem ingressa numa Câmara Municipal, numa Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado, com raríssimas exceções, não sai mais, perpetua-se na vaga, porque passa a fazer parte desse sistema corrupto de captar votos. Nós precisamos enfrentar este debate. V.Exa. tem total razão em defender que urgentemente façamos esse debate para expurgarmos do sistema eleitoral brasileiro esse cancro que é o financiamento privado de campanha. Vou continuar ouvindo seu pertinente discurso e o parabenizo pela relevância do tema abordado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Deputado Dudimar Paxiuba, incorporo inteiramente o seu aparte ao meu pronunciamento e agradeço.

Continuando, a democracia brasileira é refém de um *apartheid* econômico que procura determinar quem vence e quem perde as eleições. O poder do voto, capaz de eleger o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ora não conseguiu ainda refletir no Congresso Nacional a vontade popular dos mais pobres. No PT, 88 Deputados Federais vão brigar, dia e noite, por uma reforma política que elimine o financiamento privado de campanha e institua o financiamento público. Mas somente uma mobilização ampla, geral e irrestrita será capaz de enfrentar um adversário tão perspicaz e incrivelmente forte como é o financiamento privado das eleições. Isso precisa acabar. E pode acabar.

A política é um instrumento da liberdade, não é um trampolim para o enriquecimento ilícito. E a origem das más práticas vem do financiamento privado das eleições. Segundo resolução nacional do Partido dos Trabalhadores, diante das transformações que o País vem vivendo, e para aprofundar a democracia brasileira, é inadiável a reforma do sistema político-eleitoral, para corrigir suas distorções e garantir maior participação da sociedade na vida nacional.

Há 3 décadas pelo menos o segmento mais engajado da população condena o financiamento privado das eleições. Trata-se de uma prática protegida por regras conceitualmente contraditórias, com o interesse comum de todos.

Só que preciso dizer para os meus companheiros e companheiras de partido que, entre a encruzilhada de votar na lista preordenada dos Parlamentares e o fim do financiamento privado de campanha, quero deixar claro, alto e bom som, que irei defender até o fim o financiamento público de campanha, porque, todos sabem disso, partidos de oposição como o DEM, por exemplo, defendem a lista preordenada, mas são contra o financiamento público de campanha, porque sabem que não adianta nada para o PT, por exemplo, lista preordenada sem financiamento público de campanha. O PT é um partido de massa, que disputa as mentes e os corações das



pessoas através do debate público e a partir da sua democracia interna.

Reforma política não é como trocar uma lâmpada, nem tão pouco como derrubar uma simples parede. O nosso desafio é construir, com a força da Casa Legislativa, a ponte da democracia.

Sr. Presidente, além desse aspecto, o financiamento público de campanha, que para mim é questão central na reforma política, nós temos pontos importantes que achamos que a reforma política tem que tratar e eles têm que prevalecer, como a coincidência de eleições. Tem que prevalecer. Nós temos que ter financiamento público? Temos. Mas nós não podemos também ter campanhas milionárias com o financiamento público. Financiamento público, inclusive, é para baratear as campanhas.

Com a unificação do calendário, nós reduziríamos enormemente os custos. Não dá mais para o Brasil realizar eleição de 2 em 2 anos, paralisando a máquina pública. Quando há eleição municipal, paralisam-se as demais máquinas, os convênios deixam de ser realizados, as obras não podem ser começadas. Ficamos 6 meses paralisados. Dois anos depois, vem campanha para o Estado e para a União, paralisa a máquina pública, descontinua a gestão.

Então, Sr. Presidente, além disso, há um custo. Duas campanhas em 4 anos representa um custo muito alto para a sociedade. Combinando o financiamento público com coincidência de calendário... E a sociedade brasileira está madura, politicamente madura, sabe escolher. Vamos acabar com esse discurso de que unificar campanha favorece esse ou aquele aspecto, não! Vamos unificar campanha, não diluir. Não vão perder importância as eleições municipais. Se a eleição for unificada, não vão perder a importância as eleições estaduais. Nós vamos, ao contrário,...

O Sr. Assis do Couto - Um aparte, Deputado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Vou lhe dar um aparte, Deputado Assis, só para concluir.

Ao contrário, nós vamos mostrar a questão programática. Uma coerência entre as políticas nacional, estaduais e municipais.

Dentro do Brasil federativo, com a unificação da campanha, nós vamos mostrar quem tem proposta para o País, para os Estados e os Municípios de forma articulada federativamente.

Deputado Assis do Couto, com muito prazer, concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Assis do Couto - Obrigado, Deputado Amauri Teixeira. Quero saudá-lo pelo brilhante e oportuno pronunciamento sobre o tema da reforma política eleitoral do nosso País. Até porque este é um tema muito tratado na nossa bancada, no nosso partido, é um anseio do partido, e também da sociedade brasileira, ainda que com pouca informação sobre o que representa o nosso sistema eleitoral brasileiro. Mas há um anseio da sociedade por uma reforma maior. Nós, do PT, ansiamos por uma reforma mais ampla. Mas se conseguirmos, não é, Deputado Amauri Teixeira, dar esse passo sobre... Eu creio que um dos principais problemas abordados em seu pronunciamento, inclusive que desencadeiam sistemas de corrupção no futuro, que é a questão do financiamento público: tirar esse mal que tanto afeta a política brasileira e a democracia. Porque o financiamento privado é muito caro para a sociedade



brasileira. E nós temos que convencer a sociedade disso. Porque, depois, quem financia uma campanha, ou empresas ou empreiteiras que financiam uma campanha naturalmente têm que tirar depois. E fica muito caro para a sociedade, além da desmoralização da política brasileira e da nossa democracia. Então, parabéns pelo pronunciamento! O tema está aí. Creio que o relatório virá logo a plenário para votação e vamos aprová-lo, pelo menos essa parte importante da nossa reforma política e eleitoral no Brasil. Parabéns, mais uma vez, Deputado Amauri Teixeira!

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Agradeço o aparte a V.Exa., nobre Deputado, e o incorporo integralmente ao meu discurso.

Quero dizer, Deputado Assis do Couto, que no financiamento privado a sociedade não sabe a dimensão do que ela está investindo na campanha, porque isso chega a ser até, eu diria, subterrâneo. A sociedade não controla essas doações. No financiamento público ela vai saber dosar, vai cobrar modicidade, vai cobrar o barateamento das campanhas. E, sobretudo, para concluir, Sr. Presidente, para não abusar, o financiamento público iguala.

O Deputado Dudim Paxiuba abordou uma questão importante: quem é eleito não sai mais, porque desiguala. O financiamento público permite que uma liderança popular que não seja financiada, seja indígena, seja negro, seja mulher, seja pessoa de bairro, tenha garantido as condições mínimas de participar da eleição fora do esquema de financiamento. Aquele que ainda não foi eleito também terá as mesmas condições de financiamento e de campanha daquele que já está na vida parlamentar.

Afinal de contas, é mandato, não é profissão. Mandato é apenas uma tarefa temporária que tem que ser cumprida. Para que nós renovemos, inclusive o Parlamento, para que nós tenhamos Parlamentos mais diversos, Parlamento com a cara da sociedade brasileira, é preciso que tenhamos igualdade de condições na campanha. A igualdade de condição só será dada quando nós tivermos financiamento público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado Amauri Teixeira, eu quero parabenizar V.Exa. pelo tema abordado, que é a reforma política. A discussão sobre a reforma política é um tema inadiável e de fundamental importância. Esta Casa é responsável para colocar essa reforma para votação urgentemente, Deputado Praciano. Não pode ficar do jeito que está. Nós temos que fazer a reforma política. É o dever e a obrigação desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem já fez reforma dentro de casa sabe o quanto é difícil desfazer um serviço malfeito. Não é nada fácil consertar uma parede erguida para separar as pessoas e transformá-la numa ponte para aproximá-las. Isso ocorre, principalmente, quando o "malfeito" é intencional. É o caso do sistema político e privado no Brasil.

Desde o início, a mordomia de quem lida com o "jogo democrático" é de quem pode oferecer mais vantagens para os ricos. A política vira, portanto, um balcão de negócios. De um lado, o empresário e as facilidades de quem prefere interferir numa licitação pública através de um telefonema. Do outro, a conveniência de quem pode conquistar mais votos sem participar de nenhuma sessão plenária, contando,



simplesmente, com a colaboração financeira de um "doador" na campanha.

Não é nenhum segredo, para quem joga dama na praça, que a mesa e os banquinhos, provavelmente, foram construídos por algum "doador" de campanha no processo eleitoral. Nem tampouco é comum o ruminar de críticas de um Parlamentar cessar contra uma obra do Governo após ter sido devidamente agraciado com uma contribuição cordial da mesma empresa para a sua reeleição. Isso não é política. Isso não é democracia. Isso, sim, é corrupção. O domínio da política pelo capital.

O término do financiamento privado das eleições é crucial. Qualquer outra pauta é secundária e só atrapalha o debate central. É preciso banir a ingerência econômica das decisões públicas, mas, especialmente, do processo eleitoral. Se, por um lado, o Parlamentar não pode legislar em causa própria, por outro, não serve de nada a suposta isenção de quem, originalmente, deve menos ao povo e mais há quem financiou a sua campanha e estimulou economicamente a vontade do povo.

Vai pairar sobre qualquer democracia a sombra da dúvida, caso continue nas mãos de uma pequena fatia da população o poder de destinar mais dinheiro para este ou aquele candidato. Por maiores que sejam os avanços dos Governos petistas, ao longo desses 10 anos, tendo como marcos históricos, essenciais, a eleição de um operário e uma mulher para a Presidência da República, nenhum deles conseguiu apagar ainda a sensação de uma democracia pela metade.

Há uma pedra no meio do caminho. Mas não será um homem, nem uma mulher sozinha quem vai retirar a pedra do meio do caminho. A pedra do suborno, do tráfico de influência e da lavagem de dinheiro não sairá do meio do caminho pela força de nenhum Hercules ou Sansão. A pedra - para sair do meio do caminho - precisa do esforço pessoal de cada um. Cabe, a cada brasileiro, para o seu próprio bem e para o bem de sua família, contribuir de alguma forma para terminarmos, de uma vez por todas, com o financiamento privado das eleições.

Sem demagogia, sem lero-lero, sem conversa fiada. Quem defende a doação de campanha é cúmplice da corrupção. Porque, se existe um mal na raiz do sistema político brasileiro, é o financiamento privado das eleições.

Enfrentei, por duas vezes, pessoalmente, as eleições ainda sob o atual modelo. Senti na pele as dificuldades de enfrentar concorrentes abraçados com o poder econômico de grandes corporações. De cesta básica até a compra de votos enfrentei. Infelizmente, não importa de onde vem o dinheiro, mas como é justificado. E isso tudo ocorreu porque a lei protege quem consegue maquiar seus gastos de campanha e esconder os malfeitos na prestação de contas. Afinal, a lei permite a "doação" de campanha. E o que é dado - ao contrário do que alguns querem parecer crer - tem troco. Porque, como diria Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia, "não existe almoço grátis".

Se a participação feminina na política continua tímida, não é apenas uma questão de gênero, nem tão pouco uma mera distração das mulheres. É uma questão econômica e dos interesses econômicos. Se a participação da juventude continua pequena no Parlamento, não é apenas uma questão de interesse de uma geração, mas uma imposição econômica. Se os negros continuam sendo uma minoria secundária no Congresso Nacional, não é simplesmente o racismo institucional impregnado no Estado o seu alvo, mas uma força econômica eurocêntrica e dotada de poder para diminuir a diversidade em nome de um Parlamento homogêneo e, portanto,



facilmente manipulável.

O episódio recente da eleição da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias é um bom exemplo. Não é a manutenção da base aliada, nem são os acordos entre os Parlamentares que movem bandeiras e lutas históricas de um lado para o outro do Congresso Nacional. É a força da grana que ergue e destrói coisas belas.

A bancada ruralista, por exemplo, entra com uma ação pública contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas no País. Sem dúvida, o maior exemplo de como o poder econômico interfere diretamente nas decisões do Parlamento.

A democracia brasileira é refém de um *apartheid* econômico que procura determinar quem vence e quem perde as eleições. O poder do voto, capaz de eleger o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ora, não conseguiu ainda refletir no Congresso Nacional a vontade popular dos mais pobres. No PT, 88 Deputados Federais vão brigar - dia e noite - por uma reforma política que elimine o financiamento privado de campanha e institua o financiamento público. Somente uma mobilização ampla, geral e irrestrita será capaz de enfrentar um adversário tão perspicaz e incrivelmente forte como o financiamento privado das eleições. Isso precisa acabar. E pode acabar.

A política é um instrumento da liberdade, não é um trampolim para o enriquecimento ilícito. E a origem das más práticas vem do financiamento privado das eleições. Segundo resolução nacional do Partido dos Trabalhadores, *"diante das transformações que o País vem vivendo e para aprofundar a democracia brasileira é inadiável a reforma do sistema político-eleitoral, para corrigir suas distorções e garantir maior participação da sociedade na vida nacional"*.

Há três décadas - pelo menos - o segmento mais engajado da população condena o financiamento privado das eleições. Trata-se de uma prática protegida por regras conceitualmente contraditórias com o interesse comum de todos.

Só que preciso dizer para os meus companheiros e companheiras de partido que, entre a encruzilhada de votar na lista preordenada dos Parlamentares e o fim do financiamento privado de campanha, quero deixar claro - em alto e bom som - que irei defender até o fim o financiamento público de campanha.

Porque, como todos sabem, partidos de oposição, como o DEM, por exemplo, defendem a lista preordenada, mas são contra o financiamento público de campanha, porque sabem que não adianta nada para o PT, por exemplo, lista preordenada, sem financiamento público de campanha. Porque o PT é um partido de massa que disputa as mentes e os corações das pessoas através do debate público e da soberania de sua democracia interna.

A reforma política não é como trocar uma lâmpada, nem tampouco como derrubar uma simples parede. O nosso desafio é construir com a força da Casa Legislativa a ponte da democracia.

Muito obrigado.



Documento 9/85

041.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 21/03/2013-17:00
Debates - CD

Publ.: DCD - 22/03/2013 FRANCISCO PRACIANO-PT -AM
- 6349

CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS PARLAMENTARES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável ao financiamento público de campanhas eleitorais. Defesa de votação pela Casa de projeto de lei sobre a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas em crimes de corrupção. Atuação parlamentar do orador no combate à corrupção. Baixo desempenho da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. Despedida do Parlamentar da presidência do órgão. Importância do fortalecimento de órgãos estaduais e federais de fiscalização do uso de recursos públicos.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, fico feliz, alegre, por ver o nosso companheiro Deputado Amauri Teixeira colocar na sua pauta essa questão da corrupção. E, ligado à questão da corrupção, obviamente, o financiamento público de campanha está bem relacionado com o seu tema.

E quero repetir, companheiro Deputado Amauri, companheiro Deputado Dudimarc Paxiuba, do Pará, que a tese do Canadá, uma tese de doutorado que eu li, é uma tese real - não precisava nem citar: para cada real de financiamento, o financiador, o empreiteiro tem como ROI, retorno sobre o investimento, 8 reais. É um bom negócio. E um péssimo negócio para a democracia neste País, um péssimo negócio para o Parlamento neste País. Estamos criando câmaras municipais de empreiteiros, assembleias estaduais de financiadores, congressos com a cara de empreiteiros. Isso não é uma representação popular. A casa do povo passa a ser a casa dos empreiteiros, a casa dos financiadores.

"*E o resultado disso?*", pergunta quem está nos ouvindo. "*É só discurso?*" Não. É uma triste realidade. Deixam de disponibilizar quase 100 bilhões de reais por ano para investimento em políticas públicas para a maioria, em políticas para o povo, para financiar e refinanciar, num círculo vicioso, a política do nosso País.

Portanto, financiamento público de campanha. O nosso companheiro Deputado Henrique Fontana, responsável pela Relatoria da proposta de reforma política, não está conseguindo *quorum*, companheiro Paulão, Deputado Federal do nosso partido,



para ler o relatório, para aprovar o relatório, para que o relatório venha ao plenário.

Outro projeto que está tramitando nesta Casa é o do companheiro Deputado Carlos Zarattini, Relator de uma Comissão Especial, companheiro Assis do Couto, outro nobre e grande Deputado do nosso partido. O Deputado Zarattini também não está conseguindo *quorum* para um projeto que responsabiliza pessoas jurídicas envolvidas com corrupção. Há o corrupto e o corruptor. O corruptor hoje é o diretor, é um funcionário. E esse projeto do companheiro Deputado Zarattini, Relator dessa Comissão Especial, diz que temos que responsabilizar também a empresa. Como? Colocando-a num cadastro negro das empreiteiras, proibindo-a de participar de licitação ou de fazer contratos com o poder público, além de aplicar multas. Isso significa penalizar empresas. Não só penalizar "os Cachoeira", mas também as empresas do Cachoeira; não só penalizar os responsáveis pelos mensalões, mas também as empresas envolvidas com os mensalões.

Esse projeto precisa ser aprovado. E não o aprovam. Por quê? Se a maioria quer continuar com o financiamento público de campanha, essa maioria certamente não quer matar a galinha dos ovos de ouro. Essa é a lógica mais simples.

Lamentavelmente, hoje estou falando de corrupção, tema que sempre tenho abordado. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, mas vou sair na próxima semana - convoquei a última reunião sob a minha presidência. E quero dizer, Deputado Amauri Teixeira, com muita sinceridade, que estou saindo triste. Triste por quê? Não consegui nenhum sucesso em 6 anos de participação nessa Frente Parlamentar. Nenhum sucesso, companheiro Deputado Cláudio Puty.

Fui Vereador. No primeiro mandato, em Manaus, eu me dediquei só ao combate à corrupção. Tive o carro queimado e metralhado, sofri muita pressão. No segundo mandato, continuei com o tema corrupção na pauta, mais direitos dos estudantes. Fui um representante dos estudantes. E acho que é por isso, inclusive, que estou aqui, por conta dos estudantes. Terceiro mandato: combate à corrupção, estudantes e transporte coletivo. Quarto mandato: combate à corrupção, estudantes, transporte coletivo e água. Quinto mandato: Deputado Federal. Fui logo me inscrever como membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. No segundo mandato federal, além de membro, hoje presido a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. E poderia, companheiro Deputado Assis do Couto, Deputado Cláudio Puty, companheiro Deputado Amauri Teixeira, passar aqui horas falando desse combate à corrupção. Horas. Eu tenho muitas histórias de combate à corrupção para contar, mas não tenho, como tenho dito por aí, nenhuma história de sucesso nessa luta. E são 24 anos de tribuna. Fui quatro vezes Vereador de Manaus, duas vezes Deputado Federal, mas não tenho nenhuma história de sucesso a contar para V.Exas. e para os meus eleitores.

Agradeço aos meus eleitores, porque nunca tive problema com votos em Manaus. Fui o Deputado Federal mais votado do Estado - no primeiro mandato, fui o segundo mais votado em Manaus; agora, fui o primeiro do Estado. O povo me prestigia, e fico com vergonha de não gerar resultados.

Estou largando agora a Presidência da Frente Parlamentar e vou continuar como membro, mas na nossa luta para colocar neste plenário um só projeto, uma só PEC dos 120 projetos que estão dormindo nas gavetas deste Congresso, a Frente não conseguiu avançar um passo. Sabem por que, companheiros? Porque esta Casa parece não ter interesse em colocar esse assunto na pauta.



Meus companheiros do PT, a nossa história é uma história de ética. O PT é um partido ético. Lembro o que dizia o filósofo Espinosa: *"Não se engane, governadores e políticos são gente. Gente tem defeitos, gente participa de grupo, gente tem interesses de grupo, gente tem interesses duvidosos. Pessoas"*. Mas as entidades, não, Deputado Amauri Teixeira. As entidades têm que ser éticas. E a história do PT é uma história de ética. Não podemos nos inibir, por conta dos acontecimentos de 2005, de colocar nessa pauta a nossa histórica luta pela moral e pela ética na política nacional.

Companheiros, como membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e já maduro, não fui nem uma vez à CPI do Cachoeira, não assisti a nenhuma sessão referente a mensalões. Não coloco isso na minha pauta porque mensalões e Cachoeira nós temos no Brasil todo. Temos mensalões formalizados através de ONGs de política; o Brasil todo tem. O que me interessa é focar o Estado brasileiro. Somos corruptos, este País é corrupto porque o Estado é frágil. Está aí o Instituto Ethos mostrando isso. Deputado Paulão, o Instituto Ethos mostra que somente 20% da composição de todas as Assembleias Legislativas deste País fazem oposição. O restante está sentado no colo do Governador, está muito ligado ao Poder Executivo. Os Tribunais de Contas do Estado têm uma relação umbilical com o Executivo.

Uma dessas duas entidades, a entidade política de representação popular, as Assembleias, perdeu no Brasil a capacidade de fiscalizar; a outra entidade, chamada Tribunal de Contas, que é uma instituição técnica de fiscalização, também perdeu a capacidade de fiscalizar. Qual é o resultado disso? Cinquenta e sete por cento de todos os recursos destinados às áreas de saúde e educação, no Brasil, estão sendo usados para a contratação de obras e serviços, conforme diz a pesquisa, numa modalidade de concorrência que é a menos competitiva, ou seja, é exatamente a inexigibilidade e a falta de licitação. Cinquenta e sete por cento dos recursos da educação e da saúde estão sendo utilizados sem licitação. Uma vergonha. No Estado de São Paulo, que se pressupõe um Estado avançadíssimo, são 75%; no Maranhão, 100% dos recursos públicos, segundo a pesquisa, são usados sem licitação, nas áreas de saúde e de educação.

Portanto, eu acho que a responsabilidade desta Casa é a de focar a necessidade de aperfeiçoamento do sistema oficial de fiscalização, é a de focar o Estado, é a de aperfeiçoar o Estado, melhorando as condições dos Tribunais de Contas dos Estados, das Assembleias Legislativas, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público, para que possamos economizar, dando um prêmio a este povo, mais de 100 bilhões de reais por ano.

Abaixo a corrupção!

Estou largando a Presidência da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção com a tristeza de não ter obtido nenhum sucesso na minha vida de 24 anos de Parlamento. Na história mais recente, presidi uma Frente que não teve sucesso algum no combate à corrupção.

Mas façamos a nossa parte. A luta continua.



Documento 10/85

049.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 01/04/2013-14:06
Debates - CD
Publ.: DCD - 02/04/2013 - ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC
7344

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Reformulação do sistema político-eleitoral brasileiro.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos próximos dias 9 e 10 de abril, o Congresso Nacional vai se debruçar sobre a reforma política, a reforma eleitoral.

Segundo o Relator da reforma política, o ilustre Deputado Henrique Fontana, a matéria está em condições de ser apreciada pelo Congresso Nacional. Eu acho que é um momento histórico para o Congresso Nacional. O povo brasileiro não suporta mais o sistema eleitoral, não suporta mais a situação política que o Brasil vive. É corrupção de um lado, é confusão de outro, e o povo não aceita mais esse quadro com eleição a cada 2 anos. É um absurdo isso! E o Sr. Relator da matéria propõe que as eleições sejam, coincidentemente, num só período. Esse é um dos pontos da reforma em que eu acho que o nosso Relator tem toda razão.

Financiamento público também é um assunto de muita importância que o Relator propõe. Assim como o fim das coligações partidárias é outro ponto que o Sr. Relator tem trazido a contento.

Por isso, nós temos a certeza, Deputados, de que, nos dias 9 e 10, o Congresso Nacional ou a Câmara dos Deputados vai se debruçar para votar a reforma política, a reforma eleitoral. Não dá mais para adiar. O Brasil inteiro está atento a essa reforma política eleitoral. Tenho certeza de que o Relator, Deputado Henrique Fontana, tem feito um grande trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, por gentileza, determine a publicação, nos Anais desta Casa, deste nosso pronunciamento que diz respeito à votação, pelo Congresso Nacional, da reforma política e da reforma eleitoral. Dessa forma, acredito que, de uma vez por todas, possamos modificar a situação política do Brasil.

Os brasileiros estão atentos, angustiados e ansiosos, e esta Casa precisa dar o exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) - O povo de Santa Catarina ficará feliz com a publicação do pronunciamento de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, passamos por um pleito eleitoral de grandes proporções sem que as principais distorções de nossa legislação eleitoral tenham sido previamente sanadas. Sou, por isso, praticamente obrigado a vir a esta tribuna para reafirmar a importância da reforma política.

Sei, é claro, que o aprimoramento do quadro legal que regula as eleições não é uma tarefa fácil. Além das dificuldades técnicas inerentes à tramitação legislativa de uma matéria de grande complexidade e amplitude, sobressaem as dificuldades políticas para formar maioria em uma área da legislação que afeta diretamente os interesses das agremiações partidárias e dos próprios Parlamentares. Todos estão conscientes de que um erro de avaliação aqui pode ter implicações perigosas para a manutenção do espaço político no futuro.

De qualquer maneira, tenho muita confiança na possibilidade de introduzirmos, ainda nesta legislatura, modificações importantes em nosso regime de representação política. Três razões me levam a ter essa confiança.

A primeira razão é que o Congresso Nacional se mostrou capaz, em décadas anteriores, de aprimorar o quadro legal que rege as eleições e o funcionamento dos partidos políticos. A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, produziu, na esteira das determinações da Constituição Federal de 1988, condições qualitativamente superiores para o exercício da liberdade de organização partidária entre nós, enquanto a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, chamada Lei das Eleições, produziu uma base legal estável para a realização de pleitos eleitorais no Brasil. Não há, portanto, nenhuma razão para supor que inovações e avanços sejam impossíveis na legislação eleitoral e partidária.

A segunda razão para se confiar em que logo teremos avanços nessa área decorre da experiência que o conjunto dos Parlamentares vem acumulando em sucessivas disputas eleitorais. Não creio que exista um sequer entre nós que hoje não esteja convencido da necessidade de aprimorar as normas eleitorais. Afinal, cada pleito é uma lição a mais de que algo não está funcionando bem em nossas disputas eleitorais e partidárias.

A convicção de que a representação política não está em situação de total descalabro no Brasil é a terceira razão por que acredito que conseguiremos introduzir, em prazo relativamente curto, aperfeiçoamentos em nosso processo eleitoral. Não precisamos recomeçar a construção do regime representativo desde as bases. Algumas mudanças relativamente pontuais serão suficientes para reparar os problemas mais significativos das eleições brasileiras. Basta que nos concentremos nas soluções adequadas a esses problemas para que rapidamente se forme na Casa sólida maioria para tomar as decisões imprescindíveis nesses assuntos. Se essas decisões não vierem logo, no entanto, as distorções seguirão se acumulando e, aí sim, poderemos chegar rapidamente a uma situação de desgoverno absoluto.

Minha intenção é tratar, neste pronunciamento, das três inovações que considero mais importantes para produzirmos um salto de qualidade nos processos pelos quais a população do País escolhe seus representantes políticos. São elas: a proibição das coligações eleitorais em eleições proporcionais; a fixação das datas das eleições de maneira a fazer com que os mandatos eletivos comecem e terminem no mesmo período nos planos municipal, estadual e federal; e a adoção do financiamento



público de campanhas.

Permita-me, Sr. Presidente, tratar desses três temas sucessivamente, para apontar os elementos mais importantes de cada um deles. Note-se, contudo, que o tratamento em separado não significa que eu não pense neles como iniciativas que apontam no mesmo sentido. Cada medida proposta é importante e benéfica em si mesma, mas é a soma delas que levará ao resultado final desejado.

Registro desde já minha intenção de terminar meu pronunciamento com uma referência ao tema das pesquisas eleitorais. À primeira vista, o tema nem parece dos mais relevantes. No entanto, a experiência recente mostra que as pesquisas são decisivas, no pior sentido, para definir o desenrolar dos processos eleitorais.

Começo pela proibição das coligações entre partidos nas eleições proporcionais. Trata-se, com toda certeza, de questão absolutamente madura para ser votada em plenário. Ao longo dos últimos 20 anos, pelo menos, nunca se ouviu falar de reforma política sem que as coligações fossem discutidas e, principalmente, denunciadas como um elemento espúrio do sistema eleitoral proporcional brasileiro. Tenho a convicção de que a regra atual permanece vigente apenas por fatores conjunturais, que impediram, em vários momentos, e pelos mais variados motivos, que fosse votada a extinção das coligações.

Trata-se de uma proposta relativamente simples, mas que, quando aprovada, terá efeitos positivos de grande magnitude sobre os processos eleitorais. Afinal, nosso principal problema nessa área segue sendo a incapacidade do sistema partidário brasileiro de proporcionar aos eleitores um leque de alternativas claras e consistentes na hora de votar. As coligações partidárias nas eleições proporcionais têm aumentado significativamente as ambiguidades do quadro com que se defronta o eleitor em cada pleito. A superação dessas ambiguidades será uma contribuição importante da mudança da norma que rege as coligações.

Ademais, como decorrência da clareza do quadro apresentado aos eleitores, também os resultados eleitorais serão muito mais claros. Cada partido finalmente elegerá candidatos em número compatível com os votos por ele obtidos. Aliás, é até difícil entender por que aceitamos que isso ainda não aconteça. Qual o sentido de um sistema eleitoral que distorce os resultados das eleições a tal ponto que muitos partidos obtêm lugares nas casas legislativas em proporção que não corresponde à dos votos recebidos?

Enfim, essa é a prioridade número um da reforma política. Uma mudança legal fácil de realizar, pois não exige emenda constitucional ou projeto de lei de complexa redação. Mas com efeitos positivos intensos.

Passo, agora, à segunda inovação legal que está a exigir nossa atenção imediata. Refiro-me à coincidência de eleições e mandatos nos planos municipal, estadual e nacional. O primeiro elemento a salientar é que, do ponto de vista da redação legislativa, essa mudança na legislação também é de fácil execução. Existem na Casa dezenas ou centenas de proposições que fornecem redações satisfatórias para a mudança da Constituição Federal destinada a fazer coincidir as eleições.

A única dificuldade real para a aprovação da proposta reside justamente no fato de que ela exige emenda constitucional para ser implantada. Isso implica, obviamente, na necessidade de uma maioria qualificada para sua aprovação - e maioria que se sustente por dois turnos de votação, tanto na Câmara como no Senado. O que nos



dá segurança de que isso não impedirá a pronta aprovação da medida é a percepção de que estamos tratando de proposta que também já amadureceu na Casa.

Cada vez se ouvem menos vozes de oposição à coincidência de mandatos. Todos nos convencemos, na prática, de que tanto os Governos Municipais como os Estaduais perdem em solidez programática por terem de deparar-se, no meio dos mandatos dos governantes, com eleições que, embora realizadas em outras instâncias, afetam inevitavelmente sua capacidade de governar. É simplesmente impossível para um Prefeito não levar em consideração a eleição do Governador de seu Estado, pois ela é importante para o futuro de seu próprio Governo. E o mesmo acontece com os Governadores. Eles não podem deixar de se empenhar nas campanhas municipais, pois elas serão decisivas para determinar sua força política na segunda metade do mandato.

A coincidência dos mandatos de Prefeitos e Vereadores com os mandatos estaduais e federais dará maior estabilidade à administração pública em todos os níveis. Cada governante se sentirá à vontade para implantar o programa com que se apresentou ao eleitorado do começo ao fim, sem interferências espúrias no meio dos mandatos. Não se trata, por isso, de uma medida que produzirá consequências positivas sobre a representação política aos poucos. Imediatamente após sua adoção, já começaremos a sentir os efeitos sobre a administração dos Municípios, dos Estados e do País.

A terceira inovação a que precisamos nos dedicar imediatamente diz respeito ao financiamento das campanhas eleitorais. Do ponto de vista da redação das novas regras, essa é a proposta mais complexa das três que vim defender na tribuna. No entanto, ela é também a mais importante para o futuro de nosso regime representativo. Se há uma coisa que a experiência recente mostrou de maneira indiscutível é que a política está sendo asfixiada pelo dinheiro. É preciso, de um lado, garantir uma fonte alternativa de recursos para as campanhas eleitorais, que não pode submeter-se aos caprichos dos grandes financiadores privados; de outro lado, é preciso pura e simplesmente reduzir os gastos de campanha.

O financiamento público de campanhas resolve simultaneamente os dois problemas. O montante total dos gastos será definido pela própria lei que destine os recursos para as campanhas. Com o montante bem definido desde o início do processo eleitoral, ficará muito mais fácil controlar se algum candidato ou partido está gastando mais do que lhe cabe. Não há, ademais, nenhuma razão para se destinar uma quantidade exagerada de recursos às campanhas. Atualmente, os partidos e candidatos são estimulados a buscar sempre mais dinheiro, pois é isso que fazem seus adversários. Ele não pode ficar para trás. Se o adversário não puder buscar maiores recursos do que os que lhes são oficialmente destinados, a única preocupação de cada campanha será fazer o melhor uso dos recursos de que já dispõe desde o começo.

Por outro lado, ao cortar o vínculo com os financiadores privados de campanhas, o financiamento público criará um ambiente muito mais propício à administração voltada para os interesses e valores gerais da população. Em lugar de se preocupar preferencialmente com as demandas de grupos específicos, capazes de destinar recursos em grande quantidade para as campanhas, os governantes poderão concentrar suas atenções nas políticas de amplo significado social. Nesse caso, os efeitos benéficos sobre a gestão da coisa pública serão ainda mais imediatos e intensos que os da coincidência das eleições. Precisamos, pois, voltar toda nossa atenção para a rápida criação de consenso ao redor de uma proposta consistente de financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.



Como já disse, Sr. Presidente, não quero terminar minha intervenção sem uma referência às pesquisas eleitorais. As eleições municipais do último outubro mostraram mais uma vez que as exigências legais em vigor para a elaboração e divulgação de pesquisas de intenção de votos não impedem seu uso abusivo, permitindo ou mesmo favorecendo a manipulação do processo eleitoral. Está cada vez mais claro que somente a proibição da divulgação de pesquisas nos meses anteriores ao pleito pode protegê-lo de influências espúrias.

É hora de superarmos uma interpretação equivocada do direito constitucional à informação. Direito à informação não é liberdade para se beneficiar da capacidade de produzir dados favoráveis a seus próprios interesses. Para o cidadão, a preservação do direito à informação consiste, no caso do processo eleitoral, justamente na proibição da realização e divulgação de pesquisas eleitorais. A informação consistente e verídica a que tem direito o cidadão é aquela obtida por meio da apuração dos votos.

As pesquisas eleitorais caminham em sentido contrário ao do financiamento público das campanhas, pois significam, exatamente, o predomínio da influência dos grandes financiadores privados no processo eleitoral.

Obrigado.

Documento 11/85

054.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/04/2013-09:54
Publ.: DCD - 05/04/2013 - 8134	JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez volta à pauta deste Congresso o tema reforma política. É óbvio que todos nós que participamos do processo eleitoral sabemos da importância de cada vez mais fazermos a identidade entre o eleito e o eleitos, a necessidade de que cada um que nós representamos tenha consciência absoluta e participe do nosso mandato.

Um dos itens da reforma política que me causa mais preocupação, embora aparentemente seja algo que democratiza as relações das eleições, é o financiamento público das campanhas políticas. Quero dizer que sou totalmente contra o financiamento público. Tirar dinheiro do orçamento do Brasil para pagar campanha de Deputados, Governadores, Senadores e Vereadores é absolutamente incompatível com a realidade e as prioridades nacionais.

Como é que nós vamos falar para a população que não há dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança e para as estradas, mas há dinheiro para financiar candidatos a Vereador, a Deputado Estadual, a Deputado Federal, a Senador, a Governador e a Presidente da República? Quanto se teria que tirar do orçamento do Brasil, de investimentos, para fazer o pagamento de todas essas campanhas? Quais seriam os valores a apresentar? Posso dizer que um valor absolutamente superficial seria em torno de alguns bilhões de reais para nós fazermos, de fato, as campanhas dentro da realidade, se todas elas cumprirem a lei.

E qual é a minha preocupação maior? Que aqueles Deputados sérios, corretos, que cumprem a lei terão uma desvantagem gigantesca, porque imaginar que a sociedade brasileira, num País capitalista, não vai ter influência do poder econômico é ter uma visão errada da nossa realidade. A lei não muda a realidade. Ou seja, os setores econômicos continuariam financiando de forma subterrânea ou ilegal as campanhas eleitorais. Isso estimularia aqueles que não querem cumprir a lei e que não têm uma visão ética da atividade política.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui dizer que votarei contra qualquer projeto de financiamento público na eleição, porque não vejo como se justificar para o País, no momento em que ainda temos necessidades gigantescas, na hora de fazer a escolha de prioridades do orçamento, tirarmos dinheiro da saúde, da educação, da segurança, da infraestrutura para financiar campanhas e estimular pessoas a serem candidatas apenas para terem financiamento público.

Documento 12/85

054.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/04/2013-
CD 10:16
Publ.: DCD - 05/04/2013 - AFONSO FLORENCE-PT -BA
8139
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Prioridade do PT na votação da proposta de reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tramita na Casa - e é prioridade do meu partido, o Partido dos Trabalhadores - a proposta de reforma política, de que é Relator o Deputado Henrique Fontana.

Em pronunciamento que fez hoje de manhã, o Deputado Jutahy Magalhães, do PSDB da Bahia, opôs-se ao financiamento público de campanha. Quero, respeitosamente, tratar do tema e divergir do Deputado Jutahy Magalhães.

O relatório apresentado pelo Deputado Henrique Fontana atende à expectativa do povo brasileiro. Ele serve à transparência e à probidade, na medida em que, além de outros aspectos, que pretendo retomar em outras oportunidades, encaminha a

adoção do mecanismo do financiamento público de campanha.

Não é verdade que custe caro para o povo brasileiro pagar campanha eleitoral. Pelo contrário, é mais barato. Não é verdade que isso permitirá que Parlamentares e políticos do Executivo que fazem o jogo do interesse econômico de grandes empresas, e que são financiados por elas, continuarão a lograr êxito na captação de recursos agora ilegais.

Quando o Presidente Lula, recentemente, pronunciou-se a favor do financiamento público de campanha - e ele foi mal interpretado intencionalmente pelos opositores ou por alguns opositores dessa tese -, o que ele dizia era que o financiamento privado de campanha comprometeria os políticos com os financiadores.

E há políticos que, mesmo arrecadando do setor privado, preservam os interesses públicos, os interesses nacionais, os interesses do povo pobre, dos mais necessitados. E prova disso são o Presidente Lula e a Presidenta Dilma. Prova disso são os governadores e prefeitos do Partido dos Trabalhadores.

Nós buscamos equacionar as políticas públicas de desenvolvimento e de incentivo ao investimento, com a criação de empregos, com direitos trabalhistas, com políticas de promoção da igualdade racial e de gênero, com acesso de extrativistas, de assentados da reforma agrária e da agricultura familiar. Agora, se for o financiamento privado proibido, qualquer financiamento privado estará à margem da lei, ao arrepio da lei. Hoje isso permite confusão. Nós queremos que todos os políticos estejam obrigatoriamente a serviço do povo brasileiro. Por isso, todo apoio à aprovação do financiamento público.

Documento 13/85

058.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/04/2013-
Publ.: DCD - 09/04/2013 - CD 18:00
8822 ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Fortalecimento de planos de autogestão pelo Governo Federal. Lançamento de campanha a favor do financiamento público de campanhas eleitorais. Manifesto Eleições Limpas - contra o financiamento privado e em defesa do financiamento democrático de campanha.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, participei hoje à tarde de duas reuniões que me parecem bastante importantes. Uma delas diz respeito a um esforço da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, na perspectiva de que nós possamos fazer com que os planos de autogestão sejam valorizados pelo Governo do nosso País.

Os planos de autogestão - GEAP, FASSINCRA, ASSEFAZ e tantos outros -, que



estão à disposição dos servidores públicos, fazem parte de uma política de gestão de pessoas dentro do Governo Federal. Quando se iniciou a GEAP, por exemplo, o Governo financiava 75% do plano e o usuário, os servidores, 25%. Essa relação se inverteu.

Para além de se inverter, tivemos agora decisão do STF reafirmando decisão do TCU que diz que a GEAP só pode conveniar com os Ministérios que lhe deram origem, que são apenas quatro. Isso está arrastando os servidores do MEC a um profundo mar de angústias, porque estão em via de ter seu plano cancelado.

Vejam que a GEAP, como outros planos de autogestão, não tem como objetivo o lucro. Por isso, esses são planos mais baratos. Além disso, agregam uma massa de pessoas que são excluídas dos planos de mercado, pessoas com mais idade, via de regra.

Penso que há uma incoerência muito grande do Governo ao estabelecer um valor *per capita* para que o servidor público possa contribuir com qualquer plano que esteja no mercado e impeça os servidores do MEC de continuarem na GEAP.

Nesse sentido, apresentei projeto de lei que busca modificar a Lei nº 8.666, de 1993, e estabelecer essa diferenciação. É um plano que não tem como finalidade o lucro e, por não ter como finalidade o lucro, não pode ser submetido às mesmas condições dos planos privados. São planos que nascem da intenção de se construir uma política de gestão de pessoas para os servidores e as servidoras públicas de todo o Brasil.

Sr. Presidente, penso que é muito importante esta Casa se posicionar nesse sentido. Foi constituída na Comissão de Seguridade Social e Família Subcomissão Especial para avaliar o sistema de saúde complementar. Nós queremos fazer o recorte dos planos de autogestão, que possibilitam inclusive traçar um perfil epidemiológico daquelas categorias, o que faz com que nós possamos ter políticas para assegurar que o trabalho seja um local onde nos encontramos e possamos ter preservada a saúde do servidor público. Saúde é sinônimo de qualidade de vida, não é o contraponto ou o contrário da doença; e qualidade de vida significa felicidade.

Sr. Presidente, por isso, venho pedir ao Governo Federal que olhe os planos de autogestão de forma diferenciada no que diz respeito às reservas técnicas, ao próprio déficit que esses planos carregam, que, eu digo, não são de responsabilidade dos servidores e das servidoras, são de responsabilidade dos gestores, que, muitas vezes, não olharam com atenção o recurso que é absolutamente fundamental para termos um serviço público de qualidade, que passa pela valorização dos servidores e das servidoras públicas.

Sr. Presidente, também tive a oportunidade de participar, junto com o Deputado Domingos Dutra, de ato, hoje, que reuniu várias entidades na OAB Nacional. Foi o lançamento de uma campanha contra o financiamento privado e em defesa do financiamento democrático de campanha.

O financiamento público de campanha é absolutamente fundamental para que nós possamos dar uma resposta a todas as denúncias de corrupção ou de relações ilícitas entre o Parlamento ou/e aqueles que estão em cargos eletivos e a sociedade ou/e a iniciativa privada. É uma relação absolutamente ilícita.

Por isso, financiamento público pressupõe, primeiro, democratização. Hoje, muitos candidatos e candidatas se negam ou abandonam a ideia de concorrer a uma eleição



porque não têm recursos financeiros. Ou seja, o recurso financeiro passa a ser uma variável.

Isso se traduz em uma composição parlamentar, por exemplo, em que nós temos uma diminuição da bancada de defesa dos trabalhadores, dos movimentos sociais. E nós temos uma bancada diminuta no que diz respeito à representação feminina, porque, repito, nós temos burcas invisíveis neste País. Nós temos uma participação de mulheres na Câmara Federal 8,7%, menor do que em países onde as mulheres usam burcas. Portanto, há uma burca invisível.

O financiamento privado de campanha significa estabelecer que aquele que mais pode ou que tem poder econômico tem mais condições. Portanto, são condições desiguais. As condições não são iguais; não há oportunidades iguais para que o eleitor possa decidir realmente a partir das propostas e não pelo poder econômico.

Além disso, nós sabemos que aquele que financia a campanha passa a se sentir proprietário do mandato e passa, portanto, a manietar os mandatos, que passam, muitas vezes, a ser controlados por quem financiou a sua construção.

Por isso, é muito importante que nós tenhamos o financiamento público de campanha. Alguns dizem: "Mas o Estado vai contribuir com isso". Hoje, nós já temos uma relação extremamente promíscua, eu diria, em que é o Estado, o povo paga o financiamento privado de campanhas, porque ele não se dá, como aqui já foi falado hoje, por motivos ideológicos, ele se dá em troca de vantagens posteriores, que vão sair, sem nenhuma dúvida, do bolso da população.

Não há sentido em que nós tenhamos e avaliemos que há uma relação promíscua e absolutamente ilícita, que muitas vezes origina processos de cassação de mandatos, e o Parlamento não dar uma reposta efetiva, na perspectiva de termos regras claras que possibilitem que nós tenhamos o financiador de campanha, que é o povo, controlando os mandatos.

Sr. Presidente, eu gostaria de ler aqui o manifesto que foi assinado por dezenas de entidades, por volta de 50, se não me falha a memória, que estavam presentes a esse ato. Estavam ali representantes da ABI, da CNBB, da OAB, das centrais sindicais - CUT, CONTAG -, e tantos outros representantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. poderá lê-lo normalmente. A Mesa já o recebeu hoje à tarde, e o Deputado Izalci o leu no mesmo momento. É importante que também V.Exa. o leia, com a voz dessa guerreira.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, gostaria, portanto, de ler o manifesto, que ele fizesse parte dos Anais e que esta Casa lhe dê ampla divulgação.

"Eleições Limpas":

Contra o financiamento privado e em defesa do financiamento democrático de campanha

O atual sistema político brasileiro está viciado. Abre caminho para a corrupção eleitoral e para uma representação política que, em muitos casos, não atende às aspirações do povo brasileiro. Com isso, distorce a vontade popular limitando o alcance de uma verdadeira democracia política.



Desta forma cresce na sociedade a exigência de uma Reforma Política Democrática. A Lei da Ficha Limpa cumpriu importante papel ao atacar as consequências da corrupção eleitoral. Agora é necessário enfrentar suas causas.

A causa fundamental da corrupção eleitoral está no atual sistema eleitoral e no financiamento privado de campanha que permite ao poder econômico influenciar o processo político, privilegiando candidatos que representam interesses de uma minoria em prejuízo dos candidatos que visam os interesses da maioria do povo brasileiro.

A verdade é que a maior parte das doações não aparece, constituindo importantes recursos eleitorais não declarados e que se prestam à formação do chamado 'caixa dois', causa principal da corrupção eleitoral.

Uma análise deste financiamento, dito privado, evidencia que de privado tem apenas o nome, já que políticos que dele se beneficiam, muitas vezes, retribuem seus financiadores com recursos públicos, prática esta que acarreta um saque nos dinheiros públicos de regra muito maior do que a doação.

Os candidatos que assim se elegem traem compromissos com seus eleitores, pois defendem os interesses de quem os financiou, causando justa indignação na sociedade.

O passo inicial para uma reforma política democrática deve ser o fim do financiamento privado de campanha, instituindo o financiamento democrático através de recursos públicos.

A Reforma Política Democrática representa, pois, o caminho para aprofundar a democracia, garantindo a ampliação da representação política da maioria da sociedade, valorizando o papel do eleitor e contribuindo para o fim da corrupção eleitoral.

A Sociedade civil organizada se reserva o direito e dever de apresentar um Projeto de Iniciativa Popular mais abrangente, apresentando e representando os anseios da sociedade onde eles não forem atendidos pelos que deveriam representá-la e que compõem o Congresso Nacional.

Sim à Reforma Política Democrática!

Não ao financiamento privado de campanha!

Fora a influência do poder econômico nas eleições."

Trata-se, portanto, de movimento de combate à corrupção eleitoral que agrupa uma série de entidades que, inclusive nesse mesmo espaço que estivemos hoje, deram início à Campanha Ficha Limpa, tão importante para que possamos ter representações que estejam longe das folhas policiais.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que houvesse ampla divulgação deste manifesto, que ali foi lido e acatado por todos aqueles que estavam naquele ato.

Solicito também a V.Exa. que meu pronunciamento seja dado como lido. Nele falo da minha preocupação acerca da GEAP e dos planos de autogestão. Ao mesmo tempo,



solicito a esta Casa que possa dar respostas à crise dos planos de autogestão dos servidores e à reforma política que o povo anseia e que só terá concretude se esta Casa, ainda neste mês, nesta semana e na próxima, puder responder ao clamor do conjunto da sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. será atendida, tanto com relação à GEAP quanto com relação à proposta da reforma política que será encaminhada à Presidência da Casa para que as providências sejam tomadas, no sentido de que todos os Parlamentares possam ter acesso ao teor do seu discurso e também ao documento lido por V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, é sob o peso de uma grande preocupação que subo hoje à tribuna desta Casa para falar-lhes sobre a situação das operadoras de planos de saúde de autogestão, notadamente da Fundação de Seguridade Social - GEAP, criada para garantir a saúde suplementar dos funcionários públicos federais.

Assim como outras operadoras, a GEAP encontra-se em difícil situação, existindo mesmo a possibilidade de que venha a deixar desassistidos os mais de 600 mil funcionários públicos aos quais presta serviço. A GEAP encontra-se, há 2 semanas, sob intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Essa situação foi agravada sobremaneira pela decisão do Supremo Tribunal Federal, no último dia 21 de março, de negar o recurso protocolado por 18 entidades representativas de servidores públicos contra o acórdão do Tribunal de Contas da União, que passou a exigir da GEAP a realização de prévia licitação para a prestação de serviços aos diferentes órgãos cujo quadro de funcionários é atendido pela operadora.

Na prática, as decisões do TCU e do STF equiparam as operadoras de autogestão às operadoras privadas de planos de saúde, sem levar em consideração a diferença óbvia entre os dois modelos, que é a busca pelo lucro existente nas operadoras privadas, ao contrário das de autogestão. Essa situação precisa ser revista de forma urgente por esta casa, por que vários dos contratos da GEAP devem vencer nos próximos dias.

Para tentar reverter essa situação, protocolei na semana passada o Projeto de Lei nº 5.265, de 2013, que restabelece as diferenças entre as operadoras comerciais e as de autogestão, dispensando as licitações no caso das primeiras. É uma medida emergencial, com possibilidade de impactar diretamente a vida de centenas de milhares de servidores públicos em todo o País. Rogo-lhes que nos ajudem na rápida tramitação e aprovação desse projeto.

Nesta semana, instalaremos também uma subcomissão na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para tratar do financiamento da saúde complementar e dos planos de saúde de autogestão, buscando medidas para fortalecer o modelo. Também estão em pauta medidas para fortalecer a gestão participativa dos planos de autogestão, ampliando o controle dos usuários.



As operadoras de autogestão possuem também uma carteira de clientes diferenciada das operadoras privadas, atendendo um público de mais idade, muitos deles acima dos 50 anos, que não teriam condições de pagar os valores cobrados pelas operadoras privadas. No caso dessas pessoas, o valor dos planos privados chega a ser quatro vezes o praticado pelas operadoras de autogestão. Vários desses servidores de mais idade correm o risco de ficar sem assistência, caso a situação não seja resolvida, por conta dos altos preços praticados pelos planos de saúde comerciais.

A situação que hoje aflige as operadoras de autogestão é fruto de um longo período de descaso e subfinanciamento por parte do Governo Federal, deixando de realizar os reajustes necessários nos repasses às operadoras e aumentando, ao longo do tempo, a participação dos servidores no custeio do plano. No caso da GEAP, por exemplo, quando a operadora surgiu, o Estado pagava 75% do custo do plano, e o servidor, 25%. Hoje, a situação se inverteu, por conta da insuficiência dos reajustes no período: o servidor aporta 75% do preço do plano, e o Governo, 25%.

Precisamos, neste momento, de uma sinalização política clara da parte do Governo Federal pelo fortalecimento dos planos de autogestão, contra a sanha das empresas de saúde privada, às quais somente interessa atender os clientes mais jovens, sem interesse nos mais velhos. Aproveito para informar que levantarei a questão amanhã, em reunião da bancada do Distrito Federal com a Exma. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

MANIFESTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Documento 14/85

060.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 09/04/2013-15:02
Publ.: DCD - 10/04/2013 - 8963 ANTHONY GAROTINHO-PR -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a não votação pela Casa de matérias de relevante interesse da sociedade brasileira. Contrariedade à anunciada votação da proposta de financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sra. Presidente, meus colegas Deputados, os enfermeiros de todo o Brasil e os seus companheiros de categoria estão hoje, mais uma vez, aqui em Brasília, pedindo que a Câmara dos Deputados vote as 30 horas para a enfermagem no Brasil - mais uma vez.



Essa marcha vem ocorrendo ano após ano. A Câmara sabe que é necessária a regulamentação, a redução dessa jornada, mas, infelizmente, continua permitindo que os auxiliares de enfermagem, os enfermeiros, continuem trabalhando 40 horas semanais, prejudicando a saúde pública no Brasil, que já vai de mal a pior.

Eu peço ao Presidente desta Casa, ilustre Deputado Henrique Eduardo Alves, que às vezes tenta colocar em votação projetos que não representam nada para a sociedade brasileira, que, além de ouvir o pleito dessas pessoas que se deslocaram de todo o Brasil para vir hoje aqui, acreditando na Câmara dos Deputados, mais uma vez, tome a iniciativa de propor esta votação.

Aliás, eu estranho que os verdadeiros assuntos de interesse da população não venham à votação; assuntos como, por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, já aprovada em primeiro turno, que dará aos policiais brasileiros um salário digno, um piso nacional para poder trabalhar de forma digna, enfrentando a criminalidade. E não se vota a PEC 300!

Que forças são essas que impedem, por exemplo, que este famigerado, este desgraçado fator previdenciário, que achatou as aposentadorias daqueles homens e mulheres que deram sua vida a favor do povo brasileiro, continue sem ser votado? O fator previdenciário deixa hoje à míngua pessoas que lutaram e deram sua vida para construir o Brasil que nós temos hoje.

Por que esta Casa só funciona, infelizmente, para aprovar medidas provisórias de interesse do Governo ou então outros projetos de lei que beneficiam grupos econômicos poderosos, quando as coisas tramitam rapidamente aqui por dentro da Casa?

Por que não se vota a questão da Emenda Constitucional nº 29, o veto da Emenda 29? É mais dinheiro para a saúde. Estava aqui a ouvir um colega Deputado antes de mim a dizer a miséria do Sistema Único de Saúde, onde as pessoas estão morrendo porque não há médico, não há remédio, não há equipamento nos hospitais do País inteiro. E não se toca na questão da Emenda 29!

Por que não se vota, enfrentando o cartel da telefonia de uma vez por todas, o fim do pagamento da assinatura básica, que já não existe em outros países? Aqui, no Brasil, ainda se paga assinatura básica de telefone fixo! Como? Onde nós estamos?

Com toda a sinceridade, vejo que aqueles assuntos que realmente preocupam a vida de milhares de brasileiros têm sido deixados de lado, assuntos importantes, em prol de uma pauta midiática. Quando é algo que dá IBOPE na mídia, o Presidente reúne, chama, conversa, e quer colocar em votação.

Querem, por exemplo, colocar em votação agora o financiamento público de campanha, sem fazer conta.

Deputada Benedita da Silva, nós podemos fazer, em relação às próximas eleições de Vereadores, uma conta simples. O menor Município do Brasil tem 9 Vereadores. Este é o mínimo: 9. São 5.565 Municípios. Coloquemos uma média no Brasil de 12 Vereadores por cidade - 12 Vereadores por cidade. Multipliquemos agora 5.565 por 12, mas lembremos que o partido pode lançar uma vez e meia. Então, na verdade, não são 12, mas 18. São 5.565 por 18. Esse número vai a quase 100 mil. E, depois, multipliquemos pelo número de partidos, porque, afinal de contas, todos os partidos, com o financiamento público de campanha, vão querer lançar candidato. Isso dá

quase 3 milhões de candidatos a Vereador. Ora, se dermos 10 mil reais, serão 30 bilhões de reais para a campanha de Vereadores.

E vêm me dizer que não há dinheiro para a saúde? E vêm me dizer que não há dinheiro para a educação? E vêm me dizer que não há dinheiro para essas estradas esburacadas do Brasil? E querem botar dinheiro em financiamento público de campanha? Francamente!

Eu peço ao Presidente Henrique Eduardo Alves: Sr. Presidente, coloque em votação a PEC 300, coloque em votação o fator previdenciário. Vamos derrubar esse fator. Coloque em votação a jornada de 30 horas para os trabalhadores de enfermagem. O Brasil quer uma Câmara que governe para o povo.

Documento 15/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24
Publ.: DCD - 10/04/2013 - EDUARDO CUNHA-PMDB -RJ
9101
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA LÍDER
DISCURSO

Sumário

Insatisfação do orador com a obstrução da votação de proposta de emenda à Constituição sobre a coincidência de eleições no Brasil. Falta de interesse dos Parlamentares na votação da proposta de reforma política. Críticas ao parecer oferecido à matéria pelo Deputado Henrique Fontana. Posicionamento do PMDB favorável à unificação do calendário eleitoral.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante o que vamos declarar: estamos desenhandando aqui o sepultamento da reforma política, pelo que estou vendo.

É importante esclarecermos alguns fatos acerca do que se passou nesse tempo todo. Nós estamos há praticamente 2 anos participando de uma Comissão Especial que não teve a capacidade de conseguir a votação de um relatório. E por que se chegou a esse ponto? Porque a discussão era monotemática: única e exclusivamente sobre o financiamento público de campanhas, preponderando sobre quaisquer outros temas.

Eu alertava, desde a instalação da Comissão Especial, que ela se transformaria também em Comissão Especial das propostas de emenda à Constituição, para que nós tivéssemos texto, para que se pudessem fazer emendas, para que contasse o prazo das sessões para isso. No entanto, não se reunia a Comissão Especial. Ao fim,



quis votar apenas o relatório que tinha sugestões de PECs e um projeto de lei, um anteprojeto de lei que simplesmente instituía o financiamento público de campanha e uma lista flexível.

E o que é essa lista flexível que está sendo proposta? Simplesmente o voto de legenda vai para a lista, e quem não atingir o coeficiente eleitoral na votação nominal vai depender de estar na lista para ser eleito. Isso tudo com o financiamento público. Ou seja, nós vamos disputar eleição com voto nominal, para atingir o coeficiente eleitoral com o financiamento público, o que é um verdadeiro absurdo. Jamais alguém conseguiria ir até o fim desse processo com condições de chegar a qualquer tipo de eleição.

Isso tudo porque havia uma obsessão por parte do nosso querido Relator, de debater o financiamento público a qualquer custo, financiamento este que sequer tem previsão de montante. Ia virar a "Lei Kandir eleitoral". A cada ano dependeríamos do Orçamento, da destinação do valor que fosse votado.

Aí, outros temas importantes, como o fim das coligações partidárias proporcionais, como a coincidência das eleições e outros temas que dependeriam de proposta de emenda constitucional... Por exemplo, o sistema eleitoral do distrital, que é o tema que nós defendíamos com a proposta do Vice-Presidente da República, Michel Temer, era simplesmente dependente de votação de emenda constitucional. Por que não poderíamos começar votando, primeiro, as emendas constitucionais, para que, depois, o que não atingisse o *quorum* constitucional fosse para o projeto de lei? Porque queriam ganhar no tapetão, de uma forma ou de outra, levar para o projeto de lei e inviabilizar, pela obstrução, a discussão de temas que dependessem de *quorum* constitucional. Essa é a verdade.

E aí eu acho muito estranho o meu querido colega José Guimarães ficar contra a votação de uma PEC, hoje, à qual todo mundo tem uma tendência para votar favoravelmente. Porque, se se quer votar reforma política, tem que se começar. Não adianta dizer que se vota tudo em conjunto porque sabemos que não há como votar tudo ao mesmo tempo. Ou o processo avança politicamente, ou ele jamais vai votar, porque jamais vai haver concordância sobre todos os pontos. Ou temos a clareza de que temos de votar aquilo que depende de *quorum* qualificado primeiro, para que aquilo que não passar no *quorum* qualificado desça ao *quorum* mínimo, ou não vamos votar nada.

Então, na medida em que entra esse processo de obstrução de hoje, quando não se quer votar uma PEC sobre um tema que a maioria da Casa tem consciência de que tem que acontecer, porque ninguém aguenta mais eleição de 2 em 2 anos, porque ninguém aguenta ter o mesmo Vereador e o mesmo Prefeito em uma eleição e 2 anos depois. Ninguém está aguentando esse processo, todo mundo reclama, mas na hora em que há uma oportunidade de deliberar, evita e foge, com a desculpa de que vamos votar uma reforma política por completo, o que nós sabemos que é uma utopia e que jamais vai acontecer.

Isso é igual na reforma tributária: falam a mesma coisa, mas na hora tem que votar o conjunto. Como não há conjunto, nunca se vota nada.

Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje é simplesmente enterrar a proposta de reforma política, que eu acho que só vai andar... Não com a aprovação do plebiscito, embora eu seja favorável a qualquer consulta popular, mas vamos ter que evoluir, então, para uma Constituinte exclusiva para a reforma política. Porque todos os erros



até hoje nós cometemos porque queríamos votar uma reforma política para valer para a eleição seguinte em que vamos disputar o voto. Por isso ninguém vota. Ninguém vem com uma proposta para valer daqui a duas eleições, para que a Casa possa se habituar, debater e se acostumar com isso.

Querer tirar a vontade do eleitor, querermos nós mesmos deliberar sobre o nosso futuro, sobre como vamos ser votados é claro que não vai dar certo. Cada um tem um entendimento do que é melhor para a sua eleição, cada um sabe como chegou a esta Casa. Todos aqui chegaram por meio deste sistema. Por isso ninguém quer mudar, porque sabe que neste sistema tem chance de voltar. Então, essa é a realidade que estamos vivendo.

O que estamos fazendo hoje, Sr. Presidente, é acender a vela do caixão da discussão da reforma política. Na medida em que não votamos essa oportunidade da PEC hoje, significa que nós não queremos votar nada. Então, não adianta querer discutir consenso sobre qualquer outra coisa depois. A partir de agora, vamos discutir a camiseta, a placa, o que pode mudar. É o que vai parar. Acabou a condição. Não dá mais para nos iludirmos, para ocupar a Casa com temas importantes. Todo mundo diz, como disse o Presidente, que a reforma política é importante. Virou monotemática. Na medida em que temos um partido que vai se beneficiar diretamente com o projeto de lei que ele está relatando - e isso é claro para todo mundo -, já tira toda a qualidade do debate, já prejudica o debate, já tira a isenção do processo político, já traz o processo político, um processo político em que todo mundo entra com desconfiança. E essa desconfiança foi aumentada hoje, na medida em que o partido do Relator não quis votar esse tema, não quis começar, não quis dar partida ao início da discussão da reforma política. Se aprovássemos ou rejeitássemos o tema, teríamos condições de ter posição. Não se pode cobrar que se discuta o tema que quer, se não vai discutir o tema que os outros querem. Só se discute o que querem? Isso não é democrático.

Ou partíamos para debater tudo, Sr. Presidente, ou então... Infelizmente, o que estamos fazendo hoje? Acabou. O PMDB tirou uma posição da sua bancada, favorável à coincidência das eleições, favorável ao fim das coligações proporcionais e contrária ao projeto de lei do Relator Henrique Fontana. O PMDB, se as PECs fossem votadas na ordem, não obstruiria, iria votar contra. Neste momento, na medida em que não conseguimos dar curso a essa proposta de emenda constitucional, o PMDB se posiciona contrariamente à continuidade de qualquer votação, se isso não tiver curso hoje. E, quando essa PEC vier a plenário, nós iremos obstruir, Sr. Presidente.

Infelizmente, como temos uma eleição, essa matéria tem que ser votada na Câmara e no Senado, e promulgada a emenda ou sancionada a lei até o dia 30 de setembro, para valer para a próxima eleição. O que vamos assistir? O TSE vai tomar a vaga de Estado, o TSE vai deliberar sobre aquilo que é de competência nossa. Vamos transferir o nosso poder de legislar para os tribunais e depois vamos ficar reclamando que os tribunais invadem a nossa competência. E há a PEC da Constituinte exclusiva, lembra o Deputado Miro Teixeira.

Então, diria a vocês que o PMDB lamenta essa posição de hoje, que gostaria de ter votado esse tema, que lamenta o sepultamento desse tema.

Sr. Presidente, espero que na próxima reunião de Líderes não façamos a missa de sétimo dia desse processo de reforma política.



Documento 16/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24
Publ.: DCD - 10/04/2013 - MANUELA D'ÁVILA-PCDOB -RS
9103
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Deputado Henrique Fontana pelo parecer oferecido à proposta de reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (PCdoB-RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de parabenizar o Deputado Henrique Fontana pelo esforço que fez, de construir um relatório que levasse em consideração a média das opiniões da Câmara dos Deputados.

É verdade, Deputado Fontana, que é muito difícil construir a unanimidade na reforma política. Para nós do PCdoB sempre foi fundamental buscar a unidade em torno do que é mais importante. E o que é mais importante, o que é mais estruturante para a bancada do Partido Comunista do Brasil? Nos últimos anos, na nossa avaliação, nós mudamos inúmeros acessórios na política brasileira: proibimos os bótuns; proibimos a distribuição de chaveiros, de lixas de unha, de camisetas; proibimos os "showmícios", os *outdoors*; e não mudamos absolutamente nada no sentido do distanciamento que a população sente com relação à política brasileira. A população brasileira segue sentindo-se distante da política brasileira porque não mudamos a forma como as campanhas eleitorais são financiadas no nosso País. Proibimos a distribuição de bótuns, lixas de unhas e camisetas, os *outdoors* e os "showmícios", mas não mudamos o financiamento das campanhas eleitorais.

Portanto, vir a este plenário e dizer que fazer eleições coincidentes ou acabar com as coligações é fazer reforma política, na avaliação do PCdoB, pode ser boa intenção, mas de boas intenções o povo brasileiro já está cansado, porque passam os anos, e as boas intenções não transformam a política brasileira.

Portanto, Deputado Henrique Fontana, V.Exa. e diversos Parlamentares desta Casa estão de parabéns por construírem um relatório que colocou no centro da reforma política o que é central para transformar a política brasileira: a forma de financiamento da política. Nós só faremos a verdadeira reforma política quando mudarmos a forma de financiamento da política. Não votamos a reforma política hoje - e por isso vários partidos estão em obstrução - , mas também não maquiamos a realidade. Não adianta mais proibirmos a distribuição de lixas de unhas, de bôtons e continuarmos mentindo para a população, dizendo que votamos a reforma política.

Reforma política é mudança da forma como as campanhas são pagas. E mudar a forma como as campanhas são pagas é aprovar o financiamento público de campanha.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 17/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24
Publ.: DCD - 10/04/2013 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
9104
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa da adoção do financiamento público de campanhas eleitorais no País. Frustração com o adiamento do início da votação da proposta de reforma política pela Casa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade de usar a palavra.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares, sejam aqueles que têm uma identidade com as propostas que estou defendendo como reforma política para o País, sejam aqueles que lutaram democraticamente para derrotar a possibilidade de votação do relatório que eu apresentava à Casa.

O que eu quero reforçar, Sr. Presidente, é que esta luta não vai terminar. Tenho a convicção de que a maioria que hoje não pôde expressar a sua opinião percebe, como a Deputada Manuela d'Ávila, Líder do PCdoB, e eu, que essa política do dinheiro, que essa política do jeito como vem sendo feita no Brasil - a eleição de 2002 custou 800 milhões de reais e, 8 anos depois, ela saltou para 4 bilhões e 800 milhões de reais -, que esses recursos todos, Deputado Afonso Florence, são financiados por não mais do que 200 empresas do nosso País.

E aí se estabelece um ambiente - como diz muito bem a ação direta de constitucionalidade que a OAB levou ao Supremo Tribunal Federal - em que, infelizmente, mais uma vez esta Casa decide não votar.

Eu gostaria de ver, desta tribuna, os defensores do financiamento privado, Deputado Amauri Teixeira, explicarem por que é melhor para a democracia que as empreiteiras financiem as campanhas; por que é melhor para a democracia que quatro ou cinco grandes bancos tenham o poder de colocar, cada um deles, 100 milhões de reais nas listas fechadas que são feitas dentro dos departamentos de relações institucionais



dessas entidades. Cada cidadão tem direito a um voto, e não é possível que as empresas tenham o direito, por 100 milhões de reais, de decidir quem tem mais ou menos direito de expressar as suas posições para buscar o voto da população. Porque, sim, para os milhões de brasileiros, no dia da eleição, vale a escolha de quem querem colocar como Presidente ou como Governador, mas, para alguns que têm poder econômico para financiar, vale o poder de decidir eleições.

E nós sabemos que a democracia brasileira, infelizmente, com esse sistema que o nosso Parlamento está aplaudindo, ao sepultar a reforma política... Eu ouvi o Líder do PMDB. Eu o respeito, mas ele parece feliz com o sepultamento da reforma política. O que significa o sepultamento da reforma política? Significa dizer que o melhor sistema é o atual, o sistema da democracia cada vez mais do dinheiro e cada vez menos das ideias, dos projetos, da história de vida dos candidatos.

Eu vou seguir sereno, como deve ser todo democrata ao acolher os resultados que ocorrem no Parlamento ou em qualquer eleição. Sigo sereno e com a convicção de que a proposta que apresentei à Casa tem coerência, tem mediação. Fui ao meu partido e pedi a autorização da Direção Nacional para buscar a mediação neste plenário e não coloquei a lista fechada, que é a posição defendida historicamente pelo meu partido. Mantive o financiamento público exclusivo - e deve ser exclusivo para facilitar a fiscalização - para fazer valer o fim do caixa dois na política. Ou a absoluta, ou uma diminuição enorme do caixa dois na política.

E me perguntam, às vezes: *"Mas nesse seu sistema não vai ocorrer caixa dois também?"* Espero que ocorra o mínimo, mas posso garantir a todo brasileiro que quer falar de reforma política que o sistema atual é o paraíso do caixa dois. Sr. Presidente, o sistema atual não tem teto de gastos, o sistema atual bota um candidato a Prefeito com dez vezes mais dinheiro do que o outro. (*Palmas.*) E dinheiro decide eleição. Infelizmente, dinheiro pode comprar eleição.

Eu quero democracia de fato, de igualdade. Eu quero a democracia em que todos tenham o mesmo direito de sonhar em vencer a eleição. A maior cláusula de barreira que existe na democracia brasileira é o abuso do poder econômico, Presidente Henrique Alves. E cumprimento V.Exa. por ter pautado esse tema neste dia. V.Exa. decidiu e manteve o tema na pauta.

Quantos milhares de pessoas com vocação para ser excelentes políticos, Vereadores e Deputados, ao descobrirem quanto custa uma eleição, afastam-se do ambiente democrático e da disputa? E não venham me dizer, ingenuamente, que esses 200 grandes financiadores, todos eles, quando financiam campanhas, estão financiando por amor à democracia. Não, Sr. Presidente.

Nós precisamos de liberdade para o Parlamento, nós precisamos de liberdade para os políticos eleitos. E temos que ter orgulho da política. Não podemos criminalizar a política. Precisamos saber que são feitos cruzamentos nessas listas de financiamento. Muitas vezes dizem: *"Mas Fulano recebeu financiamento daqui. Como vai votar no assunto acolá?"*

Sabe qual é o meu sonho, Sr. Presidente? O meu sonho é de que, no dia da sua primeira entrevista, o Presidente da República, o Governador, a Governadora, a Presidenta ou o Prefeito, ao perguntarem quem financiou a sua campanha, digam: *"Quem financiou a minha campanha foi o povo brasileiro, de forma republicana."* (*Palmas.*)



Abusando da sua tolerância, Sr. Presidente, quero acabar com outra demagogia. Não me venham aqui dizer que o dinheiro para financiar a democracia é o dinheiro que falta no hospital, na escola ou para fazer obras de saneamento. É exatamente pelos canais de corrupção que o financiamento privado abre que falta dinheiro no hospital, que falta dinheiro na obra de saneamento. E não venham iludir o povo dizendo que, com o financiamento privado, o povo não paga pela campanha. O povo paga todas as campanhas. Não conheço nenhum diretor de um grande banco que venda o seu patrimônio pessoal para colocar 100 milhões numa campanha. Ele retira do banco. E quem paga por aquele dinheiro é o usuário do serviço bancário, que pagou a taxa bancária.

Queremos eleição mais barata, queremos eleição em que o povo saiba quem está financiando, republicanamente, em que haja mais igualdade entre os candidatos. Mas eu me curvo. Temporariamente, este Parlamento decidiu sepultar a reforma.

Sr. Presidente, quando as ideias são justas, quando começamos a ganhar a compreensão da população, quando as manipulações vão ficando para trás, não há como matar a árvore de esperança. Este sistema político atual já deu todos os sinais dos seus limites e da sua absoluta inadequação para uma verdadeira democracia. Não sei quando será, mas tenho certeza de que um dia - pode ser até muito antes do que imaginamos - este Parlamento vai ter que votar a reforma política. Não há como dizer que este sistema atual é o único, o melhor e o mais fantástico para melhorar a democracia brasileira.

Queremos essa liberdade, para as ideias circularem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Henrique Fontana, uma palavra a V.Exa., com todo o respeito.

A frustração de V.Exa. é do tamanho da minha. Pode acreditar. Pautei esta matéria, mesmo com apelos, aqui e acolá, de que não tentasse. Mas tentei porque, há mais de 10 anos, esta Casa promete votar a reforma política. Todos os Parlamentares declaram, em entrevistas, que a prioridade é a reforma política. Então, achei que valia a pena forçar, se não o ideal, o consenso, pelo menos a maioria, algo com que se começasse a votar a reforma política.

Mas verifico - e tenho que respeitar - que este Plenário não quis dar início, portanto, à votação da reforma política. Curvo-me, como V.Exa., democraticamente, mas rendo, em nome desta Presidência, uma homenagem a V.Exa. pela conduta, pela postura, pela seriedade e pela obstinação.

Peço a esta Casa aplausos a V.Exa. por sua luta, por sua história.

Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana. (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente. Conte sempre comigo lutando para melhorar o nosso País e esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em busca de uma reforma política.

Documento 18/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24
Publ.: DCD - 10/04/2013 - AFONSO HAMM-PP -RS
9126
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PELA ORDEM DO DIA
DISCURSO

Sumário

Apoio às propostas de unificação do calendário eleitoral brasileiro e de financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero também aproveitar o momento para fazer uma manifestação.

Há uma expectativa grande e uma necessidade, do ponto de vista dessa reforma. E há pontos que são de avanço efetivo. Por exemplo, essa PEC que nós haveríamos de votar hoje. Se tivéssemos derrubado o requerimento de retirada de pauta, nós teríamos uma condição de alinhamento eleitoral, porque não sustentamos mais eleições a cada 2 anos no País. Esse é um entendimento da população, é um entendimento político e é um avanço necessário, ou seja, exatamente o alinhamento das eleições no sentido de haver uma eleição a cada 5 anos em todas as instâncias: municipal, estadual e federal e nas representações legislativas.

Há outro ponto que eu quero deixar para reflexão e que está sendo um contraditório, mas nós temos que achar o caminho - e quero traduzir nesta ideia, ao menos nesta referência, neste momento: o financiamento público de campanhas exclusivo e com fiscalização é possível e não precisa ser com lista fechada, porque os partidos têm condições de fazer suas indicações com base numa proporcionalidade, Sr. Presidente.

Nós estamos patinando num aspecto que está sendo negativo no sentido do avanço, porque alguns ainda não entendem o financiamento público, mas, quando entenderem que o sistema atual está falido e compromete as instâncias, todas elas, teremos que buscar essa vertente.

Agora, o eleitor quer a opção do voto, o eleitor não vota mais no partido. A organização é partidária, mas o eleitor quer a democracia, a liberdade de fazer a sua escolha. Parece-me que esse é o esteio que pode trazer um avanço no sentido de termos uma votação positiva, para que o eleitor tenha direito a sua escolha, e nós tenhamos um avanço de fiscalização, de acompanhamento, sem o exagero das despesas, dos recursos necessários a uma eleição.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado, Excelência.

Documento 19/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24
Publ.: DCD - 10/04/2013 - ERIKA KOKAY-PT -DF
9126
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PELA ORDEM DO DIA
DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de adoção do financiamento público de campanhas eleitorais. Razões da obstrução, por Deputados do Partido dos Trabalhadores, dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, penso que o País precisa que aprovemos o financiamento público exclusivo de campanhas.

Inscrevo-me para provocar ou para fazer a declaração de que nós membros do Partido dos Trabalhadores que fazemos parte da Comissão de Direitos Humanos nos encontramos em obstrução desde o início dos trabalhos daquela Comissão. Os Deputados Nilmário Miranda, Domingos Dutra, Padre Ton e eu estamos em obstrução porque não podemos permitir que a Comissão de Direitos Humanos seja tirada do povo brasileiro.

Então, gostaria de fazer esse anúncio, para que a posição do Partido dos Trabalhadores e dos seus membros na Comissão de Direitos Humanos fique clara e represente ou signifique aquilo por que ela tem-se pautado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Agradeço a V.Exa.

Documento 20/85

061.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/04/2013-
CD 20:24



Publ.: DCD - 10/04/2013 - JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP
9127

CÂMARA
DEPUTADOS DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Estabelecimento de consenso sobre a criação de nova Secretaria na Casa. Apoio à proposta de adoção do financiamento público de campanhas eleitorais no Brasil. Participação em encontro realizado na República de Timor-Leste como representante oficial da Casa.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós conseguimos chegar a um consenso em relação àquela Secretaria que vamos lhe apresentar. Já temos 30 assinaturas.

Estou me inscrevendo, Sr. Presidente, porque a maior parte das mulheres da bancada feminina julgava de suma importância a discussão nesta Casa da reforma política. V.Exa. a colocou na pauta, não houve consenso, mas eu gostaria de reafirmar a importância do financiamento público de campanhas. Muitas mulheres não conseguem participar da vida partidária porque não há financiamento público.

Além disso, a bancada feminina lutava pela paridade: 50% de homens, 50% de mulheres. É lógico que o nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, que trabalhou muito bem, fez outra proposta, que nós consideramos que ia crescer, porque o Brasil precisa mudar.

Para terminar, Sr. Presidente, eu estive representando esta Casa em Timor-Leste, onde a participação das mulheres é de mais de 36% numa lista pré-ordenada, bem como no Uruguai e na Argentina. O Brasil se encontra numa posição vergonhosa com relação ao número de mulheres no Parlamento.

Sinto que hoje é um dia triste porque nós gostaríamos de ver votada a reforma política.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 11/04/2013 - 9371 JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO**Sumário**

Necessidade de imediata votação de requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.470, de 2012. Apoio à alteração do Código Eleitoral brasileiro. Tópicos defendidos pelo PT na proposta de reforma política. Elogio ao Deputado Henrique Fontana, Relator da matéria.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, enquanto as negociações avançam entre a Liderança do Governo e os outros Líderes para a conclusão da votação da medida provisória, eu queria falar pela Liderança sobre duas questões que julgo importantes neste momento.

A primeira delas - já consultei alguns Líderes - é um pedido a V.Exa. para que vote o Requerimento de Urgência nº 6.166, de 2012, que trata do PL 4.470, de 2012. Esse requerimento de urgência já foi assinado por todos os Líderes, e, a propósito, em 2012 foi apresentado pelo então Líder do PMDB, o atual Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves. Por isso, é importante nós votarmos a urgência. Votaríamos a urgência e, em seguida, se houvesse acordo, poderíamos até votar o mérito do PL 4.470, de autoria do Deputado Edinho Araújo, que já está em plenário.

A matéria é importante, Sr. Presidente, por conta de outra, sobre a qual falarei neste momento.

Por ocasião do debate ontem sobre a reforma política, não votada nesta Casa pelas razões... pela maioria dos Líderes, e sobretudo pelo resultado da votação nominal da PEC 3, nós começamos a discutir duas outras questões que são igualmente importantes.

A primeira delas é que, ao final da reunião com os Líderes, ontem, foi feita uma sugestão pelo Deputado Cândido Vaccarezza, e muitos Líderes se manifestaram no momento sobre a necessidade de nós discutirmos e votarmos mudanças importantes no Código Eleitoral brasileiro. A urgência desse debate talvez até ajudasse a votarmos alguns pontos da reforma política eleitoral que necessariamente iriam para a votação do novo Código Eleitoral brasileiro, exatamente para estabelecermos regras claras, regras perenes, para que o País tivesse, a partir da iniciativa desta Casa, um novo Código Eleitoral brasileiro, da alteração do atual, e evitarmos que a cada eleição o processo seja dirigido por regras, por normas específicas do próprio Tribunal Superior Eleitoral.

Acho importante esse debate entre nós. Ontem, na reunião de Líderes, vários colocaram a urgência desse debate diante da inexistência de acordo para a votação da reforma política, porque haveria pontos importantes da reforma da Lei Eleitoral.

Houve um apelo para que o Presidente da Casa constituísse uma Comissão pequena, representativa dos partidos, para oferecermos, no máximo em 1 mês, aquelas alterações urgentes e inadiáveis, tendo em vista a necessidade de reforma do Código Eleitoral brasileiro.



O nosso pedido, portanto, é para que solicitemos ao Presidente Henrique Eduardo Alves que, na próxima semana, iniciemos esse debate e constituimos uma Comissão para analisar as mudanças que são necessárias no Código Eleitoral brasileiro.

Ao lado disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar que o Diretório Nacional do nosso partido vai se reunir na próxima sexta-feira em São Paulo e que o debate da reforma política, é claro, vai estar em pauta. Nós que fazemos a bancada do PT deixamos explicitado isso ontem na discussão que fizemos sobre a votação da PEC 3.

Há pelo menos cinco grandes questões que sustentará aquilo que o PT quer trabalhar nacionalmente para mobilizar a nossa base social, a nossa base de filiados, as instituições e a sociedade brasileira e assim colher 1 milhão e meio de assinaturas. Refiro-me àqueles temas da reforma política que consideramos essenciais para uma reforma completa do sistema político-eleitoral brasileiro.

A primeira delas é o financiamento público exclusivo, um tema importante. Nossa partido entende que ele é central no debate que precisamos fazer sobre o modelo de financiamento das campanhas. Ao lado disso, o voto em lista, que muito se tem discutido nesta Casa. As opiniões se confrontam entre aqueles que defendem o modelo atual, os que defendem o distritão e aqueles que, como nós, defendem o voto em lista preordenada. E é bom que se diga aqui que o PT cresceu no sistema atual. Nós somos hoje a maior bancada desta Casa de Deputados e Deputadas, e mesmo no tempo da infidelidade o PT nunca perdeu um Deputado Federal para outro partido. Portanto não estamos legislando em causa própria. O que nós queremos com o financiamento público e com o voto em lista é buscar o caminho que leve à completa interdição do uso do poder econômico nos processos eleitorais. Além disso, estabelecemos uma relação mais programática entre o eleitor, o partido e o programa de cada candidato. É importante dizer isso, porque, toda vez que discutimos isso aqui, muitos levantam a tese de que a fidelidade é importante e tem que ser cláusula pétrea. Nós achamos que discutir fidelidade é discutir a necessidade de fortalecimento dos partidos políticos, e os partidos políticos podem, sim, se fortalecer com essa proposta do PT.

Esse ponto não era o que estava proposto do brilhante trabalho que fez o Deputado Henrique Fontana. O Deputado Henrique Fontana fez uma mediação, para tentar agrregar aliados e votar o relatório que foi apresentado ontem ao Colegio de Líderes. Mas, diante da não aceitação por parte da maioria dos Líderes partidários, nós vamos encaminhar esse ponto como questão estratégica.

Ao lado do financiamento e ao lado da lista fechada, que é o que a Direção Nacional do PT defende, nós precisamos igualmente trabalhar para, se não chegarmos a um consenso aqui dentro... Que tal a gente não amadurecer a ideia de que o próximo Parlamento, a ser eleito em 2014, pudesse ter delegação, por parte do Congresso, para reformar especificamente o processo político-eleitoral brasileiro? Existe uma proposta do Deputado José Genoíno de que os Deputados eleitos sejam delegados para reformar o sistema eleitoral brasileiro.

Essas são questões importantes, Sr. Presidente, para debatermos a partir deste momento. Nossa partido, o PT, vai discutir em São Paulo essa campanha de massas que vamos fazer pela reforma: pelo financiamento público, pelo voto em lista, pelo aumento da participação popular nos mecanismos de controle social, pela paridade, que é importante como mecanismo de igualdade de direitos dentro dos partidos políticos brasileiros - e por avançarmos no sentido de, em outro momento, trabalhar a



ideia de uma votação mais integrada e com mais conteúdo programático da reforma político-eleitoral.

Faço isso, Sr. Presidente, também reconhecendo o trabalho que foi feito por nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, que ofereceu a esta Casa uma proposta. Se houve divergência, isso significa que deixamos de votar não porque o PT não quis, mas porque não houve entendimento, nem consenso. O PT é favorável, sim, à reforma política. Ele quer a reforma político-eleitoral. Nós vamos trabalhar isso na Direção Nacional do PT. Vamos colher as assinaturas para a apresentação de um projeto de iniciativa popular.

Caro Presidente André Vargas, fazemos esta explicitação para deixar clara a necessidade da reforma e o propósito do PT de defendê-la, porque entendemos que é necessário reformar o sistema eleitoral brasileiro.

Em nome da Liderança da bancada, falo para explicitar essas opiniões e requeiro a V.Exa. a votação do Requerimento de Urgência nº 6.166, de 2012, conforme apresentei.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 22/85

062.3.54.0

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 10/04/2013-16:26

Publ.: DCD - 11/04/2013 - 9376 RUBENS BUENO-PPS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Discordância com o parecer do Relator da proposta de reforma política. Efeitos da inflação sobre os investimentos no País. Realização da Conferência Política Nacional do PPS.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvimos aqui pronunciamentos sobre a reforma política, especialmente daqueles que querem uma reforma para eles. A reforma política que queremos está completa num documento do partido; tem começo, meio e fim. Nós mostramos a nossa discordância com o Relator.

Foi constituída, no início desta Legislatura, a Comissão Especial Reforma Política, com 40 membros, presidida pelo Deputado Almeida Lima, do Estado de Sergipe. Esses trabalharam durante 2 anos. E chegou o relatório. Mas esse relatório não foi produzido em consenso com a Comissão Especial Reforma Política.

Então, nós temos que buscar aquilo que havia desde o início: o financiamento público



de campanha, a lista fechada, para que haja um casamento dessas engrenagens. Nós não abrimos mão disso. Não há nenhum problema em acabar com a coligação das proporcionais, que nós defendemos, como também defendemos as sobras de votos não só para os partidos que atingiram o coeficiente. O que nós queremos é uma reforma política para sair da situação em que nos encontramos; para que o País possa melhorar e avançar. É esta a defesa que fazemos.

Sr. Presidente, é bom destacar também que, quando vem um projeto para abrir janela, para não levar tempo de televisão e recursos do Fundo Partidário, nós estamos recriando aqui na Casa uma injustiça. Se o PSD foi criado - e legitimamente foi criado e foi constituído - e levou tempo de televisão, levou recursos do Fundo Partidário, por que vamos proibir, na atual Legislatura, que o mesmo aconteça com outros partidos? É só nos lembrarmos da ex-Senadora Marina Silva, que hoje está lutando para criar o seu partido, o Rede Sustentabilidade, e do Paulinho da Força, o Deputado Paulo Pereira da Silva, com o Solidariedade. Enfim, aqueles que desejarem que criem partidos, mas não podemos, nesta Legislatura, em que o outro partido já teve o direito, proibir para os demais a transferência. Vamos discutir isso? Vamos, mas na próxima Legislatura.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este momento para falar da gravidade da situação que nós estamos vivendo, em que há duas alianças: a aliança que trata da inflação e a aliança que trata desta inflação com o baixo crescimento econômico.

Isso é fatal. Não há saída, porque vem o descontrole. Não há controle, porque falta competência, e desde 2010. A campanha eleitoral foi usada e abusada para poder ganhar a eleição, e nós estamos vivendo, desde 2008, a ressaca daquele processo eleitoral. Tanto é que, em 2010, o Brasil cresceu 7%, 5%; em 2011, cresceu 2,7%; em 2012, 0,9%, e agora começa a bater a inflação. Os investimentos na infraestrutura deixam de existir; os gargalos começam a aumentar.

É este o País que nós tínhamos imaginado? Evidentemente, não. Daí enfrentarmos o debate e mostrarmos que temos coisas melhores, situações melhores, projetos melhores, cabeças pensantes que possam ajudar o País.

O PPS está dando a sua contribuição. A partir de amanhã, nós vamos fazer aqui a Conferência Política Nacional do PPS.

Nessa Conferência Política Nacional do PPS, nós abordaremos os seguintes temas: amanhã, dia 11, *Desafios do Brasil: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Equidade*; no dia 12, sexta-feira, *Democratização do Mercado e Cidadania*; e, no sábado, *A Democratização do Estado e o Controle Social*.

Este é um projeto para pensar o Brasil, para que, sim, a partir daí, possamos debater o bom debate eleitoral de 2014.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o IBGE divulgou que a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,59% nos 12 meses encerrados em março e superou o teto da meta perseguida pelo Governo. Isso acontece agora pela primeira vez, desde novembro de 2011, quando a alta acumulada do IPCA havia chegado a 6,64%. Já o Índice Nacional de Preços ao



Consumidor (INPC) subiu 0,60% em março, atingindo 7,22% nos últimos 12 meses.

Isso é preocupante porque retrata a maneira inadequada como o Governo vem tratando a questão inflacionária no Brasil. Como disse o economista Claudio Adilson Gonçalvez, ou o Governo não sabe o que é inflação "ou, se sabe, não está efetivamente empenhado em debelá-la, mas apenas em obter algum alívio temporário, com o menor custo político possível e de olhos fixos nas eleições de 2014".

Acredito, sinceramente, que seja um pouco dos dois. Quando o Governo fala que as causas da elevação dos preços são exógenas, sem admitir o impacto negativo que as suas decisões de política monetária, fiscal, cambial, creditícia, trabalhista, entre outras, tem causado na composição dos índices de preços, ele comete um erro grosseiro de diagnóstico. A ampla oferta de crédito, a desvalorização do real, a elevação dos salários acima da produtividade, a manutenção das taxas básicas de juros, as desonerações tributárias seletivas e diversas mudanças nas regras de regulação dos mercados são alguns exemplos de decisões de governo que impactaram negativamente a inflação e que, ao mesmo tempo, não conseguiram alavancar o crescimento econômico. Basta comparar a nossa taxa de inflação e de crescimento do PIB com a de outros países emergentes ou da América Latina para termos uma melhor dimensão de como temos conduzido mal os assuntos econômicos.

Mas o problema da inflação brasileira não se esgota nestas nem em outras pressões transitórias. Existem pressões persistentes e que tornam os reajustes de preços quase generalizados. Na semana passada o Banco Central divulgou o Relatório Trimestral da Inflação e nele confirmou que, dos 350 grupos de produtos e serviços acompanhados pelo IBGE, 75% apontaram correção expressiva nos preços. Isso mostra o grau de contaminação da alta dos preços na economia.

Por enquanto, ficamos com a miopia do Governo, que insiste em adotar o antigo discurso contrapondo crescimento e inflação, como se fossem objetivos antagônicos. Sendo assim, ficaremos, enquanto durar essa visão torpe do Governo, com os dois, inflação alta e crescimento pífio.

Depois de 2 anos de Governo Dilma a decepção é o sentimento que está tomando conta de todos. E não poderia ser diferente, diante de uma média de elevação da inflação de 6,2% e de crescimento do PIB de 1,8% nos 2 primeiros anos desse Governo. Essas distorções no setor de preços provocam uma grande injustiça, prejudicando especialmente os mais pobres e a classe média.

Infelizmente, este Governo está-se tornando especialista na triste aliança entre inflação alta e crescimento baixo. Fazer uma autocritica e admitir o fracasso na condução da política econômica em geral e no combate à elevação da inflação, em particular, seria um passo essencial que o atual Governo daria para a construção de condições macroeconômicas mais sólidas e, portanto, mais condizentes com o potencial de desenvolvimento de nosso País.

Grato pela atenção.

Documento 23/85

064.3.54.O Sessão Deliberativa 11/04/2013-09:04
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 12/04/2013 - PAULO FEIJÓ-PR -RJ
9661
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DISCURSO COMUNICAÇÕES

Sumário

Realização da reforma política. Posicionamento contrário à proposta de adoção do financiamento público de campanhas eleitorais no Brasil.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Maurício Quintella Lessa, o meu pronunciamento se refere à reforma política, que felizmente deu uma esfriada.

Essa matéria não pode ser votada de maneira açodada. Se fosse votada do jeito que estavam querendo, eu votaria contra, principalmente em relação a essa questão do financiamento público de campanhas. Isso não daria certo na prática. Nada me convence de que o político pegaria o recurso do financiamento público - o mau político - e continuaria pegando o recurso do financiamento privado. E nós já temos alguns mecanismos de financiamento público, ou seja, o Fundo Partidário, o horário eleitoral gratuito.

Eu acho que cabe principalmente ao eleitor materializar a reforma política, valorizando o seu voto, sabendo em quem vai votar. O eleitor brasileiro tem que ser mais consciente do seu voto.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; senhoras e senhores aqui



presentes; crianças, jovens, senhoras e senhores; portadores de deficiência que me ouvem, veem e leem pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara*, pela Internet, pelas redes sociais, inclusive pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; em particular, ilustres cidadãos do meu Estado, o Rio de Janeiro, que tenho o orgulho de aqui representar, ao longo dos anos muito tem-se discutido nesta Casa de Leis sobre a necessidade do País de adotar reformas que alterem o conjunto de regras e marcos legais sobre áreas pontuais, como a política e a tributária.

No que tange à reforma política, o Colégio de Líderes, nesta terça-feira, decidiu por não conceder o caráter de urgência para os projetos relatados pelo Deputado Henrique Fontana (PT-RS), que consiste em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e em um projeto de lei.

Não quero discutir detalhes da matéria, até porque não tenho conhecimento suficiente de seu teor, já que ela não tramitou de forma correta pela Casa. As propostas do nobre colega Fontana, na realidade, não estavam habilitadas para serem levadas ao plenário porque não obtiveram o aval de uma Comissão Especial. Na realidade, o que o Colégio de Líderes entendeu, corretamente, é que o projeto deveria seguir o trâmite normal no Legislativo, aguardando o parecer da Comissão Especial para então ser levado ao plenário da Câmara dos Deputados.

De qualquer forma, ao longo de meus quatro mandatos como Deputado Federal, eu muito tenho ouvido sobre reforma política, e essa proposta, pelo que sabemos, apresenta na realidade um eixo com poucas alterações essenciais, que dizem respeito ao fim das coligações, à possibilidade de votação no candidato ou no partido, ao financiamento público de campanhas, entre outros pontos.

Quero me manifestar contrário ao entendimento de que o financiamento público das campanhas seja para o Brasil, no modelo que está sendo especulado, um avanço. Penso que penaliza principalmente o cidadão comum, o contribuinte brasileiro. Sim, porque na realidade o Brasil já adota uma estrutura indireta de financiamento público de partidos e campanhas, em que vários benefícios são oferecidos com recursos públicos. É o que o ocorre hoje com a concessão de horário eleitoral gratuito para candidatos e partidos, em todos os pleitos, sejam eles majoritários, sejam eles proporcionais, em cadeia de rádio e televisão, para todos Estados e Municípios brasileiros.

Neste caso, é preciso registrar que houve uma ampliação do benefício, na medida em que o horário eleitoral contemplava apenas blocos de programas e hoje também são oferecidas inserções, como comerciais, ao longo da programação, seja ela de rádio, seja ela de televisão.

Se não bastasse essa modalidade de financiamento indireto, há ainda a concessão de horários para cada uma das legendas brasileiras fazerem inserções, que são distribuídas ao longo do ano, por rodízio, também em cadeia de rádio e televisão.

Esses horários na realidade são gratuitos para os partidos e candidatos, mas o seu custo, que é compensado para as emissoras, é pago pelo Governo e, portanto, pelo cidadão brasileiro.

Como se não bastasse isso, há ainda também o repasse de recursos pelo Governo Federal ao Fundo Partidário e deste a cada uma das legendas brasileiras, estabelecendo-se dessa forma uma fonte de financiamento público que sequer é conhecida por muitos cidadãos deste País.

Acho que o Brasil precisa avançar é no processo de consciência de seu povo e não vejo que, neste momento, o estabelecimento do financiamento público, dentro da reforma política, seja uma forma de contribuir para esta questão.

Acho que a política brasileira precisa de bons exemplos a partir de seus homens públicos e de seus quadros. E esta é a melhor ou a maior reforma que pode ser feita, e depende de cada um de nós e muito pouco da interferência direta ou da condução de governos.

Muito obrigado!

Documento 24/85

064.3.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2013-
CD 10:28
Publ.: DCD - 12/04/2013 - ROSANE FERREIRA-PV -PR
9721
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PELA ORDEM
DEPUTADOS
DISCURSO

Sumário

Realização da reforma política. Defesa de unificação do calendário eleitoral brasileiro; do financiamento público de campanhas eleitorais e da proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Dificuldades enfrentadas no processo de alocação de recursos de emendas orçamentárias para os Municípios brasileiros.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. Falarei muito rapidamente.

Assisti durante a semana, nesta Casa, a debates acalorados com relação à proposta de se iniciar uma reforma política e foi com profundo desapontamento que ouvi muitos discursos contra a concomitância de eleições, matéria que sempre defendi, desde o dia em que chequei a esta Casa.

Hoje eu não tenho a menor dúvida, Deputado Júlio Campos, que me dá a responsabilidade e o prazer de ser ouvida por V.Exa. - eu não tenho nenhuma dúvida! -, de que estabelecer eleições gerais, eleger juntos de Prefeito a Presidente da República, de Vereadores a Senadores, vai ser o grande passo que daremos para ajustar este País rumo ao desenvolvimento.

No ano passado esta Casa parou, embora houvesse eleições municipais. Mais de 80 Deputadas e Deputados eram candidatos. Havia ainda os outros - quase 500 - envolvidos, de uma forma ou de outra, com as eleições. Eu mesma estive, no meu Estado, ajudando a eleger Vereadores e Prefeitos do Partido Verde. E as matérias



aqui estacionaram. No ano que vem vai acontecer a mesma coisa, mas por conta dos nossos pleitos.

Neste momento, nós temos Prefeitos novos que chegaram, que estão ajustando as contas, que estão tomando pé da situação. Nós queremos ajudá-los, nós queremos levar as emendas, mas eles ainda nem tomaram pé dos seus Municípios, e nós ficamos impedidos. Sem contar as muitas emendas parlamentares que nós perdemos - perdemos! - porque Prefeitos não reeleitos deixaram as contas desacertadas para seus sucessores.

Quantas emendas V.Exas. perderam? Quantas emendas não foram publicadas nas últimas semanas, nesta Casa, porque o Prefeito não tinha mais interesse em ajudar o seu Município por não ter sido reeleito ou por não ter reelegido seu sucessor?

Nós precisamos ajustar. Nós precisamos caminhar todos juntos. Não precisa ser no mesmo dia, isso vai ser confuso. Podemos ajustar; pode haver uma diferença de 45 dias: fazemos primeiro as eleições para Deputados, Senadores, Presidente da República e, 45 dias depois, elegemos os representantes dos Municípios.

Mas o importante é que possamos ajustar orçamentos e que possamos administrar este País como um todo.

O teor do meu pronunciamento é nesse sentido. São três páginas que vou dar como lidas, Sr. Presidente, e que mostram *pari passu* as dificuldades que nossos gabinetes passam para fazer com que os recursos cheguem lá onde os senhores moram, cheguem lá nas cidades; as dificuldades que temos para levar um pouco de dignidade para as nossas cidades.

Eu não tenho dúvida de que, se pudermos trabalhar todos juntos, será muito mais fácil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez a tentativa de iniciar uma reforma política entra na agenda de discussões da Câmara Federal e, lamentavelmente, não encontra terreno para prosperar.

Entre todas as propostas elencadas pela Comissão Especial constituída para debater a reforma política, da qual participei ativamente nos seminários, debates e discussões, destaco a que trata da concomitância das eleições, a meu ver, fundamental para aprimorar a democracia brasileira.

A experiência que vivenciei nesta virada de ano, com a execução das emendas orçamentárias coincidindo com a eleição e posse de novos Prefeitos, serviu para reforçar ainda mais a minha convicção acerca da necessidade da concomitância das eleições, que sempre defendi nesta Casa.

A mudança dos Prefeitos, em 1º de janeiro, infelizmente, causou prejuízos a milhares de brasileiros, que poderiam ter-se beneficiado das benfeitorias proporcionadas por



emendas orçamentárias ou demandas voluntárias. Esses recursos não chegarão aos Municípios porque os Prefeitos que encerraram seus mandatos não cumpriram todas as exigências do processo. E os novos que assumiram, na maioria dos casos, ainda não dominam os meandros da máquina administrativa o suficiente para assegurar a aplicação dos recursos.

Bem sabemos que a emenda orçamentária é um instrumento valioso de que nós, Parlamentares, dispomos para melhorar a vida das pessoas. Com a apresentação dessas emendas ao Orçamento da União é desencadeado um processo que demanda tempo, mão de obra e recursos materiais e financeiros até o dinheiro chegar ao Município.

Sancionada a Lei Orçamentária, no ano seguinte à apresentação das nossas emendas, os Parlamentares comunicam aos Ministros quais cidades, Estado ou entidades filantrópicas - por exemplo, uma Santa Casa - serão beneficiados com os recursos financeiros, que vão se transformar em hospitais, ginásios esportivos, pavimentação de ruas, saneamento e outras ações.

Na sequência, solicitamos aos gestores que apresentem os projetos, que, hoje, com a informatização, são cadastrados na Internet, via Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV, ou nos portais do MEC e do Ministério da Saúde. Diariamente, depois de cadastradas e enviadas as propostas, nossa assessoria realiza um levantamento para verificar se há pedido do Ministério de correções, adequações ou juntada de documentação. Quando há necessidade de ajustes, os encarregados dos projetos nas Prefeituras são comunicados.

Esse procedimento é repetido inúmeras vezes, até que sejam aprovados, dentro dos Ministérios, os projetos. Concomitantemente, ocorre a nossa peregrinação aos Ministérios, à Secretaria de Relações Institucionais e à Casa Civil da Presidência da República para assegurar junto ao Governo Federal que nossas indicações sejam executadas.

Repete-se uma tradição no País, que não é boa, de acúmulo de trabalho no mês de dezembro, no limite do prazo para determinados procedimentos. Envolve-se os Ministérios, a Caixa Econômica Federal, a Imprensa Oficial, as Prefeituras, os Governos Estaduais, as instituições filantrópicas e os gabinetes parlamentares. Os Ministérios têm que dar conta da tarefa, em nível nacional, com data estabelecida em normas, para a conclusão de parte do trâmite. Excepcionalmente, o trabalho avança janeiro, a exemplo deste ano de 2013, cujos convênios ou contratos puderam ser publicados até o dia 18.

Esse é um processo que se fragiliza em um País tão grande, com milhares de Municípios e, consequentemente, uma infinidade de demandas. Diante dessa realidade, nossas indicações estão sujeitas a prejuízos, mesmo quando o processo está correto. Em algumas situações, não há tempo para o registro de empenho. Em outras, há falhas no processo do convênio e publicação.

Neste mês de março, houve a publicação de um convênio devido a uma falha nos órgãos envolvidos. O Ministério alegou não ter formalizado o convênio devido à inadimplência da Prefeitura. Porém, a Prefeitura estava em dia com todas as contas, bem como com o recolhimento de impostos e com publicações, o que levou ao procedimento intempestivo.

Quando há troca de Prefeitos, o prejuízo é ainda maior, pois toda uma engrenagem é



rompida. Quebra-se um vínculo de pessoas - da equipe do Prefeito, da equipe dos Parlamentares e dos técnicos nos Ministérios - envolvidas no processo.

Registro várias situações ocorridas em Municípios onde houve renovação de gestores: houve Prefeitos que não quiseram deixar para os sucessores os recursos, não assinando os contratos e convênios. Outros, simplesmente, via ofício, devolveram ao Parlamentar a emenda. Como essas ocorrências aconteceram nos últimos dias de dezembro, não houve mais tempo para o redirecionamento dos recursos, pois isso implicaria a apresentação, análise e aprovação de proposta, bem como empenho e demais procedimentos.

Houve casos em que, para a execução da emenda, havia a necessidade de pequenos ajustes nos projetos, que não puderam ser realizados porque não havia mais funcionários habilitados na Prefeitura. Em muitas situações, uma pequena correção no projeto ou uma providência teria assegurado uma benfeitoria para o Município. Ministérios, Caixa Econômica Federal e gabinetes parlamentares fazem contato com a Prefeitura para cobrar a providência. Quando há alguém para atender ao telefone, não há ninguém para fazer os reparos.

Outro impedimento para a execução de nossas emendas é a situação de inadimplência das Prefeituras ao final de algumas gestões. Impostos deixam de ser recolhidos; relatórios, de ser publicados. Novamente, perda do dinheiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma situação que merece observação é a ausência de uma equipe de transição nos Municípios - salvo exceções, claro. Vários Prefeitos têm chegado ao mandato sem conhecimento da situação do Município. Não sabem de suas contas. Desconhecem os recursos assegurados, necessitando de providências a serem tomadas de imediato.

Além do mais, no atual sistema, com eleições ocorrendo de 2 em 2 anos, durante os 90 dias que antecedem a eleição a legislação impede que os gestores recebam recursos financeiros, exceto quando as obras já tiverem sido iniciadas. Ou seja, por 90 dias, a cada 2 anos, há o impedimento de repasse financeiro, o que representa um atraso enorme para a conclusão das obras, muitas vezes essenciais para nossas cidades, nossos Estados e para o País.

Esses danos ao nosso desenvolvimento não mais existirão caso tenhamos eleições acontecendo ao mesmo tempo. Os Parlamentares, em Brasília e nos Estados, assumiriam junto com os Prefeitos e também com o Presidente da República, com Governadores e com Vereadores, naturalmente. Deputados e Prefeitos trabalhariam em conjunto, desde o início de seus mandatos, levantando as necessidades da localidade. Buscariam recursos via emenda orçamentária ou demanda voluntária, cujo processo é o mesmo. Haveria tempo, no primeiro ano do mandato dos Prefeitos, para um reconhecimento do trabalho, que envolve, entre outras frentes, o treinamento de pessoal para apresentação de projetos e a intimidade com os diversos portais do Governo Federal na Internet, bem como o conhecimento das ações disponíveis em cada Ministério e o controle de contas.

A concomitância de mandatos propiciaria ainda um entrosamento das equipes dos Prefeitos e Deputados, com a tendência de se fortalecer ano a ano, gerando, portanto, fluidez nos diversos processos.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é que precisamos aprovar uma reforma política de verdade, iniciando com eleições gerais

para todos os cargos, financiamento público de campanha e fim das coligações para as eleições proporcionais, entre outras medidas.

Somente desta forma daremos à sociedade a resposta que ela tanto nos cobra: um Parlamento comprometido com os interesses da população, com transparência e ética na prática política.

Peço que o presente pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 25/85

084.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 24/04/2013-17:20
Publ.: DCD - 25/04/2013 - 12396 HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de retomada da votação da proposta de reforma política. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Simão Sessim, Presidente em exercício, nobres colegas Parlamentares, tenho conversado muito, aqui no nosso plenário, com diferentes colegas sobre a decisão que a maioria dos Líderes tomou, há 2 semanas, de arquivar temporariamente a possibilidade de votarmos a reforma política neste plenário.

Eu dizia, nas reuniões que fazia com todas as bancadas, que, na minha opinião, este Plenário tem, mais do que o dever, o direito de votar essa matéria. Nós não sabemos quais posições terão maioria ou minoria ao votarmos uma mudança no sistema político do nosso País. Mas eu tenho a convicção muito grande de que a democracia brasileira, Deputado Daniel Almeida, não pode continuar na escalada em que vem vindo.

Nós estamos vivendo uma democracia - conversava, há pouco, com o Deputado Ilário Marques, meu colega de bancada do Ceará -, e a democracia brasileira é cada vez mais a democracia do dinheiro e cada vez menos a democracia das ideias, dos projetos, da história de vida dos candidatos.

Chegamos a um ponto em que 200 grandes financiadores determinam o financiamento de 90% da democracia no nosso País. Esse financiamento não é evidentemente republicano; é um financiamento que vem com escolhas, é um financiamento, Deputado Simão Sessim, que vem carregado de cobranças, que retira boa parte da independência deste Parlamento e bloqueia o surgimento de centenas de milhares de vocações políticas que poderiam ser de líderes a exercerem



excelentes mandatos de vereadores, prefeitos, deputados e até governadores.

Tenho serenidade do trabalho que continuo a fazer, porque vou debater muitas vezes nesta Casa, muitas vezes com a sociedade, a proposta de reforma política para o nosso País. Tenho convicção de que o financiamento público é o melhor caminho para a democracia brasileira.

E quero pedir aos colegas: vamos reabrir o debate em cada uma das bancadas, vamos retomar - vou concluir, Sr. Presidente, e peço a V.Exa. tolerância - o espaço para votar a reforma política.

Quero até fazer um desafio aos Líderes, porque sinto que uma parte deles tem até o temor de permitir que as suas bancadas se expressem aqui dentro do plenário: se nós não queremos que a reforma valha para 2014, vamos votar a reforma para valer para 2016.

Agora, o interessante é o seguinte: será que a posição da maioria dos Líderes significa o aplauso ao sistema político atual? Será que esse sistema político é o melhor para fortalecer a democracia no nosso País? Eu tenho comigo a convicção de que não é. Por isso, continuarei a trabalhar neste Parlamento e na sociedade, para mudar o sistema político do nosso País.

Documento 26/85

084.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 24/04/2013-17:24

Publ.: DCD - 25/04/2013 - 12397 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Reconhecimento do empenho do Deputado Henrique Fontana na realização da reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Transcurso do 61º aniversário de criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB. Bandeiras de luta da entidade classista. Imediata aprovação, pelo Congresso Nacional, da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre garantia do direito de greve aos servidores públicos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, associo-me ao pronunciamento do Deputado Henrique Fontana, concordando com S.Exa. em relação ao elemento central da reforma política, que é o financiamento e a defesa do financiamento público. Também reconheço o papel que o Deputado Henrique Fontana tem desempenhado e o esforço que tem realizado



para fazer avançar o tema reforma política nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, aproveito este espaço para homenagear o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB, que hoje comemora 61 anos de fundação. É a entidade sindical que tem o maior número de filiados na Bahia. São mais de 70 mil filiados. Ela tem representado, de forma muito firme e dedicada, os interesses da educação e dos professores e trabalhadores na educação no nosso Estado.

A APLB hoje se associa a uma movimentação nacional em defesa da educação, com bandeiras que queríamos também ressaltar, associando-nos a elas: a bandeira de 10% do PIB para a educação, debate contido na discussão do Plano Nacional de Educação que está em curso; bandeira da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; a bandeira de 100% dos *royalties* do petróleo para investimento na educação; a bandeira dos planos de carreira, que são essenciais para fortalecer os profissionais da educação no nosso País; a bandeira do piso nacional para a educação, que precisa se consolidar, precisa evoluir, avançar; e a bandeira da aprovação da Convenção 151.

Os servidores públicos precisam ter normatizado e assegurado o direito de negociação. Boa parte dos conflitos que verificamos nas demandas do movimento sindical e dos sindicatos, nas relações com os patrões ou, no caso, com os governos, em se tratando de servidores públicos, decorre da falta de uma norma clara, o que a Convenção 151 estabelece. O Brasil precisa dar passos rápidos para a aprovação da Convenção 151.

Parabéns à APLB pelos 61 anos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os professores baianos estão em festa. O sindicato que representa a categoria completa hoje 61 anos de luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Desde sua origem, em 24 de abril de 1952, quando 11 professores licenciados assinaram a ata da histórica sessão, a entidade só fez lutar pela categoria. Hoje, com mais de 70 mil educadores associados, espalhados por todas as 417 cidades baianas, é um exemplo de comprometimento e defesa do ensino e da educação da Bahia.

Dentre as bandeiras de luta da entidade, destaca-se, a partir de ontem, 23 de abril, a adesão à Greve Nacional da Educação, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. A mobilização abre a programação da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que acontece até o dia 25 de abril.

A greve é nacional e defende 100% dos *royalties* do petróleo para a educação; piso salarial profissional nacional; plano de carreira; redução da jornada; 10% do PIB para a educação; aplicação da Convenção 151 da OIT; profissionalização dos funcionários da educação.

Portanto, quero parabenizar a APLB-Sindicato pelos 61 anos de luta e, ao mesmo tempo, saudar todos os professores da Bahia pelo compromisso com a melhoria e a qualidade da educação no Estado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 27/85

087.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 25/04/2013-
Publ.: DCD - 26/04/2013 - CD 15:42
12708 AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Marginalização histórica dos indígenas brasileiros. Realização da 5ª Festa Regional do Licuri do Povoado do Uruçu, no Município de Mairi, Estado da Bahia. Transcurso do 30º aniversário de rejeição, pelo Congresso Nacional, da proposta de emenda à Constituição sobre a realização de eleições diretas para a Presidência da República, a chamada Emenda Dante de Oliveira. Artigo Financiamento privado: a melhor democracia que se pode comprar, de Emir Sader, veiculado pelo blog do Emir. Defesa de financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero dizer que este País tem riqueza suficiente para todos os brasileiros. Se há brasileiro injustiçado neste País é exatamente a população originária, são os índios, que foram marginalizados. Essa disputa não pode ser feita invertendo a lógica. Os índios é que foram jogados à margem da sociedade e das suas propriedades. Nós não podemos atribuir as mazelas da má distribuição das riquezas, inclusive da terra, no Brasil, aos índios. Ao contrário, os índios são vítimas desse processo histórico, e não algozes, como alguns Parlamentares podem querer apresentá-los.

Sr. Presidente, eu estive em Mairi esta semana e lá me convidaram - infelizmente, eu não poderei ir - para estar presente, no dia 5 de maio de 2013, no Povoado de Uruçu, em Mairi, onde será realizada a 5ª Festa Regional do Licuri.

Essa festa, segundo o *folder*, tem o objetivo de incentivar a preservação dos licurizeiros e do bioma Caatinga, o resgate da cultura regional e a geração de renda familiar.

Eu quero então deixar registrado esse evento e parabenizar a iniciativa. Nós temos que valorizar nossas culturas, nós temos que entender que o licuri faz parte da



cultura do catingueiro e hoje é uma importante fonte de renda.

Sr. Presidente, eu também quero marcar que hoje faz 30 anos a Emenda Dante de Oliveira. Eu, na minha juventude, como presidente do diretório acadêmico de Medicina da UFBA, nós, do movimento estudantil, vivemos um momento marcante pela democratização, combatemos a ditadura, e eu faço parte dessa geração que combateu a ditadura e brigou e lutou pela democracia. E a Emenda Dante de Oliveira abriu uma mobilização muito grande. Nós participamos da campanha pelas Diretas Já, e foi um dos momentos mais marcantes e mais emocionantes da minha vida política a apresentação dessa emenda.

E eu quero, então, deixar registrado que hoje faz 30 anos a Emenda Dante de Oliveira.

Quero falar também de um artigo do blogueiro Emir Sader, que fala sobre o financiamento privado de campanha.

Diz o artigo:

"Como é uma democracia em que os candidatos concorrem de forma absolutamente desigual? Em que uns conseguem ocupar incontáveis espaços de propaganda, enquanto outros não conseguem sequer informar que são candidatos?"

O Congresso deveria ser o espelho da sociedade. Enquanto os Governos refletem as maiorias, os Parlamentares deveriam representar todos os setores da sociedade, na sua devida medida.

Não é o que acontece, e isso corrompe a democracia. Os lobbies povoam o Congresso, na medida dos recursos milionários com que fizeram suas campanhas. Basta mencionar que o agronegócio tem uma imensa bancada".

E nós vimos aqui a imensa bancada do agronegócio nos derrotar na votação do Código Florestal. Quase todos os projetos que dizem respeito ao agronegócio conseguem passar aqui.

Um projeto de minha autoria, que determinava o rastreamento de vasilhames de agrotóxicos, foi eliminado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Não há uma possibilidade nesta Casa de passar nenhum projeto razoável de contenção do uso de agrotóxicos, em face dessa desproporção.

O financiamento privado de campanha não favorece a democracia. Ele desiguala e, se desiguala, traz para cá apenas um segmento da sociedade, aquele que tem o maior financiamento.

Então, nós queremos aqui dizer que hoje, 30 anos após a Emenda Dante de Oliveira, nós só teremos uma verdadeira democracia quando houver igualdade na disputa por um cargo eletivo, e essa igualdade só se dará, dentre outras coisas, com o financiamento público.

Sr. Presidente, peço divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para divulgar e convidar todos os moradores de Mairí e de toda a região para a Festa Regional do Licuri.

A festa será realizada no dia 29 de abril, em Uruçu, povoado de Mairi - a 5ª Festa Regional do Licuri -, com a organização da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina - COOPES e com o apoio da Prefeitura de Mairi.

A importância do Licuri para a nossa região foi fundamental para a realização da festa, que acontece anualmente, e é realizada em pleno licurizal. Foram realizadas 4 edições, nos Municípios de Quixabeira (2008), Serrolândia (2009), Várzea da Roça (2010) e Capim Grosso(2011).

Confira a Programação da Festa: 9 horas - Celebração da Missa na Comunidade Uruçu, Fazenda Caldeirão - José Santos; 10h30min - Caminhada até o local da festa - COOPS, EBDA e Locutores da Rádio; 11 horas - Momento Cultural - Sambadores da Região; 12 horas - Almoço com Sabor do Licuri; 13h30min - Concurso da Quebra do Licuri; 13h40min - Momento Cultural - Debulha Licuri; 14 horas - Desfile da Rainha do Licuri; 15 horas - Dança do Licuri - Rosana; 15h30min - Resultado dos jurados, entrega de prêmios e encerramento; 16 horas - Momento Cultural com os sambadores Pedrito e Joabe, Samba de Roda, etc.

O Licuri é o fruto de uma palmeira nativa do Nordeste do Brasil. Pode ser encontrado em alguns Estados, principalmente na Bahia, região de Caatinga - Municípios de Capim Grosso, Serrolândia, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça, Jacobina, Várzea do Poço, Senhor do Bonfim, Campo Formoso e Calderão Grande.

Os cachos da palmeira apresentam frutos, cujas amêndoas são utilizadas na alimentação humana, por ser muito rico em ferro, cálcio, cobre, magnésio, zinco, manganês, sais minerais e betacaroteno, tornando-se uma importante fonte de renda para diversas comunidades.

Com o licuri torrado são produzidos diversos derivados como: granola: petiscos doces e salgados, tira-gosto, sorvetes, umbuzada com licuri, óleo, hidratante de cabelo, licor, etc.

Através da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina - COOPES, os produtos (doces, azeite, sorvetes, biscoitos, granola, paçoca, artesanatos, bijuterias) são comercializados na Sede em Capim Grosso, nas Feiras da Economia Solidária e de Produtos Orgânicos, Exposições e Eventos Nacionais e Internacionais, destacando-se o Encontro Mundial das Comunidades do Alimento (Terra Madre) realizado em 2004, 2006 e 2008, na cidade de Turim, na Itália.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar aqui o artigo *Financiamento privado: a melhor democracia que se pode comprar*, que retirei do blog do Emir Sader, que trata do financiamento de campanha política.



Diz o artigo:

"Como é uma democracia em que os candidatos concorrem de forma absolutamente desigual? Em que uns conseguem ocupar incontáveis espaços de propaganda, enquanto outros não conseguem sequer informar que são candidatos?

O Congresso deveria ser o espelho da sociedade. Enquanto os governos refletem as maiorias, os Parlamentos deveriam representar todos os setores a sociedade, na sua devida medida.

Não é o que acontece e isso corrompe a democracia. Os lobbies povoam o Congresso, na medida dos recursos milionários com que fizeram suas campanhas. Basta mencionar que o agronegócio tem uma imensa bancada, enquanto há apenas 2 representantes dos trabalhadores rurais no Congresso. Olhemos para a estrutura rural para ver quantos são os trabalhadores e quantos os proprietários rurais, para nos darmos conta do falseamento da representação parlamentar.

Entre a sociedade realmente existente e sua representação no Congresso se interpõe o poder do dinheiro, com toda a desigualdade econômica da nossa sociedade, que se reflete na imensa diferença entre a capacidade dos ricos e dos pobres de se representar ali.

Se a isso somamos o monopólio privado da mídia - ele também reflexo da desigualdade econômica -, completamos um quadro de concorrência absolutamente desleal e desigual nas eleições que escolhem os que deveriam ser os representantes fieis da sociedade.

O Congresso representa, assim, uma minoria, porque uma parte importante dos seus Parlamentares se elege e reelege baseada no poder do dinheiro, na riqueza das campanhas, na propriedade e na presença nos meios privados de comunicação.

O princípio mais geral da democracia é 'uma pessoa, um voto'. Mas esse princípio é desvirtuado pelo poder, totalmente desproporcional, de influência que o dinheiro permite a uns sobre os outros. Basta constatar que a renda média dos Parlamentares é incomensuravelmente maior do que a da média dos brasileiros.

Um Congresso que não representa os brasileiros, povoado de lobbies, facilita o trabalho dos que estão sempre empenhados em desmoralizar a política, os partidos, os governos, o Estado, em favor da centralidade do mercado. Assim, o financiamento privado sabota a democracia, a enfraquece, contribui para sua desmoralização.

Os que estão a favor da continuidade do financiamento privado privilegiam o poder do dinheiro, o domínio da riqueza sobre a democracia, sobre a concorrência livre entre cidadãos. Democratizar é desmercantilizar, é debilitar o poder do dinheiro sobre o sistema político.

O financiamento público de campanha não basta para garantir o bloqueio do poder do dinheiro, mas ele é condição para que se regulamente essa forma de sabotar a democracia. O financiamento privado é uma forma segura de impor o poder do dinheiro sobre as campanhas e sobre as representações parlamentares."

Muito obrigado.



Documento 28/85

179.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 24/06/2013-14:12
Debates - CD

Publ.: DCD - 25/06/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
25872

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Razões das recentes manifestações de estudantes e trabalhadores realizadas no País. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da TV Câmara, em discurso proferido na última quarta-feira, nesta tribuna, reportei-me aos acontecimentos registrados em numerosas cidades do nosso País, em inusitada mobilização popular que chegou a alcançar cem urbes, em algo que lembrou o movimento Diretas Já, quando, somente em São Paulo, foram concentradas cerca de 1 milhão de pessoas no Vale do Anhangabaú, com a presença, dentre outros, de Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Tancredo Neves, José Sarney, Teotônio Vilela e tantos outros que, naquela época, clamavam pela normalização democrática e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, através da qual se alcançaria o retorno ao Estado de Direito.

Já agora, em mais de uma centena de comunas registrou-se fato assemelhado, numa explosão de inconformismo pelas iniquidades registradas no campo socioeconômico, a começar pelo aumento de tarifas nos transportes urbanos, a que se acresceram outros temas de maior amplitude e significação para o povo brasileiro.

Dentre as temáticas presentes nas passeatas e cartazes exibidos pelos manifestantes figurava a reforma política, com alusão ao indesculpável descaso até agora verificado, sem definir rumos conclusivos para a decisão aguardada ansiosamente por parte dos segmentos sociais, pressurosos por uma imediata reimplementação, na atual sistemática eleitoral, de princípios éticos inafastáveis.

Recorde-se que a Lei da Ficha Limpa eclodiu de arregimentação de grupos sociais, dando lugar a que o Parlamento, em tempo hábil, implantasse aquela salutar diretriz aplicada corretamente pela justiça especializada, numa construção ao aprimoramento das instituições partidárias.

Talvez possa ser entendida como imodesta a minha revelação, mas acredito que haja sido este Parlamentar, de tantos mandatos nas duas Casas, aquele que mais persistentemente haja frequentado esta tribuna e a Comissão Especial para clamar por alterações, fundamentalmente o financiamento público de campanha, como forma de evitar a influência do poder econômico, descaracterizador da legitimidade da

outorga de que somos mandatários.

A hora não admite mais delongas. Ouçamos a voz das ruas para esse e outros assuntos de maior importância, como a chamada PEC 37, inadmitida, consensualmente, em ostensivas mensagens de uma massa consciente de nossas indelegáveis responsabilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 29/85

179.3.54.0 Sessão Não Deliberativa de 24/06/2013-17:51
Debates - CD
Publ.: DCD - 25/06/2013 ERIKA KOKAY-PT -DF
- 25918
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÃO
DEPUTADOS PARLAMENTARES PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de projeto de decreto legislativo sobre a sustação da aplicação de dispositivos da Resolução nº 1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, a respeito do estabelecimento de normas para a atuação de psicólogos com relação à orientação sexual. Natureza homofóbica da proposição. Realização da reforma política, com ênfase no financiamento público de campanhas eleitorais. Defesa de extinção do voto secreto nas deliberações da Casa. Importância da apreciação, pelo Parlamento brasileiro, de propostas de combate à corrupção. Aperfeiçoamento da democracia representativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o art. 3º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, de 22 de março de 1999, diz:

"Art. 3º - Os psicólogos não exerçerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades."

No seu art. 4º, diz a Resolução:

"Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos



sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica."

Essa Resolução, nos seus arts. 3º e. 4º, é absolutamente nítida. Aqui se diz que nenhum profissional de Psicologia poderá utilizar o diploma como instrumento de sofrimento à população LGBT.

Essa Resolução se coaduna com os preceitos científicos que apontam que não há doença na homoafetividade, é apenas uma forma de expressão do afeto de parte da humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, o art. 3º e o art. 4º foram suprimidos por um projeto de decreto legislativo aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Ora, aqueles que dizem, como o Presidente daquela Comissão, que não há qualquer tipo de "cura gay" na Resolução da Comissão de Direitos Humanos e Minorias considerem-se contraditados pelos próprios fatos, porque são esses dois artigos que acabei de ler que falam - e eu repito - que *"os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades."*

Ora, suprimidos esses dois dispositivos pelo projeto de decreto legislativo aprovado por aquela Comissão, a cura da homoafetividade pode se desenvolver e pode ser instrumento de atuação dos profissionais de Psicologia.

Portanto, não há como negar a concepção absolutamente homofóbica do projeto de decreto legislativo que passou na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Penso hoje que os direitos humanos têm que ser protegidos das ações dessa Comissão nesse processo de fogo inquisitório da pós-modernidade que lá se instalou.

Mas está também na Ordem do Dia daquela Comissão um projeto que propõe a criminalização da heterofobia: em uma sociedade pautada pela heteronormatividade, fala-se em discriminação heterofóbica, em um verdadeiro acinte à luta e à dor das pessoas que buscam ser como são e por isso carregam muita coragem e potencial transformador, como o movimento LGBT neste País.

Sr. Presidente, dizer que o projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias apenas assegura tratamento às pessoas homoafetivas é tentar encobrir de forma tênu e com absoluto insucesso o seu caráter estritamente homofóbico, na tentativa de patologização da homoafetividade.

Não há dúvida. Por isso a população foi às ruas. Em São Paulo, milhares de pessoas foram às ruas para dizer que é preciso preservar o direito de ser, para dizer que nenhum ser humano pode ser enclausurado, que nenhum beijo pode ser contido, que nenhum afeto pode deixar de ser exercido, sob pena de construirmos uma sociedade que naturaliza as diversas formas de violência. A população foi às ruas contra essa decisão da Comissão de Direitos Humanos desta Casa porque entende que ela afronta a própria Ciência, que afronta o Direito, que afronta a própria condição humana.

Nesse sentido, Sr. Presidente, penso que, para além de todas as medidas que aqui já foram pontuadas, tanto pelo Líder do PT como por outros Parlamentares que me antecederam, na perspectiva de trabalharmos para elaborar as políticas públicas para que possam, definitivamente, apagar do nosso cotidiano o passado de casas-grandes e senzalas, é preciso que esta Casa entenda que há, nas manifestações de rua, uma



manifestação de ausência de representação desta Casa em relação aos anseios do povo brasileiro.

Por isso, é muito importante pautarmos a reforma política para termos nesta Casa uma representação real e efetiva da sociedade, para que possamos abraçar o grito que vem das ruas, que recoloca na pauta a reforma política, que foi abandonada e esquecida por esta Casa neste ano, depois de instaurada a Comissão para discutir a reforma política e de um relatório elaborado com absoluto cuidado pelo Deputado Henrique Fontana - esta Casa abriu mão da reforma política, mãe de todas as outras reformas -, para que tenhamos um Congresso no qual as mulheres sejam representadas na proporção em que existem na sociedade, para que negros e índios possam ser aqui representados, para que aqui não tenhamos um amontado de interesses econômicos que constroem candidaturas a partir da avaliação das planilhas de custo das empresas, que se sentem donas de tantos mandatos.

Disse hoje o Deputado Henrique Fontana - e eu concordo com ele -, no lançamento de projeto de iniciativa popular, na Ordem dos Advogados do Brasil, que estabelece financiamento público, representação, ou seja, assegura alternância de gênero nas eleições para os Poderes, particularmente para o Poder Legislativo, que não dá mais para admitir que tenhamos aqui o Parlamentar que representa a FEBRABAN ou o Parlamentar que representa as empreiteiras e neste Parlamento haja o somatório de interesses econômicos que, muitas vezes, estão de costas para o povo brasileiro.

Urge, portanto, que escutemos o que vem das ruas e pautemos a reforma política. Mas esta Casa tem também que acabar com o voto secreto para mostrar à sociedade quais são as posições, em todos os aspectos, de quem deveria estar aqui representando o povo e que deveria, portanto, prestar contas dos seus atos ao povo que o elegeu para exercer o seu mandato neste Parlamento.

Portanto, Sr. Presidente, para além da reforma política, para além do fim do voto secreto e para além das pautas necessárias para qualificarmos a saúde, a mobilidade urbana e a educação, é importante analisarmos os 99 projetos de enfrentamento à corrupção que dormitam nesta Casa. Nós não fechamos ainda o ciclo do colonialismo. Os que se sentiam donos da terra sentem-se donos da coisa pública.

São 99 projetos de enfrentamento à corrupção que precisam ser analisados. É importante submeter ao plenário os projetos que estiverem prontos para ser apreciados pelo conjunto da Casa, constituir uma Comissão Especial para analisar esses 99 projetos e dar uma resposta concreta à sociedade.

A Presidenta Dilma Rousseff, ao fazer um pronunciamento em cadeia nacional, fez o que tem que fazer um grande estadista, na sua compreensão e na sua responsabilidade de dirigir este País com imaginário tão cindido e com tantos pedaços da ditadura, da escravidão e do colonialismo na nossa contemporaneidade. Ela chamou à responsabilidade os diversos representantes do poder público para responder ao povo. Vivemos, de fato, em uma República e em uma democracia porque a democracia é o único regime que para existir precisa de conscientização e participação políticas.

Se o Estado não representa os anseios do povo na sua expressão legislativa e se nós não temos as representações que possam fazer valer a voz do povo brasileiro, é importante que essa democracia direta possa estimular o aprimoramento da democracia representativa, que é absolutamente fundamental para a construção de

uma democracia.

Sem democracia representativa nós não poderemos fazer com que este País dê cabo dos diversos desafios que permeiam a sua própria história.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 30/85

181.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - 25/06/2013-15:18
Publ.: DCD - 26/06/2013 - HENRIQUE FONTANA-PT-RS
26142
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS

Sumário

Defesa da votação pela Casa, em regime de urgência, da proposta de reforma política. Disposição do orador, na qualidade de Relator da matéria, de rediscussão da matéria com as bancadas partidárias.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mário Heringer, que dirige os nossos trabalhos neste momento, quero agradecer ao Deputado Reguffe, que teve a gentileza de permitir que se estenda por 3 minutos o Pequeno Expediente, e quero conversar com os colegas que estão em plenário e com aqueles que estão acompanhando a repercussão da nossa sessão.

Eu tenho profundo respeito pelos movimentos que estamos acompanhando nos últimos dias e que nos colocam sob reflexão profunda, para que a política que representa a população brasileira, no seu governo legislativo, que é o Congresso Nacional, possa ter cada vez mais sintonia com essas demandas. Seria um sinal de absoluta insensibilidade nossa não perceber que as reivindicações são muitas, mas que, evidentemente, uma delas pede uma política melhor.

Como todos sabem, há 2 anos e meio, com a ajuda de muitos dos colegas, dedico-me à função de Relator da proposta de reforma política na Câmara Federal. Há uma proposta - e não me aventuro a dizer que seja a ideal - que poderá receber, e receberá, críticas neste plenário, mas, conforme eu disse ontem e repito, Deputado Mário Heringer, o que a Câmara não pode fazer, do meu ponto de vista, é continuar negando a votação da reforma política neste plenário. As emendas deverão aparecer, as opiniões diferentes dos partidos aparecerão, e serão disputadas democraticamente.

Ontem, em entrevista, eu dizia de uma convicção que tenho, Deputado Reguffe: a de que, se formos escolher um dos piores sistemas políticos do mundo, no que diz respeito a financiamento de eleições, o Brasil competirá, com grande possibilidade de ser considerado um dos piores do mundo, pelo abuso do poder econômico, pela força



do dinheiro e pelo financiamento cada vez maior de empresas na política brasileira.

Nobres colegas, estou começando agora a coletar a assinatura de cada um dos senhores em requerimento de urgência para a votação da reforma política o quanto antes neste plenário. Nós podemos e devemos votar com rapidez essa reforma. As opiniões têm que aparecer neste plenário.

Ontem, a Presidenta Dilma Rousseff colocou para debate nacional a opinião dela como Presidenta da República. Na visão que tenho, S.Exa. apresentou esta posição: se não tivermos outra forma de votar a reforma política, que construamos uma Constituinte exclusiva, depois de consultada a população por meio de plebiscito.

Mas o primeiro passo, para o qual quero convidar este Plenário, é assinar este requerimento de urgência, a fim de votarmos o relatório, que eu me disponho a rediscutir com todas as bancadas, Sr. Presidente. Disponho-me a passar de bancada em bancada, de novo, para aperfeiçoá-lo ainda mais.

Mas sinto que, com o recado que recebemos das ruas, chegou a hora de votarmos a reforma política. E votá-la no que tem de estrutural: o financiamento da democracia, o sistema eleitoral, a transparência nos gastos, a ampliação da participação da população através da Internet e das redes sociais, qualificando a nossa democracia, que pode e deve ser melhor do que é.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Heringer) - Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Documento 31/85

181.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 25/06/2013-16:14

Publ.: DCD - 26/06/2013 - 26151 JÚLIO DELGADO-PSB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo orador, em 2005, de projeto de lei sobre a inclusão na lista dos crimes hediondos de atos praticados contra a administração pública e o erário. Discussão pela Casa da proposta de reformulação do sistema político-eleitoral. Defesa de votação e rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, sobre a atribuição às Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal da competência para a realização de investigações criminais. Importância do debate, pela Câmara dos Deputados, de propostas destinadas ao atendimento dos anseios da sociedade brasileira.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, eu ia apartear meu colega, o Deputado Ricardo Izar, em seu pronunciamento no Grande Expediente, justamente para dizer que, fruto de iniciativa do pai dele, em 2005 eu apresentei projeto de lei exatamente para tornar crime hediondo qualquer ato cometido contra a administração pública e o Erário, como se sugeriu ontem - Deputado Duarte Nogueira, a roda não foi inventada ontem, não. Houve naquela época pareceres contrários aqui mesmo nesta Casa. Parece agora, nas manifestações da sociedade, legítimas e justas, que aqui nada se faz, não se produz.

Sabe quem me deu ideia da apresentação desse projeto, Deputado Ricardo Izar? Seu pai. Ele foi um dos que nos estimularam a apresentar esse e outros projetos de consulta popular sobre o que quer a sociedade, e proposições sobre a reforma política também já existem nesta Casa.

Vamos consultar a população para saber se o povo quer financiamento público de campanha, Deputado Ricardo Izar, para saber se o povo quer que o dinheiro arrecadado com os impostos pague as campanhas eleitorais? Essa é a forma? Será que o povo está ciente disto, de que aqui se está por votar um regulamento eleitoral que valida os votos dados a candidatos impugnados, Deputado Duarte Nogueira? O único projeto de iniciativa popular que foi para frente nesta Casa, e que já valeu para as eleições de 2010, foi o da Lei da Ficha Limpa. A sociedade participou disso. Agora estão querendo fazer um regulamento eleitoral que torna válidos os votos em candidatos impugnados, os ficha-suja, para efeito de quociente eleitoral para os partidos. É isso o que temos que discutir nesta Casa, se queremos estar em sintonia com a sociedade.

Nós já havíamos nos manifestado claramente, como disse aqui o Deputado Arolde de Oliveira, perante a Associação Nacional do Ministério Público, a Associação do Ministério Público de Minas Gerais, a Associação do Ministério Público do Distrito Federal, contrários à Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011. Mas parece que a matéria precisa estar na pauta para que esta Casa se mobilize em sintonia com o que a sociedade reflete sobre a Casa, que é do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados.

Aqui, nas Comissões, produzimos projetos como esse, votamos matérias que são de interesse da sociedade. Eu espero que, hoje, com a votação do FPE e da PEC 37 - contra a PEC - e a nossa manifestação sobre outros pontos (*palmas nas galerias*), nós reencontremos o nosso papel e mostremos para todo mundo, inclusive para o Executivo, que é preciso que cada um assuma as suas responsabilidades: nós, do Legislativo, as nossas; o Judiciário e o Executivo, as suas. A roda já existe há muito tempo, ela não precisa ser reinventada.

Aristóteles já dizia, há 2.500 anos, que o homem é um animal político. Todos os nossos atos são políticos, e assim devem sê-lo. A instituição daqueles que representam, daqueles que exercem aqui o seu mandato, exemplo de representação popular, tem legitimidade para falar em nome de parcela significativa do povo brasileiro, que quer as mudanças, mas mudanças que estejam sintonizadas com a sociedade. Principalmente, Sr. Presidente, precisamos ter a grandeza de reconhecer que um tema que antes era discutido com dificuldade passou a ser um clamor da sociedade: a questão da segurança, e não a reforma administrativa, mas uma reforma na área da segurança, com Pacto Federativo, de forma que os recursos que hoje são levantados sejam repassados para Estados e Municípios, para custeio das suas atribuições com segurança pública, com educação e com saúde. A educação e a saúde não dependem só de recurso, mas também, e principalmente, de gestão.



Como nós vamos discutir nesta Casa, com maturidade, a redução da maioridade penal? Sempre fui contra isso. Mas hoje digo que temos que discutir isso também, temos que ter a grandeza de reconhecer que esse é um clamor da sociedade e discutir a matéria com mais seriedade, talvez propondo a aplicação de leis mais severas para combatermos esta crise na segurança pública.

Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa. a deferência para com a nossa fala.

Muito obrigado.

Documento 32/85

184.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/06/2013-11:46
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26659	RICARDO BERZOINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Elogio à Presidenta Dilma Rousseff pelas medidas anunciadas para atendimento às reivindicações de participantes em manifestações populares. Realização de reforma política. Prioridade no debate sobre o financiamento de campanhas eleitorais.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria também de parabenizar a Presidenta Dilma Rousseff pela agenda política que propôs ao País nesta semana como diálogo com o movimento das ruas.

Eu disse aqui, na semana passada, que não podemos trabalhar com a ideia de que o povo está na rua, porque é uma parcela da população. Mas temos de reconhecer que tem povo na rua. E essas pessoas que estão na rua, na sua imensa maioria, estão fazendo mobilização pacífica e ordeira com reivindicações legítimas. O problema do sistema político é traduzir esse anseio - que é muito variado e disperso - numa agenda clara, que seja reconhecida, pelos que estão nas ruas e pelos que não estão, como uma agenda para o avanço do País.

E o avanço principal, não resta dúvida, além da educação de melhor qualidade, do avanço na saúde, da questão fiscal - o equilíbrio fiscal -, que é fundamental e essencial para o País, é a questão da reforma política. E na reforma política, para não tentarmos fazer tudo e depois não fazermos nada, a questão fundamental - que chama a atenção de qualquer cidadão de bom senso que tenha compromisso com a democracia, que tenha amor à Pátria - é o afastamento do poder econômico das



eleições.

As campanhas eleitorais estão cada vez mais caras e escandalosas, do ponto de vista da sua sofisticação: o exército de carros de som, a chantagem dos marqueteiros, que, em época de eleição, encostam a faca no pescoço de candidatos a Governador, a Prefeito e até no de candidatos a Presidente da República. O processo de campanhas tem muita computação gráfica e sofisticação visual, mas não tem conteúdo político, e o eleitor não sabe se presta atenção na música sofisticada ou se presta atenção nas propostas que o candidato está apresentando ao País.

Eu creio que essa é a questão fundamental. Eu acompanhei as eleições para o Parlamento europeu - e a Europa é um continente rico, muito mais rico do que a América do Sul - e, na eleição do Parlamento europeu, não tem *jingle*, não tem a sofisticação da televisão. É o candidato frente à câmera falando o que pretende fazer no Parlamento europeu.

Eu acho que nós aqui temos que ter coragem de reconhecer que um sistema político que consumiu, declarados ao Tribunal Superior Eleitoral - fora aquilo que não é declarado, e sabemos que lamentavelmente ainda existe -, 4 bilhões e 300 milhões de reais, na última eleição, é um sistema que não quer dialogar com o povo, mas quer impor ao povo a opção do voto através da música ou até da compra de voto, direta ou indireta, em um processo que, muitas vezes, é de aliciamento de apoio, com promessas falsas e outras não tão falsas assim.

Então, acho que é o momento de nos concentrarmos no que interessa. Podemos discutir o sistema de votação? Claro. Eu estou aberto a discutir todos. Tenho minha opinião. Mas estou aberto à discussão, à busca de um sistema que construa maioria nesta Casa.

Podemos discutir também as coligações proporcionais. Mas o fundamental é o financiamento de campanha. Quero dizer que mais importante do que chamar de financiamento público é dizer ao povo que as campanhas eleitorais, a partir de agora, serão campanhas modestas, nas quais as ideias valham mais do que o dinheiro, as propostas tenham mais importância do que os marqueteiros.

Que possamos exibir ao povo brasileiro um reconhecimento de que as campanhas políticas alcançaram um patamar de irracionalidade.

Essa é a questão que quero defender nesta tribuna e articular com meus companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



184.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/06/2013-
CD 11:38Publ.: DCD - 27/06/2013
26657

JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO**Sumário**

Legitimidade das recentes manifestações realizadas pela juventude no País. Defesa de criação do marco civil da Internet; de avanço na regionalização da produção cultural, artística e jornalística; de enfrentamento da criminalização de movimentos sociais e da violência policial nos Estados brasileiros. Defesa de implantação do financiamento público de campanhas eleitorais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns registros que considero importantes pela situação política nacional.

Primeiro, considerar, e acho que isso é um consenso nacional, que as movimentações que estão nas ruas têm um sentido absolutamente positivo, positivo com bandeiras progressistas avançadas que a juventude brasileira, como sempre na história do Brasil, protagoniza pedindo mais direitos, melhores condições de vida, qualidade de vida. As bandeiras são de saúde, de educação, pelo Estado laico, pelo respeito à diversidade humana, à pluralidade, contra o fundamentalismo de qualquer tipo, contra as tarifas elevadas dos transportes. São bandeiras absolutamente justas, que exigem respostas de todos nós, e maduramente levantando algo que na minha opinião é fundamental no Brasil, que se chama a democratização da comunicação. Há 10 anos era impensável que a sociedade nas ruas levantasse uma bandeira que unificasse da forma como está unificando.

Acredito que o Congresso Nacional está respondendo a essa pressão absolutamente legítima da sociedade brasileira. E é bom que se diga: não é um movimento só, há uma outra juventude das periferias, há uma outra juventude pobre, há uma outra juventude que também se levanta por direitos. E respondendo a isso o Congresso começa a reagir. Votou coisas importantes ontem para a educação, para a saúde, para o processo investigatório brasileiro.

A Presidente Dilma vem e assume bandeiras importantes. Mas algumas lacunas ainda ficam, e uma delas é a democratização da comunicação, no que o Congresso precisa avançar. O Governo brasileiro precisa sair da defensiva nesse tema, precisa mandar para cá o marco regulatório da comunicação. Nós precisamos votar aqui o marco civil da Internet; precisamos avançar na regionalização da produção cultural, artística e jornalística; precisamos enfrentar algo que, na minha opinião, é a criminalização do movimento social; precisamos avançar naquilo que se chama a violência policial nos Estados.

Reafirmo aqui o que disse mais cedo: a violência policial nos Estados é algo grave. Como foi dito ontem, oito cadáveres no Estado do Rio de Janeiro, na Favela da Maré, três inocentes mortos, e a Polícia Militar ainda com a ideologia da segurança nacional.

Não estou discutindo criminosos do tráfico, que também precisam de julgamento. Estou discutindo a violência indiscriminada contra a sociedade, contra a juventude pobre.

Quero, Sr. Presidente, dizer que esse é um momento agudo da sociedade brasileira, que precisa da nossa atenção. Há uma agenda em disputa na sociedade brasileira. A mídia disputa essa agenda, os setores de Direita disputam essa agenda, o conservadorismo disputa essa agenda e nós, da Esquerda, também disputamos essa agenda. Só que a Esquerda está no Governo, e disputar essa agenda significa realizar, significa executar, significa disputar uma agenda de voto dentro do Congresso Nacional, significa colocar em prática o que sempre defendemos, significa avançar para uma agenda estruturante no Brasil, uma agenda de reformas estruturantes.

E no campo da reforma política, a melhor resposta que podemos dar é o financiamento público de campanha, que, tenho certeza, num debate correto - em que a sociedade deve, sim, opinar - , fará com que a corrupção no processo eleitoral e a influência do poder econômico sejam banidos da sociedade brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 34/85

185.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 26/06/2013-14:03
Debates - CD
Publ.: DCD - 27/06/2013 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
26699
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSOS

Sumário

Imediata realização da reforma política. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sra. Presidenta, eu queria deixar registrado nesta Casa dois pronunciamentos que não vamos poder discutir agora. O primeiro deles é intitulado *A vez e a hora da Reforma Política*, em que nós afirmamos a necessidade imediata dessa reforma, tendo como foco central o financiamento público exclusivo de campanha e a criminalização do financiamento privado. Essa é uma das questões.



E o segundo pronunciamento é intitulado o *Plano Nacional de Educação é o verdadeiro Pacto pela Educação Pública: pela aprovação dos 10% do PIB para educação pública já!* Nós aprovamos ontem aqui os *royalties* para o petróleo, que pegam uma grande parte para a educação e uma parte para a saúde. Mas essa é uma questão futura. Na verdade, só entrará daqui a muitos anos. Vamos aprovar agora o Plano Nacional de Educação, com 10% do PIB para o setor público, apenas.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidente Dilma Rousseff propôs, nesta segunda-feira, dia 24, "cinco pactos em favor do Brasil" a Governadores e Prefeitos, entre eles um plebiscito sobre a realização de uma constituinte para uma reforma política que "*amplie a participação popular e os horizontes da cidadania*". A proposta nos parece colocada de maneira oportunista. Preocupada com a opinião pública e os anseios de mudança presentes nas grandes manifestações que percorrem o País, Dilma parece ter se precipitado com uma proposta que mais parece saída da cabeça de seu marqueteiro.

Para a reforma política, Dilma propõe um curioso "plebiscito popular" (possível confusão com "iniciativa popular") e um "processo constituinte específico". Segundo o jornalista Fernando Rodrigues, "*há aí, pelo menos, duas interpretações possíveis. Numa delas o Congresso teria poderes para alterar de forma facilitada certos itens da Carta. A outra possibilidade desse processo 'específico' é que pessoas seriam eleitas com o fim 'específico' de reescrever o sistema político - depois voltariam para casa*".

De imediato, a proposta da Presidente soa como mais um aceno demagógico para as massas que ocupam as ruas do Brasil há duas semanas. Se existe uma descrença em relação à política, e o descrédito do Congresso Nacional é grande, Dilma busca se livrar desse ônus, fazendo uma proposta de aplicabilidade incerta, já que um plebiscito dessa natureza teria que ser aprovado por uma emenda constitucional. Isso tudo depois de o próprio Governo engavetar mais uma vez a proposta de reforma política que se cogitou votar no primeiro semestre.

No curto período de 25 anos de redemocratização do Brasil, é no sistema político que ficam evidentes as suas imperfeições, na esteira dos escândalos frequentes de corrupção, do abuso do poder econômico nos processos eleitorais, da utilização de estruturas públicas em favor de determinados grupos políticos e da inexistência de mecanismos eficientes de participação popular.

Com o poder econômico se mostrando cada vez mais determinante nos processos eleitorais, para o financiamento de campanhas milionárias, é claro que a empresa que viabiliza uma eleição depois vai botar argola no pescoço do candidato eleito. Isso, claramente, tira a soberania dos mandatos e é a raiz da corrupção no Brasil.

Daí a urgência de garantirmos a aprovação do financiamento público e exclusivo de campanha na reforma política que começa a ser debatida nesta Casa. Em 2006, votamos a reforma eleitoral, que proibiu até usar *bottoms*, mas não proibiu contratar milhares de cabos eleitorais e não estabeleceu um teto de campanha. Na época, foi acordado entre todos os Líderes dos partidos que, logo após, votaríamos a lei do teto eleitoral. E o que fizeram os partidos? Foi todo mundo pra casa, garantiram o financiamento privado de suas campanhas, e o PSOL ficou sozinho na defesa da pauta. Na última campanha, muitos partidos defenderam o financiamento público



retoricamente, mas não deixaram de arrecadar milhões junto às empresas para seus candidatos.

O desgaste inicial pode existir. As pessoas pensam: os políticos já são corruptos e você ainda vai fazer financiamento público de campanha? Mas se considerarmos os recursos desviados *a posteriori* com a corrupção, o financiamento público é benéfico aos cofres do País. O que precisamos fazer, além de garantir o real comprometimento dos partidos com a questão, é uma campanha pública, com mobilização popular e apoio da mídia, para instituir um sistema de financiamento público de campanhas, com regras rígidas de controle, fiscalização e punição para quem o descumprir.

Além do combate à corrupção, o financiamento público de campanha permitiria uma mínima igualdade de condições de disputa nos processos eleitorais, algo fundamental para a democracia. É por isso que o PSOL colocará esse ponto como central da reforma política. Devido aos acordos que o Governo do PT mantém com partidos conservadores como o PMDB, a profunda reforma política que o Brasil deveria promover, comprometida em alterar a forma como a sociedade se relaciona com o poder, e com o fortalecimento dos partidos políticos programáticos, está cada vez mais circunscrita, no projeto que tramita na Câmara dos Deputados, a uma reforma meramente eleitoral.

O PSOL aprovou, em seu diretório nacional, uma proposta de reforma política assentada na denúncia de todas as medidas contrárias ao interesse público e na defesa de medidas que ampliem a democracia, permitindo que o povo seja protagonista no processo político. Para isso, o PSOL entende que o fortalecimento das organizações partidárias é fundamental. Quando os partidos são frágeis, floresce a demagogia e o personalismo, enfraquecendo a disputa de projetos e confundindo a sociedade.

Nossa proposta defende o diálogo permanente com os movimentos sociais que se articulam na Proposta de Iniciativa Popular para a Reforma Política. Assim, apresentamos propostas e sugestões oriundas de setores organizados da sociedade civil para ampliarmos e disputarmos os rumos do processo de mudanças na legislação partidária e eleitoral e que a imprensa e o meio político hegemônico têm chamado, equivocadamente, de reforma política.

Que tenhamos, então, Sras. e Srs. Deputados, coragem para aprovar uma reforma política necessária à democracia brasileira. E que o combate à corrupção seja um compromisso real de todos os partidos, e não apenas uma promessa vazia feita em tempos de campanha eleitoral ou em momento de ascenso das massas, que cobram, justamente, mudanças realistas, e não demagógicas.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Neste momento histórico em que as reivindicações populares retomam as ruas, tornam-se mais do que urgente iniciativas para se avançar em um aspecto central para o desenvolvimento social, econômico e político de nossa sociedade: a educação. A insatisfação da população com esse que deveria ser um dos direitos mais fundamentais garantido pelo Estado, preconizado em nossa Constituição Federal, é notória, emergencial e está presente em todos os protestos a que assistimos nas últimas semanas.

Nesse sentido, cabe sobretudo debater a necessidade de um investimento financeiro efetivo como condição necessária para colocar a educação nacional num novo patamar de qualidade social. Investimento financeiro fundamental para se considerar



uma nova ordem educacional, em que prevaleça o direito social e não os interesses financeiros do setor privado, que vêm ganhando cada vez mais espaço nessa área, sob a conivência e o incentivo do Governo Federal. É preciso considerar uma educação na qual estejam na centralidade de seu planejamento aspectos como a redução do número de alunos em sala de aula; valorização, salários dignos e formação continuada dos docentes; investimentos na infraestrutura e no atendimento à demanda da educação infantil, hoje com tantos bebês e crianças pequenas fora da escola por falta de vagas; erradicação do analfabetismo, garantia do aumento dos quadros intelectuais formados nos bancos das universidades públicas, na qual a formação superior esteja sempre alicerçada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão universitária. E também, como ponto crucial nessa conta, considerar o conceito de custo-aluno-qualidade para avançarmos na educação nacional.

O apelo da Presidenta, em seu último pronunciamento sobre os "pactos" necessários, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, que destinava 100% dos *royalties* do petróleo para educação e 50% dos dividendos dos recursos do pré-sal depositados no Fundo Social, é insuficiente para atender às necessidades acima citadas. Ainda que reconheçamos a importância da aprovação feita nesta Casa ontem, com modificações no projeto de lei na qual se decidiu a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do montante dos recursos depositados no Fundo Social dos recursos do pré-sal, as mudanças estruturais necessárias estão distantes de acontecer, pois não estão sendo estabelecidos recursos financeiros de acordo com as necessidades do País.

Em primeiro lugar, como já alertamos anteriormente, o "novo" dinheiro para a educação, dos *royalties*, depende dos novos contratos (a partir de dezembro de 2012). Ou seja, para esses recursos chegarem à educação levará muito tempo, pois dependem de longo processo de licitação - licitações essas que estão entregando a riqueza nacional à iniciativa privada -, exploração da área, reconhecimento de petróleo, iniciativa do pagamento de *royalties* e participação especial, depósito no Fundo Social. As mudanças apresentadas pela Câmara ao projeto de lei, quais sejam, a diminuição do percentual dos *royalties*, considerando que 25% seriam destinados à saúde e na orientação dos recursos do pré-sal para educação de não mais ser sobre os dividendos das aplicações financeiras do recurso, mas sobre o montante; são medidas importantes, mas estão muito longe de serem suficientes para a garantia da educação de qualidade social que reivindicamos. Essa não podem ser vista como a grande medida para a melhoria da oferta desse direito a todas e todos os brasileiros.

Não por acaso, nada foi dito pela Presidenta sobre o principal projeto que orienta a educação nacional nos próximos 10 anos: o novo Plano Nacional de Educação, em tramitação no Senado Federal e que, por lá, já sofreu ataques desmedidos na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma do relatório do Senador Pimentel. Dentre os ataques, a modificação do percentual de 10% do PIB a ser investido em educação até o final da década, percentual aprovado conforme a reivindicação dos movimentos de educação do País, bem como a resolução da Conferência Nacional de Educação de 2010 e que já apontava qual era o anseio da população em relação ao financiamento da educação, anseio que hoje toma as ruas.

O relatório do Senador Pimentel deve ser rechaçado pela Casa e deve ser retomada a redação dada pela Câmara dos Deputados. O relatório do Senador petista marca uma posição privatista da educação, em especial ao retirar o complemento "pública", quando adjetivamos a prioridade da educação nacional. Nesse sentido, nada ingenuamente, o relatório aprovado mascara os números do financiamento ao substituir o "investimento direto" por "investimento total" e, na prática, reduz a meta



de alcançarmos os 10% do PIB ao final do decênio para algo em torno de 8,5%, considerando-se essa nova fórmula de cálculo, que contabiliza no investimento com educação gratuita as bolsas do PROUNI - que ocorrem em troca de renúncia fiscal -, as bolsas do PRONATEC - que vão essencialmente ao Sistema S - e convênios com entidades comunitárias que representam, em sua maioria, a terceirização da educação infantil nos Municípios. Trata-se de um incentivo à privatização da educação e de, novamente, priorização de recursos para a iniciativa privada, que nunca visou nada além da obtenção de lucro com esse que consideram um "mercado".

Por fim, cabe ainda destacar que a maior destinação de recursos do nosso País encontra-se no pagamento de juros e amortização da dívida pública, que engolem mais de 46% do orçamento nacional. São esses os recursos que devem ser utilizados para atender às expectativas da população para garantia de mais direitos sociais, entre eles a educação. No entanto, o Governo insiste no erro. Dados agora revelados demonstram que, neste último mês de maio, bateu-se o recorde histórico de recursos destinados ao superávit primário, chegando à marca de, praticamente, R\$ 6 bilhões, ficando claro assim que o "grande pacto" do Governo é com o capital financeiro, que segue firme e ilesa.

Como já bem anunciado pelos movimentos sociais, o Plano Nacional de Educação é o verdadeiro "Pacto" pela Educação Pública Nacional. Portanto, é essa a prioridade que deve ser tratada pela Presidência e pelo Poder Legislativo. É fundamental que o País como um todo, União, Estados e Municípios, se debruce sobre a causa da educação e consiga articular recursos e iniciativas de modo a alavancar a qualidade da educação pública. Sem uma política de Estado que transcenda a política de governo, a educação continuará estagnada em nosso País.

É hora de se aprovar os 10% do PIB para a educação pública. É hora de se atender às deliberações aprovadas por mais de 3 milhões de pessoas na última Conferência Nacional de Educação. O povo está na rua e sabe o que quer. Aprovar somente os *royalties* do petróleo para a educação é uma grande armadilha. É somente o aporte de 10% do PIB para a educação pública que propiciará o início da transformação necessária de que a educação deste País tanto precisa.

Muito obrigado.

Documento 35/85

185.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 26/06/2013-
	CD 15:36
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26728	MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Maior atenção do Congresso Nacional para com as reivindicações dos participantes em recentes manifestações no País. Prioridade na realização da reforma política, especialmente



quanto ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no pronunciamento que encaminho a V.Exa. para que seja divulgado, eu me reporto aos últimos fatos registrados no cenário político brasileiro em decorrência da exposição feita pela Presidente Dilma Rousseff, que, no primeiro momento, defendia uma Constituinte. Eu, imediatamente, contestei a versão, sob o enfoque de que a Constituinte pressupõe ruptura institucional.

É o pronunciamento que faço, Sr. Presidente, nesses 20 segundos que V.Exa. me concede.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os órgãos de comunicação social do País vêm abordando, em espaços generosos, as reivindicações formuladas por parte dos movimentos populares que nos surpreenderam pelo expressivo número de participantes, conscientizados todos eles em relação a questões relevantes, que estiveram referenciadas em cartazes ostensivos e palavras de ordem durante passeatas nas ruas, alamedas e viadutos em mais de 120 comunas do nosso território.

Ressalte-se que a coordenação se processou sob estímulo das redes sociais, convocando multidões que demonstram identificação com problemas mais angustiantes, para cuja solução imediata foram feitos carentes apelos, enquadrando-os dentro de espaços de tempo razoáveis, alguns deles revestidos com a característica de urgência, tudo isso transformado em verdadeiro clamor coletivo, sem influência de forças partidárias, algumas das quais interessadas em acompanhar as gigantescas concentrações que foram visualizadas em áreas de expressiva densidade demográfica do território nacional.

No seio dos ideólogos mais responsáveis pelos seguidos eventos, havia a preocupação de tornar claras seguidas postulações, sobretudo as que dependiam de apreciação soberana nas duas Casas do Congresso Nacional.

Dentre muitas delas listadas, vale ressaltar as proposições pendentes de deliberação por parte do Senado e da Câmara dos Deputados, como as adiante referenciadas:

– 10% do Produto Interno Bruto para aplicação em projetos educacionais disseminados pelo País, beneficiando, além da União, Estados e Municípios, tese defendida tantas e seguidas vezes na tribuna desta Casa Legislativa;

– Aplicação dos *royalties* do petróleo no item educação, o que já foi endossado pela Presidente da República, em seu pronunciamento na televisão na passada sexta-feira;

– Obrigatoriedade da União de utilizar 10% de sua receita na esfera da saúde, dando assim eficácia à chamada Emenda 29, chancelada, há 2 anos, pelo Parlamento nacional e ainda pendente de regulamentação;

– Regime especial de tributação para o transporte coletivo, estopim da eclosão do movimento popular que tomou conta do País;

– Inserção, entre os delitos hediondos, da prática criminalizada da corrupção, visualizada em faixas enormes durante as passeatas dos últimos dias e expostas em miniplacas em arenas da Copa das Confederações.

Além disso, a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, passou a ser indicada como imprescindível, a fim de assegurar a atuação do Ministério Público nos procedimentos investigatórios, respeitadas as normas já vigentes em nossa legislação.

Ressalte-se, por outro lado, que a reforma política, tantas vezes protelada nesta casa, passe a ser definida prioritariamente, com a inserção explícita do financiamento público exclusivo, eliminando-se contribuições de pessoas físicas e jurídicas, num entendimento de que, assim decidido, se evitaria a interferência do poder econômico, que descharacteriza a legitimidade dos mandatos de que somos detentores.

Sr. Presidente, não creio que o Parlamento nacional afaste-se desse roteiro de ação, garantindo para seus integrantes a respeitabilidade de que todos necessitam atuar para valorizar o Congresso, situando-o em perfeita sintonia com as aspirações populares.

Não temos - pelo que se assistiu - a insensibilidade de deixar de pautar a nossa ação em consonância com esses e outros projetos que se revistam, também, de incontestável significação para o interesse do povo brasileiro.

Documento 36/85

185.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 26/06/2013-
CD 17:09
Publ.: DCD - 27/06/2013 - DUDIMAR PAXIUBA-PSDB -PA
26740
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao financiamento de campanhas, tanto público quanto privado, de campanhas eleitorais.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria de abordar desta tribuna a questão do financiamento de campanhas.

Muito se tem debatido, muito se tem falado a respeito desse assunto. Alguns Parlamentares defendem o financiamento público de campanha e outros defendem financiamento privado de campanha, a forma como ocorre agora.

Eu vou trazer a esta tribuna outra visão de tudo isso: vou me colocar contra o financiamento de campanha, tanto público quanto privado. Vou justificar meu entendimento com dois argumentos. O primeiro é com relação à vedação da captação ilícita de sufrágio, que nada mais é do que a compra de votos. O outro argumento é com relação ao fundo partidário.

Ora, Sras. e Srs. Parlamentares, se é proibido comprar votos, se é proibida a captação ilícita de sufrágio, e se cada partido já tem assegurado no Orçamento o Fundo Partidário, que serve para que todos possam preparar seus programas de rádio e de televisão e colocá-los no ar, não há explicação, não há justificativa para que se defenda o financiamento de campanha política, nem público nem privado.

Isso fica ainda mais claro se analisarmos a questão da corrupção na vida pública brasileira e observarmos que ela tem o seu início, a sua origem no financiamento de campanha. Não há um empresário bobinho neste País que vá usar seu rico dinheiro para financiar campanha de algum político, se não tiver um interesse econômico por trás disso.

Portanto, se nós quisermos moralizar as campanhas neste País, se quisermos dar uma resposta para esse eco que estamos ouvindo, que vem das ruas deste País, vamos colocar um ponto final nessa excrescência que é o financiamento de campanha, tanto público quanto privado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 37/85

185.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 26/06/2013-18:03
Debates - CD
Publ.: DCD - 27/06/2013 RUBENS BUENO-PPS -PR
- 26748
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÃO
DEPUTADOS PARLAMENTARES PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Avaliação das manifestações de estudantes e populares em todo o País. Razões do afastamento do PPS do Governo petista. Riscos ao Plano Real diante do descontrole da economia e da má aplicação, pelo Governo Federal, dos recursos destinados aos setores de educação, saúde e transporte público. Imperiosidade de submissão de médicos estrangeiros, para exercício profissional no País, ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos - REVALIDA. Propostas do PPS para a reforma política.



O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, nós estamos assistindo nos últimos dias e neste momento, lá fora, à manifestação democrática do povo brasileiro, que vive e convive com a democracia e tem tido uma vida pública de grandes confrontos - especialmente durante o regime militar.

Nós estamos vendo que o Brasil, a cada momento, mostra que essa vocação para a democracia é desde antanho. Sofreu ao longo do tempo com períodos autoritários, mas sempre com esta vocação democrática arraigada, enraizada em cada um de nós. E, agora, a manifestação vai às ruas, E vai às ruas de forma difusa, com vários elementos, com várias situações, com vários componentes; sobretudo, com situações que vêm se acumulando ao longo do tempo.

Nós estamos vendo o Brasil, depois de uma luta muito grande, depois de um grande projeto macroeconômico de estabilização econômica do País, com a moeda voltando a ter valor, com os salários sendo finalmente reconhecidos como aquilo que é resultado do trabalho e da moeda, para o povo poder fazer face à sua existência com dignidade, para pagar o aluguel, o medicamento, o alimento, o vestuário. Quer dizer, estamos vendo este Brasil novo, que nasceu depois do Plano Real, sem deixar de falar daquilo bom que aconteceu ao longo do tempo, momentos bons da história do País, vocacionado para esse processo de desenvolvimento, de crescimento.

De repente, nós vemos que o Plano Real não foi devidamente cuidado. Foi cuidado por um período. Porque daí a pouco teve eleição, e a questão eleitoral falou mais alto do que o País, enquanto a questão eleitoral deveria ser um momento cívico, de debate, em que se propõem ideias, e cujas ideias que devem prevalecer são aquelas que são resultado da eleição e do voto do eleitor, coroando a democracia na expressão maior do voto popular.

E nós vemos aí que, chegando a 2002, a Oposição ganhou a eleição. E nós participamos da eleição no segundo turno, elegendo o Presidente Lula. No primeiro turno, tivemos nossa candidatura própria, do então candidato Ciro Gomes. Em 2002, no segundo turno, apoiamos Lula. E fomos convidados para o Governo; vários de nós foram convidados para o Governo, participando dele até 2004, quando, em dezembro, deixamos o Governo. E, ao deixar o Governo, entregamos os cargos.

Diferentemente da cultura política brasileira, na qual quem perde a eleição, no outro dia, pula para o lado de quem ganhou, em busca de cargos; balcão de negócios; dinheiro público; negócios para cá, negócios para lá. É este Brasil que de forma diferente nós tratamos. Ganhamos as eleições, fomos convidados para o Governo. Mas dois anos depois deixamos o Governo e entregamos os cargos. O nosso partido está fora porque não concorda com o modelo econômico que agora vem dando sequência à forma equivocada lá de trás, que se vem agravando cada vez mais. E isso foi em dezembro de 2004.

Ao deixar o Governo, fomos para a Oposição, exatamente ao contrário, na contramão da cultura atrasada da política brasileira; fomos para a Oposição. Daí veio 2006, e reelegiram o Presidente Lula. Em 2005, veio o Mensalão, do qual ainda, até hoje, não se consegue decifrar os "finalmente" daquilo que chama a atenção, das chicanas jurídicas. O País não consegue chegar ao seu desiderato e dizer se alguém está condenado ou não está; se o processo está transitado em julgado e acabou. Não. Nós estamos vendo isso se processar desde 2005, num vai e vem. Enfim, estamos vendo condenados. Mas agora começa aquela lenga-lenga de sempre, sem se chegar aos "finalmente".



Mas é evidente que nós estamos dentro de um processo avançado da civilização, em que o Brasil traz o amplo direito à defesa. E esse amplo direito à defesa cabe. É evidente que temos que respeitar a legislação e, sobretudo, a Constituição brasileira, que dá esse amplo direito a esses que estão sendo julgados, como a todos aqueles que são processados diante do Poder Judiciário.

Mas o que chama a atenção, Sr. Presidente, é que nós estamos vendo - daí por que estamos aqui neste momento -, mesmo com o Mensalão, com tudo o que aconteceu, chega 2010, e não era eleição pela eleição; era para ganhar a qualquer preço. Montou-se uma máquina eleitoral como nunca houve igual no Brasil. Os candidatos do PT - claro que há honrosas exceções, e tem que se dizer isso claramente -, aqueles que faziam parte das benesses da máquina eleitoral do PT, nunca se viu nada igual em termos de campanha de propaganda, em que se desfilava de forma a dizer para a sociedade que aquele não era mais o Partido dos Trabalhadores, mas um partido a esbanjar riqueza. E esbanjar para dizer: *"Nós somos candidatos e vamos ganhar, porque nós estamos com a máquina partidária, e essa máquina partidária dentro do Governo vai fazer uma eleição nababesca"*. Como fez em 2010, afrouxando o crédito, afrouxando questões importantes do controle da economia.

Nós estamos assim: depois de 2010, quando o País cresceu 7,5%, chegamos a 2011 e crescemos 2,7%; chegamos a 2012, e crescemos 0,9%. Então, nós estamos pagando um preço caríssimo por esse descontrole da economia. O resultado é que nós estamos vivendo agora uma fase em que a voz das ruas e da democracia, que é importante para o País, especialmente a voz dos jovens, está dando o tom de um Brasil que parecia adormecido, anestesiado. Não! Nós estamos vivos e atentos! Não concordamos com a Câmara Federal, que age dessa e daquela forma, ou com o Senado Federal. A par da questão da saúde pública, da questão da educação, não concordamos com o preço das passagens.

E, assim, nós estamos vendo esse movimento todo de forma difusa, como já falei, com vários componentes, mas, sobretudo, para se chamar a atenção e dizer que não se concorda com tudo isso que está aí. Ora, se não concordam com tudo o que está aí, e nós estamos dentro desse "tudo que está aí", nós Parlamentares, Governo, Poder Judiciário, Ministério Público, estamos todos envolvidos nesse mesmo imbróglio.

Pois bem, Sr. Presidente, a nossa Presidente da República vem à televisão, na última semana, para chamar a atenção àquilo que falou, de não gastar dinheiro público com Copa do Mundo, de fazer controle da economia, de dizer que vai convocar Governadores e Prefeitos. E convoca. E nessa reunião com Governadores e Prefeitos lança cinco pontos que falam da responsabilidade fiscal, porque disso ela não abre mão. Mas é evidente que quem toda hora cria ministérios para poder atender à demanda eleitoral de 2014, quem cria estatal a todo momento, mais uma empresa pública... Não se sabe para quê; inclusive a empresa pública do trem bala não se sabe bem para quê. E faz projetos que não vingam. Mas estão lá os cargos, os custos. E isso, evidente, não é responsabilidade fiscal; isso é desperdício! Gasta-se, e gasta-se mal.

Nós temos a questão da qualidade da educação, de que se fala tanto. Agora é o pré-sal. Sim, mas antes o Governo não queria que fossem retirados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de parte de São Paulo os recursos dos *royalties*, para poderem ser divididos com justiça entre o povo brasileiro, por se tratar de um patrimônio da União, do povo brasileiro, que é o petróleo, e como também são os *royalties* do petróleo. Pois bem. Nós aqui estamos vendo que a educação, agora, depois do que nós votamos ontem, começa a ganhar um viés novo, e um viés novo que era atrasado,



porque lá na Comissão que cuidou do PNE - Plano Nacional de Educação havia um boicote para não se aprovar os 10% do PIB para a educação. Houve isso, e tanto houve que recorreram ao Plenário, retiraram as assinaturas na última hora, porque o Governo queria derrotar no plenário os 10% do PIB aprovados na Comissão Especial.

O que chama a atenção também - e nós vivemos isso porque nós acompanhamos - é que, quando se fala agora da questão da saúde, dizem que agora nós vamos trazer médicos de fora, médicos de Cuba, da Espanha, de Portugal. Nenhum problema. Nenhuma lei do Brasil fala em proibir a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil. O que se fala é que há uma regra que se chama REVALIDA. Isso é para que aquele profissional formado em uma universidade, seja onde for, possa atuar no Brasil, mas atuar dentro das regras estabelecidas por aquilo que está em vigência. E não atropelar essas regras, fazer de tudo isso letras mortas, para que não se dê condição mínima para que esse profissional seja efetivamente, primeiro, testado, antes de se entregar a saúde do povo brasileiro para as mãos daquele que não se sabe se está preparados para isso.

A reforma política aqui começou com a história de Constituinte exclusiva, com plebiscito; quer dizer, é uma coisa meio maluca, meio paranoica de não se saber o que se estava propondo. Tanto é que até agora não se sabe o que se propõe. Virou uma confusão tão grande que um desmente, volta atrás, e não sabe até agora. Mas nós estamos proondo. Nós, o PPS, temos uma proposta de reforma política publicada, entregue a cada presidente de partido, entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, entregue ao Presidente do TSE, entregue aos Presidente dos Senado e da Câmara, um documento robusto com uma proposta que tem começo, meio e fim.

Nós defendemos o financiamento público de campanha, defendemos o fim das coligações desproporcionais. Mas nós defendemos, sobretudo, Sr. Presidente, que haja livre organização partidária, que qualquer associação que queira ter as suas candidaturas, a que cargo for, possa assim proceder, como é na Espanha, como é na Itália, como é na França; e que acabem com os resquícios da ditadura, como a fidelidade partidária, a questão do prazo para domicílio eleitoral, para filiação partidária. Isso não pode mais acontecer.

E candidaturas avulsas. Se eu desejo ser candidato, se sou um cidadão e estou no pleno gozo dos meus direitos políticos, como é que eu não posso ser candidato? Esse, sim, é o grande passo, para podermos não só dar liberdade, mas para constituir sobretudo as condições para que tenhamos um País realmente democrático.

Para finalizar, Sr. Presidente, a questão da mobilidade urbana. A Presidente tocou na questão da mobilidade. É simples: parar com essa coisa absolutamente escandalosa do trem-bala, que não saiu do papel, a não ser custos e mais custos. Temos de dizer para o País, num momento importante como este, de uma crise que está instalada, que não tem mais trem-bala. Todo esse dinheiro previsto para o trem-bala nós vamos aplicar na modernização da mobilidade urbana do País. Seja ônibus, seja veículo leve sobre trilhos, seja metrô, o Governo deve aplicar realmente esse dinheiro do trem-bala para a modernização da mobilidade urbana. Acho que com isso ela poderia estar dando aqui um grande recado e uma grande resposta de uma estadista, em um momento importante em que o País precisa de tudo isso. Porque é isso que o Brasil espera da Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.



Documento 38/85

186.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 27/06/2013-16:06
Debates - CD
Publ.: DCD - 28/06/2013 - ASSIS CARVALHO-PT -PI
27091
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações populares no País, em prol da melhoria na qualidade dos serviços públicos e das instituições políticas. Proposta da Presidenta Dilma Rousseff de celebração de pactos nacionais, como forma de atendimento às reivindicações de participantes em recentes mobilizações. Urgente necessidade de implementação da reforma política. Defesa de adoção de financiamento público de campanhas eleitorais e do voto proporcional misto. Apoio à inclusão da prática de corrupção no rol de crimes hediondos. Acerto da contratação de médicos estrangeiros para prestação de atendimento no interior do País. Realização de investimentos maciços na educação. Desoneração de tributos incidentes sobre o setor de transporte público. Aperfeiçoamento da política brasileira de transportes. Aprovação pela Casa de proposições consonantes com os anseios da sociedade brasileira. Importância de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 130, de 2012, sobre a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas. Aparteantes: MAURO BENEVIDES (PMDB, CE), FRANCISCO PRACIANO (PT, AM), ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB, AL).

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil vive um momento histórico e decisivo. As grandes manifestações de centenas de milhares de pessoas que ganharam as ruas, em várias cidades, de norte a sul do País, mostraram o vigor da nossa democracia, duramente conquistada na luta contra o arbítrio e a repressão de 21 anos de ditadura militar e o idealismo dos nossos jovens, que representam o futuro da Nação.

Mas essas manifestações sinalizaram, principalmente, para a necessidade inadiável de o Congresso Nacional levar adiante a bandeira da reforma política, tão decantada em verso e prosa e tantas vezes adiada.

Se não a fizermos, seremos responsáveis pelo aumento do desencanto e da desilusão da juventude com a política, os partidos e o Parlamento. E isso, senhores e senhoras, poderá ser fatal para a nossa tenra democracia.

A história está repleta de exemplos em que a incapacidade dos partidos políticos de oferecer respostas às demandas da sociedade abriu caminhos para aventureiros e - entre aspas - "salvadores da pátria", que, ao final, se revelaram desastrosos.

Lembro-me aqui de uma entrevista recente do ex-Presidente Lula, antes das



manifestações, na qual ele se mostrou premonitório:

"Hoje, ou nós fazemos uma reforma política e mudamos a lógica da política, ou a política vai virar mais pervertida do que já foi em qualquer outro momento. É preciso que as pessoas compreendam que não só a gente deveria ter financiamento público de campanha, como deveria ser crime inafiançável ter dinheiro privado nas campanhas, e que você precisa fazer o voto por lista, para que a briga se dê internamente no partido. Você pode fazer um modelo misto - um voto pode ser para a lista, o outro para o candidato. O que não dá é para continuar do jeito que está."

As manifestações revelaram, portanto, a necessidade urgente de se oxigenar a política, para evitar que o Parlamento e os partidos sucumbam à "lei de ferro" da oligarquia, atribuindo-se objetivos próprios e transformando-se em fins em si mesmos.

Antenada com o sentimento das ruas, a Presidente Dilma propôs, em reunião com os 27 Governadores de Estado e os 26 Prefeitos das capitais, um pacto nacional em torno de cinco pontos fundamentais. Esses pontos são: reforma política, saúde, educação, transporte público e responsabilidade fiscal.

Evidentemente, a reforma política é a questão mais relevante; é aquela que irá nortear todas as demais. E, talvez, por isso mesmo, o anúncio de Dilma mostrando disposição em fazê-la tenha provocado tanta polêmica e tantas interpretações apressadas.

Quero deixar claro que a Presidente da República não impôs nada. Ela, na condição de Chefe de Estado, simplesmente propôs temas para um amplo debate nacional. A questão da Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política, com plebiscito, é uma bandeira histórica do PT. Sua fórmula é simples, como resumiu o ex-Presidente Lula. Essa Assembleia deve eleger *"pessoas que só vão fazer a reforma política, que vão lá para o Congresso Nacional, mudam o jogo e depois vão embora"*.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, nobre Deputado Assis Carvalho, uma intervenção? Exatamente quando V.Exa. faz a merecida exaltação da reforma política, eu me disponho a prestar solidariedade a essa temática que V.Exa. defende com tanto brilho e oportunidade. Realmente, a reforma política passou a ser um anseio reconhecido agora por todos do País, não só pelas massas que estão percorrendo as ruas da cidade, mas também pela própria Presidenta da República, Governadores e Prefeitos. Mas esta Casa tem sido realmente resistente em considerar a preeminência da reforma política no atual momento brasileiro. V.Exa., que está sempre atuando nesta Casa - e digo isso sem querer me transformar em pregoeiro dessa cruzada -, já me viu, talvez, "n" vezes ocupar essa tribuna ou este microfone de apartes para me empenhar no sentido de criar, na Câmara, uma mentalidade que se transforme em realidade plena para o povo brasileiro no que tange ao novo sistema eleitoral brasileiro. Portanto, cumprimento V.Exa., que é mais uma voz autorizada que se ergue neste Plenário em defesa de uma temática intrinsecamente vinculada aos nossos anseios democráticos e de afirmações da cidadania. Cumprimentos a V.Exa.

O SR. ASSIS CARVALHO - Muito obrigado, meu querido Deputado Mauro Benevides. Incorpo o aparte de V.Exa. a este nosso pronunciamento.

Continuando, vejo os jornais dizendo que a Presidenta Dilma Rousseff, pressionada pelos Poderes Legislativo e Judiciário, teria recuado e desistido de propor uma



Assembleia Constituinte exclusiva. Ora, senhoras e senhores, eu tenho a impressão de que alguns dos nossos grandes jornais desconhecem como funciona uma democracia. A Presidenta Dilma Rousseff simplesmente mostrou vontade política de fazer as reformas exigidas pela sociedade e teve a coragem de colocar um tema candente e polêmico em debate nacional.

Ao contrário do que se divulgou, houve um diálogo entre os líderes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a partir do qual se formou um consenso. Reconheceu-se que, dada a urgência de se dar respostas às demandas da sociedade, não haveria tempo hábil para se fazer uma mudança de tal magnitude até as eleições de 2014. Então, a Presidenta reformulou a proposta, como ocorre em qualquer democracia, mas manteve a ideia fundamental de buscar mudanças com a participação popular.

Tendo em mente que o fortalecimento da participação popular é fundamental neste processo de mudanças, a Presidenta sugeriu, então, a convocação de um plebiscito para saber qual o formato da reforma política que a população deseja. Em linhas gerais, os eleitores serão chamados a decidir se desejam ou não implantar o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais; e se apoariam a adoção do voto proporcional em lista fechada (puro ou misto), ou o voto distrital. Mas trata-se apenas de um esboço de projeto.

De maneira republicana, a Presidenta Dilma Rousseff convocará Líderes de partidos do Governo e da Oposição para discutir fórmulas de viabilizar essa consulta popular. Depois que a população opinar, o Congresso Nacional deverá aprovar leis para implantar as mudanças na legislação eleitoral que tiverem o apoio da maioria.

O PT apoia e fará campanha por uma ampla reforma da atual legislação eleitoral. Os pontos principais da nossa proposta, como todos sabem, são o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e o voto proporcional, em lista fechada, ou misto, em lista flexível - metade fechada, metade aberta -, além da restrição à formação de partidos políticos artificiais, que se revelam meras legendas de aluguel.

Acreditamos que o financiamento exclusivamente público das campanhas será a única maneira de se coibir o abuso e a interferência do poder econômico nas eleições. Embora pareça, à primeira vista, um ônus ao bolso do cidadão, essa proposta tem o mérito de acabar com esse escárnio à democracia, que é o fato de que poucos políticos que não tenham recursos conseguem se eleger.

Entendemos que o financiamento público exclusivo é uma das armas mais poderosas para combater a corrupção. Defendemos essa bandeira para democratizar a sociedade, dar mais independência aos eleitos, garantir espaços a todos os que desejem se candidatar e, principalmente, para ampliar o combate à corrupção. Isso porque esse modelo possibilita um financiamento livre de interesses outros que não sejam os legítimos interesses de representação política. E também porque permite aumentar a participação política de candidatos que não possuem recursos e diminuir a influência do poder econômico no sistema político. Além de tudo isso, o financiamento público está definido por critérios claros e transparentes, com um teto de gastos estabelecido e fiscalizável.

Sabemos, caros colegas, que os custos das campanhas eleitorais vêm crescendo de maneira exponencial. Só para se ter ideia, senhoras e senhores, registro que o montante necessário para se eleger um Deputado Federal quase dobrou entre 2006 e



2010.

O fato é que ninguém pode negar que a profusão de escândalos de corrupção que assolam o País - desvios de verbas públicas, lavagem de dinheiro, obras superfaturadas - estão ligados, em sua maioria, ao período eleitoral e ao pagamento de, entre aspas, "favores" a empresários. E a nação quer dar um basta a isso! E já!

E o que dizer do voto proporcional em lista fechada? É um sistema que tem sido muito criticado, porque cada partido monta uma lista ordenada de candidatos, e os eleitores só podem votar no partido, não nos candidatos. Quantos já disseram que essa proposta poderá surrupiar do eleitor o sagrado direito de escolher o candidato que ele quer ver no Parlamento?

Ora, nada mais enganoso. Países altamente democráticos, como Espanha e Portugal, que realizaram exitosos processos de transição da ditadura à democracia, adotam esse sistema por entender que ele fortalece os partidos e a democracia parlamentar. Além disso, como se pode qualificar de restritivo um sistema que é adotado por 58% das principais democracias do mundo? Entre esses países podemos citar Espanha e Portugal, que introduziram o sistema proporcional em lista fechada com a transição à democracia, e também Israel, África do Sul, Argentina, Uruguai, entre outros.

Mas, mesmo acreditando que o voto em lista fechada seja a melhor forma de fortalecer os partidos, nós estamos abertos à discussão para a adoção de um método mais flexível. Afinal, não dá para esquecer que milhões de cidadãos e cidadãs foram às ruas pelo direito de ter eleições diretas para Presidente da República.

Muitos poderiam objetar: mas, então, por que não se adotar logo o voto distrital? Nesse sistema, o país é dividido em distritos, e os eleitores só podem votar em candidatos de seus distritos, como acontece nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Se é popular nos países anglo-saxões, esse sistema, senhoras e senhores, é totalmente estranho aos nossos costumes políticos. E se ele pode ter a virtude de aproximar o candidato do eleitor, seus vícios são muito piores.

O voto distrital tende a fortalecer oligarquias locais. Pior: o voto distrital cria graves distorções na representação popular. Um partido que tenha 51% dos votos em um distrito levará todas as cadeiras, e aquele que fique com 49% não terá representação parlamentar alguma. O resultado desse sistema, senhoras e senhores, é o fortalecimento do bipartidarismo, algo que só tivemos no Brasil quando nos foi imposto pela ditadura.

O voto distrital prejudica o bom funcionamento da democracia. Essa cultura, assim têm mostrado países que a adotaram, tende a favorecer as oligarquias locais e criar distorções. Um partido nacionalmente bem votado pode ficar sub-representado, e o sistema ainda pode gerar disputa pela delimitação dos distritos.

A primeira vítima do sistema distrital é a pluralidade. Esse sistema tende a privar de representação parlamentar as minorias, por mais expressivas que elas sejam; cria condições para que minorias sociais se transformem em maiorias parlamentares; tende a impor um bipartidarismo que seguramente está longe de refletir a complexidade das sociedades modernas; e elimina completamente a oportunidade de se fazer com que a cada cidadão corresponda um voto, como deve ser nas



democracias.

No sistema distrital, o voto é majoritário. Numa disputa entre dois candidatos de um determinado distrito, o candidato que conquistar um voto a mais que o adversário leva tudo. Aquele candidato que obtiver um voto a menos perde tudo. O voto majoritário, repita-se, é democrático para a escolha de candidatos a cargos executivos: Prefeito, Governador, Presidente. Nesses casos, só existe uma vaga a ser preenchida. É normal que aquele que tenha conquistado um voto a mais seja declarado vencedor. Outra coisa é uma eleição para o Legislativo, onde existem várias vagas. Aí o normal é que as cadeiras da Assembleia sejam distribuídas proporcionalmente pelo número de votos obtidos pelos partidos. No sistema distrital não é assim. A votação de cada partido não expressa necessariamente o número de vagas que ele obterá no Parlamento.

Aqui no Brasil, precisamos estar atentos para defender e ampliar a nossa pluralidade das ameaças de parte da Direita que tem dificuldade para conviver com a democracia e, por isso mesmo, está preparando o engodo do voto distrital ou de suas variações, construindo mistificações em torno de supostas virtudes do voto distrital, como se fosse a - entre aspas - "última panaceia democrática".

Defendemos, então, uma fórmula flexível, em que o eleitor possa votar na lista partidária e em um candidato de sua escolha ao mesmo tempo. Assim, teríamos as virtudes dos dois sistemas.

Senhoras e senhores, outro ponto fundamental da reforma política é a proposta da Presidenta Dilma Rousseff de classificar a corrupção dolosa como crime hediondo. É mais um passo decisivo para que possamos promover uma moralização da vida política do País, algo que já teve início com a aprovação da Lei da Ficha Limpa.

A corrupção, meus caros colegas, é uma chaga na República brasileira. Contra ela se levantaram, ainda na República Velha, os tenentes, em 1922 e em 1924, e a Coluna Prestes. Contra ela se manifestaram em 1992 os jovens caras-pintadas que foram às ruas pedir o *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

A corrupção é um câncer que tira do Estado a capacidade de responder às demandas da sociedade, despreza as necessidades e interesses da maioria dos cidadãos e privilegia uma minoria oligárquica disposta a pagar pela manutenção de seus privilégios.

Senhoras e senhores, gostaria agora de discorrer um pouco sobre a questão da saúde, outro pacto proposto pela Presidenta Dilma.

Nos últimos dias, muita polêmica foi criada em torno da vinda de médicos estrangeiros para trabalhar no SUS e atender às populações mais carentes do País.

O Sr. Francisco Praciano - Deputado Assis Carvalho, permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CARVALHO - Deputado Francisco Praciano, é um grande prazer, uma grande alegria poder ouvi-lo.

O Sr. Francisco Praciano - Primeiro, quero parabenizá-lo pela tese, pelo trabalho profundo que V.Exa. fez com relação à reforma política, tema de fato relevante neste País hoje. Mas eu gostaria de me ater a um ponto abordado por V.Exa. com relação



ao discurso da companheira Presidenta Dilma: a transformação da corrupção em crime hediondo, um crime gravíssimo, e, por conta disso, apesar mais fortemente o corrupto. Ou seja, basicamente a corrupção passa a ser um crime inafiançável, passa a ter um tempo maior de pena de prisão - de 2 para 4 anos, no mínimo, com essa alteração. Portanto, pune-se mais a prática da corrupção e o corrupto. Entretanto, gostaria de fazer uma observação: a corrupção é bem mais ampla, é multicausal, precisa que os três Poderes, inclusive este, entendam que precisamos de um trabalho mais profundo e mais estrutural. Em relação a isso, lembro da própria Lei da Ficha Limpa, como estou lembrando agora do projeto que passou pelo Senado e que transforma a corrupção em crime hediondo. Se a Justiça brasileira não julgar, aumentar a pena é quase inócuo. Nós temos Prefeitos que assumiram o mandato, temos Parlamentares que assumiram mandatos, temos outros que vão assumir e passar aqui todo o mandato, porque processos ainda estão nas gavetas da Justiça. Então, não há como não acelerarmos o julgamento pela Justiça brasileira, que incorre em um grande erro: ela julga pouco. Avaliações feitas por técnicos, por especialistas, identificam o grande problema da Justiça brasileira: ela não julga! E se ela não julgar, não adianta aumentar as penas. Nesse sentido, estou mandando um ofício à Mesa da Câmara dos Deputados para que coloque em votação - já está pronto para o plenário - projeto de uma Comissão Especial, da qual fiz parte, cujo Relator era o ex-Deputado Flávio Dino, e que criava um caminho mais rápido na Justiça para os processos de corrupção. Ou seja, criava uma vara especializada na primeira instância, uma proposta do Deputado Luiz Couto; nos Tribunais de Justiça dos Estados, câmeras especializadas de desembargadores; e nos Tribunais Superiores, turmas especializadas - no STJ e no Supremo. Em um País com 80 milhões de processos, se nós deixarmos os processos de improbidade e os processos de corrupção na fila dos 80 milhões, a impunidade vai dominar o País. Com impunidade nós não combatemos a corrupção. Portanto, há um projeto de uma Comissão Especial, cujo Relator foi o ex-Deputado Flávio Dino, e que está pronto para o plenário há mais de 3 anos. Nós pedimos que, paralelamente à votação da proposta de enquadramento do crime de corrupção na lei de crimes hediondos, aconteça também a votação dessa proposta a que me referi, para aumentar a velocidade de julgamento na Justiça. Sem aumentar a velocidade de julgamento na Justiça, sem julgamento, o aumento da pena será uma inocuidade. Muito obrigado.

O SR. ASSIS CARVALHO - Eu é que agradeço a V.Exa. imensamente, meu querido Deputado Francisco Praciano, o seu aparte, que incorporo ao nosso pronunciamento, porque concordarmos plenamente com o raciocínio de V.Exa.

Quero também, com muita alegria, conceder um aparte à minha grande amiga e grande Deputada Rosinha da Adefal. Antes disso, recorro à Mesa, à minha querida Deputada Erika Kokay, para que, embora os apartes enriqueçam o nosso pronunciamento, seja adicionado o meu tempo, a fim de que eu possa concluir o meu discurso.

A Sra. Rosinha da Adefal - Serei breve, para não tomar o tempo de V.Exa. Quero também parabenizá-lo por todas as considerações a respeito da reforma política. Queria só lembrá-lo de acrescentar a participação feminina nessa reforma. Quero contar com o seu apoio. Brigaremos juntos pela maior participação, pela paridade na representação neste Congresso. Com relação à saúde, tema sobre o qual V.Exa. vai continuar a discorrer, antecipando a sua fala, porque acho que V.Exa. falará sobre a vinda dos médicos estrangeiros, quero dizer que, além disso, precisamos reforçar a estrutura da saúde. Sem tomar o seu tempo, contamos com o seu apoio na participação feminina na reforma política. Parabéns, Deputado Assis. Muito obrigada.

O SR. ASSIS CARVALHO - Eu é que agradeço imensamente a V.Exa. o aparte.



V.Exa. sempre me alegra com a sua inteligência. Sem dúvida nenhuma, temos uma afinidade muito grande no olhar. Muito obrigado, Deputada Rosinha da Adefal.

Como eu dizia, no tocante ao setor de saúde, muitos médicos reagiram mal à proposta da vinda dos médicos estrangeiros. Mas devo dizer que, no curto prazo, trata-se da única solução para melhorar o atendimento à saúde nas regiões com déficit de médicos, principalmente o Norte e o Nordeste. Essas Regiões são as que mais sofrem com a ausência de médicos. Mais de 700 Municípios dessas Regiões não têm médicos morando nas localidades.

Dados do Ministério da Saúde mostram que os Estados das duas regiões estão abaixo da média nacional de 1,8 médico por mil habitantes. E esse índice nacional é menor do que o de outros países latino-americanos, como a Argentina, que conta com 3,2 médicos por mil habitantes; o México, com 2; sem falar de Cuba, com 6,7. No meu Estado, o Piauí, temos apenas 0,92 médico por mil habitantes. Ficamos apenas na frente do Amapá, que tem 0,77, e do Maranhão, que tem 0,58.

E as estatísticas mascaram outra realidade. No Piauí, o fato de haver 0,92 médico por mil habitantes não significa que em toda cidade haja essa cobertura. É aí está o grande problema: 91,95% desses médicos estão trabalhando na Capital, Teresina. Há Município do interior onde não há um único médico. E isso é muito prejudicial à saúde do povo brasileiro.

A média de referência que define a quantidade suficiente de médicos para atender mil habitantes é de 2,7 médicos por mil habitantes, de acordo com os dados divulgados pelo *Diagnóstico da Realidade Médica no Brasil*, do Ministério da Saúde.

Para atingir essa meta, precisaríamos contratar nada menos do que 168.424 médicos. Uma pesquisa mostrou que, de 2003 a 2013, foram criados 146.867 empregos formais para médicos, enquanto que apenas 93.156 médicos se formaram. Isso mostra que hoje, no Brasil, foram gerados cerca de 50 mil postos de trabalho a mais do que o número de formados, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Dos 13 mil profissionais solicitados ultimamente pelas Prefeituras para áreas carentes, apenas 3.800 foram contratados por programas do Ministério da Saúde, ainda que sejam concedidos bons salários e bônus para especialistas. Algumas Prefeituras, como é o caso de Açailândia, no Maranhão, oferecem 35 mil reais pelo serviço de um médico.

Por outro lado, como disse a Presidenta Dilma, o Brasil continua sendo um dos países do mundo que menos emprega médicos estrangeiros. Eles representam 37% no Reino Unido; 25% nos Estados Unidos; e 22% na Austrália. Em nosso País, temos apenas 1,79% de médicos estrangeiros.

O aumento de receitas para a saúde, proveniente dos *royalties* do petróleo, permitirá a melhoria das condições físicas de atendimento, bem como permitirá a contratação de mais médicos brasileiros e estrangeiros.

Nobres colegas Deputados e Deputadas, abordo agora o pacto pela educação pública. Essa é uma área em que o Brasil ainda deixa a desejar, apesar dos avanços. É uma herança pesada, pois somente a partir dos anos 1950 teve início o processo de expansão da escolarização básica do País. E o crescimento efetivo da rede



pública de ensino se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

O Brasil ocupa hoje o 53º lugar no *ranking* mundial de educação, entre 65 países avaliados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Mesmo com 98% das crianças em idade escolar matriculadas, ainda temos 731 mil fora da escola, segundo o IBGE.

O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos atingia 28% da população, em 2009, segundo o IBOPE. E 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental e moram nas grandes cidades não dominam o uso da leitura e da escrita. Além disso, muitos professores no País ainda recebem abaixo do piso salarial.

Diz a nossa Presidente que nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade correta, sem creche para a população de baixa renda, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico profissionalizante, sem universidades de excelência e sem pesquisa, ciência e inovação. E, para alcançar essas metas, é fundamental formar e valorizar professores e educadores, pagando-lhes bons salários.

Para isso são necessários recursos. Assim, a Câmara aprovou nesta semana o projeto que destina 75% dos *royalties* do petróleo à educação. Tenho certeza de que estamos criando condições de aumentar o percentual do PIB que aplicamos em educação, que hoje é de 5%, para 10%, até 2023, como prevê o PNE.

Temos que enfrentar o desafio da mobilidade urbana. A má qualidade do transporte público nas grandes cidades é um dos maiores problemas deste País, como mostrou o Movimento Passe Livre, que iniciou as mobilizações pela redução das tarifas.

O Governo Federal está fazendo a sua parte, desonerando impostos e congelando tarifas de metrô e trens. Novas desonerações estão a caminho, como a de PIS-COFINS sobre óleo *diesel* dos ônibus e energia elétrica consumida por metrôs e trens. Esse processo poderá ser ampliado se Estados e Municípios também desonerarem seus impostos. Foram destinados mais 50 bilhões de reais para investimentos em obras de mobilidade urbana. É preciso construir mais metrôs, corredores de ônibus e Veículos Leves sobre Trilhos.

É preciso, agora, como disse a Presidenta, aumentar a participação da sociedade na discussão da política de transporte e aumentar a transparência e o controle social no cálculo das tarifas de ônibus.

Finalmente, o pacto pela responsabilidade fiscal, para que possamos garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação, em meio à volatilidade da crise econômica internacional. Estados e Municípios, independentemente da orientação partidária de seus Governos, têm interesse nessa estabilidade.

É fundamental manter a nau no rumo, pois o Brasil é um dos poucos países do mundo que têm conseguido resistir ao *tsunami* financeiro, mesmo com a diminuição do ritmo de crescimento. Países avançados da Europa, Grécia, Espanha e Portugal estão com uma taxa de desemprego de 27%, 26,8% e 17,8%, respectivamente. E, na Espanha, esse índice supera os 50% na faixa etária dos 18 aos 24 anos. Já o Brasil, que viveu décadas assolado pelo fantasma da recessão e do desemprego, hoje tem uma taxa de desemprego de menos de 6%, o que é considerado praticamente pleno emprego.



Como disse a Presidente Dilma, o Brasil vem passando por um inequívoco e ininterrupto processo de transformação, talvez o maior processo de transformação da nossa história. O círculo virtuoso que o País vive, apesar das pesadas críticas da Oposição, revela equilíbrio entre estabilidade econômica, amplas liberdades democráticas, crescimento econômico, geração de empregos e justiça social.

Na última década, é inegável que o Brasil deixou de ser governado para a minoria da população. Essa era uma herança maldita que recebemos do regime colonial escravista que perpetuamos ao longo de todo o século XX. Mas, há 1 década, senhores, começamos a mudar esse ritmo.

As políticas sociais do Governo permitiram a inclusão de 40 milhões de pessoas, o que criou um amplo mercado de consumo de massa. E o povo agora, cada vez mais cioso dos seus direitos, está nas ruas, pedindo não apenas que essas mudanças continuem, mas também que elas se ampliem e ocorram de forma ainda mais rápida.

Em seu discurso de posse, o Presidente norte-americano Franklin Roosevelt, que seria responsável por resgatar o país da depressão econômica com políticas desenvolvimentistas, disse que *"a única coisa que temos que temer é o próprio medo"*.

Nós temos que enfrentar corajosamente o desafio que vem das ruas, ainda mais o PT, que é um partido que nasceu de baixo para cima, forjado nas lutas contra o arrocho salarial e a ditadura militar.

O exercício do poder tende a desgastar qualquer partido político. E, por isso, o desafio das ruas pode ser revigorante e essencial para que o PT não se burocratize, esterilizando sua energia vital, mas busque, nas massas populares, a renovação de suas energias.

Volto a citar o ex-Presidente Lula: *"É possível fazer política com seriedade. Você pode fazer o jogo político, pode fazer aliança política, pode fazer coalizão política, mas não precisa estabelecer uma relação promíscua para fazer política"*.

Tenho certeza de que vamos vencer esse desafio. Um partido como o PT, que tem em seu DNA o movimento de massas, a mobilização e a organização das camadas populares, tem todas as condições para conduzir as lutas do povo brasileiro.

Como ensinava o pensador e militante italiano Antonio Gramsci, existem dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância. E nós do PT sempre fizemos parte desse segundo tipo.

Por isso, a certeza da vitória, minha querida Presidenta.

Muito obrigado pela oportunidade de nos manifestarmos aqui nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Assis Carvalho, que representa, com tanta altivez, com tanta competência, o Estado do Piauí aqui nesta Câmara, pela lucidez do discurso e pela pontuação absolutamente indispensável da necessidade de uma reforma política, que é mãe de todas as reformas.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um novo tempo. Nas últimas semanas, o País foi sacudido por intensos atos de protesto que se espalharam por vários Municípios, grandes e pequenos. O que moveu essas grandes manifestações foi uma bandeira singela e previsível: a do reajuste nas tarifas dos transportes públicos. Foram as primeiras manifestações nacionais desde 1992, quando os estudantes se mobilizaram pelo *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, acusado de corrupção. Mas o que tomou o País de surpresa foi que a revolta não parou aí: em todo Brasil, destacadamente a juventude, saiu às ruas expressando descontentamento, um sentimento difuso, porém com foco crítico na política e na rejeição à organização partidária.

As manifestações mostraram que há um profundo mal-estar na sociedade com as mazelas políticas. Grande parte dessas mazelas tem origem no nosso sistema eleitoral, o que coloca na ordem do dia a urgência da reforma política. Acredito que a energia que vem da população é que move e legitima as instâncias de representação política no desempenho de suas relevantes funções constitucionais. Foi assim, por exemplo, quando, no fim da década de 70, a ampla maioria do povo brasileiro se rebelou contra um quadro institucional que comprimia drasticamente o espaço para que a sociedade se manifestasse na esfera política. Essa rebelião produziu alterações institucionais em cadeia que levaram à redemocratização do País, depois de 21 anos de ditadura militar.

A Constituição Federal de 1988 consagrou e ampliou os dois fundamentos decisivos do direito de participação política em nosso tempo: primeiro, a ampliação do sufrágio, que, em nosso País, inclui os jovens maiores de 16 anos; e, segundo, a liberdade dos cidadãos para se organizarem em partidos políticos destinados a intervir na arena pública. A relevância dessas duas conquistas do povo brasileiro foi de tal ordem que, desde então, uma realidade política totalmente nova se instalou no País. Hoje respiramos democracia e liberdade.

Sr. Presidente, nesta semana, esta Casa deu demonstração de que caminha para um novo rumo em sua história, caminho este que deverá ser marcado pela sintonia com as ruas, que reclama de seus representantes uma nova agenda política. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta que destina os recursos dos *royalties* do petróleo para a educação e a saúde e as novas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Além disso, rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, que reduzia o poder de investigação criminal do Ministério Público. Ao fazermos isso, concordamos com a legítima pressão da sociedade, que cobra uma atenção permanente das instituições e exige ser ouvida com maior frequência e ser atendida com preferência.

Também aprovamos o Fundo de Participação dos Estados, que foi criado pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965, como se sabe, para ajudar a reduzir as desigualdades regionais, proporcionando aos Estados com menor capacidade de arrecadação e de atração de capitais e de empresas, maior disponibilidade de recursos fiscais para melhor viabilizar a execução de suas políticas públicas.

Constituído de 21,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e de 21,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o FPE repassa atualmente cerca de 50 bilhões de reais aos 26 Estados e ao Distrito Federal. Com tratamento preferencial, os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste



recebem 85% desse total, enquanto que os Estados do Sul e do Sudeste, com grande atividade econômica e maior capacidade de arrecadação, ficam com os 15% restantes. Ocorre que, no início de 2010, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os critérios de repasse do FPE, que deveriam ter sido revistos com base no Censo de 1992, eram inconstitucionais e deu prazo de 2 anos para que o Congresso adotasse novos critérios. Esse prazo, que venceu em dezembro de 2012, foi prorrogado até o próximo dia 30.

Ontem, aprovamos duas emendas ao texto do Senado: uma determinando que eventuais desonerações concedidas pelo Governo Federal quanto a esses tributos não serão consideradas no cálculo do repasse aos Estados e aos Municípios e a outra obrigando a União a compensar financeiramente os Estados que perderem recursos com os novos critérios de rateio. O texto prevê que os coeficientes atuais permaneçam vigentes até 31 de dezembro de 2015. Depois, o montante a pagar em cada ano será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por 75% da variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior ao que for usado como base de cálculo. No caso de o montante a distribuir ser maior que o obtido com esse reajuste, a partir de 2016, o projeto prevê a divisão da diferença com base em critérios proporcionais à população e ao inverso da renda domiciliar *per capita*. Quanto menor a renda, mais recursos do rateio para o Estado.

Na mesma sessão, esta Casa adotou uma saída intermediária para a proposta de destinar 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. Acreditamos que o ideal seria a aprovação da proposta original, mas a solução encontrada pelos Deputados segue no caminho de estimular o desenvolvimento econômico, permitindo a igualdade de oportunidades e o enfrentamento dos problemas sociais que são indicadores de desigualdades.

Entendemos que, agora, precisamos avançar muito para atingir a meta de investimentos de 10% do PIB em educação em 2023, como prevê o Plano Nacional de Educação. Pela proposta aprovada, a vinculação para a saúde foi de 25% dos *royalties* dos contratos, não incluindo os recursos do Fundo Social. O texto prevê que União, Estados e Municípios terão obrigatoriamente de investir esse percentual na saúde.

Esta é, por princípio, a Casa do Povo e, por isso, volto a dizer, estará aberta à sociedade e em sintonia com a voz das ruas.

As galerias deste Plenário foram tomadas pelo povo, que pedia a rejeição da PEC 37. Essa era uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes que tomaram as ruas de diversas capitais do País durante as últimas semanas e pedia o arquivamento dessa proposta de emenda à Constituição, que reduzia a atribuição de alguns órgãos públicos, em especial, o poder de investigação criminal do Ministério Público.

Sr. Presidente, o povo reclama por melhorias, principalmente nos serviços públicos, como a mobilidade urbana, a saúde, a educação e a segurança pública. A Câmara dos Deputados precisa contribuir na implementação dos pactos apresentados pela Presidente Dilma Rousseff e se tornar facilitador das mudanças clamadas pelas ruas e tão necessárias para o desenvolvimento do País e do povo brasileiro. O Brasil vive um momento decisivo e somos motores das mudanças que virão.

Sabemos que os partidos são essenciais ao funcionamento de uma democracia. Sem eles, não é possível a interlocução entre a sociedade e o Estado. Por isso, a crítica generalizada e indistinta aos políticos e às agremiações pode ganhar conotações



autoritárias e levar água ao moinho das soluções de força, como ocorreu no Brasil em 1964. Por outro lado, é preciso encontrar caminhos para aperfeiçoar os mecanismos da representação, cujos vícios aparecem em profusão na história recente do País, como mostram os escândalos de corrupção. Uma reforma política, portanto, deve começar pela criação de mecanismos que, se não eliminem, reduzam as possibilidades de corrupção.

Ao lado da bandeira da reforma política, voltou à ordem do dia a taxação das grandes fortunas. A tributação está prevista no art. 153 da Constituição e há 25 anos a letra do Constituinte originário aguarda regulamentação pelo Congresso Nacional, que, agora, é chamado a se debruçar sobre o tema. Entendo que o financiamento do pacto da mobilidade urbana, apresentado pela Presidente Dilma, requer a retomada da discussão sobre a taxação desse tributo.

Quero aqui destacar que, entre os vários projetos que tramitam nesta Casa versando sobre a matéria, está o Projeto de Lei Complementar nº 130 de 2012, apresentado no início de fevereiro deste ano e que institui o Imposto sobre Grandes Fortunas. Com essa proposta, pretendemos que a incidência do tributo atinja tão somente aqueles que apresentam grandes fortunas, estimados em cerca de 10 mil famílias, e, principalmente, dentro desse universo de contribuintes, as 5 mil famílias que teriam um patrimônio equivalente a 40% do PIB. Estima-se que a arrecadação total desse imposto fique no patamar mínimo de 6 bilhões de reais no primeiro ano de seu recolhimento.

Com a proposta que apresentamos serão tributados, em alíquotas progressivas, aquelas pessoas que possuam, hoje, patrimônio superior a 12,532 milhões de reais. Ressalto que a ideia central dessa proposta é fazer com que o sistema tributário brasileiro abandone a característica regressiva - de quem ganha menos paga mais - e adote um caráter progressivo: quem ganha mais paga mais.

Sr. Presidente, como disse no início, vivemos um novo tempo, e compreender a profunda crítica ao modelo político atual é condição primeira para todos nós que desejamos instituições modernas, como forma de impedir retrocessos no progressivo aperfeiçoamento da democracia. Por isso, conclamo todos para nos debruçarmos sobre um amplo projeto de reforma política, uma reforma que vá além de mudanças das regras eleitorais e que altere o modelo de Estado brasileiro, tornando-o mais democrático e mais acessível a todos os brasileiros.

Obrigado.

Documento 39/85

187.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 28/06/2013-
CD 09:12

Publ.: DCD - 29/06/2013
27184

LINCOLN PORTELA-PR -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

LÍDER
DISCURSO

Sumário



Contrariedade à proposta de financiamento público de campanhas eleitorais. Acolhimento pela Comissão de Legislação Participativa de pauta de reivindicações apresentada por participantes em manifestações populares. Elogio à Polícia Legislativa Federal pela atuação durante mobilizações realizadas em frente ao Congresso Nacional.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Izalci, Sras. e Srs. Parlamentares, o Partido da República sempre esteve presente na discussão sobre a reforma política. Eu pelo menos já fiz parte por três vezes de Comissões da reforma política. Cada vez que nos apresentavam um texto, mais mirabolante o texto era, mais cheio de complicações o texto era. Até que, por fim, trouxeram-me um texto belga, um país que é do tamanho do Estado de São Paulo e muito menor em população.

Ora, Sras. e Srs. Parlamentares, a reforma política precisa acontecer. Hoje as pessoas estão falando mais uma vez sobre financiamento público de campanha.

Quero dizer que sempre fui contra o financiamento público de campanha. O financiamento público de campanha não impede a corrupção.

Quero dizer que o meu partido, em Minas Gerais, é o quarto partido, segundo o que está proposto, mais beneficiado em relação a financiamento de campanha. Ou seja, eu, particularmente, com a votação que tive, segundo os textos que estavam colocados aqui, logo de cara já receberia 770 mil reais, aproximadamente, para financiar a minha campanha política.

Além de você pagar impostos altíssimos, ainda vai pagar imposto para mim, no sentido de me dar o dinheiro para a minha campanha. Você já paga o meu salário, você já paga a minha verba indenizatória, você já paga os funcionários do meu gabinete, você já paga o fundo partidário para o meu partido e para todos os partidos que têm representação nesta Casa e ainda vai me dar de presente 770 mil reais, que poderiam ser para a saúde, para a educação, para a moradia, enfim, para o povo.

Agora, multipliquem isso pelos 513 Deputados aqui na Câmara. Quanto o Estado brasileiro vai gastar com o financiamento público de campanha, fora o fundo partidário, que já é de quase 200 milhões por ano?

Então, imaginem bem essa brincadeira. Aí, o povo estará mais ainda nas ruas.

Sociedade brasileira, fique esperta com isso! Financiamento público de campanha não tira corrupção. Primeiro, a corrupção já está no coração do ser humano. Isso precisa ser trabalhado. Segundo, o sistema leva à corrupção. Terceiro, se não se tem seriedade com a coisa pública, vai receber o financiamento público de campanha, vai pegar militantes do partido... E não digam: *"Isso não acontecerá no meu partido"*. Parabéns para você se isso não acontecer no seu partido! Pega o militante, dá-lhe dinheiro no caixa dois e diz que o militante está fazendo campanha com dinheiro próprio, com vida própria, ou melhor, espontaneamente.

O militante de São João do Pacuí, que eu tenho lá do meu partido, vai fazer a campanha para mim, porque é militante, e eu não vou dar nada para ele no caixa dois! Ora, meus amigos, vamos parar com histórias da carochinha!

Então, fiquem atentos com essa questão do financiamento público de campanha. Eu



sou tremendamente beneficiado por ele. Mas é um absurdo.

Outro assunto que quero abordar é que, como Presidente da Comissão de Legislação Participativa, no dia da primeira manifestação, dia 20, eu fiquei ali, juntamente com o Diretor-Geral da Casa, Dr. Sérgio, com a Dra. Cássia e outros mais, por 6 horas, esperando os manifestantes, de pé. Depois, coloquei-me, a pedido da Casa, como alguém para fazer uma interlocução com os representantes. A realidade é que esses grupos não têm representantes específicos. Mas lideranças acabam aflorando, e essas pessoas acabam chegando mais perto de outras lideranças.

Esta semana - está aqui no *Jornal da Câmara* - recebi, primeiro, na terça-feira, por 2 horas, um grupo de oito manifestantes e anteontem 28 manifestantes na Comissão de Legislação Participativa, uma comissão de debate popular, fórum certo para decidirmos essas coisas.

Ora, o Presidente Henrique Eduardo Alves, na hora do jogo, não se preocupou com isso, esteve recebendo aproximadamente 30 representantes, que apresentaram propostas, tais como: arquivamento imediato do PL 728, que tipifica manifestações como atos terroristas durante a Copa do Mundo e a Copa das Confederações; aprovação do projeto de lei que transforma corrupção em crime hediondo - o Senador Pedro Taques aprovou no Senado esse projeto; fim do voto secreto parlamentar, PEC 349 - não dá para ter acordo na PEC 349, mas já estamos votando na CCJ o fim do voto secreto; mais investimento na área de saúde, educação e segurança; CPI para investigar os gastos da Copa; a favor de um Estado laico efetivo; fim do foro privilegiado para autoridades; melhorias imediatas no transporte público; pelo voto facultativo e reforma política com participação popular.

Quero aqui parabenizar o Dr. Sérgio - na primeira invasão desta Casa, ele recebeu cuspidas no rosto, dois pontapés, safanões - por ter ficado permanentemente junto com esses companheiros e essas companheiras que vieram aqui pacificamente. Ele, democraticamente, tratou todos muito bem.

Quero deixar um elogio especial à Segurança da Câmara, que tem trabalhando com muita competência nesse sentido, com simpatia, porém, com firmeza e ordem.

Esta Casa e a Comissão de Legislação Participativa estão abertas.

Deputado Jutahy, muito obrigado por ter cedido o tempo. Um abraço e obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.



CD

14:48

Publ.: DCD - 02/07/2013 - LUIS CARLOS HEINZE-PP -RS
27293

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO**Sumário**

Posicionamento do orador acerca de pontos da reforma política. Sugestão de mudança na sistemática dos trabalhos legislativos da Casa. Defesa de redução de tributos sobre o óleo diesel utilizado nos transportes urbano e de carga e no setor agrícola. Caráter inoportuno do megaprojeto de construção do Trem de Alta Velocidade - TAV, o chamado trem-bala, entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Deputado Henrique Fontana traz um tema importante. Eu acho que esta Casa pode e deve debater este tema; só que sou contra o plebiscito. Acho que nós, da forma como já discutimos o assunto - existe agora um ambiente que há seis semanas não havia; porque de duas semanas para cá o ambiente é outro, seja no Executivo, seja aqui no Legislativo -, podemos voltar a discutir esta questão. Por exemplo, sobre a questão do voto em lista, tenho a posição contrária, embora hoje seja eu até beneficiado no meu partido, Deputado Ricardo Berzoini, pela posição que eu tenho. Mas sou contra, porque, quando comecei, eu não era o primeiro da lista. Hoje eu sou. Mas não penso em mim hoje; penso em mim quando comecei. E, assim, certamente muitos colegas não estariam nessa posição.

Então este tema, Deputado Onofre Santo Agostini, é importante.

Acho que é importante discutir a questão do financiamento público. Eu também sou contra o financiamento público neste momento, com tanta falta de dinheiro para educação, saúde, infraestrutura e tantas coisas de que o Brasil precisa. O que tem que haver é mais fiscalização em cima do processo. A corrupção que existe hoje no Brasil não é tanto pela questão específica do financiamento público de campanha.

Então eu acho que este é um tema importante que nós podemos trazer para o debate.

Da mesma forma, há outra questão que nós podemos trazer aqui também para esta Casa, Deputado Mauro Benevides - Senador, Governador. Pela sua experiência, que tal se nós fizéssemos, por exemplo, um expediente diferente? Nós trabalhariamos três semanas por mês, de segunda-feira a sexta-feira, aqui nesta Casa e nos Ministérios, com uma semana para visita às bases. Então, se nós estivéssemos também intensificando o trabalho, Deputada Benedita da Silva, fazendo, por exemplo, três semanas - as três primeiras semanas seriam para deliberação e discussão dessas matérias, aqui na Casa, nas Comissões ou nos próprios Ministérios, sendo que deixaríamos uma semana para visita às bases. Porque é importante a visita às bases. Nós somos cobrados para visitar as bases. Assim, nós renderíamos mais do que ficar aqui terça-feira e quarta-feira e, daqui a pouco, esporadicamente, também quinta-feira. Se nós ficássemos aqui segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira, por três semanas seguidas, quantos dias nós teríamos para trabalhar aqui nesta Casa? Então eu acho que é importante deliberarmos sobre esse tipo de tema com a Mesa-Diretora dos trabalhos e também com os próprios partidos. Acho que nós renderíamos mais. Para mim, como está é incômodo. Eu tenho que visitar as bases. Pela distância que eu fico da minha base principal, eu tenho que andar 600



quilômetros cada final de semana: 600 quilômetros para ir e 600 quilômetros para voltar - são 1.200 quilômetros. Todo final de semana eu rodo 2 mil, 3 mil quilômetros, o que para mim não é problema.

O ponto importante é que, se nós tivéssemos mais tempo para nos dedicarmos à Casa, mas com uma semana livre todo mês, nós estaríamos rendendo mais, seja aqui no plenário da Câmara dos Deputados, seja nas Comissões ou nos Ministérios.

A reforma política é outro tema importante que devemos debater na Casa.

A reforma política é fundamental, assim como a reforma tributária. Há um excesso de recursos que vêm para Brasília: 60%, 65% dos recursos. Para os Estados são destinados em torno de 20% a 25%, e algo em torno de 10% para os Municípios. As pessoas moram nos Municípios, Deputada Benedita da Silva.

Sabemos que existe um passeio: o dinheiro vem para Brasília, retorna para o Estado e, depois, volta ao Município. O sistema poderia ser diferente neste momento. Prefeito e Vereador vêm aqui com pires na mão em busca de uma emenda de 100, 200, 300 mil reais - e gastando quanto para virem de qualquer parte do Brasil! Tínhamos de ter um sistema diferente na partilha dos recursos para atender a essas demandas.

Aproveitando a greve dos caminhoneiros hoje, e durante esta semana, esclareço que é o setor produtivo que está se manifestando. Com relação aos tributos que temos sobre o *diesel*, há um projeto de nossa autoria que é específico para o *diesel*, no que diz respeito ao transporte. Quem vive na cidade e faz uso do transporte urbano, deveria ter um *diesel* mais barato, isento de impostos federais e estaduais. Os caminhoneiros que transportam a nossa produção também deveriam pagar menos pelo *diesel*.

Deputado Onofre Santo Agostini, vamos puxar a brasa para o nosso lado, que é o da agricultura! Os produtores rurais também poderiam ter um *diesel* mais barato. Devemos rever a situação do transporte urbano, do transporte de carga e da agricultura. Ao revermos essas áreas, devemos nos perguntar quanto representam hoje os tributos federais e estaduais na questão específica do *diesel*.

Repto: devemos rever o transporte de cargas, que transporta a produção de todo o Brasil, bem como o transporte urbano, os ônibus que levam as pessoas por meio do passe livre e o setor agrícola, Deputada Benedita da Silva.

Sou do meio agrícola, que é muito importante. Nós precisamos fazer este tipo de reflexão. Com isso, nós estaremos barateando o custo da alimentação para o povo brasileiro, o custo do transporte das nossas mercadorias, o custo dos insumos e a passagem dentro das cidades.

Deputada Benedita da Silva, devemos nos preocupar com o custo do *diesel* para as empresas de transporte urbano, dentro do Rio de Janeiro ou de qualquer cidade do meu Estado do Rio Grande do Sul.

Então, por isso é importante essa questão da desoneração. Isso nós temos que discutir com os Estados e também com os Municípios. Mas, desde logo, é uma boa ideia.

E volto a repetir, mais uma vez, sobre a questão do trem-bala: sou contra, embora eu

saiba que iria beneficiar o Rio de Janeiro, o seu Estado, Sra. Presidenta, e também o Estado de São Paulo. Mas, com 50 ou 60 bilhões de reais nós podemos fazer muita coisa em todas as rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 41/85

189.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 01/07/2013-15:21
Debates - CD
Publ.: DCD - 02/07/2013 - RICARDO BERZOINI-PT -SP
27299
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DEPUTADOS

Sumário

Apoio às recentes manifestações de trabalhadores e estudantes no País. Repúdio à infiltração, em mobilizações populares, de indivíduos com o objetivo de desestabilização de instituições públicas. Atuação da Casa em consonância com as demandas sociais. Realização da reforma política. Reexame do rito de tramitação de proposições na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Acerto do posicionamento da Presidenta Dilma Rousseff a favor da convocação de plebiscito sobre a reforma política. Revisão da política tributária brasileira e do pacto federativo. Incoerência entre o discurso do Poder Judiciário e decisões intestinas da instituição.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luiz Couto, que dirige a sessão com competência e qualidade, meus cumprimentos.

Também é um prazer falar diante do Senador e Deputado Mauro Benevides, que foi Presidente do Congresso Nacional à época de outra grande mobilização.

Deputado Benevides, V.Exa. foi Presidente do Congresso quando aconteceu outra grande mobilização, relacionada ao *impeachment* do então Presidente Collor. À época, eu era sindicalista e vinha ao Senado Federal entregar um conjunto de denúncias de irregularidades que ocorriam no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Certamente sua experiência só qualifica esta Casa no debate político.

Sr. Presidente, Deputada Benedita, Deputado Mauro Benevides, a mobilização popular que tomou conta das ruas do Brasil nas últimas semanas, como eu disse desta tribuna há 2 semanas, é bem-vinda. A percepção do cidadão de que pode interferir na política por meio de manifestação democrática é algo extraordinário e que só me alegra, porque essa é a essência do Partido dos Trabalhadores. Mas é, antes



de tudo, a essência da democracia a necessidade de fazer de cada homem e de cada mulher agentes de sua história, participantes do processo político de seu país, para construírem efetivamente uma democracia, para que não se reduza ao ato de votar, seja essencialmente o campo para se participar de sindicatos, de associações, até mesmo participar de reuniões de condomínio, de que muita gente se omite, e depois reclama, quando recebe a ata em seu apartamento ou em sua casa.

A participação revela o desejo de um povo de construir um futuro muito melhor do que o que existe. E é preciso, neste momento, haver serenidade para se fazer a interpretação. É verdade que largos setores das ruas têm compromisso e desejo de democracia, mas é preciso perceber que alguns entraram na mobilização para tentar fazer a apologia da não democracia, a apologia da desestabilização das instituições, tentando criticar o Congresso Nacional, como se o Congresso Nacional não fizesse nada.

Eu sei que, muitas vezes, as publicações do nosso País, a mídia eletrônica e a mídia impressa passam só o lado negativo do Congresso Nacional. Eu tive a paciência, Deputada Benedita, de fazer uma consulta sobre quais foram as leis aprovadas nos últimos 3 anos nesta Casa. E fiquei não surpreendido, pois sou membro desta Casa, mas feliz, por confirmar aquela que era a minha percepção. Esta Casa produz cotidianamente trabalho de qualidade e legisla com compromisso nacional na maioria dos casos. É claro que, como qualquer entidade, qualquer instituição, qualquer conjunto de homens e mulheres, às vezes erra, às vezes retrocede em questões fundamentais para o nosso País. Mas esta Casa trabalha muito.

No entanto, há uma percepção da população de que o sistema político brasileiro não a representa de maneira adequada. Alguns dizem: "*Não nos representam*". Não sou daqueles que acreditam nisso. Eu acho que esta Casa representa a sociedade brasileira.

Mas, entre representar tudo e não representar nada, há uma grande distância, há muitas nuances, há diversas possibilidades. Muitas vezes esta Casa é muito lenta, muito burocrática. O nosso Regimento Interno é um regimento para quem gosta de burocracia. Possibilita inúmeros requerimentos para se fazer uma obstrução de fachada, obstrução que não impede a maioria de governar, mas que dificulta o processamento de matérias importantes que poderiam, naquele espaço de tempo, estar sendo examinadas pelos Deputados. Quantas vezes ficamos aqui de madrugada? Ficamos até 2 horas da manhã, 3 horas da manhã, 4 horas da manhã, votando temas importantes, mas é um tempo exagerado, que nos acaba consumindo em termos de energia e de paciência quanto à apreciação de outras relevantes matérias.

Nesse sentido, Sra. Presidente, Deputado Mauro Benevides, nós temos hoje que nos debruçar sobre uma reforma política que não se esgote nos temas centrais que são colocados a cada tentativa. Eu sou defensor do financiamento público de campanha, mas admito o financiamento de pessoa física, com valores moderados, com valores módicos. Eu sou defensor do voto em lista, mas admito um sistema como o distrital misto, que possibilita o voto nominal junto com o fortalecimento dos programas partidários. Eu sou a favor do fim das coligações proporcionais, mas admito que haja a qualificação das coligações proporcionais. Sou a favor principalmente de que expandamos esse leque, para discutirmos outras questões importantes. Por exemplo, faz sentido, no século XXI, haver mandato de 8 anos para Senador? Conferir a um cidadão 8 anos para permanecer no cargo sem que se faça a checagem da sua representatividade política?



O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Ricardo Berzoini?

O SR. RICARDO BERZOINI - Deputado Mauro Benevides, é um imenso prazer ouvi-lo.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Berzoini, V.Exa. tece considerações em torno da reforma política, mostrando aqui e ali o seu pensamento sobre temas que têm sido abordados seguidamente nesta Casa, sem que tenhamos conseguido apresentar um projeto perfeito e acabado, em condições de ser assimilado pelos Deputados. Veja V.Exa. que houve uma comissão na Legislatura anterior à última, e o Relator foi o Deputado João Almeida, da Bahia. Elaboramos um projeto, aprovado com a discrepância de 2 ou 3 votos. Na Legislatura passada chegamos a apresentar outro projeto, cuja aceitação, a meu entendimento, poderia ser até indiscrepante neste plenário. Mas, quando o Presidente Arlindo Chinaglia selecionou uma das matérias - talvez a mais polêmica, a da lista preordenada - e a submeteu, com o apoio de todas as Lideranças, à decisão deste Plenário, V.Exa., que aqui já estava, sentiu que a votação resultou surpreendentemente desfavorável àquela matéria, por 32 votos. Os Líderes ficaram atônitos, porque eles haviam assinado o requerimento de urgência, mas houve como que uma incompreensão relativamente ao tema que havia sido delineado no projeto do Deputado Ronaldo Caiado. Portanto, V.Exa. veja que, quando se pensa, em determinado momento, que há uma aceitação indiscrepante, aqui e ali surgem vozes discordantes, porque essa temática é complexa. Vamos ver se encontramos nas próximas horas, independente até mesmo da consulta plebiscitária, algo que possa significar consensualmente o pensamento deste Plenário, na heterogeneidade de suas bancadas. Cumprimento V.Exa. pela abordagem oportuna da reforma política, que está no cotidiano das nossas discussões.

O SR. RICARDO BERZOINI - V.Exa. tem razão, Deputado Mauro Benevides, muitas vezes a dificuldade de se encontrar um denominador comum quanto a esse tema chega a desanistar aqueles que estão trabalhando para que ele seja bem-sucedido.

No entanto, eu diria - tenho dito isso já há algum tempo, há alguns meses, e não apenas agora, quando ocorrem essas manifestações - que não existe tema mais importante do que o estabelecimento do financiamento de campanha, que afaste o capital privado, os interesses empresariais do financiamento das campanhas. Nós sabemos que as campanhas recentes, lamentavelmente, têm-se transformado em caríssimas campanhas em que há pouca transparência nos gastos, já que cada candidato pode gastar da maneira que bem desejar o dinheiro arrecadado; há pouca transparência sobre a arrecadação, já que os doadores podem doar ao partido, e o partido faz o repasse para cada candidato; há principalmente a sensação geral de que nós somos, de certa forma tal qual um time de futebol ou um piloto de Fórmula 1, patrocinados por grandes organizações e de que com elas teríamos compromissos inconfessáveis perante o povo brasileiro.

Eu acredito que a maioria dos Parlamentares desta Casa e do Senado não tem esse tipo de comportamento, mas a imagem fica, Presidente Benedita, porque, quando surge denúncia da participação de empreiteira num processo irregular, verifica-se, em primeiro lugar, quais foram os Parlamentares que receberam doações daquela empreiteira. Mesmo que não tenham nada a ver com aquele assunto, mesmo que não tenham passado sequer perto da obra, fica a imagem de que aqueles Deputados têm algum tipo de atuação a favor da suposta irregularidade.

Mais do que isso, é importante para o povo brasileiro saber que as campanhas



eleitorais não serão um festival de gastos escandalosos, gastos opulentos, gastos que muitas vezes ferem a sensibilidade do eleitor, que vê muitos carros de som na rua, muito material luxuoso, muita gente contratada para fazer campanha.

Aliás, a contratação de cabos eleitorais, Presidenta Benedita, hoje está flirtando com a compra de voto. Pelo número de cabos eleitorais que são contratados em muitas campanhas, as pessoas dizem: *"Na verdade, isso não é contratação de cabo eleitoral, isso é compra de voto"*. Não quero entrar no mérito, se é verdade ou não, quero entrar no âmago do assunto, que é discutir como se faz campanha eleitoral num país como o Brasil, numa democracia recente que se constrói a cada dia.

Como este Plenário delibera sobre os temas mais importantes do País - marco regulatório da infraestrutura em vários níveis, tributação sobre empresas, contratos relacionados a gastos públicos -, é óbvio que, se não tivermos o cuidado de pensar em como descontaminar a relação entre representantes do povo e empresários, este Parlamento, o conjunto da política brasileira (refiro-me também aos Prefeitos, aos Governadores, ao Presidente da República) ficará cada vez mais sujeito a interpretações que ferem a nossa dignidade e a nossa capacidade de bem representar o povo brasileiro.

Considero importante avançar em outros temas. No que se refere à questão do Senado Federal, hoje ninguém mais admite que possam existir mandatos de 8 anos. Em 8 anos muda a conjuntura, em 8 anos muda a tecnologia, em 8 anos muda a percepção do povo. E uma pessoa que se elegeu 8 anos atrás vota em nome do povo.

Temos que acabar imediatamente com a figura do suplente de Senador, que virou, em muitos casos, uma espécie de financiador da campanha, com a expectativa de exercer o mandato por 6 meses, por 8 meses, por 1 ano.

Nós temos que acabar urgentemente com a lentidão na tramitação das propostas legislativas. Na Câmara e no Senado, há bons projetos que precisam ser aplicados com urgência. Ficam à espera, no entanto, durante 1 ano, 2 anos, 3 anos, como o Estatuto do Idoso, que aguardou mais de 10 anos para ser aprovado, em parte porque o Governo anterior ao do Presidente Lula não queria que fosse aprovado, em parte porque a obstrução, em vez de ser exceção, virou regra. A Minoria - digo isto com tranquilidade, porque entrei nesta Casa como Minoria e assim fiquei por 4 anos - vira Maioria e impede que se faça aquilo que foi aprovado pelas urnas.

Estou convencido, portanto, de que esse tema da reforma política é fundamental.

A Presidenta Dilma acertou quando propôs a convocação de um plebiscito. Sabemos que há uma dificuldade operacional, vamos ter que pensar num prazo para podermos promover a discussão popular e depois a tradução em lei, nesta Casa e no Senado, daí que for aprovado pelo povo. Talvez tenhamos que fazer uma emenda à Constituição relacionada, nesse processo, à desconsideração plena da antecedência de 1 ano para a aplicação das leis.

Mas, de qualquer maneira, a Presidenta acertou, porque, por ocasião de manifestação nas ruas, ela propôs que o povo continuasse se manifestando, propôs que o povo compareça para decidir em relação às questões que forem aprovadas por esta Casa quanto a um plebiscito. Assim vão declarar se querem dinheiro privado ou não nas campanhas eleitorais; se querem que haja voto em lista, distrital, distrital misto, distritão ou a forma atual; se querem continuar com coligações partidárias



proporcionais, que são absolutamente oportunistas, ou se querem um processo, por exemplo, de federação de partidos, que tenham que permanecer, durante toda a legislatura, irmanados de maneira orgânica, para que possamos ter um sistema político que preserve efetivamente e preze os seus compromissos com o voto do eleitor.

Ouço o aparte do Deputado Luiz Couto, para que S.Exa. possa participar deste debate.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Berzoini, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V.Exa. destaca a importância da reforma política e também a responsabilidade do próprio Congresso Nacional pela sua não aprovação. Teve três oportunidades para votar uma reforma política, que ainda não era a reforma política que nós queríamos. V.Exa. cita uma série de elementos importantes para a reforma política, como a questão do Senado, a redução de 4 ou 5 anos para todos, acabando com a reeleição, estabelecendo período de 5 anos para o mandato, sem reeleição. É possível fazer isso aqui. Mas também é importante V.Exa. ter complementado aquilo que o Deputado Henrique Fontana, no Pequeno Expediente, disse sobre a proposta do plebiscito. Acho que há outros elementos que podem constar na questão do plebiscito, e V.Exa. já apresenta quais seriam esses elementos. Parabéns pelo pronunciamento. Tenho certeza de que esta Casa tem que fazer isso sim. A pressão popular é fundamental. No momento em que houve pressão popular aqui, em apenas 1 dia votamos três projetos que não seriam votados se não tivesse havido essa pressão. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. RICARDO BERZOINI - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Ainda em relação à reforma política, quero abordar o tema da participação das mulheres no Parlamento. Nesta Casa, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, com raras exceções, há sub-representação feminina. E essa não é uma questão menor. As mulheres têm pontos de vista a respeito de questões de representação que merecem uma proteção sob o aspecto da Lei Eleitoral, para que possamos superar um desequilíbrio que tem raízes históricas.

Há igualmente um desequilíbrio em relação aos negros, que também são sub-representados nesta Casa, nas Assembleias e nas Câmaras, e em relação aos jovens. Evidentemente, o poder econômico e o poder político se concentram naqueles que são brancos, naqueles que são homens e naqueles que são não tão jovens.

Essa é uma questão fundamental, que tem de ser observada de maneira madura pela sociedade brasileira. O Parlamento tem que ter mais diversidade, tem que ter maior capacidade de representação dos diversos segmentos do povo.

No momento, talvez ainda não tenhamos amadurecido a representação de cotas étnico-raciais, como o PT já aprovou, pelos seus diretórios nacional, estaduais e municipais, mas creio que já há maturidade suficiente para votarmos a questão da representação das mulheres. E essa é uma questão muito cara ao Partido dos Trabalhadores, porque, desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores vem defendendo que a mulher tem que ter não apenas um incentivo, mas regras de acesso privilegiadas para a participação na política. Não se trata de privilégio, mas de compensação à discriminação de que sempre foram objeto no País, que há pouco mais de 60 anos estabeleceu o direito de voto da mulher, e ainda tem uma postura



preconceituosa em relação a várias questões femininas.

Ouço o aparte do Deputado Bohn Gass, com muita alegria.

O Sr. Bohn Gass - Deputado Berzoini, agradeço a concessão do aparte e o parabenizo pelo pronunciamento. Sobre este ponto, o da participação da mulher, nós avançamos, no sentido de estabelecer na legislação que deve haver ao menos 30% de candidaturas femininas. Talvez seja uma boa sugestão, Deputado Berzoini, incluirmos no plebiscito - o grande tema que queremos debater com a sociedade - que a população se manifeste a respeito disso. Há necessidade não apenas de percentual de candidaturas de mulheres, mas de efetiva representação feminina. Refiro-me à eleição propriamente dita. Eu acho que esse é um tema fundamental. A lei avançou quanto a percentual de candidatas, mas ela deve avançar, no caso das mulheres, relativamente à composição mínima, nesta Casa e em todos os outros Parlamentos.

O SR. RICARDO BERZOINI - Sem dúvida, Deputado Bohn Gass, esse é um tema fundamental.

Eu queria avançar dizendo que as ruas certamente não estão se manifestando apenas por uma reforma política. O povo brasileiro em geral, inclusive aquele que não foi às ruas, não está se manifestando apenas por uma reforma política. E o Governo da Presidenta Dilma e o Parlamento têm que tomar o cuidado de não passar a ideia de que somente essa questão poderia minimizar a insatisfação de parcelas do povo brasileiro.

Eu chamo a atenção para isso porque nós estamos concluindo 10 anos - já se inicia o 11º ano - de um Governo que realizou muito em termos de geração de empregos, em termos de ampliação da renda dos trabalhadores, em termos de investimentos em infraestrutura. Mas o nosso País estava muito atrasado em muitas questões, e hoje a população percebeu que pode ter emprego e renda, não aceita mais ir a um posto de saúde e ser tratada com desdém pelos funcionários. Ou os funcionários não aceitam mais trabalhar de maneira absurda, por falta de servidores em número suficiente para cumprir a obrigação com o povo. Hoje o professor não aceita mais ganhar um salário de fome, assim como os pais e os alunos não aceitam mais uma educação de baixa qualidade.

Agora, para discutir esse assunto, Deputado, nós não poderemos certamente ficar na superfície dos meios de comunicação. Então, temos que fazer o aprofundamento. Consideremos a estrutura tributária. Vejamos o caso dos Estados Unidos. Eu poderia citar como exemplo a Europa, mas a socialdemocracia está presente em vários países europeus e se poderia dizer que essa proposta é esquerdista. Não. Os Estados Unidos da América tributam mais a alta renda. Não é a renda salarial, não, que também é tributada, é a renda da especulação financeira, é a renda dos grandes empresários, é a propriedade - não a propriedade pequena, uma casa para morar, duas ou três casas para alugar -, a grande propriedade especulativa e a grande propriedade não especulativa, a que é extremamente elevada em relação à média da sociedade. Tributa principalmente os lucros que passam da média.

No Brasil, nós temos quatro faixas de tributação para o Imposto de Renda Pessoa Física, mas temos apenas duas faixas de tributação para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. A progressividade é mínima. Então, setores com lucros altíssimos não têm tributação correspondente, até porque podem deduzir inúmeras despesas,



como parte de despesas operacionais, não têm essa tributação.

Não haverá dinheiro para a saúde, não haverá dinheiro para a educação, por mais que se combata a corrupção, por mais que se cortem despesas de atividades-meio de Estado, não haverá dinheiro em quantidade suficiente se o Brasil não tiver uma política tributária mais justa.

É preciso discutir também a reforma do pacto federativo, porque o Brasil é uma Federação muito desequilibrada em termos de densidade populacional e em termos de renda *per capita*. Precisamos fazer uma revisão do pacto federativo, rediscuti-lo com clareza, para que o eleitor possa cobrar do Governo Federal o que é do Governo Federal, do Governo Estadual o que é do Governo Estadual, dos Municípios o que é das pequenas comunidades, para que possamos saber exatamente quem está falhando e quem está acertando.

Hoje, o sistema político brasileiro é de difícil visibilidade para o eleitor, para o contribuinte, para aquele que precisa julgar se deve votar em A, B ou C. O sistema político brasileiro precisa ter maior nitidez, para que o cidadão comum possa avaliar quais são as propostas, quais são os candidatos, quais são os eleitos, quais são aqueles que traem a confiança do povo e aqueles que merecem a confiança da população.

Ouço o aparte do Deputado Paes Landim, que pode contribuir muito, com sua experiência, para o nosso debate.

O Sr. Paes Landim - Eminente colega, eu não alcancei todo o seu discurso, somente metade dele, com cujos termos genericamente concordo. Quero apenas dizer a V.Exa., um dos maiores Parlamentares desta Casa, do respeito que tenho por V.Exa., sobretudo porque, quando foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social no Governo do Presidente Lula, V.Exa. recebia os Parlamentares com lhaneza, mesmo dizendo, na maioria das vezes: "Não, não é possível resolver". Ressalto a sua lhaneza e a sua rapidez ao nos conceder audiências. Foi um grande Ministro, competente, muito lhano, muito educado com seus colegas. Hoje, às vezes, meu caro Deputado, há colegas do partido de V.Exa. a quem há 3 meses peço audiência, e não consigo. Fico imaginando por que não há novos velhos líderes neste Governo? V.Exa. é competente e leal ao PT. Talvez uma das mais fortes convicções doutrinárias no partido seja a de V.Exa. Por isso deveria estar nas grandes Secretarias de Estado. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. Em vez de discordarmos de V.Exa., devemos respeitá-lo pelo seu passado, pela sua postura política, pelas suas convicções, mas, acima de tudo, pela lhaneza com que trata os contrários. Muito obrigado, meu caro Deputado Berzoini, pela atenção.

O SR. RICARDO BERZOINI - Obrigado, Deputado Paes Landim. Se isto serve de consolo, quero dizer que eu, que sou ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores e ex-Ministro, também aguardo audiências há 3 meses com alguns Ministros do meu partido e de outros partidos. Sei que quem está no Poder Executivo precisa, muitas vezes, lembrar-se da importância do Parlamento e da representatividade que tem o Parlamento.

Eu tenho, de fato, a alegria de, quando voltei para esta Casa, assim que saí do Ministério para assumir a direção do meu partido, ter sido recebido pelos colegas, inclusive da Oposição, de braços abertos. Foi o reconhecimento de que nós tínhamos mantido diálogo saudável e, principalmente, a transparência nos Ministérios em que



atuamos.

Para concluir, porque meu tempo está se esgotando, eu queria dizer que este é um momento muito importante para o País, um momento muito importante para a democracia. O que pudermos fazer daqui para frente para valorizar a participação popular, o que entendermos ser necessário para isso nós faremos.

Nesse sentido, eu acho que não é só o Poder Executivo e o Poder Legislativo que estão sendo questionados. Eu ouvi pronunciamento do Deputado Edinho Bez, que disse que recentemente houve decisão do Conselho Nacional de Justiça - eu tinha tomado ciência dessa notícia pela Internet -, que aprovou o pagamento retroativo de auxílio-alimentação desde 2004, o que atinge mais de 100 milhões de reais. Eu percebo, nesse tipo de decisão, a falta de sintonia total com a população. Esta Casa, às vezes, exagera na maneira de proceder na questão administrativa. Eu acho que o Poder Judiciário também precisa de uma supervisão mais adequada. Há muito discurso moralista que vem do Poder Judiciário e, às vezes, pouca atenção à moral, para que haja um tratamento adequado das questões administrativas no Poder Judiciário. Esse é um exemplo claro que não pode ser contestado. A resistência do Poder Judiciário quando tramitou aqui a proposta relativa à Emenda Constitucional nº 45, para que o Conselho Nacional de Justiça tivesse mais representação da sociedade, é um exemplo disso.

Eu acho que esta Casa precisa encontrar mecanismos para favorecer maior participação popular. Ela é a mais aberta de todas, é aquela em que as pessoas vêm protestar, fazer barulho, contestar, e dar apoio também. Apesar disso, ela precisa encontrar mecanismos mais eficazes nesse sentido, como, por exemplo, facilitar a apresentação de projetos de iniciativa popular; incluir as propostas de emenda constitucional entre aquelas proposições que podem ser de iniciativa popular; tratar algumas questões com maior atenção ao que pensa a opinião pública.

Fundamentalmente o Poder Judiciário e o Poder Executivo precisam estar mais sensíveis ao que diz a população. Esta Casa recebe milhares de pessoas por semana para tratar dos mais variados assuntos.

Quero reiterar o meu apoio à Presidenta Dilma Rousseff, que propôs um plebiscito para ouvir a voz do povo sobre os temas da reforma política.

Proponho que esta Casa se debruce sobre isso e que possa elaborar um conjunto de perguntas que permitam ao povo se manifestar com fácil entendimento, principalmente com objetividade.

O povo brasileiro cobra maior participação política. Que bom! É por isso que nós podemos avançar mais e superar alguns obstáculos que paralisam a nossa democracia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Documento 42/85

189.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 01/07/2013-17:00
Debates - CD

Publ.: DCD - 02/07/2013 BOHN GASS-PT -RS
- 27315

CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Diferenças entre mobilizações populares na Europa e no País. Realização de investimentos governamentais no setor educacional. Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com participantes em movimentos sociais. Maior atenção dos Parlamentares para com a voz das ruas. Reforma política com ênfase no financiamento público de campanhas eleitorais. Prioridade na contratação de médicos brasileiros pelo Governo Federal. Conveniência de reforma tributária. Apoio à tributação progressiva sobre a renda.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, todos nós estamos avaliando as mensagens e os recados que recebemos da população brasileira por meio das mobilizações que ela tem feito nos últimos dias.

Muitos dizem que, em países da Europa, por exemplo, e no Brasil, há mobilizações. Só que existe uma diferença fundamental entre elas. A primeira é que, na Europa e em vários outros países do mundo, muitas das mobilizações populares objetivam manter direitos, porque os Governos estão imprimindo lógicas de retirada de direitos na área da saúde, na área da educação, num conjunto de áreas em que a cidadania obteve direitos e vantagens. Os governos acabam adotando políticas em favor do Estado mínimo. Há retirada de direitos, diferentemente do que ocorre no Brasil. Isso chama muito a atenção, porque a juventude e as pessoas que estão nas ruas têm emprego. O índice de participação de universitários é enorme. Aqui não há uma pauta para menos, há uma pauta para mais. Essa é a grande diferença.

Nós podemos orgulhosamente dizer que no Brasil, principalmente nos últimos anos, com o Presidente Lula, e agora, com a Presidenta Dilma, adquirimos a cultura de colocar, de fato, as políticas públicas à disposição da população, para que tenha garantias. A ideia é de desenvolvimento, o País cresce distribuindo renda, não a concentrando.

Por isso milhões de brasileiros ingressaram na classe média ou saíram da extrema pobreza. Não há preconceito, como alguns querem alegar, a respeito da possibilidade de as pessoas crescerem, terem mais renda, fazerem faculdade.

Este foi o grande investimento: a abertura de universidades. Estavam fechadas universidades, não havia cursos técnicos. Nós estamos agora permitindo esse acesso.

As pessoas, obviamente, querem mais. Aquele que tem sua casa não quer só a casa.



Nós oferecemos milhões de casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Agora estamos oferecendo crédito para que as pessoas possam também mobiliar a casa e ampliar outras conquistas.

Esse é o grande debate. Acredito que essa é a primeira grande diferença do Brasil em relação a outros países. Aqui, nós estamos lutando para ampliar direitos; em outros países, alguns estão lutando para manter direitos, porque há quem os queira retirar. Aqui, nós queremos mais. Por isso precisamos dialogar. E quem tomou a iniciativa de dialogar foi a nossa Presidenta Dilma, a quem parabenizo.

A Presidenta Dilma, diferentemente de outros Governos, convidou as entidades que estavam em manifestação, falou com elas, dialogou e, mais do que isso, apresentou propostas novas, além das que já estavam sendo debatidas aqui. A destinação para a educação e para a saúde de recursos provenientes dos *royalties* é uma proposta que veio por intermédio da Presidenta Dilma muito antes das mobilizações da sociedade. Faltava o Congresso responder. Essa era uma demanda nossa, dos Deputados e dos Senadores, era uma necessidade do Congresso Nacional responder a essa demanda. Se as pessoas vão às ruas e dizem que nós não as representamos, é porque, muitas vezes, damos margem a não termos efetiva identificação com essa população que estava querendo sim mais educação e mais saúde. Por isso votamos agora o projeto que a Presidenta Dilma já havia mandado para cá.

Também já está há muito tempo aqui a proposta de reforma política. Essa é uma história nossa, do PT. Há quanto tempo lutamos para se fazer a reforma política, porque as pessoas, pelo sistema atual, não se sentem representadas? Dos 513 Deputados desta Casa, 369 tiveram as campanhas mais caras nos seus Estados - 369 em 513. Esses têm financiamento das grandes empresas.

A pergunta que se faz é esta: nós queremos que as empresas privadas, as mais ricas do País, patrocinem as campanhas dos políticos? Eu não concordo. Nosso partido não concorda. Nós queremos outro sistema de financiamento. Não queremos que a empresa privada financie o político. Queremos financiamento público, transparente, homogeneizado, para que as pessoas possam ter conhecimento pleno desse processo.

O segundo grande acerto da Presidenta Dilma foi sugerir a esta Casa que aprove um plebiscito. Estamos aqui a ressaltar o diálogo com o povo das ruas, que quer participar, que quer ajudar a decidir, que quer opinar, que quer ser ouvido. Não quer apenas referendar uma decisão desta Casa. Essa é a grande diferença. No caso do referendo, esta Casa decide, e o povo simplesmente vai dizer "sim" ou "não". O povo foi às ruas porque ele quer mais, não quer só dizer "sim" ou "não", quer participar.

Por isso o plebiscito precisa propor o debate da transparência, do financiamento de campanha, do reforço dos partidos com base em programas e não em indivíduos.

Trabalhamos inclusive com a possibilidade de mesclarmos a referência, como diz a Ordem dos Advogados do Brasil. Nós queremos dialogar com a OAB, com a CNBB, que têm propostas importantes. Isso não é contraditório com o debate que estamos fazendo para que a sociedade possa entrar nesta Casa e assim realizarmos o grande debate sobre esses temas. Ressalto a presença direta do povo em projetos. É importante flexibilizar o processo, aumentar essa possibilidade, diminuir o número de assinaturas exigidas em projetos de iniciativa popular, para que o povo possa



participar mais vezes da política por meio de ações diretas.

Deputada Erika Kokay, já existe um avanço importante na legislação: é preciso que haja, em relação às candidaturas, um percentual mínimo para as mulheres. Mas isso não se transfere para a composição nesta Casa. Portanto, nós precisamos avançar para que se efetive um percentual mínimo de eleitos, viabilizando-se a presença da mulher. É possível fazer esse debate. Vamos, por meio do plebiscito, perguntar ao povo se deseja isso ou não.

O recado que as ruas nos estão dando é o de que a população quer participação mais direta. Nós precisamos construir esses mecanismos. Por isso a Presidenta Dilma ouviu, dialogou, trabalha em projetos. Está promovendo articulações entre os Poderes. Menciono o Tribunal de Justiça, o STF, a área de comunicação. O povo quer mais transparência. O povo não quer informações dirigidas e manipuladas. O povo quer transparência nas comunicações, nas informações.

Nós temos um conjunto de temas para avaliar. Obviamente, o tema da mobilidade urbana é fundamental. O País abandonou a ideia do transporte multimodal. Ferrovias foram destruídas. Nós estamos hoje reconstruindo portos, aeroportos. As pessoas viajam mais, produzem mais. Então, nós precisamos ampliar, com certeza, também esse processo.

O tema da educação já foi abordado aqui. Quanto à saúde, nós queremos dar oportunidade aos médicos brasileiros. O Brasil é um dos países que têm o menor percentual de médicos estrangeiros. Nos Estados Unidos e na Europa, há muito mais médicos estrangeiros. Em nosso País há poucos médicos estrangeiros. Mas vamos dar oportunidade, primeiro, aos médicos brasileiros. Agora, se os médicos brasileiros não forem para os fundões, onde há necessidade de o povo ser atendido, nós vamos sim, sem preconceito, com a prova da revalidação, fazer com que médicos estrangeiros possam atender nossa população. Nós abrimos cursos de Medicina. Outrora, não havia condições de serem abertos no País..

Existem vários outros temas, com certeza, mas estou chegando ao final do meu tempo, não posso abordá-los agora. Quanto aos temas das profundas reformas, vamos considerar, no campo tributário, por exemplo, a injustiça de se tratar de forma igual os desiguais. Há a ideia da taxação progressiva sobre quem tem muito dinheiro, do ponto de vista do indivíduo e do ponto de jurídico das empresas.

Nós precisamos pensar um conjunto de reformas que vai da política à reforma tributária e também esses outros processos em que estamos profundamente em sintonia com a manifestação das pessoas, dialogando para que a representação política seja, de fato, completa, conforme o desejo da população.

Essa é a tarefa. Esse é o recado que vai para as ruas. O nosso partido, o PT, está colocando como centro deste momento a ideia que a Presidenta Dilma apresentou, a respeito do plebiscito, para que o povo possa realmente participar e não apenas, no caso do referendo, dizer "sim" ou "não", sendo uma espécie de apêndice. Isso não basta, o povo quer mais. Quer mais direitos - nós vamos trabalhar para isso - e quer participar da política. Por isso o plebiscito e não apenas o referendo.



Documento 43/85

189.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 01/07/2013-
CD 17:30
Publ.: DCD - 02/07/2013 - LUCIANO CASTRO-PR -RR
27320
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à proposta da Presidenta Dilma Rousseff de realização de plebiscito sobre a reforma política.

O SR. LUCIANO CASTRO (Bloco/PR-RR e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna para discorrer sobre um assunto do momento. Quero falar de uma possível reforma política, da tão comentada reforma política.

Esse assunto não é novo aqui nesta Casa. Já tivemos aqui vários embates. Há cerca de 2 anos houve um embate duro aqui, entre vários partidos. Naquela ocasião, o PT juntou-se ao Democratas para conciliar a aprovação da proposta da lista fechada e do financiamento público de campanha, enquanto outros partidos, como o meu, o PR, tínhamos posicionamento contrário a isso. Vencemos aquela batalha. E agora, este ano, novamente isso foi tentado. Fiz parte da Comissão Especial que tratava da questão da reforma política, indicado pelo meu partido, e agora voltamos novamente a discutir esse assunto, a falar sobre isso.

Com os movimentos nas ruas, quando o povo foi às ruas, o povo veio com um alto nível de reivindicações justas e democráticas, mas onde está o foco dessas demandas? O povo reivindica o fim da corrupção, o combate vigoroso à corrupção; o povo reivindica a melhoria da saúde, da educação; o povo reivindica a redução das tarifas de ônibus, do transporte coletivo, a melhor mobilidade urbana; essas são as questões centrais que o povo trouxe para as ruas, para o debate. A reforma política é uma questão muito menor, até porque o cidadão sabe que essa é uma questão mais complexa, que ele precisa entender primeiro para julgar depois.

Aí, em razão de todo esse conflito, resolve-se politicamente pautar a reforma política de forma açodada, fazer a reforma política de qualquer jeito. E propuseram inicialmente que se convocasse uma Constituinte específica, contrariando inclusive os princípios constitucionais, porque nós não poderíamos convocar uma Constituinte específica, com todo o respeito e toda a admiração que eu tenho pela Presidenta Dilma.

Do outro lado, a alternativa seguinte foi de realização de um plebiscito, em que se poderia ouvir do povo brasileiro que tipo de reforma política ele deseja. Aí, a pergunta é: como realizar um plebiscito nesta atual circunstância e neste atual momento? Nós estamos, hoje, em 1º de julho. A Lei Eleitoral tem de ser aprovada 1 ano antes das eleições. Isso é o que estabelece sobre o processo eleitoral na Constituição brasileira o art. 16, que constitui inclusive cláusula pétrea. Por quê? Porque ele pertence ao



Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Portanto, esse artigo não pode ser alterado. Ele não pode ser modificado. Aliás, Ministros do Supremo Tribunal Federal já se posicionaram quanto a isso. Então, nós não podemos alterar o prazo de 1 ano antes para fixação do que desejamos para o processo eleitoral, das regras, das diretrizes para o processo eleitoral.

Se nós não podemos alterar o prazo de 1 ano antes, se nós não podemos reduzir esse prazo para 6 meses, ou para 8 meses, ou para quanto for, se nós não podemos mexer nesse prazo, nós só teríamos, para realizar o plebiscito e aprovar uma nova regra eleitoral, ou seja, uma nova lei eleitoral, até o dia 2 ou 3 de outubro, nas duas Casas, inclusive para decidir sobre matérias que não são só de lei eleitoral, para decidir sobre matérias de lei complementar e de alteração constitucional. Então, seriam dois turnos de votação. É impossível, é absolutamente improvável que isso possa ocorrer.

Do outro lado, eu fiquei até imaginando, no final de semana eu imaginava como é que nós vamos consultar o povo brasileiro, como é que vamos perguntar a ele se vai votar "sim" ou "não", favoravelmente ou não ao voto em lista fechada, ao voto distrital misto, ao voto distrital puro, ao "distritão". Qual é o modelo que o cidadão vai ter? Ele vai querer saber. Até para se preparar o cidadão, a pessoa para votar, para fazer essa escolha, tem-se de fazer uma ampla divulgação, um amplo esclarecimento à sociedade toda sobre cada modelo, de forma insistente, educativa, para que se possa efetivamente refletir sobre qual seria o melhor modelo.

Agora, naturalmente nós sabemos, as pesquisas já demonstraram que as pessoas no Brasil votam no candidato, na pessoa. Elas não votam em partido. Sempre foi assim. Se se fizer uma pesquisa hoje, ela vai apontar que as pessoas votam no candidato, votam no Deputado, e não votam no partido. É histórico isso. Então, as pessoas fariam opção pelo sistema do "distritão", ou seja: escolhe-se o Estado, transforma-se o Estado num distrito, e aí elegem-se os mais votados, que é o que povo quer. O povo quer eleger os mais votados, quer que venham aqui para esta Casa aqueles que melhor se qualificaram pelo voto; não querem, como muitas vezes acontece no sistema proporcional, que se acabe trazendo aquele que tem menos votos, não deixando que aquele que teve um reconhecimento maior da população esteja aqui representando o seu povo.

Mas o que me traz preocupação? Na quarta-feira, o nosso partido terá uma reunião para discutir essa questão. O meu posicionamento é claro: sou contra, com todo o respeito - essa é uma questão nossa, política, da nossa Casa -, sou contra a realização de um plebiscito de forma açodada, de forma avassaladora, como querem fazer, sem preparo. Isso não vai chegar a lugar algum. Além do mais, isso tem um custo; segundo a nossa Presidenta do TSE, Ministra Cármem Lúcia, o custo inicial estimado é de R\$ 500 milhões. Quem vai pagar essa conta? Recurso do Tesouro Nacional, proveniente dos impostos que saem dos bolsos das pessoas. O povo está disposto a pagar essa conta? Tenho certeza de que agora não.

Nós podemos realizar isso até em outro momento. Podemos, até este ano, desenvolver um projeto de reforma política amadurecido, e votar ainda este ano, e depois submeter esse projeto aprovado ao referendo popular, mas com validade a partir de 2016, obedecendo assim ao que estabelece o art. 16 da Constituição brasileira.

Hoje mesmo o Ministro Gilmar Mendes também fazia uma reflexão sobre a reforma política via plebiscito, e condenava, condenava essa ação feita assim, de forma absolutamente impensada, com as consequências que isso poderia ter no processo



eleitoral brasileiro. A maioria dos Ministros do Supremo - que compõem inclusive a Corte de Justiça Eleitoral - discorda frontalmente dessa proposta.

Eu quero ponderar, aqui: nós vivemos aqui numa Casa de composição partidária, convivemos com muitos partidos, companheiros; particularmente, tenho uma relação de amizade com o Partido dos Trabalhadores, com que convivo há muito tempo; mas quando se trata de reforma política nós do PR sempre discordamos do Partido dos Trabalhadores, porque o modelo que o Partido dos Trabalhadores quer implementar, o da lista fechada e do financiamento público, fortalece a sua legenda. Então, é legítimo ele pleitear? É legítimo, mas não é legítimo concentrar o poder, porque dentro desse modelo o PT poderia eleger de 120 a 125 Deputados - nós fizemos os cálculos -, à custa da redução da bancada de outros partidos, que representam e que criam, vão criar o equilíbrio democrático aqui nesta Casa.

Por isso, a realização de plebiscito agora interessa muito mais, sim, ao Partido dos Trabalhadores, que é o partido que governa e que, estabelecendo esse modelo, trabalharia - e quero aqui reconhecer: é um partido que tem uma grande militância nacional; historicamente, está introduzido em todos os Municípios brasileiros - e sem dúvida nenhuma faria uma campanha em prol das suas propostas e das suas bandeiras de forma muito mais eficiente do que qualquer outro partido, beneficiando-se talvez até do resultado de um plebiscito favorável às suas propostas e às suas bandeiras. Isso não nos parece ser democrático, e não nos parece ser exequível neste momento.

Além do mais, é preciso ter sabedoria. Nós estamos no ano que antecede o ano eleitoral. A Presidenta Dilma, candidata à reeleição, de forma legítima, está aí tocando o seu trabalho, e quer permanecer por 4 anos para dar continuidade aos seus projetos. Mas é preciso entender que a base de sustentação do Governo é exatamente esta Casa; são os partidos políticos, são os Deputados, são os Senadores, são eles que dão sustentação aos projetos e que têm a capilaridade nos Estados, e em especial nos Municípios, para levar as propostas e fazer as transformações que a sociedade deseja.

Tenham a certeza de que, se nós formos perguntar ao povo brasileiro agora se ele desejaria pagar essa conta para a realização de um plebiscito que vai custar no mínimo R\$ 500 milhões, ele diria: "Não, nós não queremos fazer isso agora. Nós temos outras prioridades."

Sei que às vezes é muito fácil resolver problemas quando são pontuais. Nas demandas que surgem pelas ruas, nos questionamentos, as pessoas dizem: "Não à PEC 37"; o Plenário rejeitou a PEC 37, o problema foi resolvido; "As tarifas de ônibus precisam ser reduzidas"; reduziram as tarifas ou não fizeram o aumento das tarifas de ônibus, o problema foi resolvido; mas quando se fala de saúde pública, de educação, de segurança pública e de reforma política, isso não é questão pontual, isso é questão complexa. São questões complexas, são questões que não se resolvem com um decreto, com uma lei. É um conjunto de ações que demandam muitos anos para resolver, e que requerem muito compromisso de ordem política, e compromisso de todos os que estão envolvidos na defesa dos interesses da nossa Nação.

Então, as demandas do cidadão que está nas ruas não vão cessar agora, porque elas são permanentes, e elas vão continuar vindo; a cada dia o povo trará novas demandas, até o aprimoramento da democracia brasileira. Isso faz parte deste novo momento que estamos vivendo no Brasil. E por essa razão é que eu acho prematuro tratarmos questão de reforma política agora, de forma urgente - e não merece mais urgência, porque se tivesse urgência já teríamos tratado há 2 ou 3 anos, e já teríamos



modificado o modelo.

Acho que devemos modificá-lo, sim. Muitas coisas devem ser modificadas. Mas alguns dizem: "Não, vamos fazer o financiamento público de campanha". Já perguntaram ao povo se ele está disposto a pagar essa conta do financiamento da minha campanha, ou da campanha do outro? Já perguntaram se ele está disposto a tirar o dinheiro de lá para financiar as pessoas? E será que o financiamento público de campanha vai, por acaso, evitar que aqueles que não têm o compromisso público de lealdade com o seu eleitor usem o caixa dois de campanha?

Fique tudo isso para a nossa reflexão, mas o certo é que nós não podemos mais tomar medidas que venham amanhã a prejudicar a democracia brasileira e prejudicar o cidadão, que tem o direito legítimo de fazer a sua escolha e de dar o seu voto.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 44/85

190.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 02/07/2013-16:40

Publ.: DCD - 03/07/2013 - 27643 AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Equívoco da proposta de realização de plebiscito sobre a reforma política, apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff. Razões da realização de recentes manifestações de protesto no País.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a matéria, o assunto, o tema é realmente esse que todos que me antecederam estão abordando: o comportamento da Presidente da República, a interpretação das manifestações das ruas. Contudo, quero aqui tecer uma consideração que acho muito importante.

No desejo de transferir a responsabilidade pelo que está ocorrendo para o Congresso Nacional, a Presidente da República tomou uma decisão no mínimo equivocada. Por quê? Encaminha uma proposta de realização de consulta, de plebiscito para uma reforma que é chamada de política mas que, na realidade, é uma reforma eleitoral pequenina, com dois itens de interesse realmente do partido da própria Presidente: financiamento público de campanha e eleição em lista fechada. Isso só interessa ao partido do Governo, que assim se perpetuará no poder, ainda mais agora que percebe que as ruas o estão rejeitando e também os outros partidos de esquerda. A Presidente está desesperada.

Agora, quem a Presidente da República chama para negociar? Pelo amor de Deus! É triste! Chama os movimentos sociais da Esquerda mais radical: Passe Livre, LGBT, aquela turma de sempre, ativistas que, evidentemente, não representam esta Nação, não representam este País. É com eles que S.Exa. quer negociar. E manda para cá a



proposta desse plebiscito.

O que nós temos a dizer, Sr. Presidente, é que esse plebiscito só tem o objetivo de funcionar como uma manobra a fim de chamar a atenção para o Congresso Nacional, enquanto a boiada, que é a Nação, está nas ruas clamando. Querem uma reforma política? Vamos fazer uma reforma, vamos fazer uma reforma tributária, vamos rever o pacto federativo, vamos implantar um orçamento impositivo para reduzir a corrupção, este sim um dos itens que a Nação, majoritariamente, está pedindo.

Mas não. Neste momento, chega a ser escarnecer da Nação, nobre Presidente, sugerir a realização de campanha financiada pelo contribuinte. Isso é um absurdo, uma insensibilidade!

A classe média vai voltar às ruas novamente, não tenham dúvida. A classe média vai voltar, por seus representantes, pela juventude, às ruas, porque estará ainda mais indignada. Imaginem: propor financiamento público de campanha neste momento, com 30 partidos organizados. É o maior absurdo!

Então, Sr. Presidente, eu acho equivocada essa colocação. Nós estamos conversando internamente nos partidos, estamos discutindo, mas temos que enterrar esse plebiscito neste momento. Esse plebiscito não faz sentido, é uma manobra para transferir para este Congresso a responsabilidade pelos 12 anos em que se venderam ilusões. Nós não podemos aceitar isso!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 45/85

190.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 02/07/2013-16:14

Publ.: DCD - 03/07/2013 - 27636 ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização de movimentos nos Municípios de Itupiranga e Novo Repartimento, Estado do Pará, a favor da concessão de licença ambiental para a pavimentação da Rodovia Transamazônica. Congratulações à Presidenta Dilma Rousseff pelo debate com a sociedade, governantes e o Congresso Nacional sobre a realização da reforma política por meio de plebiscito. Necessidade da instalação de energia elétrica em agência do INSS em municipalidade paraense. Solicitação ao Governo Federal de conclusão de obras públicas no Estado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui deixar bastante claro que, na minha opinião, nós temos muitas reivindicações justas em todos os movimentos que estão se manifestando.

Hoje, por exemplo, lá na Transamazônica, nos Municípios de Itupiranga e Novo Repartimento, a população fechou a rodovia. Por que eles fecharam a rodovia?



Porque há 3 anos não sai a licença para plantio, e lá começa a dar sol em junho. Esse período é até dezembro; depois, é chuva. Então, eles já sabem que perderam o mês de junho, já vão perdendo julho, e daqui a pouco a empresa diz: "Não entro porque só vou trabalhar 3 meses".

Mas lá há aqueles também que estão aproveitando a onda - isso em todo o Brasil - para já fazer a política de 2014, para fazer um confronto com o Partido dos Trabalhadores, com a Presidenta Dilma, com os partidos aliados, que vão estar juntos para novamente ganhar as eleições no Brasil e continuar conduzindo o Brasil no caminho certo.

Então, eu quero parabenizar a Presidente Dilma, que está chamando os partidos, o Congresso, os Prefeitos e Governadores para que todos nós possamos acelerar mais esse processo, que às vezes demora muito.

Eu estou acompanhando a situação de um Município do Pará onde a agência do INSS está pronta - foi indicação de uma emenda minha. Há 1 ano está pronta, e não inauguraram a obra porque falta resolver o problema de energia da agência. O projeto técnico a empresa demorou 3 meses para apresentar; depois a empresa distribuidora de energia pediu para refazer o projeto. Já faz 1 mês, e não foi reapresentado. E assim nós estamos lá, depois de a agência estar pronta há 1 ano. Foram 3 anos para construir a agência do INSS, e ela não é inaugurada por falta de energia.

Assim é a rodovia; assim são as obras da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Em 4 anos, não há uma obra de esgoto e de água concluída. Demoram 2, 3 anos para liberar uma emenda parlamentar para fazer um poço artesiano. O resultado de uma emenda parlamentar que eu vou apresentar aqui para fazer um poço artesiano, depois da liberação, deve demorar entre 2 e 3 anos. Então, na verdade, nós precisamos acelerar isso.

Parabéns à Presidenta Dilma! Vamos chamar o debate para o centro; vamos fazer a reforma política, sim. Quem tem muito dinheiro não precisa de reforma política; pega 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões de reais e se elege Deputado. Agora, quem não tem dinheiro precisa de reforma política com financiamento público de campanha.

Documento 46/85

190.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 02/07/2013-14:28
CD

Publ.: DCD - 03/07/2013 - 27608

MARINA SANTANNA-PT -GO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora favorável à aprovação de tópicos da proposta de reforma política.

A SRA. MARINA SANTANNA (PT-GO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero endossar as palavras dos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores e também o que nós vemos nas ruas, os movimentos sociais. Tenho recebido pelas redes sociais também uma avalanche de desejo de que este Congresso Nacional ofereça uma reforma política, de fato, à nossa sociedade.

Para que participem no Parlamento mais mulheres, mais negros, mais jovens e mais trabalhadores, é necessário, de fato, uma mudança real na nossa legislação eleitoral. Para isso, cabe perfeitamente o financiamento público de campanha, cabe a lista preordenada, ou uma solução próxima a ela, que identifique no corpo partidário as lideranças que poderão levar uma postura programática ao Parlamento, e não apenas posturas individuais.

Documento 47/85

190.3.54.0 Sessão Deliberativa Ordinária - 02/07/2013-14:26
Publ.: DCD - 03/07/2013 - CD LINCOLN PORTELA-PR -MG
27608
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DEPUTADOS

Sumário

Posicionamento do orador favorável à realização da reforma política. Contrariedade à adoção de lista fechada nas eleições proporcionais e ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Amauri Teixeira, Sras. e Srs. Parlamentares, há 20 anos falamos sobre reforma política. Eu continuarei aqui entrincheirado, em favor de uma reforma política, porém, de uma reforma política consciente.

A preocupação com a lista fechada é algo que grande parte desta Casa tem, porque não produz segurança. Muitos partidos têm donos, e esses donos, tanto estaduais quanto no âmbito federal, poderão influenciar negativamente. Somos radicalmente contra a lista fechada.

Tenho preocupação com o financiamento público de campanhas eleitorais. O povo já gasta mais de 200 milhões por ano com o Fundo Partidário. Agora, vai gastar com cada um de nós 7 reais. Multipliquem esse valor! As pesquisas mostram que financiamento público de campanhas pode ser um grande tiro no pé e não impede a corrupção.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 48/85

190.3.54.0 Sessão Deliberativa Ordinária - 02/07/2013-14:16
Publ.: DCD - 03/07/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
27599
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS

Sumário

Questionamento sobre a conveniência da realização de plebiscito a respeito da reforma política. Imperiosa necessidade de adoção do financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, após reunir-se, ontem, com os seus Ministros, a Presidente Dilma Rousseff anunciou o propósito de enviar, hoje, ao Congresso, a sua proposta referente ao plebiscito, consubstanciando sugestões para a reforma política, assunto que, seguidamente, vem sendo discutido nesta Casa, sem que cheguemos a uma solução consensual capaz de permitir a implantação entre nós de diretrizes compatíveis com os anseios da população brasileira, em observância a princípios éticos inafastáveis.

Recorde-se de que, na passada sessão da tarde de ontem, a começar pelo Deputado Henrique Fontana, vários dos presentes intervieram nas discussões, entre os quais me inseri, ao lado de colegas como Onofre Santo Agostini, Luiz Couto, Costa Ferreira, Ricardo Berzoini e tantos outros, numa integração de ideias, direcionadas ao aperfeiçoamento de nossa legislação, sob esse tocante inovador nos rumos nacionais.

Predominantemente, a inserção do financiamento público de campanha foi princípio abordado de modo indiscrepante, considerado improtelável, variando as opiniões sobre se a processualística fixar-se-ia apenas no caráter exclusivo ou se estenderá às pessoas físicas, como já fora cogitado em ocasiões pretéritas, neste mesmo plenário.

Sabe-se que, nas passeatas levadas a efeito em várias capitais, essa proposição foi apontada como premente, numa aceitação que compelle Legislativo e Executivo a cumprirem essa tarefa sem mais delongas, para vigência das novas diretrizes na competição democrática de outubro vindouro.

A nossa Primeira Magistrada entendeu que, pela via do plebiscito, o eleitorado



participaria desse processo, chancelando ou rejeitando algumas das alterações que constam do rol de indicações originárias do Palácio do Planalto.

O Congresso terá um prazo relativamente curto, pós-plebiscito, para decidir a respeito. Daí remanescer dúvida sobre se o plebiscito seria efetivamente válido para a presente conjuntura, diante da exiguidade de tempo para deliberação por parte das duas Casas.

O pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral, aguardado para as próximas horas, será decisivo para que a adoção da consulta se ajuste ao princípio constitucional da anualidade, a que não se poderá fugir, sob pena de infringirmos um dispositivo imperante no texto da Carta Cidadã, promulgada em 1988, garantindo a reimplementação do Estado Democrático de Direito em nosso País.

Documento 49/85

194.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/07/2013-10:38
Publ.: DCD - 05/07/2013 - 28242	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PCdoB contrário à aprovação de proposta de extinção de contribuição social de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em hipótese de demissão sem justa causa. Aprovação pelo Senado Federal de projeto de lei acerca dos limites de atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Apoio à tributação de grandes fortunas para custeio da saúde pública. Defesa de realização de plebiscito a respeito da reforma política, adstrito à questão do financiamento de campanhas eleitorais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero rapidamente aqui, em primeiro lugar, fazer um registro sobre a votação de ontem, em que o PCdoB compôs uma bancada absolutamente minoritária no voto sobre a extinção dos 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Nós votamos contrariamente porque compreendemos essa extinção como uma desproteção aos trabalhadores na questão da demissão imotivada.

Por isso, a bancada do PCdoB votou contrariamente, e eu me posiciono francamente uniformizada e unificada nessa posição. Quero registrar e intensificar aqui esse posicionamento.

Em segundo lugar, Presidente, farei um registro também muito rápido sobre a grande vitória da música popular brasileira, da música brasileira, ontem, no Senado da República, ao aprovarmos o projeto de lei que saiu da CPI que investigou a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Pela primeira e histórica



vez, foi aprovado por unanimidade no Senado, e virá imediatamente para a Câmara dos Deputados - e aqui espero que também o votemos por unanimidade -, um projeto de fiscalização, transparência e nova governança do ECAD, e aqui compareceram muitos artistas que representam a pluralidade da música popular brasileira.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar duas questões que considero fundamentais. Quanto à primeira delas, já reagindo à questão colocada pelo Deputado Amauri, da saúde, eu gostaria de destacar algo que eu considero estruturante e que me parece um pouco esquecido quando o foco do debate fica entre quem é a favor ou contra a importação de médico estrangeiro. Parece-me que isso vai-se configurando como uma manobra diversionista, porque, enquanto todo mundo só discute isso, nós deixamos de discutir questões estruturantes no campo da saúde, que passam ao largo, muitas vezes, dos olhos de muitos.

Uma das graves questões é o problema do financiamento do setor da saúde, que até agora não teve resposta concreta do Governo. E aí eu queria realçar aqui um aspecto, que é o da inversão da tributação brasileira, que até hoje é regressiva - quem menos tem hoje é quem mais paga tributo no Brasil.

E há na Casa um projeto de contribuição sobre grandes fortunas, e eu vou deixar claro aqui em números: são 997 pessoas que têm patrimônio acima de 150 milhões de reais, podem deixar para a saúde, hoje, próximo de 14 bilhões. E a sua contribuição por ano, já que está na moda comparar com a Copa, não será maior do que dois ingressos para a Copa do Mundo.

Portanto, essa é uma discussão estruturante que nós precisamos fazer: a inversão tributária no Brasil para várias áreas e particularmente para o setor da saúde, a contribuição sobre grandes fortunas, em que nós precisamos avançar aqui na Câmara dos Deputados.

E a segunda questão, Sr. Presidente, é para destacar um aspecto nesse debate do plebiscito, que nós apoiamos, porque estende a mão à democracia direta, à participação popular, valoriza a consciência popular, mas eu sinceramente colocaria uma única pergunta nesse plebiscito, que é sobre o financiamento público de campanha. Esse é o grande debate sobre onde está de fato a corrupção no Brasil. Nós debateríamos a corrupção no campo do capital, dos corruptores, e é necessário que a sociedade brasileira discuta o financiamento da democracia e da democracia representativa. Porque hoje nós temos uma concentração da informação, o poder econômico atuando, e o plebiscito tem que ser simples e objetivo: nós precisamos defender o financiamento público de campanha.

Documento 50/85

196.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 05/07/2013-10:06
Debates - CD

Publ.: DCD - 06/07/2013 - 28702

VITOR PAULO-PRB -RJ

**Sumário**

Apóio à realização de plebiscito sobre a reforma política. Posicionamento do orador sobre o financiamento de campanhas eleitorais.

O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Izalci.

Deputado Padre Ton, nobres pares, senhoras e senhores que nos assistem pela *TV Câmara*, há cerca de 1 ano, escrevi um artigo, que foi publicado e vai ser republicado agora, sobre o plebiscito.

Como membro titular da Comissão Especial da Reforma Política, cujo Relator é o nobre Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, discutimos longamente - e V.Exa. também -, durante este último ano, sobre a reforma política. Foi uma das Comissões mais badaladas da Câmara dos Deputados a Comissão Especial da Reforma Política. Todas as reuniões da Comissão da Reforma Política tiveram quórum qualitativo, e as discussões foram acirradas, muito fundamentadas, com todos os partidos representados.

Sr. Presidente, eu tive a honra de ser indicado pelo meu partido para ser membro titular da Comissão da Reforma Política. E o Deputado Henrique Fontana foi o nobre Relator desta Comissão. Discutimos incansavelmente sobre reforma política e não encontramos consenso - cada partido com a sua ideologia, cada partido com o seu sentimento, cada partido com a sua opinião. Dentro dos próprios partidos não há consenso sobre o que é de fato o melhor, sobre o que é uma ampla reforma política no Brasil. O partido de V.Exa. discutiu amplamente nesta Casa a reforma política. Eu não vi um Deputado ou dois Deputados obterem consenso dentro do próprio partido, seja de partidos pequenos, seja de partidos médios, seja de grandes partidos, como o partido de V.Exa., o PSDB, que já foi Governo deste País. Então, encontrar consenso hoje dentro dos partidos políticos sobre reforma política é muito difícil.

Há 1 ano, escrevi um artigo sobre plebiscito, que foi publicado, vim a esta tribuna. Ele foi registrado nos Anais desta Casa. E hoje o assunto volta à discussão, vem à tona agora, com a mensagem do Governo Central, da Presidente da República, sobre o plebiscito. Eu apoio essa ampla manifestação popular, manifestação justa, manifestação popular legítima. O grande ato da democracia brasileira é a manifestação popular, é o povo ir para as ruas, discutir ordeiramente, é claro, sem quebra-quebra, sem desordem, sem nada disso. Agora, naturalmente, Deputado Izalci, seria, da nossa parte, subestimar a capacidade do povo brasileiro achar que ele não tem condições de discutir reforma política. Será que a juventude brasileira, o trabalhador brasileiro, a dona de casa brasileira não têm condições de falar sobre o que pensam de uma grande reforma política?

Eu tenho caminhado pelos 92 Municípios do meu Estado do Rio de Janeiro - eu recebi votos, graças a Deus e ao povo do Rio de Janeiro, na grande maioria dos Municípios do meu Estado - e vejo o povo discutindo naturalmente sobre reforma política. É claro que não são respostas complexas como as que às vezes se inventam nesta Casa, mas as simples: "sim" ou "não". *"O que o povo pensa sobre financiamento público de campanhas? É a favor ou é contra?"* É simples perguntar



isso ao povo brasileiro, é simples perguntar o que pensa sobre o financiamento misto, como é hoje.

As pessoas acham, e eu concordo com elas, que o financiamento público de campanhas, naturalmente, seria o melhor caminho para a política brasileira ser diferente do que é hoje. Eu tenho consciência de que o financiamento privado, de empresas por exemplo, torna desigual o momento democrático que é o sufrágio universal, que é o direito de votar e de ser votado. Um Deputado como eu não tem recursos. Eu sou um Deputado que não tem dinheiro, eu não tenho o financiamento de empresas. Nada contra quem tem, mas isso torna desigual o processo seletivo no qual o povo escolhe. Você vai para a rua disputar com pessoas que gastam fortunas. Eu queria entender como um candidato gasta 5 milhões, 10 milhões para se eleger. De onde sai isso? Como é que ele pode gastar isso? Se olharem a minha declaração, verão que não tenho dinheiro nem financiamento para isso.

Então, o financiamento público de campanhas, naturalmente, seria um caminho, uma alternativa ao que se adota hoje, o financiamento misto - público e privado. Todas as inserções em rede de televisão e de rádio são públicas, são financiados com recursos públicos. Os partidos políticos recebem recursos públicos para o seu Fundo Partidário e financiam as campanhas.

Eu sou favorável, sim, à reforma política. Agora, eu defendo, e também o meu partido - e disse isso ao Deputado Henrique Fontana esta semana -, o financiamento privado, que pode ser mantido, mas não por empresas, e, sim, por pessoa física. Eu defendo o financiamento privado por pessoa física, com o teto de um salário mínimo, dois salários mínimos. Eu acho que é legítimo, sim. Meus amigos, os amigos de V.Exa., os nossos companheiros e parentes podem ajudar no financiamento da nossa campanha. Isso é legítimo. Todas as pessoas que gostam de nós, que nos respeitam, que consideram o nosso trabalho podem ajudar a financiar as nossas campanhas. Mas eu sou favorável ao financiamento misto e de pessoa física, com teto. E até defendo 2 mil reais, ou mil reais, ou dois salários mínimos, três salários mínimos. É discutível. Agora, de empresas, não, porque torna a disputa desigual. Se todos forem para a rua fazer campanha eleitoral com os mesmos direitos, tudo bem. Quanto mais amigos tivermos para financiarem a nossa campanha, tanto melhor. Cada um doaria 800 reais, mil reais, 2 mil reais. Aí, sim, seria uma campanha igual, mas, como é hoje, com as pessoas sendo financiadas e gastando 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões, não é possível.

Então, esta pergunta, sim, poderia ser feita ao povo brasileiro no plebiscito: se é contra ou a favor do financiamento público de campanhas eleitorais.

Deputado Izalci, estou em Brasília há 14 anos e conheço V.Exa. No Guará, discutímos sobre campanhas, sobre educação. V.Exa. sempre foi um defensor da educação, e o povo do Distrito Federal o honrou com os votos que obteve. V.Exa. terá muito mais, por causa da sua capacidade de agregar, de discutir e por estar ajudando muito este Parlamento com seus discursos, suas indicações e sua participação.

Agora, em relação ao plebiscito, devemos, sim, consultar o povo brasileiro. É o povo brasileiro que nos manda para cá, é o povo brasileiro que nos elege. O mandato parlamentar é exercido por nós em defesa daquilo que o povo pensa.

Mas é muito difícil que o plebiscito aconteça a tempo para as eleições de 2014. Não adianta fazê-lo a toque de caixa. Nós tivemos tempo para isso. A reforma política está

sendo discutida há 2 anos nesta Casa. Agora correr? Para quê? Para gastar 500 milhões ao fazer isso? Acho que temos que fazer reforma política, acho que temos que fazer plebiscito e discutir com o povo sobre o que ele acha do financiamento público de campanhas, do voto distrital, com as perguntas que quiserem formalizar. Agora, não podemos subestimar a capacidade do povo brasileiro. Ele tem que falar, sim, e tem condições de fazer isso.

Financiamento público de campanhas 100% no Brasil, onde os hospitais públicos precisam de recursos, onde a educação precisa de recursos, onde os sistemas de transporte e a mobilidade urbana precisam de recursos, eu acho que é desperdício. É um desperdício colocar milhões de reais em campanhas políticas. Devemos fazer isso entre nossos pares, entre nossos amigos, se queremos disputar eleição. O mandato é um sacerdócio. Temos que vir para cá servir ao povo brasileiro. Então, que consigamos entre amigos e aliados ajuda para patrocinar a campanha. Desta maneira: com um teto de 2 salários mínimos ou 3 salários mínimos.

Retirar recursos da saúde, da educação, da mobilidade urbana, áreas que precisam muito, para financiar campanhas políticas, eu acho que é um desperdício.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. E vou ficar aqui para ouvir e discutir o que é de fato a reforma política.

Documento 51/85

196.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/07/2013-
CD 11:39
Publ.: DCD - 06/07/2013 - IZALCI-PSDB -DF
28716
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Protesto contra a redução pelo Senado Federal dos recursos de royalties de petróleo destinados à educação. Incoerência entre o discurso governamental e a prática com relação ao setor educacional. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à educação. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Razões das recentes manifestações de protesto realizadas no País. Defasagem dos soldos de policiais e bombeiros militares. Elevada carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros.

O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não dá mais para fazermos apenas discursos, dizermos uma coisa e praticarmos outra. Temos de ter muito cuidado.

E o Governo é mestre nisso! O Governo diz uma coisa e pratica outra, e tenta o tempo todo convencer as pessoas com essas demagogias, ou até essas mentiras mesmo, tentando torná-las verdade. Todo dia nós assistimos a isso aqui.



Mas eu vou falar agora sobre um ponto de que já falamos diversas vezes, e o que está na mídia é exatamente o contrário do que aconteceu. Disse ontem o Ministro da Educação, quanto à aprovação no Senado do projeto dos *royalties* do petróleo: "*Foi mais um passo a caminho da prioridade de que precisamos para a educação no Brasil*". Conversa! Na prática... E ainda disse: "*Vamos seguir trabalhando para aprovar o texto na Câmara*".

Recebi ontem, Sr. Presidente, um estudo técnico da Consultoria Legislativa da Casa que trata desse assunto, fazendo todo um histórico do que é o pré-sal, do que é a receita, do que é na prática essa questão dos *royalties*, e, pelo relatório, a redução foi muito grande, em relação ao que nós aprovamos nesta Casa.

É muito importante dizer, e vou dizer, mais detalhadamente, para que as pessoas saibam: primeiro, o Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, é de iniciativa do Executivo, que fez o discurso durante todo o tempo de que educação é prioridade, de que 100% dos *royalties* do petróleo têm de ir para a educação; esse era o discurso, mas, analisando o projeto de lei que veio para esta Casa, os recursos destinados à educação não passariam de R\$ 25 bilhões nos 10 anos.

Nós aqui fizemos outro texto, inclusive uma emenda de minha autoria, e mudamos esse patamar de R\$ 25 bilhões para R\$ 279 bilhões, porque, com o que estava previsto no PL 5.500, as receitas só entrariam daqui a 10 anos, já que o que estava previsto viria apenas do rendimento do Fundo Social. Ora, o Fundo Social só seria, de acordo com o projeto de lei, constituído daqui a 10 anos, e os rendimentos dele é que viriam para a educação, provavelmente em mais 10 anos.

Mas o que é que acontece agora? Aprovamos aqui, isso foi para o Senado, e as informações elaboradas pelos técnicos aqui da Casa, pela Consultoria específica, especial, de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, de que está aqui o titular, Paulo César Ribeiro Lima, mostram-nos claramente que, com a redução, os R\$ 279 bilhões que aprovamos na Câmara baixaram para R\$ 108 bilhões, uma redução significativa. Então, é com isso que a população fica revoltada, porque o discurso é um, mas a prática, quando se analisa, é outra, completamente diferente!

Então, vamos falar um pouquinho sobre isso, sobre essa questão dos *royalties*, que muita gente às vezes tem dificuldade, em função dos termos técnicos, de entender. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo, que na prática é um sistema de compensação financeira pela exploração do petróleo. Então, pagam-se *royalties* como compensação financeira pela exploração, e também há uma cobrança na participação dos resultados dessa exploração. Isso vem lá de trás. Como diz aqui o nosso consultor, já na Lei nº 2.004, de 1953, que criou a PETROBRAS, estava previsto o pagamento de 4% para os Estados e 1% para os Municípios sobre o valor da produção de petróleo e gás natural em seus respectivos territórios. Desde 1953 está previsto isso.

Depois vieram as modificações. Em 1969 criou-se uma alíquota de 5%, destinando-se 50% para o DNPM e 50% para o Ministério da Educação e Cultura. Então, lá atrás, em 1969, já havia uma preocupação de investir recursos dos *royalties* na educação. Depois, em 1973, destinou-se a arrecadação do petróleo para o Conselho Nacional do Petróleo, para inclusive garantir os estoques de combustíveis, a segurança e a regularidade, com relação à geração de energia elétrica. Em 1985 criou-se mais uma obrigação, a de pagar aos Estados e aos Municípios 5%, sendo 1,5% para os Estados confrontantes, 1,5% para os Municípios, 1% para o Ministério da Marinha e 1% para o Fundo Especial. Ali já começa, então, a questão do Fundo Social, previsto



na Lei nº 7.450, de 1985.

Em 1986 houve uma modificação, relativamente a essa questão, introduzindo-se ainda algumas mudanças e definindo-se claramente o conceito de região geoconômica, a extensão dos limites dos Estados e Municípios, obedecendo à competência do IBGE com relação ao estabelecimento de limites territoriais. Aí vem a Constituição de 1988, e começam então algumas alterações: 0,5% para os Municípios onde há instalações de embarque e desembarque de petróleo; depois diminui de 1% para 0,5% o recurso do Fundo Especial.

Na prática, Sr. Presidente, essa questão dos *royalties* foi trabalhada no sentido de viabilizar o que nós aprovamos aqui e ainda não foi aprovado no Senado, que é o Plano Nacional de Educação. Nós defendemos e conseguimos a aprovação de que 10% do PIB, do Produto Interno Bruto, sejam destinados à educação. Eu tive a oportunidade de falar recentemente com o Ministro Mantega, quando esteve aqui na semana passada. Quando fomos ao Ministério conversar com ele sobre isso, ele disse que se aprovássemos esse projeto o Brasil ia quebrar. Eu perguntei a ele se ainda mantinha essa posição; ele não respondeu, mas, de qualquer forma, pelos atos, pelas atitudes a que nós assistimos aqui todos os dias...

Não pelo discurso, porque o discurso continua o mesmo: educação é prioridade, 100% dos *royalties* para a educação, 10% do PIB para a educação. O discurso é unânime, mas na prática nós vemos isto todos os dias aqui: quando da aprovação, quando votamos na Comissão Especial, o Partido dos Trabalhadores - ou seja, o Governo - por diversas vezes tirou os Parlamentares da Comissão para não se aprovar isso, fez todo tipo de obstrução para não se aprovar isso na Comissão Especial, mas conseguimos aprovar.

Eu inclusive tive a oportunidade de ler, aqui e lá na Comissão Especial, diversos discursos feitos há 10, há 20 anos, em que o Partido dos Trabalhadores já defendia, lá atrás, os 10% do PIB para a educação - porque muda o discurso; assume o Governo, aí o discurso muda. Isso é que é ruim! É isso que a população rejeita, isso de dizerem uma coisa e na prática fazerem outra.

E quando o Governo viu que não tinha jeito, que nós íamos aprovar o Plano, concordou, e por unanimidade aprovamos, mas ainda tiveram a cara de pau de fazer um recurso para isso vir ao plenário, para se discutir essa questão no plenário. Depois de muita luta, convencemos quem assinou a retirar a assinatura. Aí a matéria foi para o Senado, e já está fazendo 6 meses que está na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi aprovada. Dizem que agora, na semana que vem, deve ir para o plenário, sem mesmo passar pela Comissão de Educação e pela CCJ.

Mas, na prática, o que nós vemos aqui é isto: primeiro, há todo um discurso da Presidenta Dilma dizendo que 100% dos *royalties* têm de ir para a educação, 100%, inclusive em cadeia nacional, nos programas eleitorais do partido, e aí enviam a esta Casa um projeto em que os *royalties* só entrariam para a educação daqui a 10 anos; aí nós conseguimos mudar isso na Câmara, para que o recurso entre, parcialmente, já a partir de 2014, pelo menos alguma coisa, e vem o Senado e reduz drasticamente os recursos para a educação.

Para mim, não importa essa questão dos *royalties*. O que é importante, para nós - e eu espero que o Governo entenda isto - , o importante é que venham os 10% do PIB para a educação. Os *royalties* são apenas um ponto de origem, uma parte daquilo,



para cumprir o que nós aprovamos.

Mas não podemos aceitar que os 10% do PIB para a educação venham também para a contabilidade criativa. Está aí a questão do superávit primário. Hoje o Ministro está inclusive dizendo que vai cortar gastos, custeio, para atingir 2,3% do PIB de superávit primário, mas se for esse superávit primário que nós vimos aqui, com maquiagem, não resolve - superávit com o Governo emprestando, emitindo títulos do Governo e pagando juros de 10% a 12%?

Mais de R\$ 10 bilhões foram colocados no BNDES para atender a interesses de algumas empresas, aquelas empresas amigas. Amigas! E está aí o exemplo já da primeira, o grupo de Eike Batista, o grande milionário brasileiro, um dos grandes milionários, bilionários do mundo, vendo a sua fortuna derreter. O que é que está acontecendo hoje? O patrimônio hoje das empresas não chega a US\$ 2,5 bilhões. Só o BNDES - que faz empréstimos subsidiados, porque o Governo pega o título e paga 12%, 10% de juros ao mês, e empresta a 3,5%, 5% ao mês -, então, emprestou ao Sr. Eike Batista mais de R\$ 10 bilhões. Bilhões! Ou seja, o nosso dinheiro, o dinheiro do contribuinte foi para o ralo para atender interesses específicos de empresas que normalmente até financiam campanha.

E é o que eu disse aqui. O que eu tenho dito com relação ao plebiscito? Ninguém é contra plebiscito, não! As pessoas precisam ser mais transparentes, mais honestas mesmo, na hora de dizer as coisas. Esse plebiscito que querem colocar na rua agora é para atender especificamente ao interesse do Partido dos Trabalhadores.

Eu vou dizer uma coisa aqui: querem perguntar, por exemplo, se eu sou contra a doação de empresas para campanhas? Nem é preciso perguntar! Eu já vou responder: todo o mundo é contra isso! Se eu sou a favor de contribuições de pessoas físicas, limitadas a 1 ou 2 salários? Sim, sou favorável. Agora, o que eles querem implantar é a lista fechada com financiamento público integral de campanha, só que eles esquecem que os partidos neste País têm dono! Esses partidos não são democráticos! Há Presidente de partido que está no partido há 30 anos, 50 anos. Então, assim não dá para termos lista fechada e financiamento público de campanha - que eu sempre defendi aqui; não é de agora, não. Peguem os meus discursos de 2 anos atrás! Sou contra financiamento vindo de empresas. Sou contra financiamento de empresas. Sou favorável ao financiamento público, desde que seja sem lista fechada, mas tem de haver uma mudança.

Eu apresentei duas PECs para alterar a questão partidária. Menos de 10% dos eleitores deste País são filiados a partidos políticos. Esses partidos políticos não têm ideologia, não têm programas, são todos iguais; hoje, na era do "copiou, colou", o estatuto copia-se e cola-se. Então, está na hora de se implantar um partido democrático, com democracia, sem reeleições das executivas. E na criação de partidos, em vez de assinaturas de apoio - hoje a pessoa vai à rodoviária e paga R\$ 1,00 por cada assinatura -, devem ser exigidas filiações. Esses projetos, essas PECs de minha autoria que estão tramitando tratam disso. Para se criar um partido novo neste País tem de haver filiações; não é apoio, não é assinatura de qualquer jeito, não! E mais: eu estabeleci no projeto 5 anos para os partidos atuais também obterem seus filiados, um número razoável, para poderem dizer que são partidos políticos.

Então, como querem aprovar lista fechada num País onde 99,9% dos partidos têm dono? É incompatível!



(O microfone é desligado.)

O SR. IZALCI - V.Exa. poderia adicionar o tempo da Minoria também? Do PSDB e da Minoria.

Então, Sr. Presidente, para ficar claro para a população, o plebiscito, se feito agora, vai custar R\$ 500 milhões. Não sou contra plebiscito, não; mas as perguntas não podem ser essas de que eles querem a resposta do jeito como eles querem. O que nós temos de perguntar é isto: a questão partidária. É uma reforma política, não é reforma eleitoral. Então, é muito fácil aproveitar o momento e querer tirar o foco das reivindicações, que estão muito claras para nós. O Governo precisa entender, precisa refletir, precisa enxergar, precisa ouvir e falar a mesma linguagem que está nas ruas, e não é se infiltrando nos movimentos, tentando impor aquilo que ele quer. Hoje existe uma orientação do Partido dos Trabalhadores de se infiltrar no movimento e mostrar que o plebiscito é importante. A rua não está dizendo isso! O que a rua está dizendo claramente é: a educação precisa melhorar.

E a educação não vai melhorar reduzindo-se aqui os recursos dos *royalties*, não! Como é que o Governo diz que quer melhorar a educação e o Ministro vai ao Senado, como foi ontem, e dá uma declaração de que nós estamos avançando e vamos aprovar o texto do Senado novamente na Câmara, se houve uma redução aqui dos R\$ 260 bilhões que nós aprovamos, uma redução para R\$ 160 bilhões? Quer dizer, são praticamente R\$ 100 bilhões a menos, nos 10 anos! E está dizendo que é prioridade a educação? É isso que está errado! O que se diz não bate com o que acontece na prática!

Com a saúde é a mesma coisa. Com a saúde é a mesma coisa! Estamos vendo aqui um hospital como o das Forças Armadas - estou falando disso já vai fazer 1 ano -, um dos melhores hospitais do País, pagando R\$ 3 mil para o médico! Aí trazem um cubano que não tem condições de passar no REVALIDA, que é o teste de avaliação, e querem pagar a ele R\$ 10 mil. E por quê? Porque há muitos estudantes militantes partidários que foram para Cuba, fizeram o curso de medicina em Cuba, e agora querem trazê-los, mas eles não têm capacidade de passar; aí querem trazê-los de qualquer jeito. Ora, o Partido dos Trabalhadores é especialista nisto: ele vê uma causa nobre e, em cima da causa nobre, ele quer atender a alguns interesses dele, como é o caso agora.

O País está cheio de problemas, a população está aí, na rua. "Não, vamos jogar no colo do Congresso!" Aí o Palácio do Planalto joga tudo para cima do Congresso, para tirar o foco dos problemas. Mas está muito claro o que a população quer!

E quando eu falo em redução dos *royalties* para a educação, estou falando também em saúde, porque nós aprovamos nesta Casa que parte dos *royalties* iria também para a saúde, e para a saúde também houve uma redução significativa. Não sou eu quem está dizendo, não; está aqui, olhem: é a Consultoria Legislativa da Câmara especialista no assunto.

Então, como é que pode isso? A rua pede que melhorem a educação e a saúde, e aí, ontem, o Senado Federal aprova uma redução dos recursos de educação e saúde?! Então, o discurso não fecha com a prática! E querem que as pessoas entendam isso?

E vamos falar da segurança. Hoje à tarde estaremos prestando aqui uma homenagem ao Corpo de Bombeiros. Na semana passada prestamos homenagem à Polícia Militar. São duas instituições conceituadas, em especial o Corpo de



Bombeiros, que vai estar aqui hoje à tarde e que é a primeira instituição no País em credibilidade. A instituição que tem mais credibilidade neste País é o Corpo de Bombeiros, que não pode fazer greve, porque é motim, não é? Greve policial é motim, não se permite. Mas estão lá escritas, assinadas pelo Governador, 13 promessas. Ontem as mulheres e outras pessoas da área militar fizeram um movimento em Brasília para cobrar seus direitos.

E nós ficamos vendo aqui a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros controlarem essas manifestações, segurarem tudo isso, quando o que eles gostariam mesmo é de estar lá fazendo as mesmas reivindicações, porque o salário é pífio, primeiro porque o custo de vida em Brasília é um dos mais altos do Brasil; segundo, as pessoas têm de pagar de novo o que já pagaram. Têm de pagar escola particular, têm de pagar plano de saúde, têm de botar todo um aparato de segurança pública em casa. Por quê? Porque o cidadão não tem saúde, não tem educação e não tem segurança. Além de pagar a maior taxa tributária do mundo - está chegando a 40%, já -, além de pagar esse absurdo, o trabalhador tendo lá 27% de desconto na folha, de Imposto de Renda, porque não se atualiza há muito tempo a tabela de Imposto de Renda e há uma distorção muito grande, ele paga o imposto e não consegue obter o retorno, a contrapartida do que ele paga.

Vou dizer para V.Exas., anotem aí: na hora em que a lei que nós aprovamos aqui entrar em vigor, essa lei da discriminação dos impostos na nota - porque ela foi prorrogada por 1 ano; se não tivesse sido prorrogada, a crise seria ainda muito maior -, V.Exas. verão, vai haver uma revolução neste País de novo. Tiradentes morreu enforcado, não é? E naquela época era o quê? Eram 25%. Agora nós estamos chegando a 40%, e ninguém faz nada porque não sabe, não tem noção do que paga, porque a cultura do nosso País é a de que os impostos estão embutidos no preço. Na hora que a sociedade souber, cada um souber, for ao posto de gasolina, receber a nota fiscal e ler lá: imposto, 57%, aí o cidadão vai ficar revoltado mesmo, e vai exigir, como já está exigindo, educação, saúde e segurança padrão FIFA.

É isso que nós queremos!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Paulo) - Muito obrigado, Sr. Deputado Izalci, nobre representante da Minoria e do PSDB nesta Casa.

Documento 52/85

196.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/07/2013-
CD 12:15

Publ.: DCD - 06/07/2013 - VITOR PAULO-PRB -RJ
28722

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Apoio à proposta da Presidenta da República de realização de plebiscito nacional para norteamento da reforma política brasileira. Conveniência de definição de novas regras políticas-eleitorais com validade a partir das eleições de 2016. Posicionamento do orador com relação ao financiamento de campanhas eleitorais. Destinação de recursos provenientes de royalties de petróleo para a saúde e educação. Adoção do chamado padrão FIFA para os setores de saúde, educação e transporte público. Preocupação com o aumento da violência contra idosos no País. Defesa de extinção do fator previdenciário. Adoção de políticas públicas para as pessoas idosas. Encaminhamento de indicação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para criação de centros de integração de idosos. Requerimento de instituição do Programa Pró-Idoso na Câmara dos Deputados. Expectativa de implantação da primeira delegacia especializada em idoso em Brasília, Distrito Federal. Saudação ao Secretário Especial do Idoso do Distrito Federal, Ricardo Quirino. Realização, pela Casa, de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia do Bombeiro Militar.

O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos ouvintes e todos que nos assistem pela *TV Câmara*, a grande preocupação do povo brasileiro hoje é a reforma política, e certamente isso entra nesta Casa, porque aqui é uma casa de leis.

Todos nós, Deputados e Parlamentares, eleitos pelo voto direto, pela vontade do povo brasileiro e do povo do meu Estado do Rio de Janeiro, temos visto que a grande preocupação do povo brasileiro agora, o grande assunto em pauta, é o plebiscito. E há muito tempo se fala em reforma política.

Mas volto a esta tribuna para falar da questão do plebiscito. Isso é um assunto importante? É óbvio que é um assunto importante; toda consulta popular é importante. Você consultar o povo brasileiro sobre aquilo que devemos legislar e referendar é muito importante, quanto mais a voz do povo brasileiro, que é um povo esclarecido.

Não podemos subestimar a capacidade do povo brasileiro. Naturalmente, devemos muito, em questão da educação do povo brasileiro. Inclusive, ontem foi discutida e aprovada no Senado a destinação de *royalties* do petróleo para a educação.

Devemos nos preocupar com isso. Nós não podemos reduzir os investimentos em educação no Brasil. Pelo contrário, educação não é despesa; é investimento. E nós devemos aproveitar os recursos dos *royalties*, o percentual que foi destinado dos *royalties* para ser investido em educação. É como se tem dito hoje, e que virou até jargão popular: padrão FIFA. Pois nós temos que ter padrão FIFA na educação, temos que ter padrão FIFA na saúde e no transporte, e devemos ter padrão FIFA no tratamento dos idosos no Brasil, porque, hoje, mais de 10% da população brasileira têm mais de 60 anos.

Eu tenho visto com muita preocupação, Deputado Izalci, a violência contra as pessoas mais velhas. O índice de pessoas, com mais de 60 anos, violentadas no Brasil tem crescido; elas têm sido violentadas psicológica e financeiramente. Tem sido excluído dessas pessoas o direito de elas terem uma vida melhor, pessoas que trabalharam anos e anos para ajudar a construir este Brasil, que criaram filhos, criaram netos, e que continuam trabalhando. Porque pouquíssimas pessoas que se aposentam neste País têm o direito de usufruir da sua aposentadoria, porque ganham mal, recebem mal. Elas, por isso, precisam ser bem tratadas! Nós temos que pensar melhor sobre a aposentadoria; porque tratam os aposentados como se eles fossem



um mal, como se fossem ruins para o Brasil. Mas eles contribuíram!

Sr. Presidente, tenho defendido nesta Casa, e V.Exa. é testemunha, esta Casa também, o fim do fator previdenciário, que é um mal para o aposentado, um mal para o Brasil, um mal para pessoas que durante tantos anos contribuíram. Claro que a intenção do projeto era boa, quando foi criado o fator previdenciário. Mas isso não serviu de nada para os aposentados; pelo contrário, tem sido um prejuízo grande.

Eu me lembro de que, quando eu era menino, e não tem muito tempo, Deputado Izalci, nós pensávamos em aposentadoria, imaginando quem contribuía com cinco salários, quem contribuía com dez salários, com vinte salários. E para quê? Fazia-se isso, naturalmente, como se fosse uma poupança. Eu vou contribuir mais porque, quando eu me aposentar... Qual era a cabeça do jovem trabalhador? Agora, que sou jovem, trabalho e contribuo o máximo que eu puder, para que, quando eu estiver velho, quando eu tiver idade, eu possa usufruir dessa contribuição.

Mas hoje não é assim. O fator previdenciário, pelo contrário, tira do trabalhador o direito dele por ter contribuído. E hoje existe um teto de aposentadoria. Pergunta-se: e o direito adquirido? e toda a contribuição, foi para onde?

Então, nós temos que pensar sobre isso.

Quando se fala em plebiscito, nós temos, sim, que ouvir o povo brasileiro, ir às ruas saber o que o povo está pensando. Não podemos subestimar a capacidade do eleitor brasileiro. Será que ele não sabe responder a perguntas básicas? Como disse desta tribuna, e repito: será que o povo brasileiro não tem a capacidade de responder sobre se é contra ou a favor do financiamento público de campanha? Será que não podemos imaginar que o povo brasileiro tem capacidade de dizer que aceita que se financie campanha política com recursos públicos? Será que o povo brasileiro não sabe responder isso? Será que o povo brasileiro não sabe priorizar investimento de dinheiro público? Será que o povo brasileiro não vai priorizar saúde? Não vai priorizar educação? Não vai priorizar transporte? E tantas outras prioridades que o Brasil tem? É claro que saberá responder a isso.

Agora, se queremos fazer um plebiscito, eu sou a favor do plebiscito. Há 1 ano eu escrevi um artigo - está publicado. Eu disse, há 1 ano, nesta tribuna, como membro permanente, indicado pelo meu partido, na Comissão Especial de Reforma Política - discuti o assunto em todos os momentos com o nosso partido, o Partido Republicano Brasileiro -, que nós somos favoráveis à reforma política. Nós temos consciência e entendemos que é preciso reformar, sim, o sistema político brasileiro, que precisa ser reformado; e que é preciso pensar no fortalecimento dos partidos políticos. Precisa-se disso tudo.

Agora, as ruas têm de ser ouvidas. O povo tem de ser ouvido. Eu fui presidente nacional e fundador do Partido Republicano Brasileiro. Viajei este Brasil inteiro para fazer uma consulta, para colocar à disposição do povo brasileiro a carta de intenções do PRB, ao criar um esse partido político no Brasil.

Nós, do PRB, e eu particularmente, somos favoráveis a uma reforma política ampla. Não pode se limitar. Fazer plebiscito para quê? Para se discutir se o povo brasileiro concorda em tirar, repito, recursos públicos para financiar campanha política?!

Isso tem que se perguntar ao povo brasileiro, sim. Agora, essa reforma política não pode ser feita a toque de caixa. Nós temos que trazer esse plebiscito para esta Casa,



temos que consultar, sim, as ruas, perguntar ao povo brasileiro o que ele quer fazer. Agora, vamos pensar em um plebiscito para as eleições de 2016, para as eleições de 2018, porque senão não dá. A lei eleitoral, hoje, prevê que 1 ano antes têm que estar muito claras e definidas as regras para as eleições.

Então, nós temos até setembro para fazer isso. E estamos em julho. Agosto e setembro, mais dois meses. Será que é tempo suficiente? O Tribunal Superior Eleitoral disse que vai se gastar aproximadamente 500 milhões de reais, e que precisa, no mínimo, de 70 dias para fazer isso.

Então, vamos, sim, fazer um plebiscito. Vamos discutir. Vamos ouvir o que o povo pensa. Agora, sem pressa. Se for possível para 2014, muito bem. Se não for, vamos levar essa regra para 2016.

Agora, eu não acho que deva se tirar os poucos recursos que se aplicam ou que poderiam ser investidos na saúde, na qualidade de vida do povo brasileiro, em educação, em saúde, em cuidados com os idosos, cuidados com as pessoas mais velhas, para financiar campanha pública dos partidos. Não. Sou favorável a que o financiamento político seja misto, que o financiamento privado exista. A lei permite isso, e acho que deve haver. Mas sou contra que empresas privadas financiem campanhas políticas. Esse financiamento deve ser privado, e feito exclusivamente por pessoas físicas. Que se faça aquela ação entre amigos, que se chama, no jargão popular, "vaquinha", para se fazer isso, fazer aquilo. Está bom. Porque o político, o Deputado, nós, servidores do povo, sabemos que isto aqui é um sacerdócio, um dever. Se queremos servir o povo brasileiro, que o povo nos traga para cá, que o povo vote em cada um de nós. Mas que isso seja feito com recursos privados. É inadmissível que se financie campanha eleitoral com dinheiro público. Já temos pouco, e ainda temos que tirar recursos da educação, tirar recursos disso e daquilo para financiar campanha política? Aí, não!

Eu sou a favor da reforma política, mas que o financiamento de campanha seja exclusivamente privado, porque público ele já é. O tempo de televisão já é um recurso público. Os partidos políticos todos usam o horário eleitoral gratuito. E isso é o quê? Isso é dinheiro público. E todos nós pagamos. Há o horário eleitoral gratuito, o que todos os partidos têm, sejam grandes, médios ou pequenos.

Então, vamos discutir, sim, financiamento de campanha. Sou favorável a que seja privado. E que não se tenha empresa, porque o problema do financiamento de campanha é que as grandes empresas financiam campanhas com recursos que me assustam. Há candidatos, Deputado Izalci, que gastam 5 milhões, 10 milhões para se elegerem. Como pode? De onde isso vem? Como uma empresa vai investir 5 milhões para eleger um Deputado, eleger um Senador, eleger um Prefeito? Nunca vi empresário fazer favor a ninguém. Empresário não faz favor a ninguém. O Brasil, com a carga tributária que tem, uma das maiores cargas tributárias do mundo, onde os empresários têm pouquíssimo percentual de lucro, como ele vai dar 5, 10 milhões de reais para financiar campanha política? Naturalmente, ele vai querer a contrapartida disso; naturalmente, ele vai querer seu dinheiro de volta. E daí é que vem o problema.

Então, nessa reforma política tem que se fazer plebiscito. Deve-se ouvir o povo nas ruas, os jovens, os estudantes, o povo trabalhador, o aposentado, o servidor público. Deve-se ouvir a todos, e com respostas claras. O povo quer ou não quer uma reforma política? Quer! Aceita financiamento público de campanha? Sim ou não? Aceita o pluripartidarismo da forma como está? Aceita que se criem mais partidos políticos?



Enfim, perguntas claras e objetivas.

Agora, eu sou favorável, Deputado Izalci, a que o financiamento seja privado e, repito, que haja um teto. Quer o financiamento público seja exclusivo, privado, de pessoa física, e que seja de 2 mil reais, ou, no máximo, 4 salários mínimos de hoje; enfim, que haja um teto, digamos, de 3 mil reais para pessoa física. E, aí, vamos disputar eleições em que todos tenhamos os mesmos direitos, todos. Se o teto é esse então, que tenhamos dez, vinte, trinta, cem amigos, duzentos amigos, contribuindo cada um com 3 mil reais, 2 mil reais, mil reais, 500 reais. Aí, as empresas vão cumprir o seu papel: vão fazer licitações, vão construir. Porque elas não terão que pagar nada a ninguém. E, aí, porque elas não têm que contribuir para mais ninguém, elas certamente vão baixar os preços. O Governo então vai fazer licitações com preços baixos, vai investir mais, e vai haver mais investimento. Aí é outra coisa. Agora, enquanto houver no Brasil financiamento privado de empresas... Porque empresa não contribui; empresa faz investimento em campanha. Empresa não doa - investe. E quem investe quer recurso, quer lucro. E isso não se pode mais aceitar num país como este!

Então, Deputado Izalci, eu sou a favor, sim, de que haja um plebiscito, que se deva ouvir o povo nas ruas para se saber o que deve ser feito com o sistema político-eleitoral brasileiro.

O segundo assunto que eu trago a esta Casa, Sr. Presidente, é sobre os idosos. Sendo Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos nesta Casa, há alguns aspectos que eu queria trazer para discussão neste plenário.

Primeiro, o índice de violência contra as pessoas mais velhas tem crescido por demais. Não podemos aceitar isso. Falta ao Governo adotar políticas públicas mais claras com relação ao apoio às pessoas mais velhas. O Brasil tem hoje mais de 10% de sua população com mais de 60 anos. Segundo a ONU, daqui a uma década, a população mundial de idosos será de mais de 1 bilhão de pessoas. E o Brasil terá, daqui a muito pouco tempo, um terço da população com mais de 60 anos.

Essas pessoas têm que ter qualidade de vida. Trabalharam a sua vida toda, e agora, quando chegam aos 60 anos, naturalmente com a sua saúde fragilizada, precisando de mais cuidados, são abandonadas. Porque as famílias brasileiras, muitas delas, não têm estrutura para manter o idoso em casa, porque dá trabalho, porque há o gasto com remédios.

Há a profissão de cuidador de idoso. Mas, hoje, as pessoas que cuidam de idosos são aquelas que estão desempregadas. Alguns falam, infelizmente, assim: *"Você conhece alguém para cuidar de um velho? Estão contratando pessoa para cuidar de velho?"*

Pergunto: é assim que tem que ser - cuidar de velho?

Não. Temos que preparar pessoas, com cursos e treinamentos, para serem cuidadores de idosos, porque os idosos precisam de todos os cuidados que a sua saúde requer, naturalmente. Eles têm direitos que precisam ser respeitados.

Deputado Izalci, o Estatuto do Idoso, em seu art. 22, diz que é dever do Estado... Sr. Presidente, V.Exa. é um grande defensor da educação. Eu fiz requerimento ao MEC para que seja incluída no conteúdo programático a valorização dos idosos. Isso já está no art. 22 do Estatuto do Idoso, mas não tem sido cumprido no Brasil. Isso tem



que começar nas escolas. As crianças têm que começar a entender desde cedo o que é valorizar as pessoas mais velhas.

Fiz um requerimento ao Ministério do Desenvolvimento Social para que seja criado um centro de integração dos idosos para funcionar como num período integral de escola, para que o idoso saia de casa cedo, vá para esse centro, onde terá alimentação, remédio e acesso a atividade física e esportiva, oficinas de teatro e uma cooperativa de trabalho ou de artesanato, e de onde possa retirar recursos para levar para casa.

Fiz também um requerimento a esta Casa para se criar o Pró-Idoso. Já existe aqui o Pró-Adolescente, programa que permite que jovens de ensino médio de escolas públicas trabalhem aqui durante 4 horas e recebam 1 salário mínimo. Pois sou autor de um requerimento que cria o Pró-Idoso, para que pessoas com mais de 60 anos venham a esta Casa para trabalhar; que possam ficar aqui 4 horas, prestando serviço, porque aqui há muito serviço para ser realizado, e contribuir com sua experiência, saúde e vigor. Os idosos precisam ter oportunidades como essa.

Fiz esse requerimento, já falei com o Presidente Henrique Alves esta semana e vou insistir nisso. Quero também o apoio de V.Exa., Sr. Presidente, que é uma grande liderança nesta Casa, para que possamos implantar aqui o programa Pró-Idoso. Quero ver pessoas que se aposentaram ou que estão prestes a se aposentar virem a esta Casa para contribuir com sua experiência e sua vivência. Isso levanta a autoestima dessas pessoas, que devem ter uma renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, no máximo. Essa é uma justiça que esta Casa faria com pessoas idosas que trabalharam a vida toda.

Com relação ao índice de violência que há no Distrito Federal e em todo o Brasil, conversei com o Governador Agnelo esta semana. Estou fazendo um requerimento e buscando recursos para implantar aqui no Distrito Federal a primeira delegacia especializada do idoso. Aqui já há delegacia da criança e delegacia da mulher, mas ainda não temos delegacia especializada em idoso.

No meu Estado do Rio de Janeiro, pelo qual tenho orgulho de ser eleito - fui escolhido pelo povo do meu Estado para representá-lo -, há uma delegacia do idoso. O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem uma delegacia especializada em idoso, e que tem dado resultados tremendos!

Quero aqui fazer uma homenagem ao Secretário de Estado do Idoso do Distrito Federal, Deputado Ricardo Quirino, um grande amigo e aliado, que tem sido um incentivador disso, bem como o Governador Agnelo. Precisamos investir nisso. Gastamos dinheiro em tantas coisas! Não é tão caro assim criar uma Secretaria Especializada do Idoso, para que profissionais gabaritados, respeitados e especializados na questão do idoso possam dar atendimento a essas pessoas idosas, para que sejam respeitadas e bem atendidas.

Então, Deputado Izalci, agradeço a V.Exa., e espero poder contribuir. À tarde, nós estaremos aqui fazendo uma grande e justa homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelos 147 anos do Dia do Bombeiro Militar.

Creio que já é hora de começarmos a pensar nas pessoas mais velhas, de começarmos a investir recursos públicos, que são tão escassos, em educação, sim, com padrão FIFA. Saúde, sim, e com padrão FIFA! Não foram eles tão exigentes, ao chegarem aqui na nossa casa? E quanto se gastou com os estádios em todo o

Brasil? Não somos contra Copa do Mundo. Eu sou um torcedor nato do Brasil. Nós somos a favor do futebol brasileiro. Parabéns à Seleção Brasileira, que ganhou a Copa das Confederações! Todos nós somos apaixonados por futebol. Agora, devemos ter padrão FIFA também na educação, na saúde, no transporte. Aí, sim, chegaremos ao Brasil que nós sonhamos, e que daqui a pouco tempo será a quinta economia do mundo. Mas nós queremos que o padrão de saúde, o padrão de educação e de qualidade de vida para todos os brasileiros seja o mesmo da economia.

Muito obrigado.

Documento 53/85

199.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/07/2013-
CD 16:33
Publ.: DCD - 09/07/2013 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA
29516
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Desoneração do transporte público. Importância da transparéncia na elaboração de planilhas de custos do setor. Lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Pacto Nacional pela Saúde - Mais Hospitalares e Unidades de Saúde, Mais Médicos e Mais Formação. Realização da 36ª Romaria da Terra e das Águas sob o tema "Que sociedade temos, que sociedade queremos?", no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia. Lançamento pela Presidenta da República do Plano Safra do Semiárido, em Salvador. Aquisição, pelo Governo Federal, de retroescavadeiras e motoniveladoras para municipalidades baianas, bem como de ônibus escolares no âmbito do Programa Caminho da Escola. Homenagem póstuma ao motorista Railton Oliveira Santos. Apoio à realização de plebiscito sobre a reforma política, proposto pela Presidente Dilma Rousseff. Necessidade de ações do Governo Federal em prol das áreas de educação, saúde, segurança pública e mobilidade urbana.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quarta-feira, eu fiz dois pronunciamentos. Como já estávamos no final da sessão, eles não foram registrados. Por isso, quero registrá-los neste momento. Um deles trata da redução da tarifa de transporte público - metrôs, trens e ônibus.

Outro assunto que quero abordar é sobre a questão da vinda dos médicos estrangeiros - cubanos -, para ajudar a população brasileira. Essa foi uma decisão importante que a Presidente Dilma tomou. E eu acredito que assim possamos, cada vez mais, melhorar a saúde no País.

Quero aproveitar também para registrar que no último final de semana realizou-se a Romaria da Terra e das Águas, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, que acontece todos os anos. Vale dizer que a participação dos movimentos sociais nessa Romaria é muito importante.

E outro assunto que trago diz respeito ao lançamento do Plano Safra do Semiárido na Bahia, que aconteceu na última quinta-feira, com a presença da nossa Presidente



Dilma Rousseff, do nosso Governador Jaques Wagner, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. Foi um anúncio importante, da Presidente e também dos Ministros, este do lançamento do Plano Safra específico para a região do Semiárido, região esta que vem sofrendo com uma seca terrível. Mas o Governo Federal e os Governos Estaduais têm tomado providências para minorar o sofrimento daquela população. Faço, portanto, o registro dessa importante ação do nosso Governo.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar uma tragédia que aconteceu em minha cidade, Itamaraju, quando um ônibus de transporte público perdeu o freio em uma ladeira muito grande chamada Canequinho. Dentro do ônibus estavam 40 pessoas, mas, a atitude do motorista transformou-o em herói. Ele fez com que justamente seu lado do ônibus batesse em uma calçada, e, dentre as 40 pessoas, apenas ele faleceu.

Esse motorista poderia, numa atitude irresponsável, ter ceifado a vida de 30 ou 40 pessoas que estavam dentro do ônibus, ou de outras que estavam ao longo da calçada, mas ele preferiu sacrificar sua vida em prol de tantos outros cidadãos e cidadãs de Itamaraju.

Itamaraju, que fica no extremo sul da Bahia, está de luto, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a redução das tarifas dos transportes públicos - trens, ônibus e metrô - foi o mote das principais reivindicações feitas Brasil afora por estudantes e trabalhadores. A questão da mobilidade urbana é um dos grandes problemas enfrentados pelas cidades brasileiras, e o custo tarifário faz parte desse conjunto de reivindicações de quem vive nas capitais e regiões metropolitanas e gastam boa parte do orçamento familiar nos transportes, quer seja se deslocando para escolas e universidades, quer seja nos deslocamentos para o trabalho.

O Governo Federal já fez parte das tarefas, desonerando impostos federais como o PIS e a COFINS. Esta Casa também vem fazendo a sua parte, com a aprovação, nesta quarta-feira, do projeto de lei que reduz a zero as alíquotas de contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, que incidem sobre o custo das tarifas dos transportes públicos municipais rodoviários, metroviários e ferroviários.

Contudo, Sras. e Srs. Deputados, é preciso fazer mais: abrir a caixa-preta, como bem destacou o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do sistema de transportes públicos. São verdadeiros cartéis que dominam o setor há vários anos e que determinam as políticas que são implantadas.

É preciso que as prefeituras adotem projetos de infraestruturas que viabilizem a mobilidade urbana e assumam posições transparentes de como são feitos os cálculos que determinam o valor das tarifas, de como as empresas são selecionadas para operar o sistema, quais as margens de lucros dos empresários, quais as prioridades que devem ser implantadas. A partir dessas medidas, a população pode acompanhar a forma como os recursos públicos são aplicados e saber que setores podem proporcionar a diminuição dos custos que acabam recaendo sobre a população.

Em uma cidade como Salvador, terceira maior cidade do Brasil e administrada há



décadas pelo mesmo grupo político, o maior desafio é resolver a questão da mobilidade urbana. Possui um dos piores sistemas de transportes públicos do País. Depois de 12 anos de iniciado o metrô, com grande investimento de recursos federais, sequer foi terminada a primeira etapa da obra. Foi preciso, no início deste ano, que o Governador Jaques Wagner tomasse para si a responsabilidade de dar continuidade às obras do metrô para que a população soteropolitana pudesse ser beneficiada com mais essa opção de transportes.

Por fim, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que, a exemplo do que já fez o Governo Federal, desonerando impostos para reduzir custos, prefeituras e empresários façam a sua parte, tornando transparentes as planilhas de custos e mostrando para a população, como os recursos têm sido aplicados e quais os projetos que podem ser implantados em benefício da população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já colocando em prática algumas das políticas dos pontos pactuados com as reivindicações populares, a Presidenta Dilma Rousseff anuncia hoje o Programa Mais Médicos. O programa, elaborado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, traz como uma contribuição importante os editais para o chamamento de médicos para atuar nas áreas mais carentes do País, além de prever a abertura de mais vagas de graduação em Medicina e na Residência Médica. Serão aplicados o valor em reais de 7,4 bilhões, sendo que, para o ano que vem, serão aportados mais 5,5 bilhões de reais ao programa.

Com esse pacote, deverá aumentar o número de médicos no País. Hoje, são 1,8 médicos para cada grupo de mil habitantes, sendo um dos índices mais baixos da América Latina. Isso é menos que na Argentina, que tem 3,2 a cada mil e na Venezuela, que tem 1,9 médicos a cada mil.

De acordo com o programa, a convocação será priorizada aos brasileiros, mas, se houver sobra de vagas, serão abertas a estrangeiros, ou brasileiros formados no exterior. Segundo a própria Presidente Dilma, serão abertos dois editais: um para selecionar os Municípios que querem receber profissionais e outro para que os profissionais brasileiros possam se inscrever e escolher a cidade para onde querem ir. Caso as vagas disponíveis não sejam preenchidas por médicos brasileiros, o Governo vai autorizar a contratação de estrangeiros.

Aqui, nesta discussão, quero chamar a atenção para as áreas mais distantes do Norte e Nordeste do nosso País, cuja necessidade de profissionais de saúde é urgente. E falo porque, ainda que muitas prefeituras tentem contratar estes profissionais, muitos com salários altíssimos, a procura pela atuação no interior do País é muito pequena. A vinda de médicos estrangeiros não pode ser encarada como um ataque aos médicos brasileiros. Deve ser encarada como uma contribuição muito bem-vinda.

A Presidente ainda explicou que, entre os estrangeiros, serão contratados apenas médicos *"bem formados, experientes, que falem e entendam"* nossa língua. Eles deverão trabalhar exclusivamente nos postos de saúde, fazendo o atendimento básico da população, por pelo menos 3 anos. Eles serão supervisionados pelas universidades públicas no trabalho, que também os avaliarão, por 3 semanas, antes do início das atividades.

A contratação de médicos estrangeiros, inclusive, já é prática de muitos países em que reconhecemos o seu sistema de saúde. Falo de países como a Inglaterra, em que 37% dos médicos que trabalham lá se formaram no exterior, ou mesmo os



Estados Unidos, onde 25% dos médicos que trabalham lá fizeram os seus cursos em outros países. No Brasil, apenas 1,79% dos médicos são estrangeiros.

Ou seja, ninguém está propondo a substituição dos médicos brasileiros por estrangeiros, mas, sim, sanar uma necessidade urgente. Médicos e profissionais de saúde que tenham o princípio da prevenção, do método saúde da família, próximos às comunidades, que criem relação com as comunidades. Há países que têm muito a contribuir e compartilhar com esses princípios, e Cuba está entre eles. Não esqueçamos ainda que há muitos profissionais formados em Medicina cujo processo de reconhecimento é moroso e que o Governo precisar dar uma rápida resposta, inclusive com metas de interiorização da saúde pública.

Essa é uma medida emergencial e devemos nos preocupar com o avanço da saúde no País, porque os mais pobres têm pressa no acesso a esse direito fundamental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 5 a 7 de julho, aconteceu no Município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a 36º Romaria da Terra e das Águas. Com o tema "*Que sociedade temos, que sociedade queremos?*", cerca de 8 mil pessoas participaram das atividades realizadas pelas Dioceses de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Arquidiocese de Vitória da Conquista, Santuário do Bom Jesus e Comissão Pastoral da Terra - CPT.

A abertura, no dia 5, reuniu os romeiros e romeiras na Esplanada do Santuário de Bom Jesus. Também participaram de plenárias temáticas, como a *Política agrícola e agrária, Água, Juventude, Quilombo, Reforma Agrária*. Neste ano, o tema da infância também foi incluído no conjunto dos debates populares.

Quero parabenizar as Dioceses pela organização da Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa, citar e parabenizar Idelbrando, do PT, pela articulação e ajuda para a realização da Romaria. Desde o ano de 1976 que a Romaria acontece. Naquele ano, realizou-se a Proto-Romaria da Terra ao Bom Jesus da Lapa, por parte de cerca 300 trabalhadores e trabalhadoras da região de Itaetê e Nova Redenção, da região de Ruy Barbosa. A partir de então, a Romaria, na beira do Rio São Francisco, é um momento de reacender não só a fé dos romeiros e romeiras, como também é um momento de educação e formação política dos cidadãos e cidadãs, ao provocar a reflexão coletiva acerca da luta por direitos e justiça social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quinta-feira, a Presidenta Dilma Rousseff esteve em Salvador para o lançamento do Plano Safra Semiárido. Serão 7 bilhões de reais em crédito para a lavoura na região, sendo 4 bilhões de reais exclusivamente para a agricultura familiar. Os juros, com taxas melhores que as praticadas em outras regiões, variam de 1% a 3% ao ano. Para investimento, os juros são de 1% a 1,5% ao ano. A Presidenta ainda anunciou medidas que visam à renegociação das dívidas dos agricultores, como a suspensão de prazos de cobrança de dívidas de plantadores inadimplentes e desconto para liquidar operações de crédito rural.

Já o microcrédito rural tem taxa de 0,5% ao ano, com rebate de 40%. Para compras públicas da agricultura familiar na região será destinado 1,3 bilhão de reais, sendo reais 700 milhões pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e 600 milhões de reais pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Além disso, a Presidente Dilma fez a entrega de 323 máquinas retroescavadeiras e motoniveladoras a 269 Municípios baianos, além de ônibus escolares do Programa



Caminho da Escola. Também foi comemorada a emissão de 1 milhão de documentos civis e trabalhistas expedidos nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Essas medidas são importantes. A Bahia, por exemplo, é o maior Estado em número de pequenos agricultores no País. A região do Semiárido, que conviveu com uma das piores secas das últimas décadas, precisa de uma atenção maior do poder público e investimentos para a agricultura no Semiárido e também acesso à água.

O Plano Safra está estruturado em ações de recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais da pecuária leiteira e de pequenas criações. Também há o estímulo à industrialização para diversificar e agregar valor na produção e estímulo à agricultura irrigada no Semiárido. O plano busca ainda desenvolver sistemas produtivos com reserva de água e reserva de alimentos para animais.

Senhoras e senhores, a seca faz parte do cotidiano do sertanejo, do agricultor que está no Semiárido. E a região é rica e cheia de potencialidades. Precisamos garantir a segurança produtiva e adaptar a produção à realidade da região, o que já é previsto no próprio Plano Safra Semiárido.

É a primeira vez que o Plano Safra se volta para o Semiárido nordestino. Uma ação fundamental para os trabalhadores rurais da região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui venho também trazer uma notícia muito triste. Na última sexta, em Itamaraju, no extremo sul da Bahia, cidade em que nasci, aconteceu um acidente com um ônibus da Viação Itamaraju, que trafegava no centro comercial da cidade e fazia o itinerário Várzea Alegre-Liberdade.

O acidente ocorreu por volta as 17h30min, quando o ônibus perdeu o freio ao passar pela ladeira do Canequinho. O motorista do ônibus, que morreu no acidente, ainda tentou desviar de vários veículos, mas o ônibus parou somente quando colidiu em uma passarela de uma loja localizada na Baixa Fria, centro da Cidade Baixa.

Eu conheci o motorista desse ônibus. Railton Oliveira Santos, de 55 anos de idade, foi um herói ao conduzir este ônibus. Ele foi o único que morreu, e podemos, sim, dizer que salvou a vida dos mais de 30 passageiros que estavam no veículo. Railton, filiado ao PT e membro do Sindicato dos Rodoviários, deu a sua vida, tentando evitar uma tragédia pior.

A polícia técnica da Polícia Civil da cidade de Teixeira de Freitas já se encontra na cidade realizando a perícia no local. De acordo com os peritos o laudo ficará pronto em 30 dias. Foram mais de 30 feridos, muitos ainda em estado grave.

Deixo a minha solidariedade a todas as vítimas e, principalmente, à família do Railton. Itamaraju está de luto neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, terça-feira passada, 2 de julho, esta Casa recebeu a mensagem da Presidente Dilma Rousseff acerca da necessidade do plebiscito sobre a reforma política. Neste momento, em que o povo exige maior participação nas instâncias democráticas, sem dúvida, o plebiscito é um instrumento que cabe perfeitamente no momento e que deveria ser mais utilizado para os grandes temas de debate neste País.

Aqui quero concordar com as questões propostas pela Presidente, no que tange às



eleições. Aqui já faço a defesa do financiamento público de campanha, do voto em lista, do fim das coligações, das cotas para negros, da paridade entre homens e mulheres, com 50% de candidaturas de mulheres, da fidelidade programática e partidária, medidas democráticas, fundamentais para uma mudança radical no cenário eleitoral brasileiro e também que permitem um maior controle social de toda a população sobre os eleitos, sem que o poder econômico seja o balizador principal da disputa política, isto sim, fonte maior da corrupção que tanto combatemos.

Mas também é preciso dizer que a reforma política deve ser mais ampla que a reforma eleitoral. Ora, precisamos pensar o papel de algumas instituições de poder, justamente para ampliar a participação popular. Medidas como a diminuição do número de assinaturas de projetos de iniciativa popular, com tramitação diferenciada, mecanismos que facilitem as coletas, o estabelecimento de caráter deliberativo nas conferências populares, mecanismos que garantam o acesso da juventude às instituições políticas, garantindo renovação geracional, o fim do voto secreto no Parlamento são debates importantes que temos que encarar, e o momento é propício ao debate.

Precisamos pensar o sistema político como um todo, fortalecendo a democracia direta, com equilíbrio de poderes com a democracia representativa. Precisamos trazer o povo, de fato, ao poder.

No que tange à gestão do Estado, o Governo também precisa incidir em quatro áreas fundamentais. Falo da mobilidade urbana, da educação, da saúde e da segurança pública.

Os serviços essenciais precisam chegar a toda população brasileira, com a mesma efetividade que conseguimos construir os estádios da Copa e distribuir o Bolsa Família, fundamental instrumento de transferência de renda. A qualidade destes serviços essenciais precisa avançar. Se temos bons programas e boas políticas, a ponta da população precisa sentir o esforço e a efetividade do Estado em seu funcionamento.

A nossa contribuição, neste momento, que supera a simples pauta político-eleitoral, hoje tratada pelo Governo e pelo Congresso Nacional, vai no sentido de aprofundar a efetividade das medidas governamentais que atendam aos clamores mais imediatos do povo brasileiro, garantindo o atendimento satisfatório dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a divulgação destes pronunciamentos no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Documento 54/85

203.3.54.O Sessão Deliberativa 10/07/2013-10:48
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 11/07/2013 - LUCI CHOINACKI-PT -SC
30484
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DISCURSO COMUNICAÇÕES

Sumário

Congratulações aos participantes em recentes manifestações populares ocorridas no Brasil. Compromisso do Governo petista de atendimento a reivindicações político-sociais.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Paulo Feijó, Sras. e Srs. Deputados, quero lembrar ao Deputado do PSDB que me antecedeu que o PSDB é craque nessa coisa de dinheiro público, de privatizações e tudo. S.Exa. fala com experiência, com conhecimento de causa, e conhecimento de causa sempre é importante, não é? Quando a pessoa fala, sabe como é lidar com o dinheiro público. E o partido de S.Exa. tem muito conhecimento.

Então, quero dar parabéns ao povo, que saiu às ruas agora.

Aliás, a democracia no Brasil não foi feita em gabinetes, e nós, da Esquerda, não nascemos fazendo política dentro de escritório ou de gabinetes; saímos sempre às ruas, combatendo a ditadura militar, lutando pelas eleições, com o Diretas Já, batalhando pelas mudanças na Constituição do País.

As mudanças feitas pela Constituinte de 1988 foram conquistas de uma Constituição Cidadã - como disse Ulysses Guimarães -, que trouxe avanços importantíssimos para o povo brasileiro - como o reconhecimento da cidadania, dos direitos humanos, da questão das mulheres como direitos humanos - e colocou no País uma pauta importante que nunca tinha havido na história do Brasil. Mas foi um movimento das ruas.

Agora, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos como ideário político sempre a batalha para democratizar o processo eleitoral, fazendo com que ele seja mais transparente. Mudar a participação de Parlamentares é mudar um pouco na participação do rosto do povo brasileiro, pois, assim, passaremos a ter entre os representantes mulheres, jovens das classes sociais mais baixas, e não apenas das ricas. Para isso, o financiamento público de campanha é importante, porque todos precisam ter alguma condição de participar das eleições.

O plebiscito é importante para que o povo possa discutir o assunto, dar sua opinião. E a nossa contribuição, por exemplo, é com projetos sociais importantes de Parlamentares, como os relacionados às bandeiras que eu sempre levantei: a da aposentadoria das agricultoras, a do salário-maternidade, a da aposentadoria das donas de casa. E agora estamos discutindo a agroecologia como uma forma de

produção e de vida. Não são projetos locais; são estaduais e nacionais.

Então, ter compromisso com o eleitor, com o movimento, com o povo, com comida na mesa, com a saúde, com a educação é ter um olhar generoso para todas as pessoas do seu Estado, do seu País. E é por isso que nós precisamos, sim, garantir que o voto não seja mercantilizado, como muitas vezes já é. Precisamos melhorar, ter transparéncia.

Eu confio no povo brasileiro. Confio que ele pode nos ajudar a encontrar as melhores soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que nós sempre conquistemos, aqui e na rua. Eu sempre fiz assim.

Documento 55/85

209.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 12/07/2013-11:27
Debates - CD

Publ.: DCD - 13/07/2013 ERIKA KOKAY-PT -DF
- 31273

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Importância da democracia representativa. Denúncia sobre a prática de exploração sexual de crianças e adolescentes pelo Prefeito Municipal de Coari, Estado do Amazonas. Persistência da violência doméstica contra a mulher brasileira. Discriminações praticadas contra as mulheres no País. Apoio à proposta de realização de plebiscito sobre a reforma política, apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff. Posicionamento contrário ao financiamento privado de campanhas eleitorais. Maior representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Discussão pela Casa da proposta de emenda à Constituição, de autoria da Deputada Luiza Erundina, sobre a participação de mulheres nas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões das duas Casas do Congresso Nacional.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna dizer que as ruas carregam sempre uma profunda sabedoria e, ao estarem marcando este País com profundidade e com profusão de manifestações, apontam a necessidade de estarmos elaborando a nossa democracia representativa.

Sr. Presidente, este é o recado que está muito claro: as manifestações indicam, entre outras coisas, que esta Casa não consegue representar os anseios na sua dimensão, nem consolidar uma democracia representativa que não sofra os percalços de um país que tem muitas dificuldades de fazer o luto da escravidão, do colonialismo e da ditadura, porque não fechou esses ciclos.

Nós vemos a reprodução de uma lógica colonialista em vários momentos dentro



desta Casa e no exercício de funções públicas que têm muito pouco de republicanas.

Deputada Lilian Sá, vimos, em Coari, que o Prefeito organizou manifestações dos próprios comissionados e, ao que tudo indica, decretou, informalmente, ponto facultativo para que esses comissionados estivessem em manifestações, na perspectiva de hostilizar e impedir o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Prefeito está sendo acusado, por operação da própria Polícia Federal, entre outros crimes, de exploração sexual de crianças e adolescentes, de organização de rede de exploração sexual, segundo denúncias, utilizando inclusive recursos públicos.

Essa é a própria expressão de uma lógica colonialista em que os amigos do rei, que adquiriam os pedaços de terra de um Brasil fatiado, sob a lógica imperial ou colonial, se sentiam não apenas donos da terra, mas donos também das crianças, das mulheres, donos do que não lhes pertencia.

Essa concepção patriarcal nós vamos ver nos índices de violência doméstica que ainda assolam o nosso País e percebê-la também nas discriminações, algumas, que atingem as mulheres, mensuráveis: nós mulheres ganhamos menos do que os homens, embora tenhamos maior escolaridade; somos as primeiras a ser demitidas em momentos de crise econômica.

Essa é uma discriminação que se consegue medir, mas há uma que não se consegue medir, apenas sentir: as diversas ditaduras da perfeição, que exigem que as mulheres não errem quando ocupam funções culturalmente exercidas pelos homens, ou a própria representação que vemos nesta Casa, que tem origem nesta sociedade patriarcal, sexista. E aqui, nesta Casa, nós temos apenas 8,7% de mulheres, Deputada Dalva Figueiredo. V.Exa. sabe disso e luta pelo aumento da representação feminina.

Por isso este clamor das ruas, que vem no sentido de que façamos neste País uma reforma política. E tem razão a Presidenta Dilma Rousseff em propor um plebiscito, porque esta Casa se mostrou insuficiente, absolutamente incapaz de produzir uma reforma política.

Eu participo da Comissão Especial da Reforma Política, instalada desde o começo de 2011, que não consegue apresentar, não consegue discutir um relatório, porque os interesses estão consolidados na lógica das casas grandes e senzalas e porque nós temos mandatos, via de regra, nutridos pelo poder econômico, e as candidaturas são decididas inclusive no cálculo da planilha de custos das próprias empresas.

Por isso, é muito importante que nós possamos - e tem razão a Presidenta Dilma Rousseff - fazer com que o povo assuma, apoderar-se dessa discussão, para que possamos produzir uma reforma política que estava sepultada nesta Casa e que as ruas e a sensibilidade da Presidenta da República trazem de volta. Esta Casa começa a discutir uma nova reforma política, criando um grupo de trabalho.

Nessa discussão de reforma política, é importante que nós possamos dar um salto de qualidade e assegurar que não tenhamos o financiamento privado das candidaturas, que faz com que tenhamos inclusive como premissa o poder econômico para a validação ou não das candidaturas. Quantas são as Lideranças comunitárias, mulheres, negros, indígenas, que dizem que não se candidatam porque não têm recursos para se candidatarem? Em verdade, o poder econômico passa a ser uma prerrogativa e uma premissa a decidir se haverá ou não candidaturas no nosso País



e o nosso sistema eleitoral.

Digo que a reforma política precisa avançar na perspectiva de que nós possamos impedir que tenhamos esse nível de captulação de mandatos inclusive, porque o poder econômico, que financia as campanhas, acaba por financiar os próprios mandatos. Essa discussão tem que ir para o povo, que tem que se apoderar dela e fazer com que possa ser a conclusão de que esta Casa foi incapaz de promovê-la.

Nesta discussão de reforma política, nós não podemos permitir que haja estes níveis de representação feminina nesta Casa ou no Parlamento brasileiro que fazem com que nós tenhamos as ditas burcas invisíveis, porque, até nos países em que as mulheres usam burcas, a participação feminina no Parlamento é maior do que no Brasil.

Nós mulheres somos 52% da população brasileira e temos que ter essa representação aqui nesta Casa, porque este é um espaço estruturante da construção do Estado Democrático de Direito, já que se constroem as nossas próprias leis. No entanto, as mulheres estão excluídas por uma história que começa nesta lógica patriarcal e que se expressa na família e nos aparelhos ideológicos do Estado e se concretiza na sub-representação dessa discussão.

Por isso nós estivemos com o Presidente da Casa. Há reunião agendada para a próxima terça-feira, porque nós queremos discutir a reforma política, a necessidade de termos aumento da representação feminina nesta Casa, para podermos consolidar esta democracia e fazer valer e dar concretude ao princípio fundante da nossa Constituição, que fala de dignidade humana.

Estaremos terça-feira com o Presidente da Casa também para discutir a proposta de emenda constitucional de autoria da Deputada Luiza Erundina, que determina que haja em todos os órgãos diretivos desta Casa a presença de mulheres. Uma Casa secular como esta só teve, durante 2 anos, a participação de mulheres na Mesa Diretora, com a Deputada Rose de Freitas, até o ano passado, durante 2 anos, na condição de 1ª Vice-Presidente.

Nós não temos mulheres nos órgãos diretivos. É preciso que nós possamos analisar, e vamos fazer essa discussão com o Presidente da Casa, a urgência para assegurar, Sra. Presidenta, a participação feminina, porque a população já expressou nas pesquisas recentes que quer a modificação deste Congresso Nacional, que quer uma reforma política.

Penso que é muito absolutista a fala de alguns Líderes da Oposição que dizem que o povo não tem consciência ou capacidade para opinar e decidir sobre sistema eleitoral. Ora, que menosprezo do povo! Que menosprezo da nossa Constituição, que diz que todo poder emana do povo e, em nome dele, deve ser exercido.

Esses que menosprezam dessa forma a população deste País têm que ter a capacidade de entender que foi ela que foi às ruas e que está construindo uma nova agenda para esta Casa.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Liliam Sá) - Muito obrigada, Deputada Erika Kokay.



Documento 56/85

209.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 12/07/2013-11:42
Debates - CD

Publ.: DCD - 13/07/2013 DALVA FIGUEIREDO-PT -AP
- 31275

CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição do Estatuto da Juventude e do projeto de resolução a respeito da criação da Secretaria da Mulher. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, de autoria da Deputada Luiza Erundina, sobre a garantia da representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de cada Comissão das duas Casas do Congresso Nacional. Defesa da convocação de plebiscito sobre a reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Conveniência de contratação de profissionais médicos para atuação em regiões interioranas do País.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO (PT-AP. Sem revisão da oradora.) - Bom dia.

Sra. Presidenta, quero aproveitar a oportunidade para comemorar a aprovação nesta semana, aqui nesta Casa, do Estatuto da Juventude, proposta que foi debatida e elaborada pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, sem dúvida, um grande avanço que contém várias propostas a serem implementadas como políticas públicas nas instituições.

É importante ressaltar o desconto de 50% nas passagens interestaduais para os jovens. Acredito ser um instrumento fundamental para garantir políticas públicas de inclusão que garantam também àqueles de baixa renda acesso a vários projetos, a várias oportunidades que o jovem tem, como, por exemplo, cultura. É importante salientar a meia-entrada.

Quero também aqui, nesta oportunidade, fazer referência à criação da Secretaria da Mulher, aprovada nesta Casa por meio de projeto de resolução da Deputada Janete Rocha Pietá, do Partido dos Trabalhadores, que obteve o envolvimento e o apoio de cada bancada, bem como a determinação do Presidente de trazer para o plenário, para que nós pudéssemos votá-lo.

Igualmente à Deputada Erika Kokay, eu quero aqui reafirmar a necessidade de aprovarmos a PEC nº 590, de 2006, da Deputada Luiza Erundina, que está nesta Casa, muito importante para que nós possamos ter representação permanente na Mesa Diretora.

Aliada a isso, quero ressaltar também a importância da reforma política, de nós trabalharmos a oportunidade que o Brasil inteiro viu nas grandes mobilizações, apesar de alguns quererem esconder que a sociedade brasileira, que a juventude que foi às ruas não pediu reforma política. Pediu sim. Ela deixou bem clara a insatisfação



com o modelo da legislação eleitoral, com o modo como os partidos estão se organizando e deu o recado de que quer opinar, quer debater.

Então, eu, que sou defensora da democracia representativa, militante política do sindicato, como professora, como educadora, e militante do Partido dos Trabalhadores, sempre disputei eleição e, como mulher, sei das dificuldades que enfrentamos para disputar, para que possamos representar a sociedade, a população brasileira.

Eu quero aqui ressaltar e, mais uma vez, reafirmar que a população pediu sim reforma política. E quero defender a necessidade de fazermos um plebiscito, de discutirmos, respeitando as opiniões desta Câmara, para fazer o grande debate. Mas há necessidade urgente de fazer reforma política, com financiamento público de campanha, uma reforma política que, de fato, aprofunde esse grande debate, que oportunize às pessoas disputar em igual condição o pleito eleitoral.

Então, eu quero reafirmar a necessidade da reforma política, e defendo o financiamento público de campanha.

Quero, Sra. Presidenta, aproveitar também para falar de tema que está muito claro para todos nós no Brasil inteiro, nos grandes Municípios, na área rural e urbana: os problemas enfrentados em saúde pela população, dos mais diversos, de infraestrutura às condições necessárias para que o médico exerça a profissão, à formação, ao número de médicos disponíveis e dispostos a trabalhar em localidades distantes e nos grandes centros cujas regiões metropolitanas também enfrentem problemas muito sérios e graves.

Há uma grande discussão por conta da vinda de médicos - cubanos, espanhóis, portugueses -, enfim, por conta da contratação de médicos estrangeiros no País.

Eu quero aqui dar um testemunho, Presidenta. Eu fui Vice-Governadora do meu Estado. Em 2002, assumi o Governo e me deparei com a seguinte situação: um convênio entre o Governo do Amapá e o Governo de Cuba para que contratássemos médicos.

Em 2002, quando assumi, enfrentei esta situação: 36 médicos para ir para as regiões ribeirinhas da nossa Capital, Macapá, e, depois de quase 3 meses de preparação e entrosamento com a cultura local, com a língua e o intercâmbio com universidades federais, tivemos que cancelar os convênios. Então, havia médicos disponíveis, mas fomos impedidos de contratá-los. Até hoje, nós enfrentamos esse problema.

Então, eu acho que este é um bom momento para estabelecer um grande debate e criar as condições necessárias para que esses médicos sejam contratados, e que a prioridade seja para médicos brasileiros dispostos a ir para as comunidades que enfrentam problemas.

Eu queria que fossem acrescentados, Sra. Presidente, os 3 minutos para os quais eu me inscrevi, além do tempo de Comunicações Parlamentares.

Que nós possamos contratar e ter o tempo necessário para formar, capacitar e colocar em condições os médicos que estão nas nossas faculdades e que desejam ir para o interior do País, onde há necessidade.

Então, quero parabenizar o Ministro Padilha e a Presidenta Dilma. Sei que é uma



proposta difícil. Vai ter que haver um grande diálogo com todos os segmentos envolvidos e interessados. Mas principalmente é fundamental ouvir aqueles que estão em regiões muito distantes, como é o caso, no meu Estado, dos povos indígenas do Oiapoque, da Aldeia Kumenê, os palikurs, ou da comunidade de Lourenço, no Município de Calçoene.

Eu estive lá nesse final de semana e ouvi uma das grandes reclamações das mulheres, da comunidade em geral: fazer PCCU, da comunidade em geral. Porque lá também há dificuldade para contratar médicos, embora a Prefeitura queira contratar. O Estado tem dificuldade.

Estive na comunidade do Lourenço, com garimpeiros, membros da comunidade, pescadores, agricultores. Precisamos de fato olhar para dentro do nosso País e tentar resolver esse grave problema que nos assola. Eu tenho certeza de que a sociedade brasileira está disposta a encontrar as melhores alternativas para que possamos garantir saúde, direito básico da cidadã e do cidadão brasileiros.

Documento 57/85

214.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/07/2013-
	CD 11:18
Publ.: DCD - 18/07/2013	- RICARDO BERZOINI-PT -SP
31910	
CÂMARA	DOS
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM
	DISCURSO

Sumário

Não apoio da bancada do PT à indicação do Deputado Cândido Vaccarezza para coordenador do grupo de trabalho destinado à elaboração de proposta de reforma política. Defesa de extinção do financiamento privado de campanhas eleitorais.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Celso Maldaner, que preside a sessão, Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna hoje para registrar a minha satisfação, por um lado, de poder mais uma vez tratar do tema da reforma política, como membro do grupo de trabalho criado pelo Presidente da Casa, e ao mesmo tempo falar da minha preocupação em relação a esse trabalho.

Primeiro quero registrar a nossa posição, de uma parcela grande da bancada do PT, de que houve um procedimento inadequado por parte do Presidente Henrique Alves quando indicou para a coordenação desse grupo de trabalho um Deputado da nossa bancada, sem que houvesse o apoio da nossa bancada para que ele fizesse essa coordenação.

Esta é uma Casa política. Não há indicações de simpatia ou de antipatia. Não pode haver preferência de um Presidente da Casa por um Deputado que não tenha o mandato da bancada para, em seu nome, coordenar algum trabalho, ainda que seja uma coordenação suprapartidária.



O Deputado Cândido Vaccarezza goza do nosso respeito pelo seu trabalho, mas certamente assume essa coordenação sem o mandato e o apoio da bancada do PT.

É preciso que fique claro que esse não é nenhum racha na bancada do PT, é simplesmente uma divergência sobre a forma de se constituir uma Comissão.

O Deputado Henrique Fontana, histórico defensor da reforma política, Relator da Comissão Especial, tomou a atitude de não participar dessa Comissão, e coube a mim, com a anuência, inclusive, do Deputado Fontana, representar a bancada.

Eu quero rapidamente dizer que nós estamos num momento muito desafiador para a política brasileira. Nós precisamos produzir uma mudança qualitativa, que aproxime os governantes e os Parlamentos daquilo que é o desejo do povo: uma política funcional, uma política que seja capaz de representar, efetivamente, opiniões políticas, projetos políticos, visões ideológicas sobre o futuro do País e a relação do Brasil com o mundo.

E é diante desse desafio que nós tentamos estabelecer justamente a possibilidade de avançarmos para o fim da contaminação do processo eleitoral pelo dinheiro privado, para o fim do poder econômico na política, a redução da influência das grandes empresas no processo político nesta Casa e em todas as Casas Legislativas do País.

Isso só se dará com a eliminação do financiamento privado empresarial de campanha. Todo o resto da reforma está aberto para discussão, mas a questão central é como evitar a preponderância do poder econômico sobre a política.

Esta é a mensagem que eu queria deixar neste momento. Estou nessa Comissão representando o PT. Aceito discutir qualquer tese com a qual a minha bancada esteja de acordo, mas creio que o centro da discussão é o financiamento de campanha com recursos públicos, com pouco dinheiro, para que as campanhas tenham mais ideia e menos show, e que nós tenhamos efetivamente a participação popular na política brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 58/85

214.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/07/2013-
CD 11:18

Publ.: DCD - 18/07/2013
31919

AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM



DEPUTADOS

DISCURSO

Sumário

Recuperação da economia brasileira pelo novo índice IBC-BR. Preocupação do Governo Dilma Rousseff com conjunto de ações para melhorias nas áreas de infraestrutura e mobilidade urbana, efetivação da reforma política, garantia de presença de médicos na periferia das grandes cidades e em localidades do interior do País, e ampliação de vagas no ensino público, técnico e superior.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Berzoini, quero rapidamente registrar um novo indicador, recentemente divulgado, o IBC-BR, que aponta o desempenho da atividade econômica no País.

Os indicadores todos são no sentido de que, nos últimos 2 meses, tivemos redução da inflação, mas que agora há a perspectiva de retomada da atividade econômica, com potencial de crescimento, inclusive, de 4% no segundo semestre.

Então, nós temos ouvido de Parlamentares da oposição, de setores da imprensa de oposição, uma leitura pessimista da realidade brasileira, como se as manifestações de rua fossem contra a condução da política nacional pelo Governo da Presidenta Dilma. Nós queremos dizer que um conjunto de ações foi adotado, no sentido de garantir recursos para a infraestrutura e mobilidade urbana, apostando-se na reforma política - como bem ressaltou V.Exa. aqui; apostando-se no fim do financiamento privado, no fim do poder da grana na política brasileira, para que haja mais recursos para a saúde; apostando-se na garantia de existência de médicos para as famílias que mais precisam, no interior do Brasil, como na periferia das grandes cidades; apostando-se na ampliação da oferta de vagas de ensino superior, de escolas técnicas e de universidades públicas, com cotas para os filhos dos pobres, para garotos egressos do ensino médio.

E, quanto àquele ponto a que a Oposição se apegava, de que a economia brasileira estaria quebrando, que se iria entrar em recessão, que a inflação iria para o descalabro, todos os indicadores apontam o oposto.

Então o povo brasileiro pode ficar tranquilo porque nós estamos estabilizando a inflação, reduzindo a possibilidade de que ela persevere, garantindo o poder aquisitivo dos trabalhadores, das trabalhadoras.

Vamos continuar com a política de fortalecimento do salário mínimo; vamos garantir o Bolsa Família, o bolsa floresta, o bolsa estiagem. Vamos atender a quem mais precisa!

Portanto, Sr. Presidente, quero pedir ressalva e solicitar a V.Exa. que autorize a divulgação do meu discurso nos Anais da Casa.

215.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 17/07/2013-
CD 15:12
Publ.: DCD - 18/07/2013 - AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ
31942
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Necessidade de cumprimento do Regimento Interno da Casa no tocante ao horário de início das fases da sessão. Críticas à proposta do grupo de trabalho da reforma política, acerca da flexibilização do controle das doações de campanhas eleitorais e a utilização do fundo partidário para pagamento de multas impostas a partidos políticos. Apreensão do orador ante a pretendida aprovação de dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, do Senado Federal, relativa ao retorno de processos de foro especial por prerrogativa de função. Maior atenção dos Parlamentares para com a voz das ruas. Apoio à implantação do orçamento impositivo, à revisão do pacto federativo e à realização da reforma tributária.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, colegas Parlamentares. Obrigado, meu Líder, por ter me permitido falar neste momento.

Cheguei hoje de manhã, às 8 horas, cumprí o Regimento e estou esperando agora, correndo o risco de não ver iniciado o Pequeno Expediente. Isso é uma incoerência que a Casa tem que rever. Temos que fazer cumprir o Regimento.

Sr. Presidente, estou com uma matéria aqui que diz que Deputados querem afrouxar controle sobre doações de campanha. É uma realidade. Nós temos ouvido declarações do ex-Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, dizendo que queria afrouxar. E ele é Relator de um grupo de trabalho que tem 90 dias para apresentar uma pífia reforma política; só uma reforminha eleitoral, no interesse do seu partido, que não conseguiu emplacar voto em lista, que não conseguiu emplacar financiamento público de campanha e que agora vai tentar emplacar algumas coisas do seu interesse.

O projeto de lei preparado acaba com os recibos para doações eleitorais e permite que políticos com contas de campanha rejeitadas pela Justiça Eleitoral voltem a se candidatar nas eleições do ano que vem. Claro que isso é para contornar, flexibilizar a Lei da Ficha Limpa, que está valendo e que tem que continuar valendo.

O projeto também permite que o dinheiro do Fundo Partidário seja usado para pagar multas impostas a partidos políticos que cometem irregularidades na campanha. Isso é um absurdo! Isso é dinheiro do contribuinte! Campanha não tem nada a ver com esse dinheiro. O financiamento não é público para a campanha - ainda, pelo menos, enquanto nós pudermos estar aqui contrários a esta prática.

Hoje pela manhã, eu falei aqui sobre uma PEC que tramita no Senado Federal, a PEC 10, de 2013, que está tramitando de uma forma açodada, para, em última instância, se aprovada, fazer com que todos os processos que tramitam no Ministério Público, que tramitam no Supremo Tribunal Federal, de autoridades que tenham foro especial, retornem à base. Retornando - também falei e expliquei por quê - , daqui a 15 ou 20 anos, nós teremos esses processos julgados. É claro que todos

prescreverão nesse percurso. É o grande desejo. Temos agora que identificar porque esse açoitamento.

Tudo é para flexibilizar e permitir que tudo continue como dantes, fazendo orelhas moucas, não ouvindo as vozes das ruas, que chegaram aqui pedindo o combate à corrupção, o combate à impunidade. E as classes políticas estão na lona por causa disso. Não! Faz-se agora o contorno para afrouxar essas coisas. Não é possível.

Então, fala aqui sobre as campanhas eleitorais, que poderão se candidatar aqueles que tiverem as contas rejeitadas. Isso é um absurdo! Fala também na proposta - estou falando do Relator, Cândido Vaccarezza - que comitês eleitorais não precisarão apresentar recibos e doações. Já pensaram a complicação que isso vai dar?

O Procurador-Geral ou a Procuradora-Geral da Justiça Eleitoral já se manifestou contrariamente a esse absurdo. Vão perder totalmente o controle, mas é isso que esses Parlamentares querem.

E, além disso que eu falei há pouco, de o Fundo Partidário pagar multas imputadas a partidos que cometem irregularidades na campanha, há outros itens de menor importância e que até poderiam ser interessantes. Mas, dentro desse contexto de atender, pela via avessa, não exatamente o que as ruas pediram, essa é a proposta do PT, que deixou de ser apoiada, que fez todo o esforço. Esse já é o terceiro ou quarto grupo de trabalho ou comissão que se reúne para fazer reforma política.

E não vai fazer, porque a nossa verdadeira reforma política, Sr. Presidente, colegas, Nação brasileira, será feita quando nós instituirmos um orçamento impositivo, criminalizando a autoridade que não executar; quando fizermos um pacto federativo justo, que fortaleça e não enfraqueça a Federação; quando fizermos uma reforma tributária que não seja injusta com o empresário que produz e com o trabalhador que paga o imposto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 60/85

216.3.54.O Sessão Ordinária - CD 01/08/2013-14:15
Publ.: DCD - 02/08/2013 - 32136 MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Anúncio de reunião do grupo de trabalho da Casa destinado à elaboração de proposta de reforma política. Lançamento da campanha Eleições Limpas pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Apelo à Casa de reformulação do sistema político-eleitoral.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 6, deverá reunir-se, formalmente, pela primeira vez, o grupo de trabalho instituído para elaborar o projeto de reforma



política, sob a coordenação do Deputado Cândido Vaccarezza, especialmente nomeado pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, ex-Líder do Governo e representante do Partido dos Trabalhadores.

Na mesma data, a OAB nacional estará lançando a campanha Eleições Limpas, tornando pública proposição sobre essa palpitante temática, cujo exame e aprovação deverão ocorrer até o dia 3 de outubro, tendo em vista a preceituação constitucional do princípio da anualidade.

Embora reconheçamos a complexidade da polêmica matéria, não pode o Congresso deixar de deliberar em tempo hábil, uma vez que, imperativamente, as correntes de opinião anseiam por essa definição, como se constatou na recente mobilização popular pelas ruas e avenidas do País.

Sabe-se que o financiamento público de campanha é sempre mencionado prioritariamente na pauta de tal postulação, tornando-se impreterível uma definição a respeito, como medida indispensável à legitimação ética dos mandatos eletivos, em todos os níveis hierárquicos.

Há quem admita, *in casu*, a participação da pessoa física, tornada impeditiva, porém, qualquer doação de pessoa jurídica como alternativa destinada a escoimar o processo da influência do poder econômico, sempre qualificado como capaz de descharacterizar a legitimidade dos nossos mandatos.

Pela premência de tempo, urge que o grupo de trabalho acelere o cumprimento dessa magna tarefa, fazendo-o, entretanto, em consonância com as camadas conscientizadas da sociedade civil organizada.

Ao se instalar, pois, essa fase dos trabalhos normais, entendi de meu dever transmitir esse apelo aos eminentes pares, todos convictos de que não podemos negligenciar no cumprimento desse encargo - vital para os nossos rumos democráticos.

Com esse apelo, antecipo-me aos reclamos coletivos que chegarão ao Congresso como imperativo da conjuntura institucional ora vivenciada em nosso País.

Documento 61/85

220.3.54.0

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 07/08/2013-17:14

Publ.: DCD - 08/08/2013 - 32845 PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados para assinatura do requerimento de criação de CPI referente à investigação de denúncia de envolvimento de integrantes do PSDB em atos de corrupção no Governo do Estado de São Paulo. Crítica à atuação de Roberto Gurgel à frente da



Procuradoria-Geral da República. Defesa de realização da reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até que enfim foi vencida a blindagem da mídia em relação ao estouro do mensalão tucano em São Paulo.

É lamentável a omissão do Procurador Roberto Gurgel quanto ao mensalão tucano mineiro! Por quantos anos ele sentou em cima desse processo? Além de omissão, ele tem sido totalmente parcial, totalmente partidário, publicamente partidário! Ainda bem que ele está saindo. Em menos de 10 dias desocupará esse cargo, que ele manchou. Considerando-se a história da democracia brasileira, ele o manchou.

Agora esperamos uma atitude do Ministério Públíco Estadual de São Paulo, do Ministério Públíco Federal, porque o caso envolve também recurso federal, assim como a atuação da própria Polícia e também desta Casa.

Está sendo proposta uma CPI. Cabe, de fato, a CPI, porque se trata de dinheiro público. Apelo a todos os Deputados para aderirem a essa CPI, a fim de darmos o basta à corrupção. A repercussão é internacional, porque envolve empresas multinacionais. Não se trata de simplesmente dar uma satisfação ao povo, o que é importante também; trata-se do respeito para com a coisa pública, de moralização.

Queremos e esperamos que haja punição o mais rápido possível. Que sejam eficientes. Que o Ministério Públíco Estadual de São Paulo seja eficiente, em curto prazo, e tome as medidas cabíveis.

Não é à toa, Sr. Presidente, que sempre defendemos a reforma política. E, na reforma política, sempre defendemos o não financiamento de campanha pelas empresas. Nós não podemos permitir isso.

O povo brasileiro tem que voltar para as ruas e exigir, no mínimo, a fim de que valha já no ano que vem, essa reforma política, para que seja estabelecido o fim do financiamento de campanhas pelas empresas e garantido o financiamento público das campanhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 62/85

223.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/08/2013-
CD 17:27

Publ.: DCD - 09/08/2013 - AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
33134

CÂMARA

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER

**Sumário**

Homenagem ao ex-Presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP Álvaro Sólon de França. Votos de sucesso à nova Presidenta da entidade, Margarida Lopes de Araújo. Transcurso do 104º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia. Saudações às lideranças políticas da municipalidade. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Posicionamento do PT acerca de tópicos da reforma política. Defesa da realização de plebiscito sobre a reformulação do sistema político-eleitoral.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, eu quero fazer uma homenagem, neste plenário, em nome do meu partido, inclusive. A ANFIP tem sido uma entidade que tem colaborado com nosso trabalho parlamentar, não só dos Deputados do PT, mas também de todos os Deputados desta Casa, que se têm servido dos dados dos estudos da ANFIP.

Eu quero fazer uma homenagem ao meu amigo Álvaro Sólon de França, que deixou a Presidência da ANFIP. Ele militou nesta Casa, de forma muito competente, pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 555, de 2006 - que nós ainda não aprovamos; estamos devendo aos servidores públicos -; 443, de 2009; 147, de 2012; 214, de 2012; e 186, de 2007. Ele travou aqui um diálogo permanente, teve sucesso em diversas empreitadas em que militou.

Quero desejar boas-vindas à minha colega - eu sou auditor também - Margarida Lopes de Araújo e a todos os que assumem a diretoria dessa instituição importante, a ANFIP.

Quero também homenagear todos os filhos de Morro do Chapéu, que hoje completa 104 anos de emancipação política.

Morro do Chapéu é uma cidade belíssima, uma cidade agradável, que tem um povo agradável. É um patrimônio natural da Bahia.

Morro do Chapéu tem várias atrações turísticas, dentre elas a Gruta dos Brejões, Deputado Eleuses Paiva, um patrimônio natural belíssimo que vale a pena V.Exa. conhecer. Lá estão também a Cachoeira do Ferro Doido, que é considerado hoje monumento natural, e o Parque Estadual do Morro do Chapéu.

Morro do Chapéu é conhecida como caixa d'água da Bahia. Há diversas nascentes ali. E, além disso, ali há opções culinárias maravilhosas. Inclusive, um dos melhores restaurantes italianos em que eu já comi fica em Morro do Chapéu, de um amigo meu, torcedor do Bahia, de quem já ganhei várias apostas, o Dom Eusebio, onde se come uma massa fabulosa.

Quero homenagear Balili, Toinho, ex-Vereador do PT, e todas as lideranças de Morro do Chapéu.

Sr. Presidente, quero me somar a algumas falas, Deputado Fernando Marroni, em nome do meu partido, que hoje defenderam... Eu estava conversando ali com o Deputado Eleuses Paiva e dizia que todas as falas que ouvi hoje - posso estar



equivocado, mas as que ouvi e prestei atenção foram neste sentido - defenderam a reforma política. E todos os que eu ouvi - aliás, posso estar equivocado, então pode ser que não tenham sido todos, mas quase todos - enfatizaram o financiamento público. No nosso partido é questão central o financiamento público.

Foi publicada, Deputado Eleuses Paiva, pelo IBOPE - e a Deputada Íris de Araújo trouxe isso - uma pesquisa importante em que mostra que 80% daqueles que foram pesquisados defendem a reforma política, e 70% são contra o financiamento por empresas. Ou seja, o povo já percebeu que o financiamento das empresas cria uma mazela na gestão pública, cria vínculos indevidos, cria interferências indevidas, permite às vezes não só o superfaturamento e a má qualidade do material fornecido ou da obra feita, mas também, muitas vezes, a realização de uma obra desnecessária, a contratação de um serviço que não é essencial para a população, mas que é vital para enriquecer o financiador.

Então, nós, representantes do povo, temos que ser eleitos de forma desvinculada desse tipo de financiamento. Nós não podemos ter o capital dominando a política. Por isso nós defendemos o financiamento público, e o nosso partido o coloca como questão central. E não só por isso, Deputado Assis; V.Exa. sabe que não é só por isso. É por isso e também porque o financiamento público iguala a disputa. Ele democratiza a disputa, Deputado Padre Ton. Ele permite que os índios ou lideranças indígenas, que V.Exa. representa, possam participar da eleição e ter representantes aqui. Há quantos indígenas aqui? Nenhum. Há quantos negros aqui? Poucos. Há quantas mulheres aqui? Poucas. Há menos mulheres no Parlamento brasileiro do que nos Parlamentos do mundo árabe. Há quantos jovens aqui, meu caro Deputado Eleuses? Poucos. Quantos representantes do Movimento LGBT nós temos aqui? Pouquíssimos, pelo menos que assumem. Existem outros que vivem doidos para assumir e não têm coragem, está certo? São poucos os representantes do que nós chamamos de setores sub-representados. Então, para o nosso partido, é fundamental o financiamento público, para democratizarmos as eleições.

Mas, além disso, o nosso partido também defende o sistema de listas preordenadas, para despersonalizar o processo. E aí o movimento social tem indicado alternativas interessantes. Por exemplo, que nós tenhamos dois turnos para eleições Parlamentares. Nossa partido não fechou a questão, mas está discutindo essa alternativa de que nos tenhamos dois turnos para eleições Parlamentares. Faz-se uma lista, e, do partido que vencer ou que tiver alcançado um percentual estabelecido, o povo escolheria da lista aquele percentual que o partido obtiver, os representantes do partido.

Nós temos também que aperfeiçoar a legislação partidária. Não é possível ter comissões provisórias. Uma jornalista de Minas Gerais me ligou, e o número que ela levantou de partidos com comissões provisórias é algo gritante. As comissões provisórias levam a partidos artificiais, a partidos sem expressão, que muitas vezes usam o aparelho do partido para vender o tempo de televisão, para vender o tempo de rádio, para vender a coligação, enfim, artificializar o processo eleitoral. São partidos que não têm legitimidade. E as comissões provisórias servem também para os donos dos partidos manipularem as legendas. Na hora em que a comissão começa a ter independência e a ter uma base real de legitimidade, os donos do partido dissolvem as comissões provisórias e elegem outras.

Por isso nosso partido defende aquilo que a Presidenta Dilma Rousseff indicou como central: para nortear essa reforma política é preciso que auscultemos o povo com precedência, e essa ausculta se faz por meio do plebiscito. O povo vai dar o norte da



reforma política e vai nos dizer quais são as linhas gerais que essa reforma deve ter.

É por isso que o nosso partido hoje, o Partido dos Trabalhadores, considera a reforma política como a mãe de todas as reformas.

Muito obrigado, Deputado Eleuses Paiva. É uma honra falar sob sua presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eleuses Paiva) - Deputado Amauri Teixeira, cumprimento V.Exa., que é meu colega na Comissão de Seguridade Social e Família, pelo trabalho que faz na Comissão e como Parlamentar eleito pelo povo da Bahia e da querida Jacobina.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem aqui no plenário ao ex-Presidente da ANFIP, Álvaro Sólon de França, que desempenhou um papel importante à frente da instituição, sobretudo no trabalho desenvolvido no Congresso Nacional, lutando pela aprovação de matérias de interesse da entidade e dos seus associados.

Meu amigo Álvaro trabalhou constantemente na defesa das proposições que estão em tramitação aqui no Congresso Nacional. E vale destacar que a ANFIP deve continuar trabalhando pela aprovação de cada uma delas - as Propostas de Emenda à Constituição nºs 555/2006; 443/2009 (vinculada à 147/2012); 214/2012; e 186/2007.

Álvaro, ao longo de seu mandato, também fez um importante trabalho no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos técnicos e à defesa dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil e que deve ter continuidade pela sua importância.

Quero desejar sucesso à Presidente eleita, Margarida Lopes de Araújo, que tomou posse no dia 31 de julho como Presidente do Conselho Executivo da ANFIP. Acredito que ela dará continuidade ao trabalho do Dr. Álvaro com a campanha de valorização do auditor-fiscal, para manter e aumentar o poder de negociação.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para homenagear o Município de Morro do Chapéu, que completa 104 anos de emancipação política hoje.

A cidade tem diversas atrações turísticas, como a Gruta dos Brejões, a Cachoeira do Ferro Doido, hoje monumento natural, e o Parque Estadual Morro do Chapéu. Essas são três áreas de preservação e conservação ambiental.

Há outros pontos turísticos, como a Cachoeira do Agreste; a Cachoeira de Domingos Lopes, com suas trilhas maravilhosas; o Buraco do Possidônio, em cujo interior se encontram árvores nativas, como o cedro - cientistas julgam ter sido a queda de um meteoro gigante que abriu essa cratera -; o Balneário do Tareco, que tem águas termais que, segundo a população, são medicinais; o Morrão, morro que deu origem

ao nome do Município, por ter a forma de um chapéu, sendo visto do lado sul; além de um centro ufológico e da Vila do Ventura.

O Município se destaca pelo seu clima, o único desse tipo no Estado da Bahia.

Quero lembrar que nós destinamos mais de 2.700 cisternas de polietileno à população rural e a diversas comunidades quilombolas.

Quero mandar um abraço para o Toinho, ex-Vereador do PT, para o Balili, para as lideranças locais e para os cidadãos de Morro do Chapéu.

Fica nossa homenagem e nossa disposição de trabalhar pelo desenvolvimento do Município.

Muito obrigado.

Documento 63/85

226.3.54.0 Sessão Não Deliberativa de 12/08/2013-15:42
Publ.: DCD - 13/08/2013 - Debates - CD DALVA FIGUEIREDO-PT -AP
33324
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO
DEPUTADOS

Sumário

Realização da reforma política. Posicionamento do Partido dos Trabalhadores favorável às propostas de adoção do financiamento público de campanhas eleitorais, da fidelidade partidária e do voto proporcional misto, de extinção das coligações partidárias, de unificação de eleições municipais e nacionais, de ampliação da participação popular na política. Importância do Programa Mais Médicos. Início das obras de reforma e ampliação do Hospital Estadual de Clínicas Dr. Alberto Lima, em Macapá, Estado do Amapá. Retomada das obras de construção do Hospital Metropolitano de Macapá, no Estado. Expectativa de votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2011, sobre a constituição, por servidores públicos oriundos dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima, de quadro em extinção da administração federal. Aumento dos investimentos federais no Estado do Amapá, nas áreas de transporte, saneamento básico, saúde e educação. Defesa de delegação das obras de pavimentação do trecho sul da BR-156 ao Governo Estadual. Necessidade de pavimentação da BR-210. Luta da oradora pela inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento das obras de pavimentação da BR-210, a Perimetral Norte. Empenho da oradora para a construção de escolas para comunidades indígenas.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO (PT-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente,



Sras. e Srs. Deputados, para mim, é uma grande honra poder vir aqui, hoje, falar por 25 minutos para as cidadãs e os cidadãos brasileiros, em especial para os do Estado do Amapá, Estado que tenho grande orgulho de representar nesta Casa.

Quero abordar inicialmente o tema da reforma política. Nas manifestações que aconteceram no nosso País durante a Copa das Confederações e nos dias que se seguiram à vinda do Papa ao Brasil, pudemos observar o quanto a sociedade brasileira criticou os políticos e os órgãos de representação popular, como o Congresso Nacional. Os partidos políticos, de um modo geral, ficaram a distância, não participaram, não se envolveram nas manifestações. E esse fato me trouxe bastante preocupação, porque todos nós sabemos que uns dos pilares da democracia são os partidos políticos e as instituições públicas, que precisam ser fortalecidas.

É por isso que o Partido dos Trabalhadores tem colocado para a sociedade e tem debatido na Câmara dos Deputados a necessidade de realização de uma reforma política que fortaleça o sistema político brasileiro e que construa, com essas modificações, um novo desenho para os partidos políticos. Portanto, aqui na Câmara, nós estamos discutindo o tema numa Comissão Especial instituída pelo Presidente Henrique Eduardo Alves. E, através da última pesquisa feita pelo IBOPE, nós observamos que 85% das pessoas entrevistadas querem a reforma política e que 78% delas são contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. Esses 85% são favoráveis a que a reforma política já passe a valer para as eleições de 2014.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar as pessoas que estão aqui visitando a Câmara, nesta segunda-feira.

O Sr. Mauro Benevides - Se V.Exa. me permite, queria fazer uma breve intervenção no seu pronunciamento, Deputada Dalva Figueiredo. Quero juntar à argumentação que V.Exa. vem expendendo o meu apoio firme e decidido. Há poucos instantes, ocupando o Pequeno Expediente desta Casa, fiz considerações com esse objetivo que V.Exa. agora secunda, com base inclusive em pesquisa do IBOPE. E diria a V.Exa. que, na manhã de hoje, neste mesmo plenário, o Presidente Nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, postulou exatamente o acolhimento de um projeto de reforma política que enquadre os nossos regramentos numa linha ética realmente fundamental para os rumos democráticos do País. Então, no momento em que V.Exa., usando o Grande Expediente, enfatiza essa tese como absolutamente legítima, eu quero levar ao seu discurso este meu aparte, reconhecidamente solidário. V.Exa. está realmente no caminho certo, e nós vamos acompanhá-la nesta trajetória, para que a reforma, de uma esperança, se transforme em esplêndida realidade. Cumprimentos a V.Exa.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO - Muito obrigada. Fico muito honrada com o seu aparte, Deputado Mauro Benevides.

E os números, Sr. Presidente, confirmam a defesa que a Presidenta Dilma Rousseff fez, em resposta às manifestações ocorridas em junho, da necessidade de um debate sobre a reforma política, com participação popular. E, na época, a Presidenta da República propôs a realização de um plebiscito ou mesmo de uma Constituinte exclusiva, para que nós Parlamentares pudéssemos nos dedicar apenas ao debate da reforma política.

Quanto ao financiamento de campanhas eleitorais, ainda com base nos dados da pesquisa feita pelo IBOPE, 78% dos entrevistados se posicionaram contra a



participação de empresas nas campanhas. A medida faz parte também de um projeto de iniciativa popular sobre a reforma política apresentado pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Noventa por cento das pessoas também pediram punições rigorosas à prática de caixa dois.

A pesquisa também quis saber qual seria o melhor modelo para eleger os Deputados, ficando 56% dos entrevistados a favor de mudanças e pela instituição do voto em lista e propostas de candidatos, contra 38% favoráveis à maneira atual, no nome do candidato.

Enfim, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que estão nas galerias, que nos assistem, a proposta do Partido dos Trabalhadores se embasa no financiamento público de campanhas eleitorais, na fidelidade partidária e no fim das coligações proporcionais, entre outros pontos.

Quero ressaltar que a fidelidade partidária é um princípio fundamental da regra democrática. Considero esse um dos pontos mais importantes da reforma política e sei que o seu debate é complexo, que está sendo feito na Casa há muito tempo, mas que está na hora de irmos a fundo e tomarmos uma decisão, e adotarmos uma posição quanto à reforma política, para que nós possamos de fato fortalecer cada vez mais o sistema político, os partidos políticos e a disputa eleitoral.

O Sr. Izalci - Deputada Dalva Figueiredo, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DALVA FIGUEIREDO - Pois não.

O Sr. Izalci - Primeiro, quero parabenizar V.Exa. pela escolha do tema. Essa questão da reforma política é muito importante. Mas eu gostaria de aproveitar a abordagem desse tema para citar outra questão - e fiz recentemente um discurso sobre isto: a reforma partidária. No Brasil, hoje, nós não temos representatividade nos partidos. Menos de 10% dos eleitores são filiados a partidos políticos. E grande parte deles tem dono. Há partidos que funcionam há 15 anos, 20 anos com o mesmo diretório, sem eleição. Então, são donos ou laranjas. É inadmissível fazer uma reforma política, seja com lista fechada, seja com financiamento público de campanhas, sem o pré-requisito da reforma partidária, para que possamos dar realmente legitimidade aos partidos. Hoje, os partidos não têm ideologia, não têm programa. Então, parabenizo V.Exa. Precisamos, sim, nos debruçar sobre isso e aprovar essa reforma política, mas, antes, precisamos fazer a reforma partidária. Parabéns pelo pronunciamento.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO - Muito obrigada, Deputado Izalci. Com certeza precisamos fortalecer os partidos, torná-los cada vez mais representantes do pensamento da sociedade.

O Partido dos Trabalhadores defende também a unificação de eleições municipais e nacionais, o voto proporcional misto, para fortalecer os partidos - dois votos: um na lista e outro nominal.

Eu quero também ressaltar que o meu partido sempre defendeu a participação popular direta. Nós queremos cada vez mais fortalecer o Partido dos Trabalhadores, tanto que, em novembro, através de eleição direta, nós renovaremos os nossos diretórios partidários, no Município, no Estado e em âmbito nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se havia alguma dúvida em relação à direção que devemos tomar, para nós, as manifestações de massa que vêm ocorrendo nos



últimos dias acabaram com toda e qualquer incerteza. Nós precisamos, urgentemente, de uma reforma política. É preciso que o Congresso Nacional se incline a ouvir o que as ruas estão dizendo. É das ruas e das praças que vem a insistente exigência de uma reforma política para valer, que valorize o voto do cidadão e que fortaleça o sistema representativo.

O segundo assunto de que quero tratar, Sr. Presidente, é o Programa Mais Médicos, um programa que faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê investimentos em infraestrutura de hospitais e unidades de saúde e que pretende levar mais médicos para regiões em que há escassez ou não existam esses profissionais.

O meu Estado, por exemplo, é uma dessas regiões. Em 2002, nós tentamos trazer 32 médicos cubanos para atenderem à população das áreas ribeirinhas do Amapá e, infelizmente, nós não conseguimos. Os médicos chegaram, fizeram treinamento, mas tiveram que ir embora por conta da radicalidade de alguns segmentos da sociedade, que não compreendem - e desde aquela época não compreendiam - e tentam ainda hoje nos impedir de contratar médicos para atuar na atenção básica, nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil.

Hoje, o Brasil possui 1,8 médicos por mil habitantes. Esse índice é menor do que o da Argentina, do Uruguai, de Portugal e da Espanha.

Como não se faz saúde, Sr. Presidente, apenas com profissionais, o Ministério da Saúde está investindo 15 bilhões de reais, até 2014, em infraestrutura de hospitais e Unidades Básicas de Saúde. Desses, 2 bilhões e 800 milhões de reais foram destinados a obras em 16 mil Unidades de Saúde e para a compra de equipamentos para 5 mil Unidades; 3 bilhões e 200 milhões de reais, para obras em 818 hospitais e aquisição de equipamentos.

O Amapá, por exemplo, Sr. Presidente, teve a adesão de 94% das Prefeituras. O Estado foi o segundo com maior percentual de adesão da Região Norte, ficando atrás apenas do Amazonas. Juntas, as 15 cidades solicitaram 127 profissionais, que atuarão exclusivamente na atenção básica.

Além de levar mais médicos para essas áreas, o Ministério investirá, no Amapá, na expansão e na melhoria da rede pública de saúde. Desse montante de 15 bilhões de reais, já foram investidos 11 milhões e 400 mil reais em obras nas Unidades de Saúde e 7 milhões de reais na compra de equipamentos. Também foram aplicados, na construção de cinco UPAs, 6 milhões e 600 mil reais.

A criação desse programa é importante porque sabemos o quanto é difícil contratar médicos e dar-lhes condições de trabalho e infraestrutura adequada nas áreas distantes dos grandes centros do País.

Sr. Presidente, nós do Amapá em breve estaremos entregando à população o HCAL, o Hospital Estadual de Clínicas Alberto Lima, para o qual destinei 11 milhões de reais em emendas; o Hospital Metropolitano, cujas obras se encontram paradas, mas a nova gestão, do Prefeito Clécio Luís, está retomando as obras; e estamos permanentemente trabalhando para que, no HCAL, o hospital de especialidades, nós possamos melhorar cada vez mais a UNACON, a unidade de tratamento de câncer; e estamos também trabalhando para implantar uma clínica de Radiologia no Estado.

Então, com essas nossas ações, com certeza, obteremos melhorias, ao longo dos



próximos 2 anos, no atendimento à saúde da população do Estado do Amapá, seja no âmbito estadual, seja na capital.

Também quero falar, Sr. Presidente, sobre um assunto de que já tratei diversas vezes, ou seja, da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, que prevê a incorporação de servidores oriundos dos ex-Territórios nos quadros da União.

Neste momento, eu quero me dirigir aos servidores civis, aos policiais e bombeiros militares do Amapá, para informar a todas as categorias que estamos em processo de negociação da PEC 111 com o Ministério do Planejamento, para definir o valor do impacto orçamentário que será necessário para custear o enquadramento dos servidores nas carreiras da União.

Nós trouxemos a Brasília o Secretário de Estado da Administração do Amapá, Agnaldo Balieiro, o Secretário de Administração do Município de Macapá, Paulo Lemos, e a Secretaria da Gestão Estratégica e Administração do Estado de Roraima, Gerlane Baccarin, que nos entregaram pessoalmente um documento com o número provável de servidores que poderão optar pelo quadro da União, com a aprovação da PEC 111.

Nos últimos dias, o Deputado Luciano Castro e eu estivemos em contato com o Dr. Carlos Augusto, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, que nos informou que em 2 semanas apresentará esse cálculo, já deixando, portanto, em condições as bancadas do Amapá e de Roraima para, junto ao Governo Federal, encerrarem as discussões e aprovarem em segundo turno, aqui em plenário, a PEC 111, que será enviada ao Senado.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que tanto o Governo do Presidente Lula investiu quanto o Governo da Presidenta Dilma tem investido consideravelmente no Estado do Amapá. Nos últimos anos, nós avançamos em relação aos investimentos federais.

Para as obras de pavimentação da BR-156, trecho norte, a bancada federal do Amapá conseguiu destinar recursos da ordem de 240 milhões de reais. No ano passado foram liberados 60 milhões reais, em uma única parcela, para essa obra que, desde 1976, não recebia um volume tão grande de recursos.

Agora, para as obras no trecho sul, na fronteira com o Pará - o Trecho Norte fica na fronteira com a Guiana Francesa -, nós estamos trabalhando para que os recursos sejam liberados.

E eu quero daqui fazer mais uma vez um apelo ao Ministério dos Transportes no sentido de que delegue essa obra do trecho sul para o Governo do Amapá, que já executa a obra no trecho norte. Nada mais justo do que o Governo, que se habilitou, que se recompôs, que organizou e está organizando suas finanças, que tirou o Estado da inadimplência, que está executando os recursos do PAC em habitação, saúde e saneamento básico, possa também conduzir a grande obra do trecho sul. Portanto, quero daqui reiterar esse pedido do Governo do Amapá e dos outros colegas de bancada.

Quero também ressaltar que nós temos, em nosso Estado, a BR-210, a Perimetral Norte, que corta o Parque do Tumucumaque. O Estado do Amapá foi o que mais cedeu terras, o que mais destinou terras para a preservação - área de quilombola, área indígena. Então, nada mais justo, Deputado Mauro Benevides, que nós



tenhamos a contrapartida. Essa estrada de chão que nos leva até as aldeias indígenas, que nos levará a outros países e a outros Estados da Amazônia, ainda não foi asfaltada. E o povo daquela região bem merece isso.

Quero ressaltar também, Sr. Presidente, a implantação do *Campus Binacional* de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá. Os recursos já estão garantidos no Orçamento Geral da União que vão permitir a implantação da Universidade Binacional na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa, onde há uma ponte que ainda vai ser inaugurada, faltando apenas a definição de alguns serviços no entorno, como os serviços alfandegários. No lado francês, já está pronto, e a promessa que nós temos é de que até dezembro esses serviços estarão concluídos e de que a ponte será inaugurada.

Quero ressaltar também que, do Programa Luz para Todos, há previsão de serem aplicados 120 milhões de reais no Amapá. Nós temos constantemente dialogado e negociado com a ELETRO NORTE e com a Companhia de Eletricidade do Amapá, para que esse programa avance no nosso Estado. E tem avançado, apesar das dificuldades, das limitações. Temos que comemorar uma conquista: em breve, será feita a interligação do Distrito do Bailique, uma comunidade onde moram 10 mil pessoas, que fica muito distante - a cerca de 8 horas de barco -, com energia elétrica por 24 horas, por meio de cabos submarinos.

Eu quero também falar, Sr. Presidente, de um assunto importante para o nosso Estado, que é o saneamento básico. O Amapá é um Estado que sofre e tem sofrido nos últimos anos com a falta de investimentos em saneamento básico. Nos últimos anos, de 2007 até agora, o Governo Federal alocou 120 milhões de reais, pela FUNASA, e mais 45 milhões de reais, pelo Ministério das Cidades.

Eu quero compartilhar esse mérito da nossa bancada, que lutou muito, junto com o Governo do Amapá. Em 2011, como coordenadora da bancada, pude trabalhar junto ao Governo Federal no sentido da liberação de 59 milhões de reais para Macapá e demais Municípios, por meio da FUNASA, para a ampliação da rede de água tratada, e de 134 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Quero também ressaltar, Sr. Presidente, a expansão da Universidade Federal do Amapá para o interior do Estado. Como Deputada, trabalhei muito por isso. Nesta semana, irei à Laranjal do Jari comemorar a liberação de 2 milhões de reais para o *campus* da UNIFAP no Município, bem como a construção de *campus* em Tartarugalzinho, Calçoene e Cutias. E foi como coordenadora da bancada que apresentei emenda para o *Campus Binacional* de Oiapoque, em parceria com a França. Todas essas obras já estão em andamento.

E comemoro muito o fato de que, no *campus* de Macapá, uma emenda de minha autoria permitiu a construção e a inauguração do restaurante universitário, que foi entregue aos acadêmicos da UNIFAP.

Eu quero também destacar a implantação do Instituto Federal do Amapá em Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande e Oiapoque.

Sr. Presidente, em 1998, eu trabalhava como pedagoga na Secretaria de Educação do Estado e participei da elaboração de um projeto de implantação do Instituto Federal do Amapá. E nós não conseguimos porque uma portaria do Governo Fernando Henrique Cardoso proibiu a construção. Mas hoje, Sr. Presidente, temos que comemorar. Desde o Governo do Presidente Lula até agora foram implantados



campus do IFAP, repito, em Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande e Oiapoque. Esses campus oferecem educação profissional e tecnológica. O Instituto começou a funcionar há pouco tempo, mas já é muito grande a procura por vagas, tamanha a importância da educação profissional para o nosso Estado.

Quero também saudar os povos indígenas do meu Estado, Sr. Presidente. Cerca de 10 milhões de reais foram destinados para comunidades indígenas durante o meu mandato. Eu articulei junto ao Ministério da Educação a liberação de 5 milhões para a construção de escolas e destinei, por meio de emendas individuais, 1,8 milhão de reais para a construção do Centro de Formação Indígena, que já foi inaugurado. E, numa parceria com a UNIFAP e o IFAP, os jovens indígenas poderão ter acesso a cursos superiores e a cursos técnicos.

Sr. Presidente, quero dizer que me sinto muito honrada por falar, hoje, para o Brasil, para os meus colegas Parlamentares e, em especial, para o Amapá do quanto tenho trabalhado junto ao Governo Federal e das mudanças que houve, em termos de investimentos federais, no Estado do Amapá.

E quero comemorar mais uma conquista: destinei 650 mil reais em emendas para o RURAP, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, com os quais foi possível comprar carros, mobiliário, equipamentos e reformar os escritórios, para os extensionistas poderem chegar até as áreas indígenas, os castanheiros do Rio Jari, à fronteira com o Estado do Pará.

Também quero comemorar a construção de Praças da Juventude, através das minhas emendas individuais. No Município de Santana, foram inauguradas pelo nosso companheiro Nogueira, do Partido dos Trabalhadores, Prefeito reeleito. Em Laranjal do Jari, os jovens têm à disposição esse equipamento, em que podem praticar esportes.

Sr. Presidente, eu quero encerrar dizendo que tenho a imensa confiança, que tenho a imensa esperança em que nós vamos conseguir avançar nas políticas públicas de inclusão social, em que vamos conseguir, verdadeiramente, trabalhar para que haja avanços no atendimento à população nas áreas de saúde e educação, em que vamos continuar garantindo os empregos de que a nossa juventude, de que a nossa sociedade precisa. Acima de tudo, continuarei honrando a confiança que o povo do Amapá depositou em mim para dois mandatos aqui na Câmara dos Deputados, tendo sido a terceira Deputada mais votada do meu Estado. Isso muito me honra. Eu quero daqui agradecer essa confiança e o carinho das pessoas que me encontram nas ruas dos Municípios do Amapá.

Na quinta-feira eu vou estar em Laranjal de Jari, prestando contas, como estou fazendo agora, aqui, e assumindo novos compromissos.

Muito obrigada e boa tarde. (*Palmas.*)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores aqui presentes; crianças, jovens, senhoras e senhores e pessoas com deficiência que me ouvem, veem e/ou leem pela Rádio Câmara e pela TV Câmara, pela Internet, pelas redes sociais e pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; em particular, ilustres cidadãs e



cidadãos do Estado do Amapá, que tenho grande orgulho de representar aqui nesta Casa, inicialmente, agradeço à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados pela concessão deste espaço no Grande Expediente.

Durante vinte e cinco minutos vou abordar temas de interesse nacional e de meu Estado, o Amapá. Falarei sobre questões amapaenses, emendas parlamentares para programas do Estado, o Programa Mais Médicos e o projeto de reforma política.

O primeiro tema de que tratarei será o da reforma política.

O atual sistema de representação e intermediação política está desgastado. As "Marchas das Mídias Sociais" vieram aguçar essa percepção.

Os partidos políticos todos ficaram à margem das emocionantes manifestações de cidadania que empolgaram todo o País. Esse fato traz preocupações, pois todos sabemos que nenhum país democrático sobrevive sem partidos e instituições fortes. A reforma política que o Partido dos Trabalhadores sugere visa, justamente, arejar, fortalecer e atualizar o sistema político brasileiro. E, entre essas modificações, está o redesenho dos partidos políticos.

Senhoras e senhores, cidadãos brasileiros, há uma proposta de reforma política atualmente em gestação aqui na Câmara dos Deputados que vem sendo conduzida por uma Comissão Especial instituída pelo Presidente Henrique Alves. Ela conta com amplo apoio popular, ratificado por pesquisa recente do IBOPE: 85% querem a reforma política e 78% são contra o financiamento privado nas campanhas. Esses 85% são favoráveis à Reforma política para valer já nas eleições de 2014.

Os números confirmam defesa feita pela Presidenta Dilma Rousseff, que, em resposta às manifestações ocorridas em junho, sugeriu o debate sobre a reforma política com participação popular. Na época, Dilma propôs uma discussão sobre o plebiscito ou mesmo a realização de uma Constituinte exclusiva, para que os Parlamentares se dedicassem apenas à reforma política.

Quanto ao financiamento de campanhas, 78% dos entrevistados se posicionaram contra a participação de empresas nas campanhas. A medida faz parte também do projeto de iniciativa popular da reforma política proposto pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Noventa por cento pediram punições mais rigorosas contra a prática de "caixa-dois".

A pesquisa quis saber, também, qual o melhor modelo para eleger Deputados, ficando 56% a favor de mudanças e pela instituição do voto em lista (lista e propostas de candidatos), contra 38% favoráveis à maneira atual, no nome do candidato. Entre os temas prioritários de propostas, os entrevistados elegeram saúde em primeiro lugar, seguido por educação e controle de gastos do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, a proposta do Partido dos Trabalhadores para a reforma política está baseada nos seguintes pontos:

Financiamento público de campanhas

Atualmente, o financiamento das campanhas é misto, composto em parte por recursos do Fundo Partidário e em parte por capital privado proveniente de doações. O argumento utilizado nas discussões para a adoção de um financiamento integralmente público é o de que dessa forma os políticos deixariam de depender do



poder financeiro de grandes empresas para se eleger.

De acordo com a proposta, o Governo Federal reservaria um fundo a ser distribuído aos partidos de acordo com a proporção das representações no Congresso Nacional.

Fidelidade partidária e fim das coligações proporcionais

Estes dois itens, como fica evidente, tratam de duas regras que estão totalmente relacionadas com a adoção do voto em lista e proporcional. Senão vejamos:

A ideia da proporcionalidade é a de garantir a representação real de todas as forças políticas da sociedade em um pleito eleitoral. Quando acontece coligação entre partidos no âmbito proporcional, ou seja, na eleição dos Parlamentares, essa representação fica enviesada, criando problemas para a própria democracia. Muitas vezes, candidatos com características político-ideológicas muito diferentes se elegem por conta da *performance* de outros candidatos individualmente. Para garantir a manutenção e a possibilidade de crescimento dos partidos menores, com perfil programático definido, defendo a viabilidade de formação de federações partidárias, com prazo de funcionamento mínimo de três anos. Com o fim das coligações, os partidos ficam impedidos de se unirem para disputar eleições proporcionais para Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

Essa medida é proposta porque, com as coligações, quando um eleitor vota em determinado candidato de um partido, pode acabar elegendo indiretamente outro candidato, muitas vezes desconhecido e de outro partido.

A proposição de fim das coligações proporcionais encontra resistência por parte dos partidos menores, que alegam dificuldade para montar chapa de Vereadores capaz de ultrapassar a barreira do quociente eleitoral, ou seja, a quantidade mínima de votos necessária para a eleição.

Já a fidelidade partidária é um princípio fundamental da regra democrática, já que o partido, neste novo contexto, seria o depositário da representação, e não o Parlamentar, individualmente. Esse debate é complexo, vem de longe e está relacionado com o princípio da representação. Está em jogo nesta regra a ideia de uma delegação ampla e aberta ou de uma delegação específica, que permite um controle rigoroso dos eleitores. Se não de todos, pelo menos de uma gama de eleitores politizados que participaram internamente da definição da lista.

O princípio da fidelidade partidária fortalece o partido como o instrumento de mediação entre a política e o Estado e, ao mesmo tempo, garante aos eleitores mecanismos de controle da delegação do mandatário. Ao aproximar o eleitor do eleito, através da mediação do partido, cujo objetivo é sempre o de ampliar a sua representação e a dos seus filiados, a obrigação da fidelidade estabelece vínculos orgânicos entre os Deputados e os eleitores, sejam eles filiados ao partido ou não.

Unificação de eleições municipais e nacionais

Atualmente, o Brasil tem eleições a cada dois anos, ora em âmbito municipal, ora em âmbito nacional. A nova proposta quer instituir eleições a cada quatro anos, unificando todos os pleitos. Uma das possibilidades apresentadas é a de que Prefeitos tomem posse no dia 5 de janeiro; Governadores, no dia 10 de janeiro; e o Presidente da República assumiria o mandato no dia 15 de janeiro. Para ajustar o calendário eleitoral, Vereadores e Prefeitos eleitos em 2016 ficariam seis anos no



cargo, para que todas as eleições coincidissem em 2022. Uma das justificativas para essa mudança é a de diminuir os gastos com eleições no País. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o gasto bruto verificado nas eleições municipais de 2012 foi de R\$ 395,2 milhões.

Voto proporcional misto para fortalecer os partidos

Dois votos: um na lista e outro nominal

A ideia do voto em lista coloca em discussão, na verdade, dois temas que estão relacionados: o da oposição entre voto proporcional e voto majoritário e o da questão da lista pré-ordenada pelos partidos ou da lista aberta. Existem experiências de democracias modernas que funcionam com os dois sistemas.

No Brasil, o voto é proporcional e uninominal. Quer dizer, o eleitor vota em um candidato que compõe uma lista apresentada pelo partido, e o seu voto conta para a composição do espaço que o partido vai conquistar com a soma total dos seus votos. Esse sistema é positivo, por um lado, já que garante a representação plural de todos os pensamentos políticos no Parlamento, através do critério de composição proporcional da representação, e negativo, por outro, já que o voto uninominal personaliza a escolha e, portanto, não ajuda a consolidar a relação do eleitor com o partido, que é o instrumento próprio de mediação entre o cidadão e o Estado.

A proporcionalidade na eleição dos Parlamentares é um elemento-chave para a democracia. O voto distrital deixa, muitas vezes, fora da representação a maioria da população. Por exemplo, neste sistema, se concorrem três candidatos, cada um representando um partido, o candidato A pode fazer 35%, o B, 33%, e o C, 32%. Neste caso, 65% da população não estariam representados no Parlamento, pois em cada distrito apenas são considerados os votos do candidato mais votado. Os demais votos seriam perdidos. Um exemplo dessa distorção causada pelo voto majoritário é o do sistema inglês, onde o Partido Liberal, nos últimos 50 anos, tem recebido em torno de 15% a 25% dos votos, e suas cadeiras efetivas no Parlamento oscilam apenas entre 4% e 5%.

Além disso, com a instituição desse sistema distrital, o Brasil seria retalhado em 513 pedaços, e cada um deles elegeria um representante. Isso geraria uma tendência forte de ação dos Parlamentares muito focada nas questões dos distritos, e não nos grandes temas de interesse nacional. É o fenômeno apelidado de "paroquialização da política".

Mas, se é verdade que o sistema proporcional é vital para garantir uma democracia plural, o voto em lista é decisivo para fortalecer os partidos e construir uma nova política no Brasil, baseada na disputa de ideias e fundada na adesão a programas políticos.

Hoje, mais de 80% dos eleitores esquecem em quem votaram poucos meses após o pleito eleitoral. Ocorre que o sistema de votos uninominal engendra uma relação pouco orgânica entre o eleitor e o candidato, o que gera uma verdadeira alienação do eleitor. Como não sabe em quem depositou o seu voto, não saberá de quem cobrar a representação. A própria ideia da representação fica diluída em uma relação personalista e individual que não permite a constituição de formas de incidência do cidadão na sua própria representação. O efeito secundário disso é um afastamento do eleitor do próprio Poder Legislativo, já que ele não se reconhece ali, enxergando



os políticos longe dos interesses reais da população.

A lista que sugerimos deverá ser constituída com o voto secreto de todos os filiados. Esse mecanismo irá reforçar as estruturas partidárias, agregando filiados interessados em participar da composição das listas eleitorais e permitindo aos eleitores uma clara diferenciação programática para o seu voto. Na lista preordenada também será garantida a indicação, a cada três candidatos, de um de sexo diferente, ou seja, dois homens e uma mulher ou duas mulheres e um homem.

Por outro lado, além do voto no partido, é possível manter a possibilidade de o eleitor escolher o Parlamentar de sua preferência, o que aumenta a possibilidade de construir maioria para aprovação no Congresso Nacional. Trata-se de um sistema que garante ao eleitor um voto duplo: primeiro escolhendo o partido de sua preferência, votando na lista, e, a seguir, votando no candidato preferido. Se um partido eleger oito Deputados, por exemplo, metade será composta pelos quatro primeiros da lista, e os outros quatro serão os que receberem mais votos na votação nominal.

Participação direta da população

Por último, mas não menos importante, vou defender a ampliação da participação direta da população na política brasileira. Devemos permitir, por exemplo, que essa participação se dê não só por meio da coleta física de assinaturas nas ruas, em apoio a uma proposta, mas também através da apresentação de projetos de lei e emendas constitucionais de iniciativa popular com o apoio das redes sociais e da Internet.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores, se havia alguma dúvida sobre a direção que devemos tomar, as manifestações de massa que vêm ocorrendo acabaram com toda e qualquer incerteza!

É preciso que o Congresso Nacional se incline a ouvir o que as ruas estão dizendo. E das ruas e das praças vem o pedido insistente de uma reforma política para valer, que valorize o voto do cidadão e que fortaleça o sistema representativo. Sem isso, corremos o risco - perigoso para o regime demográfico e a ordem jurídica vigente - de dissociar as ações que vêm sendo implementadas pelos poderes constituídos dos verdadeiros e urgentes anseios da população.

O segundo assunto de que vou tratar é o Programa Mais Médicos. O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê investimento em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou não existem profissionais.

Com a convocação de médicos para atuar na atenção básica, em periferias de grandes cidades e Municípios do interior do País, o Governo Federal garantirá mais médicos para o Brasil e mais saúde para você.

As vagas serão oferecidas, prioritariamente, a médicos brasileiros interessados em atuar nas regiões onde faltam profissionais. No caso do não preenchimento de todas as vagas, o Brasil aceitará candidaturas de estrangeiros, com a intenção de resolver esse problema que é emergencial para a população. Os Municípios não podem esperar seis, sete ou oito anos para receberem médicos para atender à população brasileira.



Hoje, o Brasil possui 1,8 médicos por mil habitantes. Esse índice é menor do que o de outros países, como Argentina (3,2), Uruguai (3,7), Portugal (3,9) e Espanha (4). Além da carência dos profissionais, o Brasil sofre com uma distribuição desigual de médicos nas regiões - 22 Estados possuem número de médicos abaixo da média nacional.

Como não se faz saúde apenas com profissionais, o Ministério está investindo R\$ 15 bilhões, até 2014, em infraestrutura de hospitais e unidades de saúde. Desses, R\$ 2,8 bilhões foram destinados para obras em 16 mil Unidades Básicas de Saúde e para a compra de equipamentos para 5 mil unidades; R\$ 3,2 bilhões para obras em 818 hospitais e aquisição de equipamentos para 2,5 mil hospitais; além de R\$ 1,4 bilhão para obras em 877 Unidades de Pronto Atendimento.

Além disso, estão previstos ainda investimentos pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Os recursos novos compreendem R\$ 5,5 bilhões para a construção de 6 mil UBS, reforma e ampliação de 11,8 mil unidades e para a construção de 225 UPAs, e R\$ 2 bilhões em 14 hospitais universitários.

O Amapá teve a adesão de 94% das Prefeituras do Estado no programa. O Amapá foi o segundo com maior percentual de adesão na Região Norte, atrás apenas do Amazonas. Juntas, as 15 cidades solicitaram 127 profissionais, que atuarão exclusivamente na atenção básica.

Além de levar mais médicos às áreas que mais precisam, o Ministério da Saúde investirá 15 bilhões na expansão e na melhoria da rede pública de saúde até 2014. Desse montante, no Amapá, já foram investidos R\$ 11,4 milhões, para obras em unidades de saúde, e 7 milhões para compra de equipamentos. Também foram aplicados 6,6 milhões para a construção de cinco UPAs.

A criação de um programa para levar médicos para regiões carentes é apenas uma vertente de uma série de medidas estruturantes para aprimorar a formação médica e diminuir a carência de profissionais médicos no País.

Uma mudança na formação dos estudantes de Medicina vai aproximar ainda mais os novos médicos à realidade de saúde do País. A partir de 1º janeiro de 2015, os alunos que ingressarem na graduação deverão atuar por um período de dois anos em unidades básicas e na urgência e emergência do SUS.

O chamado "2º ciclo de Medicina" vai permitir ao estudante trabalhar em contato direto com a população. O modelo brasileiro será inspirado no que já acontece em países como Inglaterra e Suécia, onde os alunos precisam passar por um período de treinamento em serviço, com um registro provisório, para depois exercer a profissão com o registro definitivo. A medida valerá para os alunos da rede pública e privada e não dispensa o estágio obrigatório, em regime de internato, que continuará sendo desenvolvido no 1º ciclo, com carga horária total de 7.200 horas.

As instituições de ensino terão de oferecer acompanhamento e supervisão na atuação do aluno. Como haverá recursos federais para garantir a supervisão, os estudantes de escolas particulares deverão isentos do pagamento de mensalidade. O estudante só receberá o diploma de médico após terminar os dois anos do 2º ciclo. Os profissionais receberão uma bolsa, paga pelo Ministério da Saúde, e um CRM provisório para trabalhar nas atividades de atenção básica e de urgência e emergência, que depois poderá ser aproveitado como uma etapa das residências.



Em parceria com o Ministério da Educação, serão abertas 11,5 mil vagas nos cursos de Medicina no País até 2017 e 12 mil vagas para formação de especialistas até 2020. Desse total, 2.415 novas vagas de graduação já foram criadas e serão implantadas até o fim de 2014, com foco nas áreas que mais precisam de profissionais e que possuem a estrutura adequada para a formação médica.

Outra medida importante do Programa "Mais Médicos" é a mudança na lógica de abertura dos cursos de Medicina de universidades privadas. Até hoje, essas instituições apresentavam um projeto para o Ministério da Educação, e, se aprovado, o curso era aberto. A mudança é que agora o Governo Federal faz um chamamento público com foco nas regiões prioritárias do SUS, e, em resposta, as universidades apresentam propostas. Se aprovadas pelo MEC, os cursos de Medicina podem ser abertos.

Também é requisito para abertura de um novo curso a existência de pelo menos três Programas de Residência Médica em especialidades consideradas prioritárias no SUS - Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria e Medicina de Família e Comunidade. Com essa medida, a expectativa é a de formar mais especialistas nessas localidades, minimizando a dificuldade na contratação de especialistas.

Serão avaliadas, ainda, a proporção de vagas em cursos de Medicina por habitante e a distância em relação ao município com curso de Medicina mais próximo.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores, o Programa Mais Médicos vai revolucionar o sistema de saúde pública no País. A Saúde, juntamente com a Educação, são os maiores gargalos de nosso desenvolvimento pleno. A Educação Brasileira está sendo muito bem encaminhada mediante ações e programas que propiciarão ao País um elevado salto de qualidade. Faltava um conjunto de ações para melhorar a saúde da população brasileira. E ele vem justamente agora, pelo oportuno lançamento do Programa Mais Educação. O programa irá democratizar o acesso à saúde básica a milhões de pessoas em todos os Estados brasileiros. Com isso, teremos garantido uma melhor qualidade e expectativa de vida para nossa população, resgatando uma dívida histórica que se arrasta há séculos.

Pela aprovação da PEC 111

Quero me dirigir aos servidores civis, policiais e bombeiros militares do Amapá para informar a todas as categorias que estamos em processo de negociação da PEC 111 com o Ministério do Planejamento, para definir o valor do impacto orçamentário, que será necessário para custear o enquadramento dos servidores que serão incluídos no Quadro Federal.

Conseguimos atender às solicitações do Ministério quanto ao número de servidores admitidos no período de 1988 a 1993. O Secretário de Administração do estado do Amapá, Agnaldo Balieiro, o Secretário de Administração do Município de Macapá, Paulo Lemos, e a Secretaria de Gestão Estratégica e Administração do Estado de Roraima, Gerlane Baccarin, estiveram em Brasília, no inicio de julho, e entregaram pessoalmente ao Planejamento um documento com o número provável de servidores que poderão optar pelo quadro da União, com a aprovação da PEC 111.

Estamos aguardando o processamento dos números pela área técnica do Ministério. O Dr. Carlos Augusto, da Secretaria-Executiva, conversou comigo há uns quinze dias



atrás e me informou que o cálculo do impacto orçamentário está bastante adiantado e que nos próximos dias ele chamará minha assessoria e a do Relator, Deputado Luciano Castro, para dialogar sobre a despesa do Governo com os servidores que serão enquadrados no quadro federal.

O compromisso firmado com as bancadas do Amapá e de Roraima é de que esse novo estudo vai encerrar a discussão sobre a despesa que o Governo Federal terá com o enquadramento dos servidores que fizerem opção, conforme estabelece a PEC 111. O passo seguinte será fecharmos o acordo para a votação e a aprovação da PEC, em segundo turno, nesta Casa.

Estamos confiantes em que iremos chegar a um bom acordo para a votação, porque os servidores aguardam ansiosos, e a aprovação dessa Proposição é de grande importância para os Estados do Amapá e de Roraima.

Aproveito esta oportunidade para solicitar aos Líderes de partido e aos meus colegas Parlamentares que votemos em segundo turno a PEC 111. Ela foi votada em primeiro turno em maio deste ano, e precisamos aprová-la também em segundo turno. Vamos ajudar os Estados do extremo Norte, e essa Proposta vem resolver várias pendências de servidores que aguardam há anos essa solução definitiva. Vamos votar favoravelmente à PEC 111!!!

Investimentos federais

Sr. Presidente, os investimentos federais cresceram em todos os municípios brasileiros nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Como Parlamentar do Amapá e do PT, coloquei meu mandato à disposição para colaborar com o Governo do Estado e as Prefeituras em Brasília, Distrito Federal, na captação desses investimentos.

Tanto é que nos últimos anos procurei atuar na liberação de recursos das mais diversas formas, seja acompanhando os projetos apresentados pelas prefeituras, alocando emendas ao Orçamento ou ainda mobilizando as Prefeituras e o Governo do Estado para projetos do PAC e da programação ministerial. Quero aqui prestar contas disso tudo povo do Amapá.

BR-156 - Trecho Norte

Primeiro, quero registrar o esforço do Governo Federal em levar o desenvolvimento aos rincões desse Brasil. Cito as obras da BR-156 no Trecho Norte, que estão na fase de conclusão.

A atuação conjunta da Bancada Federal assegurou os recursos para o Governo do Estado, da ordem de R\$ 240 milhões, para essa pavimentação. No final do ano passado foram liberados de uma só vez R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em uma única parcela.

Essa obra data de 1976, e nunca houve antes do Governo do Presidente e da Presidente Dilma um aporte tão significativo de recursos financeiros.

BR-156 - Trecho Sul

Também tenho trabalhado para que sejam iniciadas as obras da BR-156 - Trecho Sul



(Macapá-Laranjal do Jari).

Tive o privilégio, como coordenadora da Bancada, de aprovar emenda ao PPA no valor de 500 milhões, a qual viabilizou a inclusão dessa obra no PAC em 2013.

O Decreto foi publicado no *Diário Oficial* da União no último dia 22 de maio. Faltam agora somente a conclusão do Projeto Executivo pelo DNIT e a conclusão dos licenciamentos ambientais para o início das obras.

Faço apelo ao Ministério dos Transportes para que acelere a assinatura do Termo de Delegação da obra ao Governo do Estado do Amapá.

BR-210 - Perimetral Norte

Umas das nossas maiores batalhas nos últimos anos em Brasília tem sido pela pavimentação da BR-210.

Também quando fui coordenadora da Bancada Federal consegui aprovar uma emenda ao PPA para essa obra, no valor de R\$ 500 milhões de reais. Agora estamos lutando pela sua inclusão no PAC, o que garantirá a sua plena execução.

Campus Binacional em Oiapoque

Estão garantidos no Orçamento Geral da União os recursos para a implantação do *campus* da Universidade Binacional. Essa ação faz parte de um acordo assinado entre o Brasil e França. As obras importam um volume de recursos da ordem de R\$ 4.734.824,88, captados junto ao Ministério da Educação (MEC). Para o próximo ano alocarei os recursos dos equipamentos.

Programa Luz Para Todos

A última fase do Programa Luz para Todos no Amapá está em fase de licitação. Ao todos serão plicados 120 milhões de reais pelo Governo Federal no Amapá. Tenho cobrado constantemente da ELETRO NORTE e da CEA que o programa avance em nosso Estado. Uma conquista importante foi a interligação do Distrito de Bailique, com energia 24 horas, por meio de cabos submarinos.

Reforma e ampliação do Hospital Dr. Alberto Lima

Sr. Presidente, também quero festejar o início das obras de reforma e ampliação do Hospital das Clínicas Dr. Alberto Lima (HCAL), na Capital do meu Estado.

Fruto de emenda de minha autoria, foi assinado um convênio entre o Governo do Estado do Amapá e o Ministério da Saúde em 31 de dezembro de 2007, o que assegurou recursos para serviços de reforma e ampliação da mais importante unidade hospitalar da rede saúde do meu Estado.

O valor de repasse do Ministério da Saúde é de R\$ 11.922.808,00, tendo a contrapartida de R\$ 1.331.543,22 por parte do Governo do Estado. O valor do convênio é de R\$ 13.254.351,22.

Já foram liberadas a primeira e a segunda parcelas, no valor de R\$ 2.384.561,60 cada uma. Já está creditado na conta do Governo do Estado do Amapá o valor de R\$



4.769.123,20.

Ampliações

Os recursos serão investidos nas obras de reforma e ampliação de diversos setores do hospital, como o centro cirúrgico; o setor de imagem para exames de alta tecnologia, como ressonâncias e ultrassonografias; o setor de Psiquiatria; no Centro de Doenças Transmissíveis (CDT); em mais ambulatórios, cozinhas, farmácias, reforma e ampliação da UTI; construção de alojamento de residentes e ainda a implantação do serviço de Oncologia.

Aumento de leitos

Com os recursos será possível ampliar o número de leitos do hospital, reformar e ampliar o centro cirúrgico, equipando uma sala para que sejam realizados procedimentos como transplantes.

Unidade de tratamento de câncer com radioterapia

Outra novidade é implantação da UNACON (Unidade de Alta Complexidade em Oncologia), que terá os serviços de radioterapia e quimioterapia, além de laboratório de quimioterápicos.

Também será implantado um bloco específico para Residência Médica, que implicará um centro de referência contendo Salas Administrativas, Salas de Aula, Biblioteca, Alojamentos. A medida fortalecerá as pesquisas e a formação de profissionais em saúde, além de ser uma unidade de apoio para o recente curso de Medicina da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Hospital Metropolitano de Macapá

Também vi a necessidade de melhorar a atenção básica e a média complexidade na rede municipal da Capital do meu Estado.

Para isso transformamos o antigo Hospital do Câncer em Hospital Regional e levamos o tratamento de câncer para o HCAL.

Essa medida vai fazer Macapá ganhar um hospital de referência nas especialidades médicas, reorganizando o Sistema Único de Saúde e fortalecendo a atenção básica.

Já existem 6 milhões de reais na conta da PMM. E destinei esse ano emenda de bancada no valor de 18 milhões, para a conclusão das obras para aquisição dos equipamentos.

Saneamento básico

Também tenho percorrido Brasília atrás de recursos para o saneamento básico. Entre 2007 e 2010, o Governo Federal alocou cerca de 120 milhões de reais pela FUNASA e mais 45 milhões pelo Ministério das Cidades. Isso foi mérito de nossa Bancada Federal.

Como coordenadora da Bancada, em 2011 consegui aprovar para os pequenos municípios 59 milhões, por meio da FUNASA, e mais 134 milhões pelo Ministério das



Cidades, para a ampliação da rede de água em Macapá.

Vários municípios terão a universalização da água nas zonas urbanas.

Expansão da UNIFAP para o interior do Estado

Com emendas de minha autoria, teremos *campus* da UNIFAP em Laranjal, Tartarugalzinho, Calçoene e Cutias. Também articulei como coordenadora de Bancada a emenda para o *campus* binacional, com a França, em Oiapoque. Todas essas obras já estão em andamento. E, no *campus* de Macapá, com emenda de minha autoria, foi inaugurado o Restaurante Universitário, que foi entregue aos acadêmicos.

Campus do IFAP em Macapá, Laranjal, Santana, Porto Grande e Oiapoque

Atuei junto ao MEC para que o Amapá fosse contemplado no Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Com isso foi implantado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Tivemos *campus* inicialmente em Macapá e Laranjal do Jari. Agora estão em fase de licitação os *campus* de Santana, Porto Grande e Oiapoque.

Pavimentação

Também me esforcei em alocar recursos para a pavimentação de nossos municípios. Além de mobilizá-los para apresentação de pleitos no PAC Pavimentação.

Durante meu mandato foram mais de 5 milhões de reais em emendas, sendo 3 milhões para o bairro Provedor, em Santana; 1 milhão para a Revitalização da Claudomiro de Moraes, em Macapá; e cerca de 1 milhão para a urbanização do Bairro Mirilândia, em Laranjal do Jari. Neste e no próximo ano pretendo colocar mais recursos para os demais municípios.

Povos indígenas

Os povos indígenas estão entre as bandeiras do meu mandato. Foram cerca de 10 milhões de reais durante meu mandato.

Articulei junto ao MEC mais de 5 milhões para construção de escolas. Destinei 1,8 milhão para um Centro de Formação Indígena; mais 500 mil para um Centro Comunitário; 250 mil para uma casa de farinha; e mais 600 mil para equipamentos nas aldeias, além de outros recursos.

Desenvolvimento rural

O setor produtivo também recebeu atenção. Articulei caminhões, veículos, retroescavadeira, motoniveladoras para todos os municípios.

Destinei emendas para reformas dos escritórios do RURAP no valor de 650 mil; recursos para capacitação e compra de equipamentos e mobiliários no valor de 1,8 milhão. Além de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Esporte e lazer



Promover espaços públicos foi um compromisso cumprido. Com emendas, foram construídas a Praça da Fonte Nova, em Santana, a Praça da Juventude, em Laranjal, um estádio em Cutias, um Campo de Futebol em Serra do Navio, e 10 municípios receberam recursos para as academias da saúde. Também este ano destinarei 1 milhão de reais para a Praça da Juventude de Porto Grande.

Atenção à saúde

Para a saúde tenho destinado boa parte das minhas emendas e da minha atuação nos Ministérios. Conseguí 7 milhões para reformas, ampliações de Unidades Básicas de Saúde em todos os municípios. Também coloquei emendas para equipamentos. Outra articulação foi a implantação de Unidades de Pronto Atendimento em Macapá, Laranjal do Jari e Oiapoque. As obras estão em fase de licitação.

Educação básica

Além do ensino superior, também atuei na liberação de recursos para a educação básica. Articulei junto ao MEC a inclusão dos municípios no Proinfância, para construção de creches.

Conseguimos 3,5 milhões para reformas de escolas estaduais em Macapá, além da construção de escolas em Serra do Navio e Laranjal do Jari.

Outra iniciativa foi conseguir recursos para equipamentos, projetores, mobiliários e ônibus escolares para as redes municipais de ensino.

Encerramento

Finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a Deus por me dar forças nesta caminhada aqui no Congresso Nacional. Agradeço a confiança em mim depositada pelo povo do meu Estado. Retribuo o carinho e o companheirismo dos meus colegas desta Casa, da Bancada do PT, da Bancada do Amapá. Também agradeço as inúmeras contribuições recebidas por entidades de classe, igrejas, associações civis e outras instituições da sociedade.

Documento 64/85

226.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/08/2013-
CD 16:15

Publ.: DCD - 13/08/2013 - 33335

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Reforma política como ponto de partida para as mudanças estruturais no País. Elogio à proposta reformista apresentada pelo Deputado Henrique Fontana em seu relatório sobre a matéria. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Mais investimentos governamentais nos setores de saúde e segurança pública.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer ao Deputado Francisco Escórcio que realmente o Maranhão é bonito, como todo o Brasil é bonito. O Ceará é bonito, o Amapá é bonito e Santa Catarina também é. Tenha a certeza V.Exa. de que as praias mais bonitas do Brasil estão lá no meu Estado de Santa Catarina, sem menosprezo a nenhuma das outras praias. Mas eu tenho certeza absoluta, e assino embaixo, acerca do que V.Exa. disse: realmente, o Maranhão é muito bonito! E, além de bonito, o povo é extraordinário, como é o povo do Ceará e de todo o Brasil.

Eu me inscrevi, Deputado Francisco - e já falei de reforma tributária - para dizer que a mais importante de todas as reformas é a reforma política. Realmente, a reforma política é urgente. Teremos que fazê-la. Não há mais quem suporte a situação em que se encontra atualmente!

Eu sou um dos que foram contra o chamado plebiscito, porque eu entendia que não dava mais tempo. Mas eu acho que nós temos que fazer alguma coisa, Deputado. Muitos criticam o financiamento público. Mas é a salvação da lavoura, Deputado! Acaba-se com essa história de caixa dois! O financiamento público é a forma mais correta da distribuição de recursos. Muitos dizem assim: *"Vamos deixar de pôr dinheiro para a saúde, para a educação, para pôr em eleição?"* Mas o fundo partidário também é de dinheiro público.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, por isso nós defendemos a reforma política quanto antes. E isso é fácil. Na minha opinião, não é preciso fazer plebiscito nenhum. Vamos votar o relatório do Deputado Henrique Fontana, que eu acho que vai contemplar a ideia da reforma política, e que traz os pontos-chaves da reforma política: financiamento público, fim das coligações, coincidência de mandatos e outros assuntos constantes no relatório muito bem elaborado pelo ilustre Deputado gaúcho Henrique Fontana.

Eu acho que a reforma política está aí; não é preciso fazer abaixo-assinados. Não é preciso nada! A reforma política, como constante no relatório do Deputado Henrique Fontana, vai contemplar a ansiedade do povo brasileiro de que ela seja feita rapidamente.

Se quiserem ainda para a próxima eleição, é preciso que agora em agosto, setembro, começemos a discutir a reforma eleitoral e política. Não tenha dúvida, Deputado. Dá tempo, sim, de discutir e votar o relatório do Deputado Henrique Fontana. Assim estarão resolvidos todos os problemas. Tenho certeza absoluta de que essa reforma vem ao encontro do clamor popular, do que o povo está pedindo, votando-se, portanto, a reforma política, constante no relatório do Deputado Henrique Fontana. Tenho certeza absoluta de que, se votarmos essa reforma, vamos ao encontro do clamor das ruas. O povo tem pedido, tem solicitado. O que o povo quer? Recursos para a saúde, para minimizarmos o problema da saúde pública.

Vimos, ainda hoje, uma reportagem sobre a situação dramática que vivem os hospitais no Estado do Rio Grande do Norte. Mas não é só no Rio Grande do Norte, não. Em qualquer parte do País a saúde, não só pública, como a privada, está um

desastre total. É preciso fazer alguma coisa.

E a educação? É preciso melhorar a situação dos professores, das escolas, dos alunos. De segurança pública nem é preciso falar. É um desastre! Em Santa Catarina, graças a Deus, temos a melhor polícia - tanto a civil, como a militar -, que tem feito um trabalho muito grande. Mas a violência, Deputado Mauro Benevides, acontece no Brasil inteiro; aliás, no mundo inteiro.

Portanto, investimento na segurança pública é de suma importância para minimizarmos o sofrimento do povo.

Vou repetir: a grande solução para as demais reformas depende exclusivamente da reforma política. O ponto-chave é a reforma política. Daí, sim, virão as outras reformas.

Muito obrigado.

Documento 65/85

226.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/08/2013-
CD 15:18
Publ.: DCD - 13/08/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
33319
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Urgência no processo de reforma político-eleitoral no País. Elogio à proposta de alterações no sistema político nacional apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil, no contexto da campanha Eleições Limpas. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Visita do Prefeito do Crato, Estado do Ceará, ao Congresso Nacional. Manifestação do político cearense favorável à reforma política.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Izalci, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara*, havendo transcorrido a semana inicial de trabalhos, nesta fase pós-recesso de meio do ano, vários foram os apelos que, nos primeiros dias, ecoaram neste plenário, apontando a necessidade imperiosa de o Legislativo decidir, sem mais tardança, em torno da reforma política, tema que passou a ser reclamado em passeatas de populares pelas ruas das principais cidades brasileiras, em apelos reiterados para que o Congresso viesse a deliberar sobre algo que é fundamental



para os nossos rumos democráticos.

Embora Comissão Especial presidida pelo Deputado Cândido Vaccarezza haja sido designada para cumprir tão nobre missão, não se tem notícia de que as providências aguardadas hajam sido adotadas, principiando pela divulgação de sua íntegra, a fim de que possamos conhecer as inovações propostas, compatibilizando-as com o nosso entendimento em torno do sistema eleitoral do País.

Simultaneamente a tudo isso, a Ordem dos Advogados, por seu Conselho Nacional e coadjuvado por outras entidades, elaborou projeto no contexto da campanha Eleições Limpas, numa antecipação a tudo que esta Casa já deveria ter efetivado para ir ao encontro das mais legítimas aspirações da sociedade civil organizada.

Em face disso, entendi de meu dever voltar a postular uma clara definição por parte do Poder Legislativo brasileiro, a fim de que não sejamos acusados de inexplicável omissão, que muito mal nos situaria diante da população brasileira.

É preciso, pois, que o Presidente Henrique Eduardo Alves, em plena sintonia com as bancadas que aqui se representam, passe a comandar o processo, abrindo espaços para que não frustremos a expectativa de alguns milhões de brasileiros, sequiosos pelas alterações suficientemente comentadas, entre as quais o financiamento público de campanha exclusivo, como forma de evitar qualquer ingerência do poder econômico em nossas refregas, a primeira delas a travar-se em 5 de outubro do ano vindouro.

Daí o presente e renovado desejo que expresso, como de meu dever, a fim de conclamar todas as agremiações, para que nos unamos em torno de uma decisão, que não mais comportaria qualquer tipo de protelação.

O Brasil, Srs. Deputados, reclama a reforma política, dentro de padrões rigorosamente moralizadores, como aspiram os nossos compatriotas.

Ainda há poucos instantes, Sr. Presidente, em troca de ideias com o Prefeito do Crato, Ronaldo Gomes de Mattos, que se encontra neste momento em nossas dependências, recebi dele uma manifestação favorável de que há uma expectativa, no sul do Estado, no sentido de que esta Casa realize, promova e decida em torno da reforma política. Não é mais possível concorrermos na busca do voto popular sem que tenhamos os novos regramentos indispensáveis a um pleito que seja marcado por aspectos éticos inafastáveis.

O Prefeito do Crato, um dos mais dinâmicos da atual estrutura de gestores de edilidade do Estado, também expressou o seu sentimento, e o fez, trazendo - ele que é um líder incontestável da região do Cariri - a manifestação do seu apoio.

Sobre essa decisão, da qual estamos a caminho, chegou a vaticinar o Presidente da OAB Nacional, Dr. Marcus Vinicius, que, amanhã, estará nesta Casa, apresentando a sua proposta, inicialmente no Salão Negro da Casa, e, posteriormente, no âmbito da nossa Comissão de Constituição e Justiça, da qual tenho a honra de ser o Vice-Presidente, antecedido apenas por esse grande companheiro, que é o Deputado Décio Lima.

Portanto, neste momento, eu gostaria de reafirmar o propósito inabalável de tudo fazer para que, no menor espaço de tempo possível, esta Casa decida - e o faça mesmo, Sr. Presidente -, aproveitando essas sugestões, pelo projeto da OAB. Vamos

examiná-lo, vamos ajustá-lo à realidade, mas, a meu ver, posso antecipar que o projeto vai efetivamente ao encontro daqueles anseios de renovação que todos nós ardenteamente desejamos.

Quando o Prefeito do Crato chega a esta Casa para trazer uma manifestação do sul do Estado, isto é uma prova de que há consenso generalizado entre todos os segmentos da opinião pública do meu Estado e do próprio País, para que garantamos a reforma política, a fim de que ela possa reorientar o nosso trabalho e a nossa luta em busca da legitimidade dos nossos próprios mandatos. Porque, sem reforma, Sr. Presidente, nós vamos continuar a ouvir a voz das ruas reclamando por reforma política. Daí por que qualquer tardança atinge a nossa imagem e o prestígio do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

Documento 66/85

226.3.54.0 Sessão Não Deliberativa de 12/08/2013-14:54
Publ.: DCD - 13/08/2013 - Debates - CD JÔ MORAES-PCDOB -MG
33316
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO
DEPUTADOS

Sumário

Realização, pelo Senado Federal, de sessão solene ao ensejo do transcurso do 25º aniversário de fundação da União Brasileira de Mulheres - UBM. Avanços da luta pela conquista de direitos para a mulher brasileira. Expectativa de maior participação feminina na política. Apoio à proposta de financiamento público de campanhas eleitorais, no âmbito da reforma política.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Caros Deputados, queridas Deputadas, a história de transformação e de avanço do nosso País, o Brasil, foi sempre marcada pela presença decisiva das lutas do povo brasileiro. Nós tivemos desde a abolição da escravatura, da independência do Brasil, da proclamação da República, do fim das ditaduras, sempre a marca do povo nas ruas, do povo em luta!

Neste momento, quero aqui registrar parte desses acontecimentos.

Há 25 anos, em agosto de 1988, fundava-se a União Brasileira de Mulheres, que realizou o seu primeiro congresso no Estado da Bahia.

Por que falo nisso? Porque ao longo de um quarto de século nós tivemos importantes avanços da sociedade brasileira, especificamente em relação à luta da mulher, à conquista de seus direitos. Mas ainda temos muito a avançar.

É bom lembrar que nós conquistamos o voto somente em 1932; é bom lembrar que nós tivemos conquistas das trabalhadoras, em 1934, sob a Presidência de Getúlio Vargas. Mas temos que lembrar também que, apenas na década de 1980, com um impulso da presença das mulheres no processo Constituinte, é que pudemos realmente avançar. E decerto houve avanço nesse processo da presença significativa



dos direitos das mulheres brasileiras na Carta de 1988.

Nunca esqueço, Deputado Luiz Couto, de que, no interior de Minas Gerais, na cidade de Uberaba, tinha um cartaz convocando um encontro de mulheres para participar do processo constituinte. E estava lá um castelo com um príncipe batendo à porta. E o mordomo dizia: *"Desculpe-me, príncipe, a princesa accordou para participar do processo constituinte"*. Era um impulso que se dava naquele período.

Nós tivemos outras conquistas, mas conquistas ainda muito pequenas em relação à questão política da presença da mulher. Se, em 1995, nós ocupávamos aqui apenas 6% das cadeiras, na última eleição, em 2010, nós conseguimos apenas 8,7% de ocupação de cadeiras nesta Casa. Avançamos com a lei de cotas, que se iniciou com 20% em 1995 e que passou para 30% em 1997. Tivemos uma conquista, em 2009, na lei eleitoral, que nos garante recursos do Fundo Partidário para qualificação e tempo de TV.

Mas, lamentavelmente, Srs. Deputados, queridas Deputadas, ainda não conseguimos romper a barreira absurda que impede que as mulheres estejam nesta Casa, que é a barreira do voto do mercado, do voto do poder econômico. E foi desfraldando esta bandeira que a União Brasileira de Mulheres, da qual eu fui a primeira Presidente, comemorou seus 25 anos de fundação com uma sessão solene no Senado Federal. É preciso que nós enfrentemos o problema, que nós conquistemos o financiamento público, para que o dinheiro deixe de mandar no voto; é preciso que, conquistemos uma lista com alternância, para que homens e mulheres ocupem esta Casa; e que conquistemos, sobretudo, um sistema eleitoral proporcional digno da diversidade de representatividade que o povo brasileiro tem. Nós temos inúmeras pessoas, nós temos inúmeros setores, nós temos inúmeras categorias que sequer põem o pé nesta Casa com uma representação.

Nós precisamos desfraldar a bandeira da reforma política democrática, com financiamento público, com alternância de gênero, para que a metade do gênero humano diga aqui, de viva voz, o que quer para seus filhos, o que quer para sua juventude, o que quer, sobretudo, para o Brasil, um país soberano, um país de iguais e, sobretudo, um país democrático.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 67/85

231.3.54.O	Sessão Debates - CD	Não Deliberativa	de	15/08/2013-15:18
Publ.: DCD - 16/08/2013 - 34145		IZALCI-PSDB -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Realização da reforma partidária como pré-requisito para a reforma política. Apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca da exigência de filiação provisória para a criação de



novo partido.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são diversos os temas de que nós vamos tratar hoje, mas no Pequeno Expediente eu não posso deixar de comentar, de reforçar, se possível em todas as sessões, a questão da reforma partidária.

Isso a que nós estamos assistindo neste País já há algum tempo, essa questão da corrupção generalizada, tem muito a ver com o sistema eleitoral, principalmente com o sistema de financiamento de campanha. Fala-se aqui nessa reforma política em todo momento, discutindo-se essa questão do financiamento público de campanha, o fim das coligações, o voto em lista, a lista fechada, como eles dizem, a coincidência de eleições. Fala-se em muitas coisas. São centenas de propostas de mudança, na questão da reforma política. Mas o pré-requisito para se fazer a reforma política chama-se reforma partidária, e vou falar, se possível, todos os dias sobre isso.

Por que é que eu digo que a reforma partidária é fundamental? Porque ela é que vai reforçar os partidos, é ela. Para terem legitimidade, para terem realmente ideologia, participação efetiva, os partidos precisam realmente de filiações. Hoje nós não temos, os partidos não têm filiados, porque basta um apoio, uma assinatura de qualquer jeito, sem saber para quê, para se formar um partido neste País. Já temos 30; na semana que vem possivelmente teremos 31, em breve 32, e as pessoas não sabem, o eleitor não sabe qual é a ideologia do partido, o programa do partido. Mas não é só o eleitor, não; os candidatos também!

Agora chegou a hora de conversarmos com os pré-candidatos a Deputado Distrital e também a Deputado Estadual. As pessoas não querem saber qual é a ideologia do partido, qual é o programa do partido; o que as pessoas querem saber é se serão eleitas ou não, e a única coisa que fazem é o cálculo do quociente eleitoral: "não, eu vou para aquele partido, porque aquele partido não tem nenhum Deputado; ninguém teve mais do que 5 mil votos, 10 mil votos; então, eu vou para esse partido", e pronto! E aí elege-se por um partido de que ele próprio não sabe sequer o programa.

Nós temos partidos aqui, partidos tradicionais, com 10 anos, 15 anos, 20 anos de formação, de que o presidente é mesmo! Então, há a ditadura partidária. Os partidos, em sua grande maioria, têm donos. E, quando não é dono o presidente, é um laranja do dono, e numa canetada ele muda tudo que quer, na hora em que quer. E os partidos funcionam com diretórios provisórios, executivas provisórias!

Então, Sr. Presidente, nós precisamos imediatamente trabalhar na reforma partidária para depois falar em reforma política. Vamos falar em reforma partidária como pré-requisito da reforma política.

Apresentei aqui uma PEC para que a exigência para a criação de novos partidos não seja mais simplesmente o apoio, a assinatura que numa rodoviária dessas por R\$ 1,00 se consegue. Todo o mundo assina. Tem de haver a filiação provisória. Constituído o partido, a filiação passa a ser definitiva.

É preciso proibir, Sr. Presidente, o funcionamento de partidos com executivas provisórias. Elas têm de ter prazo de funcionamento.

É preciso proibir a reeleição *ad aeternum*; no máximo deve haver uma reeleição para



a presidência, para a executiva e para os diretórios.

Aí, sim, teremos partidos democráticos. Fortalecem-se os partidos, cria-se ideologia nos partidos; criam-se, portanto, partidos consistentes.

E depois, aí, sim, nós vamos discutir essa questão de financiamento público de campanha, de coligações, porque, da forma como está, o modelo é indecente. Não podemos admitir.

Eu não sei por que é que não se trata desse assunto aqui. Não sei se os presidentes de partidos pressionam os Deputados para não discutirem essa matéria, mas é um assunto relevante para a reforma política neste País.

Portanto, Sr. Presidente, eu conclamo aqui todos os pares para apoiarem essa PEC, essa emenda que estou propondo, essa reforma, via emenda à Constituição, para que nós possamos inclusive exigir isso dos partidos atuais. Vamos dar 5 anos a eles, para que eles também tenham o número de filiados que se exige para a abertura de um novo partido. Aí, sim, nós teremos muitos militantes partidários, mas não por questões de interesse, e sim por acreditarem na ideologia do partido, por acreditarem no programa do partido.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. E peço a V.Exa. que se divulgue esta fala nos meios de comunicação da Casa, em especial em *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) - O pedido de V.Exa. vai ser deferido, haja vista, Deputado, que é de suma importância o que V.Exa. propõe, e eu e o Deputado Francisco já comungamos do seu pensamento. Vamos ver se o Deputado Bonifácio de Andrada, que é um grande jurista, também concorda com a ideia de V.Exa. A PEC eu vou assinar, mas da ideia de V.Exa. eu já comungo.

Documento 68/85

234.3.54.0

Sessão Não Deliberativa de Debates - 19/08/2013-
CD 15:57

Publ.: DCD - 20/08/2013
34544

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Imediata realização da reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no momento em que o Deputado Fernando Ferro se apresta a assomar à tribuna, encaminho a V.Exa. pronunciamento que faço sobre a exiguidade do tempo de que dispomos para votar a reforma política, que, aprovada nesta Casa, terá que ser apreciada também pelo Senado Federal.

Peço a V.Exa. que receba como lido o referido discurso, que, muito mais do que um apelo, é uma advertência às Lideranças das Casas em relação ao tema.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados passa a dispor de prazo não superior a 30 dias para ultimar a tarefa de elaborar projeto de reforma política, que em seguida será submetida ao exame do Senado Federal, respeitando-se ali o interregno de duas semanas para que se complete a exigência do bicameralismo. O prazo é exíguo, se considerado o princípio da anualidade, preceituado na Carta Magna, uma vez que a competição terá lugar no dia 6 de outubro vindouro.

A Presidente da República, por sua vez, deve ter pelo menos espaço temporal de 5 dias para vetar ou não dispositivo que vier a ser inserido na redação submetida ao crivo do Poder Executivo, diligenciando em seguida a publicação da matéria no *Diário Oficial da União*.

É certo que o projeto da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras entidades já está tramitando formalmente nesta Casa, tendo o Presidente Marcus Vinicius se incumbido de expor pessoalmente os itens da proposição à Comissão de Constituição e Justiça e ao Grupo Especial liderado pelo eminentíssimo colega Cândido Vaccarezza e composto por 13 membros.

Com a experiência de episódios anteriores e diante da exiguidade do tempo, não creio que prosperem outras alterações, além do financiamento público de campanha, reclamado também pela opinião pública nas placas conduzidas por manifestantes em recentes passeatas promovidas nas ruas e avenidas das principais cidades do País.

Apenas as pessoas físicas, em doações limitadas, poderiam contribuir para o aludido fundo, evitando, assim, a intervenção de pessoas jurídicas no processo, que gera especulações em torno de interesses outros que maculariam os mandatos populares.

Para viger, portanto, no pleito do ano vindouro, torna-se indispensável que conjuguemos esforços para a superação de quaisquer embargos a fim de que não resulte, mais uma vez, frustrante a porfia de que se incumbe o Congresso, a exemplo de outras ocasiões em que não houve consenso em torno dos pareceres de João Almeida, do PMDB da Bahia, e de Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás, acolhidos pela Comissão Especial e não chancelados pelo nosso augusto Plenário.

Vai a advertência que entendi de meu dever formular aos preclaros colegas na expectativa de que tenhamos a reforma já, como exigência da presente e delicada



conjuntura institucional.

Documento 69/85

236.3.54.0 Sessão Deliberativa Ordinária - 21/08/2013-14:06
Publ.: DCD - 22/08/2013 - CD AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
35574
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE
DEPUTADOS

Sumário

Realização de ampla reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já estamos às vésperas de setembro, com prazo vencendo, Deputado Waldenor, no que diz respeito a alteração das regras da reforma política. As ruas nos mostram que querem mais participação política, querem alterar a maneira de fazermos política e de financiarmos as nossas campanhas. E nós não podemos perder esse prazo, para que, em 2014, as eleições já ocorram com regras novas.

Não se trata de mudança eleitoral tópica. Nós precisamos fazer mudanças substanciais. Uma das mudanças substanciais que a população reclama é o não financiamento privado, por pessoas jurídicas, das campanhas. Ela quer que o capital não mande nas campanhas. Nós queremos, Sr. Presidente, financiamento público para democratizar as eleições.

Documento 70/85

236.3.54.0 Sessão Deliberativa Ordinária - 21/08/2013-15:18
CD
Publ.: DCD - 22/08/2013 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
35602
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS

Sumário



Realização da reforma política. Convite aos Deputados para participação em reunião destinada ao debate do projeto de lei de iniciativa popular a respeito do tema.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marçal Filho, quero agradecer ao Deputado Sandro Mabel que, de forma compreensiva, permite que se pronuncie mais um orador no Pequeno Expediente. Quero também cumprimentar os colegas Parlamentares, especialmente a Deputada Fátima Bezerra, que se encontra à Mesa e que representa muito bem, neste Parlamento, o Estado do Rio Grande do Norte.

Deputado Sandro Mabel, V.Exa. foi Relator do projeto de reforma tributária na Casa. Durante 2 anos e meio me dediquei a relatar o projeto de reforma política e continuarei trabalhando muito profundamente nesse tema.

É óbvio que o Parlamento é um espaço democrático. O nosso Presidente da Casa, que tem o poder de tomar essas definições, entendeu que eu não deveria continuar liderando esse processo, mas minhas convicções não diminuirão nem um milímetro por conta de não ter sido escolhido para continuar esse trabalho na função em que estava.

Ocupo esta tribuna exatamente para partilhar com os colegas Parlamentares uma opinião e, ao mesmo tempo, sugerir ao Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, que a direção que a Casa deve tomar na temática da reforma política é a de pautar a votação da reforma política para a primeira quinzena de setembro, no plenário da Casa.

Nós sabemos que, há mais 15 anos, esse tema é debatido por nós, Parlamentares. Muitas Comissões e muitos grupos de trabalho foram constituídos, e há, efetivamente, além das pesquisas, um sentimento que vem do dia a dia, das conversas com as pessoas.

Segundo pesquisa, Deputado Sandro Mabel, 84% da população brasileira reivindicam que o nosso Parlamento vote, Sr. Presidente Marçal Filho, uma reforma política para alterar a eleição de 2014, porque é evidente que nós temos, como um dos grandes problemas da democracia brasileira, o abuso do poder econômico, com campanhas cada vez mais caras.

Os gastos com as eleições evoluíram, em 8 anos, de 800 milhões de reais para 4,8 bilhões de reais. Se esse sistema não for alterado, a tendência é que nós tenhamos eleições ainda mais caras em 2014.

Existem muitas ações buscando garantir uma reforma política. Digo aqui de forma respeitosa a todos aqueles que querem votar uma minirreforma que tenho uma posição crítica a essa ideia. Nós não precisamos de uma minirreforma, precisamos de uma reforma efetiva. E se esta Casa tem pauta para colocar em votação o projeto de lei que altera o sistema político, que ele venha para debater o financiamento de campanha. Se nós temos duas, três sessões, na primeira quinzena de setembro, priorizando a reforma política, por que não começamos a votação exatamente por questões estruturais?

Por exemplo: um grande movimento que ocorre - amanhã, inclusive, haverá um café da manhã - é o da plataforma dos movimentos sociais que defendem a reforma política. Quero convidar todos os colegas para a reunião de hoje à tarde, às 5 horas,



no Plenário 13, com a presença de todos os movimentos que estruturam o projeto Eleições Limpas, que chegará à Casa com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas.

A OAB, a CNBB, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral defendem, por exemplo, um projeto que é até diferente da minha ideia inicial. Eu sou defensor do financiamento público exclusivo de campanha. Mas qual é a defesa feita pelo Movimento Eleições Limpas? Retirar as empresas do financiamento eleitoral, até porque empresa não vota.

Há, inclusive, uma ação direta de constitucionalidade, impetrada pela OAB, que está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. E eu tive a honra de participar das audiências públicas manifestando o meu posicionamento em relação ao tema.

O Movimento Eleições Limpas propõe proibir o financiamento empresarial, manter o financiamento de até 700 reais por pessoas físicas, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Raul Henry, e colocar um teto de gastos, para que as campanhas sejam mais parelhas. Nós não podemos continuar disputando eleições em que um candidato a Deputado Federal financia sua campanha com 500 mil, 400 mil, 300 mil reais e o outro, no mesmo Estado, financia com 5 milhões. Isso desequilibra o processo eleitoral.

Por que esta Casa não pode votar, na primeira quinzena de setembro, esse projeto de iniciativa popular? Ou, por exemplo, o Grupo de Trabalho que hoje é coordenado pelo Deputado Vaccarezza apresentar o relatório no início de setembro? Pode-se até colocar temas que estão, no meu ponto de vista, na chamada minirreforma. Mas temos que colocar os temas da grande reforma, não só os da minirreforma, para que nós possamos votar, por exemplo, a alteração do financiamento eleitoral.

Não tenho nenhuma dúvida de que parte do processo de criminalização que a política está sofrendo - isso é muito grave para todos nós, democratas, que queremos uma política e uma democracia sólida e forte - nasce do processo de financiamento das eleições.

Sr. Presidente, vou ter que passar mais alguns segundos, com a sua tolerância. Quero repetir uma frase extremamente ponderada, que me marcou nas últimas semanas, do nosso mais novo Ministro do Supremo Tribunal Federal. A corrupção - digo eu - tem múltiplas causas. Mas disse o Ministro que a corrupção não é do PT, do PSD, do PP, do PR ou do PMDB. Nós precisamos é alterar o sistema político brasileiro para torná-lo mais resistente aos focos que ele tem de entrada para processos que corrompem a política brasileira, que tem múltiplas causas - como eu disse -, mas esta é uma causa fundamental.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V.Exa. e especialmente a do nobre Deputado Sandro Mabel, que vai usar esta tribuna no Grande Expediente, e nós vamos ouvir S.Exa. com toda a atenção.

Documento 71/85

238.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/08/2013-

CD

10:18

Publ.: DCD - 23/08/2013 - FERNANDO FERRO-PT -PE



35866

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO**Sumário**

Participação do orador em reunião sobre a reforma política, com a participação de entidades da sociedade civil organizada.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós participamos de uma significativa reunião, ontem, com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, com a União Nacional dos Estudantes - UNE, com o Ministério Público Eleitoral e com o Movimento Ficha Limpa sobre reforma política e o debate sobre eleições limpas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, eu gostaria que verificassem a importância desse tema. Discutir Ficha Limpa, Sr. Presidente, discutir eleições limpas no Brasil é uma luta contra uma cultura de corrupção.

Nós sabemos que aqui há uma denúncia séria de compra de votos de Parlamentares, de eleições de Prefeitos, de eleições de vários níveis. Mas também nós sabemos que a compra de voto e as denúncias da compra de votos em eleições da OAB, em eleições sindicais, tanto de trabalhadores quanto de patrões, em eleições de síndicos, nas eleições mais simples que existem neste País, há denúncia de corrupção, o que mostra que existe uma cultura de corrupção eleitoral.

Então, nós temos que fazer esse debate, sim, promover uma discussão séria sobre financiamento público de campanha. Existem dados estatísticos estarrecedores. Por exemplo, a Rede Globo cobra aproximadamente 480 mil reais por 1 minuto do horário do Jornal Nacional. Imaginem, no período eleitoral, em um programa que geralmente tem, mais ou menos, 30 minutos, quanto a Globo deixa de arrecadar. Se multiplicarmos esse 1 milhão por 30, serão 30 milhões por dia. Se considerarmos que são 45 dias de divulgação de programa de televisão, temos aí algo acima de 1 bilhão de reais que a Rede Globo deixa de receber. O que acontece com isso? Ela é restituída através de créditos tributários. E a população não sabe e não reconhece isso. Ela recebe ou deixa de pagar imposto para divulgar os programas eleitorais.

O que eu acredito é que, em uma democracia que tem preço, que tem custos, uma concessão pública de rádio e televisão não deveria cobrar para divulgar um direito de cidadania, que é o processo eleitoral.

Então, isso faz parte do nosso debate sobre reforma política e eleitoral. Nós queremos, sim, reduzir os custos das eleições. Queremos criar uma cultura de seriedade e de honestidade nos processos eleitorais, em todos os níveis, combatendo, inclusive, porque nós sabemos que, dentro do próprio movimento estudantil, no movimento sindical, há denúncias de compra de voto. Em eleições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em eleições da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, nós temos denúncias de que há compra de voto. Isso mostra que a democracia brasileira tem que fazer um debate sobre esse assunto, que é de extrema gravidade.

(O microfone foi desligado.)

O SR. FERNANDO FERRO - Gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Não estamos prorrogando, caro Deputado Ferro.

Documento 72/85

238.3.54.O Sessão Deliberativa 22/08/2013-10:12
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 23/08/2013 - AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
35866
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DISCURSO COMUNICAÇÕES

Sumário

Transcurso de aniversário do Município de Tororó, Estado da Bahia. Participação em debate sobre a reforma política.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu quero mandar um abraço para todos os amigos de Tororó, cidade que está aniversariando hoje, a terra da carne do sol. Tororó produz uma das melhores carnes de sol do Brasil.

Quero também abraçar todos os amigos supervisores escolares, os pedagogos que atuam junto ao corpo docente, porque também hoje é o dia deles.

Sr. Presidente, eu estive lá ontem, assim como os Parlamentares Fernando Ferro, Fontana, Berzoini e vários outros do meu partido e de outros partidos, como o Deputado Chico Alencar e o Senador Suplicy. A maioria dos partidos está comprometida com a reforma política. Estavam lá também representantes de entidades como a União Nacional dos Estudantes - UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, o Movimento Ficha Limpa, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público Eleitoral.

Todos nós que estávamos lá fazendo um debate a convite, na verdade, dessas entidades chegamos à conclusão de que não há alternativa para combater a corrupção, para tornar este País mais democrático, para tornar este País mais participativo, para abrir espaço para a sociedade decidir os destinos do País. E também o Ministro Barroso, do Supremo, disse que, se não houver reforma política, o combate à corrupção é quase inócuo.

Nós vamos na mesma esteira. Nós concordamos que a reforma política tem que ser feita. E o aspecto mais importante da reforma política é mudar o caráter do financiamento de campanha. O que estimula a corrupção, o que permite uma promiscuidade entre Parlamento e capital é exatamente o financiamento. Quem dá o tom da pauta desta Casa muitas vezes não é o povo, não são os interesses do povo, mas os interesses daquele que financia grandes grupos presentes aqui neste



Parlamento.

Por isso, nós acreditamos ainda que esses Parlamentares se juntarão, numa só força, com os representantes da sociedade, para, antes de setembro, mudarmos a regra eleitoral, inclusive para 2014. Não é possível que nós perdamos duas legislaturas, porque, se não mudarmos agora, nós vamos perder esta legislatura e perderemos a próxima, porque os Parlamentares terão o mesmo comportamento que até agora tiveram os que estiveram aqui.

Documento 73/85

256.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 03/09/2013-16:20

Publ.: DCD - 04/09/2013 - 37706 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação no ato de lançamento do movimento Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em Brasília, Distrito Federal. Documento Manifesto da Sociedade Civil por uma Reforma Política Democrática.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar que participei há pouco, lá na sede da CNBB, de um ato político que julgo da maior importância.

Refiro-me exatamente ao evento que contou com a participação de um conjunto de entidades legitimamente representativas dos diversos segmentos da sociedade brasileira, tendo à frente a CNBB, a OAB, a UNE, a UBES, a CUT, a CONTAG, o MST e diversas outras entidades.

Lá, Sr. Presidente, estavam também presentes representantes da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Participação Popular, coordenada pela Deputada Luiza Erundina.

Pois bem, o conjunto dessas entidades, dos partidos, das instituições representativas da sociedade civil, anunciou agora há pouco a decisão de lançar o movimento Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas.

Repto: o ato público foi exatamente para o lançamento do Movimento Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas. E esse movimento, Sr. Presidente, tem o objetivo de desencadear uma campanha cívica unificada e solidária pela efetivação imediata de uma reforma política que acolha os seguintes pontos básicos: financiamento público das campanhas eleitorais; proibição de financiamento eleitoral por pessoas jurídicas; e adoção de mecanismos que garantam a participação das mulheres e mais ampla participação da sociedade.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos órgãos de comunicação da nossa Casa que deem divulgação a este registro e, mais do que isso, que se registre nos Anais da



nossa Casa o Manifesto da Sociedade Civil pela Reforma Política Democrática que o movimento Coalizão Democrática lançou no dia de hoje.

Sr. Presidente, a partir de agora o movimento tem de ganhar as ruas. Temos de ir às ruas, às escolas, às universidades, às praças, colher assinaturas, porque o desafio é colher as assinaturas necessárias para apresentar um projeto de iniciativa popular que faça renascer a esperança de que de fato nós possamos fazer uma reforma política que garanta eleições limpas, ou seja, uma reforma política em que a tônica seja o fortalecimento da democracia com ética na política, com participação popular, com participação das mulheres, com justiça social.

Portanto, em nome do Partido dos Trabalhadores - e lá estavam diversos Parlamentares do nosso partido, e de outros partidos também -, quero posicionar-me, sem dúvida alguma, em defesa desse ato público, que acima de tudo, Deputada Alice Portugal, traduziu-se em gestos de unidade, de maturidade, de compromisso entre os movimentos sociais, os movimentos populares, os partidos de esquerda, os partidos de perfil progressista, para fazer avançar a reforma política.

Para tanto, é fundamental irmos para as ruas.

MANIFESTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Manifesto da Sociedade Civil por uma Reforma Política Democrática

As entidades abaixo firmadas, compondo um conjunto de segmentos legitimamente representativos da sociedade civil brasileira, reunidas na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB para analisar a atual conjuntura político-social do País, especialmente, após as manifestações que há 3 meses ocorrem nas ruas:

Considerando que as pesquisas apontam um baixo índice de credibilidade das várias instâncias da democracia brasileira, tais como o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, os Partidos Políticos, os mandatários da soberania popular em geral, descrédito que evidencia uma profunda crise no sistema representativo;

Considerando que o advento de mais inclusão social aprimora a consciência cívica da população, impondo uma cobrança maior da efetividade dos direitos básicos do cidadão nas áreas de saúde, educação, mobilidade social, segurança, entre outras; considerando que toda a sociedade civil, especialmente seus segmentos de juventude, reage fortemente contra os escândalos de corrupção que reiteradamente são denunciados e exigem uma punição mais efetiva para os responsáveis;

Considerando que as distorções dos sistemas político e eleitoral, permitindo que se alargue um inaceitável fosso entre o Estado e a Nação, entre os/as representados/as e seus/suas representantes, entre sociedade civil e Governo, quadro que põe em risco a estabilidade democrática, constituem os principais fatores das queixas e reivindicações do povo; considerando que em momentos que tais não podem os segmentos organizados da sociedade civil se quedarem passivos e inertes, ou atuarem isoladamente, e que, ao contrário, é seu dever empenharem-se a fundo na recomposição dos valores da democracia, da justiça social, da ética na política, da participação popular e da efetividade dos direitos do cidadão, de forma unificada, e assim, coletivamente, constituindo-se em legítimos/as representantes de muitos



anseios nacionais;

Considerando que essa conjuntura impõe que se proceda com urgência a uma profunda reforma política, para valer já em 2014, com ampla participação dos organismos da sociedade civil, com o fim de restaurar de fato os valores da democracia representativa, adotando-se medidas que afastem o poder econômico do processo eleitoral, que assegurem o aumento dos níveis de democratização das instâncias partidárias, que fortaleçam os vínculos partidários, especialmente a fidelidade a seus programas, garantam maior controle da população sobre os mandatos, com possibilidade de revogação popular dos mandatos eletivos, que estimulem a participação popular, especialmente dos segmentos sub-representados do povo brasileiro, nas instâncias políticas e partidárias, que garantam a participação igualitária de homens e mulheres na vida política e que tornem efetivo e mais acessível o exercício dos instrumentos da democracia direta previstos na Constituição da República,

Proclamam a decisão de se unirem formando a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, para o fim de desencadear uma campanha cívica unificada e solidária, pela efetivação de imediata reforma política que acolha os seguintes pontos básicos:

1. Instauração do financiamento público para as campanhas eleitorais;
2. Proibição de financiamento eleitoral por pessoas jurídicas;
3. Permissão de contribuição individual obedecendo ao teto de R\$ 700,00 por eleitor e não ultrapassando o limite de 40% dos recursos públicos recebidos pelo partido destinados às eleições;
4. Extinção do sistema de voto dado ao candidato individualmente, como hoje é adotado para as eleições de Vereador, Deputado Estadual e Federal; e, em seu lugar,
5. Adoção do sistema eleitoral do voto dado em listas pré-ordenadas, democraticamente formadas pelos partidos e submetidas a dois turnos de votação, constituindo o sistema denominado "voto transparente", pelo qual o eleitor inicialmente vota no partido e posteriormente escolhe individualmente um dos nomes da lista;
6. Garantia da alternância de gênero nas listas mencionadas no item anterior;
7. Regulamentação dos instrumentos da democracia direta ou democracia participativa, previstos no art. 14 da Constituição, de modo a permitir sua efetividade, reduzindo-se as exigências para a sua realização, ampliando-se o rol dos órgãos legitimados para iniciativa de sua convocação, aumentando-se a lista de matérias que podem deles ser objeto, assegurando-se financiamento público na sua realização e estabelecendo-se regime especial de urgência na tramitação no Congresso;
8. Modificação da legislação para fortalecer os partidos, para democratizar suas instâncias decisórias, especialmente na formação das listas pré-ordenadas, para impor programas partidários efetivos e vinculantes, para assegurar a fidelidade partidária, para considerar o mandato como pertencente ao partido, e não ao mandatário;



8. Criação de instrumentos eficazes voltados aos segmentos sub-representados da população, exemplificativamente afro-descendentes e indígenas, com o objetivo de estimular sua maior participação nas instâncias políticas e partidárias;

9. Previsão de instrumentos eficazes para assegurar o amplo acesso aos meios de comunicação e impedir que propaganda eleitoral ilícita, direta ou indireta, interfira no equilíbrio do pleito, bem como garantias do pleno direito de resposta e acesso às redes sociais.

E conclamam, assim como já o fizeram em outros momentos decisivos da vida nacional, o povo brasileiro, para que em todo lugar, no bairro, no Município, em associações, sindicatos, escolas, universidades, organizações profissionais e religiosas, participem dessa campanha tanto os mais jovens como os mais experientes, mulheres e homens, em prol do aperfeiçoamento da democracia, na defesa de uma reforma política democrática.

Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas.

Documento 74/85

266.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/09/2013-16:32
Publ.: DCD - 10/09/2013 - 39296	MÁRIO NEGROMONTE-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Maior atenção da Presidência e dos Líderes partidários para com a voz das ruas. Imediata realização da reforma política, especialmente quanto à adoção do financiamento público de campanhas eleitorais. Prioridade dos governantes no transporte público.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste momento, chamar a atenção do Presidente da Casa e dos Líderes dos partidos no sentido de darem mais atenção ao que as ruas estão falando. Acho que esta Casa não pode ficar alheia a isso. E vejo apenas um item para que esta Casa faça isso: a reforma política.

É preciso apenas tratar de um item: o dinheiro em campanha. Dinheiro em campanha é que vai deixar Vereador, Prefeito, Deputado e Governador presos, por manusear dinheiro em campanha, se tiver uma legislação adequada. A legislação atual está ultrapassada.



O Governo Federal deve ouvir mais as ruas no que diz respeito à questão do transporte público, da saúde e da educação. Os Governadores, os Prefeitos e a classe política devem estar antenados, dialogando permanentemente com as ruas, para que a gente afine o passo e resolva os problemas. O problema mais grave hoje é o item 1, a questão do dinheiro em campanha. Se não regulamentarmos isso, tenho quase certeza de que o TSE vai legislar até 2014, em nome do Poder Legislativo. Aí, será uma vergonha para a gente.

Acho que o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, tem que unir os Líderes e os partidos e decidir essa questão, porque é um processo ultrapassado. Se hoje existem Deputados presos, envolvidos em mensalão, se existe problema, tudo isso é em função do caixa dois. Tudo isso é em função de uma legislação que está ultrapassada e que precisa ser atualizada. Se a legislação não for atualizada, teremos sempre problemas com a classe política.

É por isso que tenho certeza que os Governos, tanto Municipal, Estadual e Federal, e a Presidenta Dilma precisam dar atenção ao transporte público. É o único no mundo que não tem subsídio. É preciso dar atenção, principalmente porque o transporte público tem uma tarifa que a sociedade não aquenta. Há muita gente que anda a pé.

Existe uma gratuidade de 25%, e o transporte clandestino também empesta o setor de transporte público. Então, se ela der uma atenção à saúde, bancando os PSFs - custeio e investimento -, vamos resolver o problema nos Municípios mais carentes, assim como a questão da educação. E está sendo anunciada hoje a questão dos *royalties*.

Então, chamo a atenção do Congresso Nacional no sentido de discutir com urgência a questão de financiamento nas eleições de 2014.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 75/85

269 3 54 0

Sessão Deliberativa Ordinária - 10/09/2013-14:28
CD

Publ.: DCD - 11/09/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
39654

CÂMARA DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Alerta à Casa sobre a necessidade de aprovação de proposta de reforma política. Clamor da sociedade brasileira pela aprovação da matéria. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a alteração do sistema político-eleitoral. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a menos de 1 mês do prazo para o termo final de aprovação da reforma política, volto a alertar esta Casa sobre o princípio da anualidade, que expirará, fatalmente, a 6 de outubro, como marco conclusivo de algo de transcendental relevância para os nossos destinos democráticos.

Aliás, nas concentrações de ruas, nas principais metrópoles do País, o item reformista foi aventado pelos manifestantes, inclusive com cartazes sobre essa temática, a exemplo de outras promoções idênticas que têm sido processadas em seguidas oportunidades nas constantes mobilizações, algumas delas conduzidas com o patrocínio de movimentos prestigiosos e responsáveis.

Sabe-se que o Senado, com maior celeridade, deverá deliberar, possivelmente ainda hoje, sobre projeto alusivo à alteração da sistemática eleitoral, o que naturalmente vai nos compelir a adotá-lo, com as modificações admissíveis no contexto do bicameralismo predominante entre nós.

Volto a recordar que, pelo menos, o financiamento público de campanha terá que ser implantado, como satisfação ao anseio das multidões, admitindo-se apenas doações de pessoas físicas, em montante que não venha a superar a quantia de 1 mil reais.

Sabe-se que a Comissão coordenada pelo nosso colega Cândido Vaccarezza pretende ultimar a tarefa que lhe foi cometida ainda agora, o que ensejará um exame conjunto com as duas proposições - a do Senado e a desta Casa -, num esforço que deve ser estimulado por todas as Lideranças que se representam neste augustó Plenário.

Se em seguidas oportunidades venho-me detendo em torno da polêmica matéria, volto a fazê-lo agora, premido também pela pressão das avenidas, visualizada em dísticos do último sábado, diante de autoridades postas em palanques, como foi o caso de Brasília, quando dirigentes assimilaram tais apelos, formulados de forma respeitosa, diante de líderes que terminaram por assistir, igualmente, na televisão, as postulações redesenhasadas nas faixas conduzidas por populares convictos da justeza de tal postulação.

Pela exiguidade do tempo de que dispomos, não é demais alertar os eminentes pares de que a deliberação não comporta mais delongas, porque imperativa a sua aprovação.

Documento 76/85

275.3.54.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/09/2013-
CD 14:24
Publ.: DCD - 13/09/2013 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG
40366
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma política com participação popular. Apoio ao financiamento



público de campanhas eleitorais. Apelo ao Governador Antônio Anastasia de abertura de negociações com o Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais - SINDIELETRO-MG, com vistas à solução da greve dos funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de ser solidário e compartilhar também da preocupação do Deputado Luiz Couto com a reforma política.

Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, nós achamos imprescindível fazer a reforma política no nosso País. O movimento de junho, com a população na rua, sobretudo a juventude, reivindica ações concretas, reivindica a necessidade de reformarmos o Estado Brasileiro, a nossa legislação - e a legislação eleitoral é prioritária entre todas as outras que deveremos reformular.

Portanto, a reforma política, com participação popular, com financiamento público de campanha, é necessária para que possamos democratizar também o processo eleitoral no nosso País, já que vivemos numa democracia.

Por isso, manifestamos a nossa solidariedade, o nosso apoio. Estamos trabalhando para que possamos garantir a reforma política com financiamento público de campanha, ouvindo a população. Como disse a Presidenta Dilma, precisamos garantir o plebiscito, para podermos ouvir a população sobre o tipo, o modelo de reforma política que devemos instituir em nosso País.

Mas queria aqui também, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade e insistir mais uma vez - hoje na parte manhã apresentamos uma nota de solidariedade ao Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais, SINDIELETRO-MG - em que o Governador do nosso Estado de Minas Gerais, Antônio Anastasia, receba a Direção do Sindicato.

O Sindicato reivindica uma audiência com o Governador e com a Direção da CEMIG, para que se abra um processo de negociação e se resolva um impasse entre a categoria dos eletricitários e a CEMIG. Os funcionários da CEMIG que foram demitidos se encontram acampados no escritório da empresa há mais de 48 horas.

Por isso, manifestamos aqui a nossa solidariedade, como Deputado Federal por Minas Gerais, e esperamos que o Governador possa estabelecer um processo de negociação com a Direção do Sindicato dos Eletricitários - SINDIELETRO para resolver esse impasse, que é grave, sobre a demissão de funcionários da empresa. A gente sabe da importância da CEMIG não só para Minas Gerais, mas para todo o Brasil.

Reforço mais uma vez a nossa solidariedade ao Sindicato dos Eletricitários e aos trabalhadores da CEMIG, principalmente aqueles e aquelas que foram demitidos e que reivindicam o direito de continuar trabalhando, continuar produzindo para a CEMIG, para o nosso Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 77/85

280.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - 17/09/2013-14:24
CD
Publ.: DCD - 18/09/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
40908
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Urgência de reforma política no País. Conveniência de apreciação e votação pela Casa do texto reformista originário do Senado. Defesa de dispositivo pertinente ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma semana defluiu, não se conhecendo, ainda, a chegada a este plenário do projeto de reforma política, seguidamente reclamado desta tribuna, sem que tenhamos chegado a uma formalização consensual que atendesse à imposição da própria conjuntura, já agora com a intercessão direta de entidades prestigiosas, como a Ordem dos Advogados, a Conferência Nacional dos Bispos e organizações de movimentos populares, a exemplo da corrente liderada pelo líder Marlon Reis.

Dentro de menos de vinte dias as duas Casas congressuais terão que deliberar a respeito, em face do princípio da anualidade, imperativamente inserido no texto da Lei Maior brasileira.

Na semana anterior, cheguei a advertir as bancadas de que estava a exaurir-se o espaço temporal destinado a essa tarefa, sem cumprimento do qual as inovações não teriam validade para o pleito a se levado a efeito a 6 de outubro de 2014.

Enquanto isso, as redes sociais começam a reprisar apelos neste sentido, numa cobrança legítima a que não poderemos fugir, sob pena de atrair contra o Parlamento Nacional a natural indignação dos grupos conscientizados da sociedade civil organizada.

Por isso, volto a insistir nessa temática, absolutamente convicto de que ainda há tempo de se aprovar pelo menos o financiamento público de campanha, com a única participação de pessoa física, através de doação não superior a mil reais.

O texto originário do Senado poderia servir de base para a nossa apreciação, embora as modificações, aqui processadas, tivessem que retornar ao plenário da Casa

presidida pelo Senador Renan Calheiros.

Fica, pois, mais esta patética advertência, encaminhada aos Líderes de partido, a fim de que a Câmara dos Deputados não passe a ser apontada como omissa, desidiosa e negligente no atendimento de norma fundamental para a consolidação dos nossos rumos democráticos.

Já se repete nos corredores da Casa como estimulante mensagem o refrão: "Queremos Reforma já, sem mais procrastinações!"

Documento 78/85

289.3.54.0 Sessão Deliberativa Ordinária 24/09/2013-17:32
Publ.: DCD - 25/09/2013 - MAURO BENEVIDES-PMDB -CE
42365
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCURSO
ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Imediata realização da reforma política pela Casa, com a aprovação do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seguidas oportunidades, tendo abordado, nesta tribuna, a reforma política, conclamando as lideranças a concluir a magna tarefa, cuja vigência terá de ocorrer já a partir do próximo pleito, sob pena de frustrar-se a expectativa da opinião pública, manifestada através de diversas entidades de renome e prestígio junto à coletividade brasileira.

A Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Conselho Nacional, a Conferência dos Bispos do Brasil e os Movimentos Populares, liderados por Marlon Reis, dentre outros, formularam projeto, perfeito e acabado, conclamando os Parlamentares das duas Casas a promover as modificações na legislação vigorante ajustando à realidade de uma conjuntura, que exige a adoção de princípios éticos inafastáveis.

Se é certo que o Senado elaborou proposição e já teria enviado o autógrafo a esta Casa, é indispensável que um mutirão aqui se promova para que a Câmara ultime esse encargo, indo ao encontro, também, das multidões que, nas avenidas e ruas de várias capitais, reivindicaram modificações urgentes em nosso sistema eleitoral, atualmente sujeito a distorções incompatíveis com espírito da presente conjuntura.



Tenho me sido presente nesta tribuna, advertindo os meus ilustres Pares quanto a esse dever imperioso, sob pena de sermos alvo de inevitáveis apodos da opinião pública, apontando-nos como negligentes e desidiosos no cumprimento de uma tarefa de inquestionável magnitude.

Já cheguei a alvirtrar, como decisão inadiável, o estabelecimento do financiamento público exclusivo, admitida apenas a participação de pessoa físicas, com doações formais que não poderiam ultrapassar a quantia de mil reais, eliminando-se qualquer ingerência de pessoas jurídicas.

Prestes a alcançar-se a data limite para a implantação dessa linha reformista, é imprescindível que as lideranças partidárias intervenham junto às respectivas bancadas, para que, em tempo hábil, concluamos essa magna incumbência, a fim de evitar desgaste da imagem de Poder Legislativo brasileiro e de todos nós, que aqui temos a elevada missão de representar as diversas Unidades da Federação brasileira.

Documento 79/85

290.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/09/2013-09:33
Publ.: DCD - 26/09/2013 - 42873	MAURO BENEVIDES-PMDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Prejuízos causados à imagem do Congresso Nacional pelo eventual adiamento da votação da proposta de reforma política. Exortação aos Líderes partidários pela construção de acordo parlamentar para aprovação urgente do financiamento público de campanha e outros itens não polêmicos constantes da matéria.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o grupo interpartidário, constituído pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, para elaborar projeto de reforma política, parece não haver ultimado a sua importante tarefa, a julgar por notícia hoje divulgada pela mídia, segunda a qual o ex-Presidente Lula da Silva e o dirigente do PT, Rui Falcão, haviam discordado das linhas mestras do trabalho coordenado pelo Deputado Cândido Vaccarezza, que integra os quadros daquela entidade partidária, majoritária nesta Casa legislativa do Parlamento Nacional.

Apresso-me em comentar essa matéria em razão da exiguidade do tempo de que dispomos para promover as inovações cogitadas, em função do Princípio da Anterioridade, que reclama a conclusão da árdua tarefa até o dia 5 de outubro, com a manifestação das duas Casas e a indispensável sanção da Chefe do Poder Executivo.

Será desgastante para o Congresso se a relevante missão não for ultimada dentro do prazo legal, o que resultaria em frustração dos segmentos populares conscientizados, a começar pela própria Ordem dos Advogados e Conferência dos Bispos do Brasil,



empenhados nesse afã de inquestionável relevância para os nossos rumos democráticos.

É provável que este Plenário tome ciência, ainda hoje, da versão oficial, através do próprio titular de nossa Presidência, a fim de que conheçamos as razões da indesculpável protelação, que gera desfavorável conceito para o Legislativo, por uma inação que compromete a nossa imagem de representantes do bravo povo brasileiro, ansiosos que estamos pela implantação de princípios éticos em nossa legislação eleitoral e partidária.

Mesmo sendo exíguo o espaço temporal de que dispomos, talvez ainda se encontre, pelo menos, consenso para a tese de financiamento público de campanha, com caráter exclusivo, admitida apenas doação de pessoa física em quantia inferior a R\$1 mil.

Fica, pois, este derradeiro apelo a todas as bancadas para que se alcance tal *desideratum*, evitando-se maiores restrições ao prestígio do Congresso Nacional.

Vale apena parafrasear o dito popular: *"antes tarde do que nunca"*.

Documento 80/85

291.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	25/09/2013-14:18
Publ.: DCD - 26/09/2013 42942	MAURO BENEVIDES-PMDB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Conveniência da convocação de sessão extraordinária da Casa no dia 30 do mês em curso para deliberação a respeito da minirreforma eleitoral. Expectativa da aprovação da proposta de implantação do financiamento público de campanha.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seguidas pronunciamentos neste plenário, tenho me posicionado favoravelmente a uma reforma política que se revista de princípios éticos inafastáveis, exigidos por entidades prestigiosas como a OAB, a CNBB e movimentos sociais, liderados por Marlon Reis.

A fim de que se observe o princípio da anualidade, é imprescindível que, de forma intransferível, já nesta segunda-feira sejamos convocados extraordinariamente para deliberar a respeito, pelo menos, da minirreforma adotada pelo Senado Federal em recente decisão.

Um item, pelo menos, tornou-se imperativo, inadmitindo-se qualquer outra alternativa senão a implantação do financiamento público de campanha, admitida

exclusivamente a inserção da pessoa física com a doação de até mil reais.

Pela exiguidade do tempo, certamente não se poderá promover alteração mais substancial, a exemplo da lista preordenada, nos termos do modelo belga, preconizado didaticamente pelo nosso eminente colega Henrique Fontana.

Sem reforma nenhuma - quer uma mini ou outra de maior aprofundamento -, o Parlamento nacional ficará pessimamente situado diante da sociedade civil organizada.

Documento 81/85

293.3.54.0 Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/09/2013-
CD 10:48
Publ.: DCD - 27/09/2013 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
43453
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PELA ORDEM DO DIA
DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Ministro da Secretaria de Comunicação do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Gushiken. Dificuldade do Parlamento para a reformulação do sistema político. Conveniência de mobilização nacional em torno de constituinte exclusiva para alteração do sistema político brasileiro. Apoio à mobilização de entidades representativas da sociedade civil organizada em torno da aprovação de projeto de lei de iniciativa popular sobre o assunto.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nossa Presidenta em exercício neste momento, minha colega de partido, grande Deputada Federal eleita pelo Estado do Rio de Janeiro, companheira Benedita da Silva. Eu quero dedicar os primeiros 30 segundos - gostaria de dedicar muitos minutos - a homenagear, Deputado Onofre Agostini, um grande brasileiro, também meu colega de partido, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, o ex-Deputado e ex-Ministro Luiz Gushiken, um grande brasileiro, uma grande figura humana, um grande sindicalista, um homem reto, honesto, dedicado às causas populares, que sofreu diversas injustiças durante a sua vida, mas que, seguramente, morreu com a consciência tranquila pelo trabalho que fez em prol de um Brasil mais justo e mais digno.

A seguir, nobre Presidenta Benedita da Silva, eu falo de um tema que, aliás, tem preocupado, muitas vezes, tanto V.Exa. quanto o Deputado Onofre Santo Agostini, que é a dificuldade, a quase impossibilidade, diria eu, que o Parlamento tem demonstrado de se desvincilar das regras do jogo atual para o sistema político do País.



Temo que o Parlamento brasileiro - não digo isso em tom, evidentemente, de ataque, porque o Parlamento é a representação do povo brasileiro e, portanto, precisa ser sempre qualificado, protegido e dignificado - esteja num grau de dissociação muito grande e crescente em relação à demanda real da sociedade, que nós aqui representamos.

Por exemplo, ontem tivemos que fazer um grande embate neste plenário, porque alguns queriam votar aquilo que se intitulou chamar de minirreforma. E, veja, nobre Presidenta, que nessa minirreforma não se abordava praticamente um milímetro do problema central da política brasileira, que é o abuso do poder econômico no processo eleitoral. Havia ali, sim, uma maquiagem da famosa proibição do cavalete ou da placa, como se nós já não tivéssemos feito isso em outras três ou quatro oportunidades. Ao retirar um item da campanha e não colocar teto global de gastos numa eleição, a despesa só se desloca de um setor para o outro.

O Parlamento está cada vez com mais dificuldade de ouvir a necessidade real de um novo sistema político para o País, com mudanças estruturais, para fortalecer a democracia brasileira.

Eu, por exemplo, resguardada a minha posição pessoal de defesa do financiamento público exclusivo de campanha, entendo que, na questão do financiamento eleitoral, podemos e devemos reforçar a proposta que vem das ruas, que vem com o apoio da sociedade, que está intitulada no projeto Eleições Limpas, que diz: *"Vamos proibir as empresas de financiar eleições. Vamos limitar a contribuição da pessoa física a apenas 700 reais durante o processo eleitoral e vamos definir um teto de gastos que diga, por exemplo, que o candidato a Deputado Federal no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado de Santa Catarina, no Estado do Rio de Janeiro possa gastar, no máximo, X mil reais."*

A democracia brasileira, Deputada Fátima, está se transformando cada vez mais na democracia do dinheiro. E essa democracia do dinheiro opõe, elimina, retira do terreno da disputa eleitoral a força das ideias, a força da história de vida de cada um de nós e o programa que nós defendemos.

Eu encerro, nobre Presidenta Benedita da Silva, dizendo que, a partir da frustração de ontem. O dia 7 de outubro está aí, e parece que o Parlamento brasileiro, por maioria, quis dizer que o sistema atual é o sistema ideal, porque não quis votar nada de estrutural para melhorar a política brasileira - eu entendo que nós devemos intensificar a mobilização em prol de uma Constituinte exclusiva para alterar o sistema político do País.

Precisamos reconhecer que, provavelmente, pelo fato de que a maioria dos nossos colegas se elege por essa regra, eles terminam se tornando conservadores em relação à manutenção dessa regra; ou que, pelo menos, façamos um plebiscito, em que a população brasileira possa ser ouvida sobre as questões estruturais do sistema político e nos dar uma diretriz do que nós devemos votar.

É a minha última frase, agradeço muito a tolerância de V.Exa., Presidenta. E, por fim, apoiar fortemente essa mobilização que a OAB, a CNBB, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a União Nacional dos Estudantes, as Centrais Sindicais, entre elas a CUT, a CTB, a plataforma dos movimentos sociais pela reforma política. Ou seja, reforçar o movimento intitulado Eleições Limpas, que não apresenta um projeto perfeito à nossa Casa, mas apresenta um projeto de lei de iniciativa popular, com mudanças estruturais muito importantes, muito qualificadas, que podem, sim,



melhorar a democracia do País.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - Associo-me ao pronunciamento de V.Exa., principalmente no que diz respeito à homenagem ao nosso querido Luiz Gushiken, com quem tive a oportunidade de nesta Casa compartilhar momentos de disputas e de políticas para o Brasil, nas quais estamos avançando cada dia mais.

Documento 82/85

344.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/10/2013-18:12
Publ.: DCD - 30/10/2013 - 50292	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Importância da votação do projeto sobre o novo Código de Processo Civil. Necessidade da realização da reforma política.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, eu quero dizer da importância de votarmos hoje a proposta do novo Código de Processo Civil.

E quero dizer, Sr. Presidente, que a homenagem que nós fizemos ao Presidente Lula hoje nos deu a chance de ouvir aqui o discurso que mais baliza esta Casa, o discurso mais aprofundado sobre a análise da democracia brasileira, uma análise sobre o valor do Parlamento em relação à democracia que Lula, na sua clarividência, mostrou o que nós temos insistido aqui: precisamos fazer a reforma política para resgatar a respeitabilidade deste Parlamento perante o povo brasileiro, precisamos acabar com o financiamento privado de campanhas eleitorais, para que este Parlamento não tenha a expressão do grande capital e, sim, a representação do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 83/85



377.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 19/11/2013-14:04
CD

Publ.: DCD - 20/11/2013 - 54575

BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Natureza política do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, dos envolvidos no escândalo do mensalão. Repúdio à forma de execução dos mandados de prisão dos dirigentes petistas condenados no esquema de corrupção. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no vale-tudo para impedir a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, como afirma nota da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, as forças conservadoras inventam sucessivamente campanhas para tentar desgastar o Governo, a Presidenta, Lula e o PT. Mas desta vez se superaram, pois, além de o processo da Ação Penal nº 470 ter sido injusto e político, pois não considerou as provas dos autos, exatamente porque elas inocentavam os companheiros do PT da acusação de pagamento a Parlamentares e de formação de quadrilha, a execução das prisões foi feita em desacordo com a sentença e, no caso do companheiro José Genoíno, com requintes de crueldade, chegando-se a colocar em risco a sua vida.

Sr. Presidente, nenhuma democracia pode se desenvolver se os direitos de seus cidadãos não estiverem garantidos. Sob nenhuma hipótese podemos tolerar que a disputa política se dê fora da legitimidade das urnas, nem muito menos que a justiça se afaste de sua indispensável equidistância para se envolver na política. Por outro lado, também não é possível democracia sem pluralidade de opiniões. O uso monopolizado e partidário das concessões dos meios de comunicação, portanto totalmente contrário ao que determinam os preceitos constitucionais, esteve relacionado às pressões externas sofridas pelo STF no caso do julgamento da AP 470. Temos que superar essas deficiências e desvios da democracia brasileira se realmente queremos fortalecê-la cada vez mais.

Sr. Presidente, nesse sentido, nada mais urgente, como foi vocalizado nas ruas de junho, do que a verdadeira reforma política, que possa, com a instituição do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, pôr fim à interferência do poder econômico nos resultados eleitorais. Para finalizar, quero reafirmar a minha solidariedade aos companheiros presos injustamente, os primeiros presos políticos de nossa democracia ferida.

Sr. Presidente, eu peço a divulgação deste pronunciamento.

Documento 84/85

377.354.O Sessão Deliberativa Ordinária - 19/11/2013-16:04
CD
Publ.: DCD - 20/11/2013 - REGINALDO LOPES-PT -MG
54610
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Anúncio da apresentação de projeto de lei sobre a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para a reformulação do ensino médio. Causas da falência do projeto pedagógico brasileiro. Diferenças entre o panorama da economia brasileira e o panorama da economia mundial, especialmente na ampliação do número de postos de trabalho formais e na desoneração tributária. Transcurso do Dia da Proclamação da República. Alcance social do Programa Bolsa Família. Relevância do Plano Brasil sem Miséria. Atuação do Governo do PT em prol do bem-estar social da população brasileira. Acerto da política do Governo Federal de valorização do salário mínimo. Ampliação dos investimentos governamentais em setores estratégicos do País. Desenvolvimento do setor educacional no Governo Dilma Rousseff. Arbitriedade da decretação da prisão de condenados no escândalo do mensalão. Natureza política do processo de julgamento do caso pelo Supremo Tribunal Federal. Posicionamento do PT favorável ao financiamento público de campanhas eleitorais. Razões da preferência de parte do eleitorado brasileiro pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero começar falando de um projeto de lei que nós vamos apresentar amanhã, quarta-feira, para debate nesta Casa, que trata da reforma do ensino médio.

Em maio de 2012, nós constituímos uma Comissão Especial nesta Casa, um conjunto de mais de 60 Deputadas e Deputados, para debater um tema muito importante para a vida deste País, pois, na verdade, discutir o papel do ensino médio é discutir o projeto de nação que nós queremos construir no Brasil.

Eu costumo afirmar que todas as etapas educacionais precisam cada vez mais de investimento. E, desde o Governo do Presidente Lula, assim como no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, a educação tem sido tratada de forma sistêmica e integrada, ou seja, da creche até a pós-graduação. E o Governo reconhece - o Ministro Aloizio Mercadante tem participado de todas as etapas desse debate - que há uma etapa muito frágil, que o atual projeto pedagógico esgotou, está falido, não responde mais às demandas dos nossos jovens e do Brasil. Assim, vamos propor uma mudança profunda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para que possamos ter um ensino médio mais transversal, mais multidisciplinar, mais holístico, mais cidadão, no qual o jovem seja o ator principal e possa definir o seu projeto de vida.

Portanto, quero comunicar a esta Casa que esse projeto é fruto de um amplo debate



feito em todo o Brasil. Acreditamos que esse projeto vai fazer avançar a educação brasileira para, de fato, resolver um grande problema que o nosso Governo enfrenta. Ou seja, temos pleno emprego, mas, ao mesmo tempo, temos um PIB que cresce em taxas razoáveis - pela conjuntura internacional - , mas, de fato, com a situação de pleno emprego em que o Brasil vive, poderíamos ter um crescimento econômico maior.

Isso explica por que o projeto pedagógico está falido. Ou seja, ele não garante aos nossos trabalhadores uma qualificação adequada a uma nova sociedade - da qual eu quero falar mais adiante - , que é a sociedade do conhecimento.

Outro indicador que comprova a necessidade de mudança no projeto pedagógico é o de que, de fato, comparando as remunerações dos trabalhadores brasileiros da economia formal - 90 milhões de brasileiros - , um trabalhador com ensino fundamental completo recebe, em média, mais do que um trabalhador com ensino médio completo.

Isso também reflete a necessidade de mudança no projeto pedagógico, tendo em vista que esse modelo, então, não prepara de fato os nossos jovens para o século XXI.

Mas eu quero deixar esse debate para outra oportunidade, tendo em vista a fala do orador que me antecedeu na tribuna, porque a conjuntura política que estamos vivendo durante esta semana de fato requer uma análise do que realmente significaram e significam para o povo brasileiro esses 10 anos de Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

Pior do que uma mentira absoluta são meias verdades. De fato, o que nós estamos vivendo neste momento de crescimento econômico é o mesmo desafio que o mundo está vivendo, mas existe uma grande diferença neste momento da economia brasileira, se comparado ao do mundo capitalista. O Brasil tem uma taxa de crescimento razoável perante o cenário internacional, mas tem algo extraordinário: o Brasil tem um crescimento social superior ao crescimento econômico.

O Brasil conviveu com uma frase do Ministro Delfim Netto: a de que era necessário fazer crescer o bolo para depois dividi-lo. É evidente que nós do Partido dos Trabalhadores nunca concordamos com essa frase. E o que fizemos? Fomos, de fato, dividir para depois fazer crescer o bolo. E estamos vivendo, neste momento, crescimento social superior ao crescimento econômico, além de geração de empregos extraordinária - mais de 1 milhão de empregos foram gerados neste ano, enquanto o mundo inteiro assiste ao desemprego.

Enquanto o mundo inteiro assiste ao aumento de taxas e impostos para resolver o problema fiscal, o Brasil pratica uma renúncia fiscal, uma desoneração fiscal extraordinária, para garantir o crescimento econômico e - o que é mais importante - a geração de emprego para o nosso povo, para a classe trabalhadora.

Então, Deputado Sibá Machado, na minha avaliação, nós construímos uma nova República no Brasil. Comemoramos o Dia da Proclamação da República no dia 15 de novembro e estamos construindo uma república democrática e popular.

E por que nós estamos construindo uma nova república democrática e popular, iniciada pelo Presidente Lula? Porque, quando assumimos o Brasil, a nossa primeira ação foi a de resgatar a dignidade do povo brasileiro. Criamos um programa



extraordinário, o Bolsa Família, que a Oposição - o PSDB e o Democratas - chamou de "bolsa miséria". O Bolsa Família foi a primeira etapa do crescimento econômico. Ou seja, construímos uma nova sociedade de consumo no País. Resgatamos, agora, com o Plano Brasil Sem Miséria da Presidenta Dilma Rousseff, mais de 40 milhões de brasileiros que viviam abaixo da linha da miséria. Promovemos a retomada do crescimento econômico, que eu classifico como a segunda etapa do nosso modelo de desenvolvimento, porque na primeira foram feitas as ações microeconômicas: a distribuição de renda por meio de programas - e não vou citar todos porque isso gastaria o dobro do tempo - como o Luz para Todos, o de Microcrédito Produtivo Orientado, o de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Projovem, voltado para a qualificação dos jovens, e ainda o programa que beneficia jovens adolescentes em estado de vulnerabilidade social. Ou seja, criamos um Estado do bem-estar social, um Estado de Direito.

Essa política se somou a um esforço extraordinário, por meio do qual derrotamos aquela falsa dualidade de que não se pode reajustar salário mínimo porque gera inflação. Com a nossa política de valorização do salário mínimo, também promovemos a retomada do crescimento econômico. E, hoje, a Presidenta Dilma transformou em lei o reajuste do salário mínimo do País. O salário mínimo dá ao povo brasileiro o retorno por seu esforço. Ele repassa ao salário do trabalhador brasileiro o crescimento do PIB, mais a correção inflacionária.

Portanto, com as ações das políticas sociais somadas às transferências de renda dos vários programas e à política do salário mínimo, nós retomamos o crescimento econômico brasileiro na passagem do primeiro para o segundo mandato do Presidente Lula.

E, quando o Brasil retomou a capacidade de arrecadação, a capacidade de crescimento, o nosso Governo imediatamente entrou na segunda etapa e estabeleceu a política de investimento. Nunca antes na história do Brasil se investiu tanto nele.

O colega que usou a tribuna anteriormente disse que nunca viu o aparelhamento do Estado. Ora, nunca houve tantos critérios republicanos para a deliberação de recursos e programas. Todas as ações têm critérios, todas as Prefeituras receberam recursos, todos os Governos Estaduais receberam recursos. O que o Governo anterior, dos tucanos, do PSDB, investiu em saneamento no Brasil - 300 milhões - nós estamos investindo em uma única pequena ou média cidade do País.

Temos seleções públicas. Estamos na segunda etapa do, o PAC 2, e estamos buscando, junto com essa estratégia de desenvolvimento nacional e de construção de um projeto de nação soberana, fazer uma política de investimento forte em todas as áreas estratégicas.

Na área da educação, fizemos seis vezes mais escolas técnicas do que a República fez em 100 anos. Criamos quatro vezes mais vagas nas universidades federais do que a República criou em 100 anos. Tivemos a coragem de colocar nas universidades, pela primeira vez, os negros ao lado dos brancos, os pobres ao lado dos ricos.

Isso incomoda tanto as elites que nós sofremos de fato uma perseguição política no dia 15 de novembro. O que o Presidente do Supremo Tribunal Federal fez, ao decretar a prisão de maneira arbitrária, sem carta de sentença, quis criar mais um simbolismo, associando-se a uma mídia que não se conforma em não ser mais, como



era na ditadura, a opinião pública do País. E isso porque, na democracia, a opinião pública são as pessoas eleitas pelo voto popular.

Portanto, agora, o Governo da Presidenta Dilma, com muita coragem, está se encaminhando para a terceira etapa da nossa ação estratégica de desenvolvimento de nação e da nova República democrática e popular: a da sociedade do conhecimento.

Muitos eram contrários à proposta de destinar "os recursos finitos do petróleo", como diz a Presidenta Dilma, para os benefícios infinitos que a educação pode promover nesta Nação, aí incluídas a capacidade crítica, a capacidade cidadã de não aceitar manipulações de qualquer Poder, seja o Legislativo, seja o Executivo, seja, em especial, o Judiciário.

O Presidente do Judiciário pode muito, mas não pode tudo - Antônio Carlos disse isso, como advogado. Afonso Arinos dizia que o bom da democracia é que não se pode tudo e não se pode por todo o tempo.

Por isso, eu tenho a convicção de que a ação estratégica de desenvolvimento do País que nós estamos fazendo tem ao nosso lado a verdade. E quem tem a verdade a seu lado tem o tempo a seu lado. A mentira nunca terá o tempo a seu lado.

Portanto, para concluir o meu pensamento, quero dizer que a terceira etapa do desenvolvimento do País é a de construir uma sociedade do conhecimento, e a Presidenta Dilma tem enfrentado de maneira corajosa esse desafio. Mudou a Lei do Petróleo, para não sofrermos a maldição do petróleo, enfrentando as elites e os interesses de acionistas de empresas.

Já no meu Estado fizeram o contrário: pegaram a COPASA - projeto do então Governador e hoje Senador Aécio Neves - e a dividiram. A parte boa, "o filé", entregaram aos acionistas; a parte pobre - o norte, o Jequitinhonha, o Mucuri - entregaram ao Estado, que está quebrado, endividado, porque o Governador Aécio Neves fez o choque de gestão e deixou 100 bilhões em dívidas para o Estado. Ele entregou a esse Estado sem capacidade de reação, sem capacidade de fazer justiça social - porque a melhor maneira de fazer justiça é cobrar impostos de quem tem para dar a quem não tem - uma instituição tão importante para Minas Gerais como a COPASA. E deixou também a CEMIG fora do esforço nacional no sentido de reduzir o preço da energia para o pobre e para o setor produtivo, porque não aceitou participar do esforço nacional que a Presidenta Dilma propôs para segurar os empregos no País.

Portanto, eu acho que o que aconteceu na sexta-feira traz, infelizmente, uma tristeza para a democracia brasileira. Todos nós aqui defendemos instituições fortes. Durante todo o processo da Ação Penal 470, todas as instituições funcionaram. O Parlamento, com CPIs; o Governo, o Poder Executivo; a Polícia Federal; o Ministério da Justiça; os órgãos de controle. Todos funcionaram. E agora, ao final, o Supremo Tribunal Federal - e espero que os Ministros do STF possam resgatar a dignidade daquela Casa - perdeu a oportunidade de sinalizar para o povo brasileiro que 190 milhões de pessoas estão com seus direitos garantidos, porque ele é o guardião da Constituição e não vai sofrer abusos ou interferências de um poder midiático que foi por três vezes derrotado pelas urnas e que não concorda com a derrota porque não concorda com a emancipação do povo brasileiro.

E quero agora levantar alguns pontos - acho que os colegas podem me ajudar -



arbitrários verificados na condução da Ação Penal 470. Começo pelo meu Estado de Minas Gerais. Onde surgiu esse processo de financiamento de campanha eleitoral? No Estado de Minas Gerais, com o mensalão tucano, o mensalão mineiro, que, por incrível que pareça, antecede a Ação Penal 470 e não foi julgado. Temos agora o "trensalão" dos tucanos de São Paulo, como temos o mensalão dos Democratas. E disso, no entanto, não faz nenhuma questão o Presidente do Supremo de fazer o julgamento.

Portanto, o que nós pedimos aqui é isonomia. Um Estado Democrático de Direito precisa ter isonomia.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Simões.

O Sr. Geraldo Simões - Deputado, V.Exa. faz hoje um dos mais importantes discursos a que esta Casa assistiu nos últimos tempos. É claro que V.Exa. é favorecido pelas circunstâncias, porque nada mais fácil do que comparar os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff ao Governo dos tucanos. Eu tive o infortúnio de, por duas vezes, ser Prefeito da quinta maior cidade da Bahia, Itabuna, quando estavam na administração, aqui, os tucanos e, na Bahia, os democratas. Não preciso lhe dizer que, em dois governos, não consegui 1 centavo para investimento, nem dos tucanos em Brasília, nem dos democratas que governavam o Estado da Bahia. Eu faria até um desafio a quem antecedeu V.Exa. hoje na tribuna, no Grande Expediente: que indicasse uma cidade do Brasil - pequena, média ou grande; Capitais do DEM ou do PSDB - que não receba milhões e milhões de recursos dos diversos programas do Governo, antes do Presidente Lula e agora da Presidenta Dilma. É muito fácil fazer essa comparação, mas é justo que se faça, e o Brasil precisa conhecer esta verdade.

O SR. REGINALDO LOPES - O povo brasileiro já o fez três vezes e reconhece que nós somos muito mais competentes e solidários com as causas dos pobres e dos trabalhadores do País.

Concedo um aparte à Deputada Margarida Salomão.

A Sra. Margarida Salomão - Deputado Reginaldo Lopes, Presidente do PT de Minas Gerais, eu quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo com que, nesta hora difícil, V.Exa. vem a plenário para tratar da derrota da Oposição, que, impedida de se expressar como gostaria - vitoriosa nas ruas -, usa o Supremo Tribunal Federal, usa a infeliz figura do seu Presidente, Joaquim Barbosa, para agir de forma despótica, de forma monocrática, o que, na verdade, desrespeita o direito, desrespeita as instituições que V.Exa. vem elogiar. Eu quero acompanhar o desafio feito pelo Deputado Geraldo Simões para dizer que também o desafio, tendo sido reitora no período infortunado do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a apontar alguma universidade federal que tenha recebido o volume de recursos que foi destinado no Governo Lula ou no Governo Dilma. É isto o que preocupa os nossos adversários: que nós estejamos, de fato, construindo condições objetivas para uma imensa transformação social no Brasil, para a criação de uma nova sociedade, mais equânime e mais justa. É por isso que nós devemos repudiar a barbaridade que aconteceu no Dia da Proclamação da República, no dia 15 de novembro, quando, tristemente, nós vimos maculados na história do Brasil os propósitos republicanos institucionais de respeito aos direitos humanos e de respeito aos direitos civis no Brasil.

O SR. REGINALDO LOPES - Deputada Margarida Salomão, V.Exa. que foi reitora



sabe - e eu fui líder estudantil nessa época; em 5 anos fiz cinco greves e herdei a sexta greve porque entrei atrasado na universidade -, que, naquela época, cercávamos o poste para não cortarem a luz. Era essa a realidade.

A Sra. Margarida Salomão - É verdade.

O SR. REGINALDO LOPES - Não havia custeio.

Não abriram nenhuma nova vaga nem um novo curso. Não criaram nenhum curso de Medicina.

A Sra. Margarida Salomão - Nada.

O SR. REGINALDO LOPES - Deram continuidade a vários cursos só para as elites dominarem o nosso povo mais pobre.

Portanto, é evidente que tanta raiva só pode ser justificada pelo sucesso de um governo democrático e popular. E, o que é pior, pelo único Presidente que não tem curso superior e que fez mais por todas as universidades do que os doutores que governaram o País.

Ouço o Deputado Vicentinho.

O Sr. Vicentinho - Estimado Deputado Reginaldo Lopes, primeiro, quero parabenizá-lo por sua história de vida, pela missão que cumpre no Estado de Minas Gerais e no Brasil como Parlamentar e como presidente partidário. Quero dizer, meu querido irmão, que nós ficamos tristes. Eu fiquei triste, indignado, mas sereno, com a concepção de que a luta deve continuar, diante do que fizeram e do que estão fazendo com esses companheiros, que não são ladrões, que não são corruptos. Já se faz um debate pesado nas redes sociais em defesa desses companheiros. E quero mandar um recado para a nossa militância: na verdade, não engolem o fato de um operário ter-se transformado no mais competente Presidente da história deste Brasil e o fato de uma mulher que efetivamente cuida dos destinos do Brasil de maneira digna olhar para o povo pobre. Parte da sociedade não aceita isso. Então, meu abraço aos familiares, aos companheiros de Genoíno e ao companheiro Zeca Dirceu, que está aqui ao lado e é filho do nosso querido companheiro José Dirceu. Nós estamos solidários e vamos fazer o debate com a sociedade. Uma hora dessas a história vai provar quem tem e quem não tem razão, e todos serão julgados, inclusive os julgadores. Obrigado.

O SR. REGINALDO LOPES - Obrigado, Deputado Vicentinho.

Concedo um aparte ao Deputado Paulo Ferreira.

O Sr. Paulo Ferreira - Nobre Deputado Reginaldo Lopes, saúdo o companheiro, colega e amigo pelo pronunciamento. Cito também um debate que o Brasil faz, que a Oposição critica e que está no centro das questões que V.Exa. acabou de tocar: o problema do baixo crescimento. É importante dizer que o baixo crescimento tem a ver com investimento e que o PIB, Deputado Reginaldo, não é a única medida para aferir se um país é bom ou se tem um crescimento medíocre. O que garante a estabilidade de um país é o que o Estado e o governo fazem pelo povo. E nós temos a honra, desde o Governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de manter uma política de proteção social invejável. Nenhum país da América Latina, nenhum país da Europa, nem os Estados Unidos têm a política de



proteção social e de investimentos públicos que o nosso Governo tem. Isso é para nos honrar. Por outro lado, já que o Deputado é de Minas Gerais, eu não poderia deixar de dizer, Deputada Margarida Salomão, da decepção enorme em relação à diferença de tratamento dado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal teve em relação a dois processos: o processo do PT e o do mensalão do PSDB. Nós corremos o risco, Deputado Nelson Pellegrino, da prescrição. Daqui a 5 meses começam a prescrever as primeiras penas do mensalão do PSDB. Isso exige responsabilidade. O fato relacionado ao PSDB é anterior ao fato relacionado ao PT. É por isso que nós estamos aqui hoje, em coro, completamente indignados com as ações que nós vimos e presenciamos desde sexta-feira. Saúdo V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. REGINALDO LOPES - Deputado Paulo Ferreira, é bom deixar claro para os ouvintes que não houve mensalão. É evidente que, se um partido político ousar comprar a consciência e a mente de um Parlamentar ou de um cidadão, ele deve ser extinto. Nós já admitimos que erramos, do ponto de vista do financiamento, e somos o partido que mais lutou pelo financiamento público exclusivo de campanhas. Não há prova de que houve dinheiro público nesse processo, mas, se julgaram o mensalão tucano mineiro, as evidências são muito fortes de que foi, na veia, a irrigação de dinheiro da CODEMIG, da COPASA e da CEMIG para as contas do valerioduto.

Portanto, o que nós estamos pedindo não é vingança, até porque entendemos que este processo político brasileiro se esgotou, que não representa mais o povo. Do ponto de vista da representação, olhando para esta Casa, não há negros; há poucas mulheres, Deputada Margarida; não há índios; não há jovens; não há idosos. É evidente que nós não concordamos mais com este sistema, mas também não temos uma mídia que dá voz às pessoas que não têm voz. É evidente que este processo tem que ser debatido, e faz parte da nossa luta política, mas alguns não concordam com a continuação do debate destas questões.

Concedo um aparte ao Deputado Bohn Gass.

O Sr. Bohn Gass - Quero, primeiro, parabenizar o colega Deputado Reginaldo Lopes e deixar um grande abraço, pela sua atuação. Quando se fala em economia, é bom lembrar que o mundo está em crise, que vem crescendo e tirando direitos. O Brasil está crescendo e distribuindo renda. Esse é o primeiro elemento importante. Segundo, nós do PT: protagonismo central na questão da reforma política, para acabar com a influência do poder econômico sobre as eleições. Esse é o segundo elemento importante. Terceiro, sobre o episódio, quero dizer que é a sociedade brasileira, e não só o PT, que está indignada com a ação do Presidente do STF, Dr. Joaquim Barbosa. Eu tenho aqui matéria de um articulista forte e reconhecido que escreveu ontem para o jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, o Veríssimo. Eu trouxe esse artigo para que seja transscrito um trecho nos Anais da Casa e para o Brasil inteiro ver a indignação de setores da sociedade, não só do PT. Ele diz o seguinte: *"Quando exumarem esse processo do 'mensalão' (...) daqui a alguns anos, como agora fazem com os restos mortais de Jango Goulart, descobrirão traços de veneno, injustiças e descalabros que hoje não dão na vista ou são ignorados. O que só desgravará alguns dos condenados quando não adiantar mais nada"*. Quero dizer que a sociedade também está indignada com as ações do Ministro do Supremo.

O SR. REGINALDO LOPES - Agradeço aos Deputados que nos apartearam.

Quero, antes de encerrar, dizer que a sociedade brasileira cobra do País - e até reconheço isso - uma oposição. É ruim para a democracia do País não haver uma oposição. Mas a nossa Oposição rendeu-se à pauta de um meio de comunicação que

já pediu desculpas ao povo brasileiro porque defendeu a ditadura. O País não tem uma Oposição programática. Por isso o povo já a derrotou três vezes, e porque nós fizemos a nossa trajetória com coerência e com um programa.

Se querem mudar o Governo, se querem derrotar um partido político, que apresentem propostas para o povo brasileiro. Eu estou muito tranquilo porque, em qualquer pesquisa, quando se pergunta à sociedade se tem opção partidária, ou melhor, se é filiada a algum partido, mais de dois terços dela revelam ter preferência pelo PT. Sequer precisam ser filiados para se identificarem com o partido, porque sabem que o partido é o maior patrimônio de conquistas históricas deste País, que marca a nossa nova República. E não é um ato midiático para favorecer setores contrários ao nosso Governo que vai derrotar este Governo tão corajoso.

Viva o PT! Viva a democracia brasileira! Viva Lula! Viva a Presidenta Dilma! Viva José Genoíno! Viva José Dirceu! (Palmas.)

Documento 85/85

031.4.54.0 Sessão Deliberativa 26/02/2014-13:04
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 27/02/2014 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reunião de Parlamentares com o Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, a respeito do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, sobre as doações de empresas a candidatos e partidos. Posicionamento do PSOL contra o financiamento privado de campanhas eleitorais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria fazer um comunicado.

Nós vamos agora para o Supremo Tribunal Federal para falar com o Ministro Teori Zavascki. Vão o Senador Randolfe Rodrigues, a bancada do PSOL e os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy possivelmente e Pedro Taques, para discutir com ele a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, que está em debate no Supremo Tribunal Federal, ajuizada em 2011 pela Ordem dos Advogados do Brasil, para acabar com o financiamento empresarial, com a contribuição de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais.

Lembro que quatro Ministros já votaram favoravelmente a essa medida, inclusive o Presidente do Supremo, Ministro Joaquim Barbosa, e que houve pedido de vistas



pelo Ministro Teori Zavascki.

Por isso a bancada do PSOL, que entende isso como a moralização da política e o combate duro à corrupção, o fim do financiamento privado e empresarial -, vai estar presente, pedindo ele que libere imediatamente o seu voto, para que o Supremo possa continuar esse debate e que essa proposta do financiamento público e exclusivo, acabando com o financiamento empresarial, particularmente, feita pela OAB, seja viabilizada ainda no ano de 2014, ou seja, para esta campanha eleitoral.

Nós entendemos essa questão como uma questão-chave da democracia brasileira, porque possibilita muito mais igualdade na competição entre os partidos, entre os candidatos. É um ato da moralização política, da não interferência do poder econômico no processo político-eleitoral brasileiro. Seria muito mais transparente se isso acontecesse.

Muito obrigado.